



Governo do
Estado da Bahia

Secretaria de Desenvolvimento
Urbano

CONTRATO Nº 39/2009

ELABORAÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS E ESGOTAMENTO SANITÁRIO – PEMAPES



PRIMEIRO BLOCO
TOMO II - DIAGNÓSTICOS E LEVANTAMENTOS
VOLUME 6 - RDS 5 - LITORAL SUL
TEXTO

GEOHIDRO

REV. 01 - JULHO/2011

PLANO ESTADUAL DE MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS E ESGOTAMENTO SANITÁRIO – PEMAPES

TOMO II – DIAGNÓSTICOS E LEVANTAMENTOS

VOLUME 6 – RDS 5 – LITORAL SUL

TEXTO

1. APRESENTAÇÃO	1
2. O PLANO ESTADUAL DE MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS E ESGOTAMENTO SANITÁRIO – PEMAPES ..	5
3. ASPECTOS METODOLÓGICOS	8
3.1 ESTRATÉGIA DA COLETA DE DADOS	8
3.2 ESTRATÉGIA DE VALORAÇÃO DO DIAGNÓSTICO	8
4. CARACTERIZAÇÃO DA RDS.....	10
4.1 ASPECTOS AMBIENTAIS	10
4.2 PERFIL SOCIOECONÔMICO	21
5. APRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO NA RDS	27
5.1 SITUAÇÃO INSTITUCIONAL	27
5.2 PANORAMA DO SANEAMENTO NAS ÁREAS URBANAS DA RDS	31
6. DIAGNÓSTICO DO MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS DA RDS 5 – LITORAL SUL.....	36
6.1 DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA METODOLOGIA ADOTADA	37
6.2 O MANEJO DAS ÁGUAS PLUVIAIS NA RDS 5	44
7. O ESGOTAMENTO SANITÁRIO NOS MUNICÍPIOS DA RDS	66
7.1 PANORAMA DO ESGOTAMENTO SANITÁRIO DA RDS	66
8. LEVANTAMENTO DA REDE SOCIAL DOS MUNICÍPIOS DA RDS 5	98
8.1 PERFIL DAS ORGANIZAÇÕES	98
8.2 PERFIL DE ATUAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES.....	116
8.3 PROJETOS E AÇÕES	141
8.4 PERCEPÇÃO SOBRE A QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO	194
8.5 NÍVEL DE CONHECIMENTO PRÉVIO SOBRE SEDUR E CONSÓRCIOS	206
8.6 NÍVEL DE INTERESSE PELO PEMAPES	206
9. POSSIBILIDADE DE PRÁTICAS DO REÚSO DOS ESGOTOS.....	207

ANEXOS

CARACTERIZAÇÃO DO MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS E ESGOTAMENTO SANITÁRIO POR MUNICÍPIO

- 1.1 MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS POR MUNICÍPIO
- 1.2 PERFIL DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO EM CADA MUNICÍPIO
- 1.3 RELATÓRIOS-RESUMO
 - 1.3.1 MUNICÍPIO DE ALMADINA
 - 1.3.2 MUNICÍPIO DE ARATACA
 - 1.3.3 MUNICÍPIO DE AURELINO LEAL
 - 1.3.4 MUNICÍPIO DE BARRO PRETO
 - 1.3.5 MUNICÍPIO DE BUERAREMA
 - 1.3.6 MUNICÍPIO DE CAMACAN
 - 1.3.7 MUNICÍPIO DE CANAVIEIRAS
 - 1.3.8 MUNICÍPIO DE COARACI
 - 1.3.9 MUNICÍPIO DE FLORESTA AZUL
 - 1.3.10 MUNICÍPIO DE IBICARAÍ
 - 1.3.11 MUNICÍPIO DE ILHÉUS
 - 1.3.12 MUNICÍPIO DE ITABUNA
 - 1.3.13 MUNICÍPIO DE ITACARÉ
 - 1.3.14 MUNICÍPIO DE ITAJÚ DO COLÔNIA
 - 1.3.15 MUNICÍPIO DE ITAJUÍPE
 - 1.3.16 MUNICÍPIO DE ITAPÉ
 - 1.3.17 MUNICÍPIO DE ITAPITANGA
 - 1.3.18 MUNICÍPIO DE JUSSARI
 - 1.3.19 MUNICÍPIO DE MARAÚ
 - 1.3.20 MUNICÍPIO DE MASCOTE
 - 1.3.21 MUNICÍPIO DE PAU BRASIL
 - 1.3.22 MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA
 - 1.3.23 MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DA VITÓRIA
 - 1.3.24 MUNICÍPIO DE UBAITABA
 - 1.3.25 MUNICÍPIO DE UNA
 - 1.3.26 MUNICÍPIO DE URUÇUCA

1. APRESENTAÇÃO

Diante da necessidade de definição de estratégias para a gestão das águas urbanas, no que respeita ao enfrentamento dos problemas sanitários e ambientais decorrentes do adensamento populacional e da expansão descontrolada experimentadas nas sedes dos municípios do Estado da Bahia, a Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR contratou a GEOHIDRO (Contrato nº 039/2009) para a elaboração do Plano Estadual de Manejo de Águas Pluviais e Esgotamento Sanitário – PEMAPES.

O PEMAPES visa construir um suporte técnico à SEDUR para oferecer um panorama geral da situação atual dos serviços de esgotamento sanitário e de manejo das águas pluviais, e da percepção da sociedade relativa a esses serviços, nas sedes dos municípios e de determinados distritos baianos. Preconiza a proposição de intervenções, estruturais e não estruturais, que ensejem a melhoria dos serviços prestados a partir da consecução de um Plano de Ações em sintonia com as diretrizes nacionais e estaduais definidas para o Saneamento Básico.

A área de atuação do PEMAPES compreende as sedes de 404 municípios, estrategicamente distribuídos em 25 unidades de planejamento, cada uma correspondendo a uma Região de Desenvolvimento Sustentável (RDS). Abrange ainda as sedes distritais operadas pela Embasa e as nucleações populacionais identificadas como “área urbana isolada”. Essa etapa dos trabalhos não contempla a Região Metropolitana de Salvador – RDSMS, uma vez que esta será objeto de análise situacional específica, enfocando os aspectos similares que considera as intervenções em andamento do PAC.

O presente documento, parte integrante da etapa de **Levantamentos e Diagnósticos**, constitui o relatório diagnóstico da situação das áreas urbanas nas sedes municipais com relação ao manejo de águas pluviais e aos serviços de esgotamento sanitário. Com efeito, apresenta as condições sob as quais as águas pluviais são manejadas nas cidades e a situação em que se encontram os serviços de esgotamento sanitário nas mesmas, em abordagem interdisciplinar. Tendo em vista a consolidação dos elementos necessários à formulação e à discussão do PEMAPES, o relatório comporta um importante segmento relativo à avaliação do quanto e de como a sociedade percebe os aspectos sanitários e convive com os problemas evidenciados.

Os estudos desenvolvidos neste Plano Estadual se baseiam em informações disponíveis obtidas de fontes variadas, como as secretarias municipais, entidades estaduais e federais, estudos e projetos específicos, e através de coleta em visita local.

Por premissa metodológica, o diagnóstico de avaliação dos sistemas e infraestruturas implantadas foi elaborado a partir de visita de equipe multidisciplinar às áreas urbanas objeto do estudo. A estratégia adotada para o levantamento das informações considera, além das atividades de coleta de dados e de percepção das situações estruturais *in loco*, a abordagem a gestores públicos municipais e lideranças



Figura 1.1 – Localização da RDS Litoral Sul

sociais como forma de se perceber a visão pela qual a sociedade lida com as questões associadas às áreas urbanas no âmbito dos municípios.

Cabe ressaltar que, tratando-se de um plano estadual, a uniformidade e precisão das informações são afetadas pelas diferentes fontes e métodos de obtenção disponíveis e utilizados, e pela própria escala de detalhamento característica. Maior refinamento dos dados levantados e dos diagnósticos deverão ser escopo dos projetos oriundos dos presentes trabalhos, objeto de futuras contratações. Dessa forma, o usuário desse produto deve entendê-lo no conjunto de cada RDS e não em cada cidade isoladamente.

Isso posto, as informações foram processadas tendo como foco principal a definição de políticas públicas e a intercessão do planejamento na esfera estadual. Enfoque mais pormenorizado está reservado para 32 cidades que serão alvo de estudos de manejo de águas pluviais mais detalhados e de 55 sistemas de esgotamento sanitário operados pela Empresa Baiana de Águas e Saneamento – Embasa, conforme estabelece o escopo do contrato.

Os resultados obtidos com o diagnóstico ensejam a orientação de investimentos futuros quanto à gestão do esgotamento sanitário e da drenagem urbana, além de nortear a melhoria das informações existentes, quanto à uniformidade e ao detalhamento.

Embora não previsto no escopo do contrato, mas tendo em vista a sua importância para o PEMAPES, foi criada uma base de dados informatizada, contendo registros técnicos e imagens obtidas em campo, para as vertentes temáticas objeto dos trabalhos. Essa plataforma de dados, dada a natureza e amplitude de informações, subsidiará a SEDUR no planejamento e na definição de estratégias para a realização, nas sedes municipais, de ações posteriores, que extrapolam o objeto do presente PEMAPES.

Este Volume 6 do TOMO II contém os dados levantados e diagnósticos das sedes urbanas municipais que compõem a **Região de Desenvolvimento Sustentável do Litoral Sul – RDS 5**. A Região de é integrada por 26 municípios, sendo eles os municípios de Almadina, Arataca, Aurelino Leal, Barro Preto, Buerarema, Camacan, Canavieiras, Coaraci, Floresta Azul, Ibicaraí, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Itajú do Colônia, Itajuípe, Itapé, Itapitanga, Jussari, Maraú, Mascote, Pau Brasil, Santa Luzia, São José da Vitória, Ubaitaba, Una e Uruçuca.

Figura 1.2 - Municípios integrantes Região de Desenvolvimento Sustentável do Litoral Sul – RDS 5



Os capítulos 2 e 3, que integram esse volume, abordam respectivamente os propósitos do Plano Estadual de Manejo de Águas Pluviais e Esgotamento Sanitário – PEMAPES e os aspectos metodológicos, respectivamente, sendo que esses capítulos são comuns aos demais 24 volumes que abordam o diagnóstico das outras RDS.

No capítulo, 4 é feita uma breve caracterização da RDS com relação a aspectos ambientais, envolvendo a qualidade das águas e unidades de conservação existentes, e ao perfil socioeconômico da população.

No capítulo 5, é apresentada a situação dos serviços de saneamento na RDS, considerando a situação institucional, os investimentos e ações em andamento, e um breve panorama do saneamento na RDS com base em dados secundários disponíveis.

O capítulo 6 traz o diagnóstico do manejo de águas pluviais na RDS, apresentando aspectos relativos à produção do escoamento superficial, aos sistemas de macro e micro-drenagem, áreas com ocorrência de inundações ribeirinhas, áreas com problemas críticos, os aspectos institucionais e análise do potencial de utilização de técnicas de manejo sustentáveis.

No capítulo 7, os serviços de saneamento são analisados dentro do conjunto da RDS, abordando aspectos institucionais relativos aos serviços de esgotos, estimativa da produção dos volumes e cargas de esgotos gerados nas áreas urbanas e a situação do manejo dos esgotos sanitários, propriamente dito, considerando as formas de coleta, tratamento e disposição final.

No capítulo 8, consta o levantamento da rede social dos municípios da RDS, abordando o perfil das organizações, perfil de atuação das organizações, os projetos e ações desenvolvidos, inclusive os que possuem interface em saneamento, e a percepção sobre a qualidade dos serviços de saneamento.

2. O PLANO ESTADUAL DE MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS E ESGOTAMENTO SANITÁRIO – PEMAPES

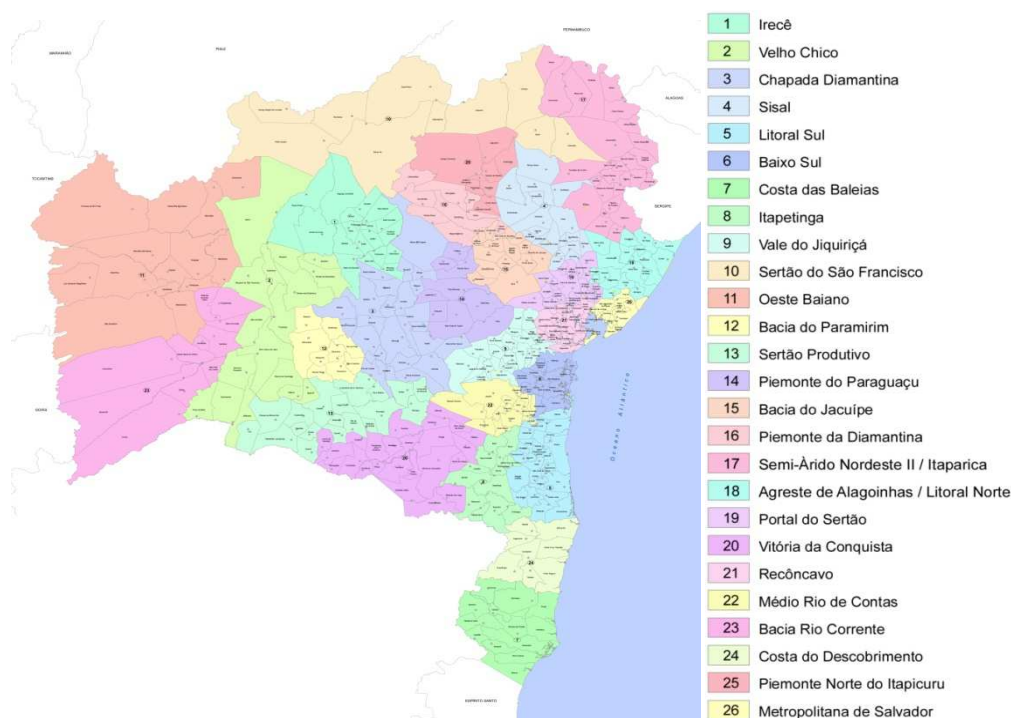
O PEMAPES objetiva o conhecimento da situação em que se encontram os serviços de esgotamento sanitário e de manejo das águas pluviais nas sedes municipais e em determinados distritos do Estado da Bahia e propor ações e diretrizes para a melhoria dos serviços.

O PEMAPES se distingue de planos anteriormente elaborados por estar alinhado às diretrizes nacionais para o saneamento básico definidas na Lei Federal n.º 11.445/07, que instituiu a política federal para o setor, e pela Lei Estadual n.º 11.172/08, que definiu as diretrizes da política estadual. Ressalta-se que a Bahia foi o primeiro estado da federação a estabelecer seu marco regulatório fundamentado na lei federal.

A partir da instituição do marco regulatório do saneamento básico no Estado, a SEDUR lança-se ao planejamento da gestão dos serviços correlatos, buscando definir arranjos e modelos institucionais viáveis que possibilitem as condições para que as metas de universalização e a eficiência dos serviços de águas e esgotos no Estado sejam progressivamente atingidas. Assim, a prestação regionalizada dos serviços de saneamento, cujas normas gerais são orientadas pela Lei dos Consórcios (Lei Federal n.º 11.107/05), passa a ser uma alternativa para que, através de consórcios públicos, os municípios possam atuar de forma conjunta, enfrentando dificuldades inerentes a natureza dos serviços de saneamento e obtenham a economia de escala.

Dentro desse conceito, foram definidos módulos de abrangência regional cuja dimensão preserva a identidade de cada região evitando o enfrentamento de dificuldades que advêm normalmente da heterogeneidade de fatores regionais. Assim, o estado foi dividido em 26 Regiões de Desenvolvimento Sustentável (RDS), cuja conformação é apresentada na **Figura 2.1**.

Figura 2.1 - Regiões de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Estado da Bahia



Com base nessa regionalização o Governo do Estado formulará, com bases legais fundamentadas, sua Política Estadual de Saneamento Básico, estimulando a participação dos municípios na gestão associada da prestação dos serviços correspondentes, buscando viabilizar e ampliar a prestação dos mesmos. Compreendem os serviços o conjunto das ações de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos e manejo de águas pluviais. Assim, de forma consonante, os levantamentos e as proposições do PEMAPES estão sendo desenvolvidos adotando-se as Regiões de Desenvolvimento Sustentável (RDS) como unidades de planejamento.

Por fundamento, o PEMAPES vem proporcionar a discussão dos conceitos de adequabilidade e de sustentabilidade nos estudos e projetos de saneamento no âmbito dos municípios e das unidades de planejamento consideradas. É nessa linha que a integração entre as disciplinas manejo de águas pluviais e esgotamento sanitário é considerada. No contexto, as proposições técnicas do PEMAPES buscam incorporar novas técnicas e práticas voltadas à minimização e retenção do escoamento superficial das águas pluviais no espaço urbano e à possibilidade de reúso controlado de efluentes tratados das águas residuárias.

Destaca-se que no PEMAPES, a caracterização e a interpretação das situações atuais e o planejamento de cenários futuros vêm acontecendo de forma conjunta para os serviços de manejo das águas pluviais e do esgotamento sanitário nas cidades, distritos e aglomerados urbanos contemplados. Esta visão conjunta representa uma abordagem conceitualmente adequada, uma vez que a história e a realidade do Saneamento Básico demonstram que estes seus dois componentes são, na prática, indissociáveis.

De uma forma geral, em face da inexistência do planejamento setorial e da retração do investimento ao longo das últimas décadas, as gestões municipais, principalmente nas cidades de médio e pequeno porte, buscaram as mais diversas alternativas para o afastamento dos esgotos domésticos, disposições estas quase sempre não respaldadas em projeto de engenharia e implantadas sem observar normas e critérios técnicos. Entretanto, é forçoso reconhecer que, via de regra, as infraestruturas existentes, cumprem a função para a qual foram previstas e, ainda que tenham sido executadas de maneira informal e careçam de manutenção, não devam ser sumariamente descartadas nos estudos que advirão. Além disso, ressalta-se que, na maioria das situações, as soluções empregadas são compatíveis com a capacidade de gestão dos municípios e findam contribuindo para a minimização direta de impactos sobre a saúde da população.

Ademais, tem-se que o inciso VIII do artigo 2º da Lei Nacional de Saneamento, apregoa a “utilização de tecnologias apropriadas, considerando a capacidade de pagamento dos usuários e a adoção de soluções graduais e progressivas”. Assim, considera-se que deverão ser avaliadas as possibilidades e as vantagens de utilização da infraestrutura coletora existente, ao tempo em que a destinação de recursos poderá ser focada no tratamento dos efluentes, minimizando as condições de degradação dos corpos receptores. Estratégias dessa ordem poderão vir a ser empregadas até que se tenham condições de ampliar e adequar a infraestrutura coletora, otimizando os sistemas de saneamento, buscando-se a melhoria gradual dos serviços como um conjunto de ações que visa atender a uma coletividade.

Observa-se que em grande número das cidades baianas, consideráveis setores urbanos têm seus esgotos sanitários coletados em regime de condução conjunta com a drenagem pluvial, disposições estas que, em geral, se estabeleceram a partir de situações absolutamente peculiares. Normalmente, as cidades contam com linhas de coleta parcialmente separadoras nos quais esgotos são misturados com

uma parcela de águas pluviais, enquanto a maior parte dessas últimas escoam pelas vias até ser recolhida e transportada por estruturas específicas, estabelecidas nos trechos mais baixos.

As considerações e os conceitos acima apresentados permeiam a metodologia que será definida quando da elaboração dos estudos e Planos de Ação do PEMAPES. Em outras palavras, elas serão úteis para embasar a análise de aspectos centrais dos partidos a serem adotados, nas diversas regiões do Estado, no que se refere a sistemas de esgotamento sanitário e sistemas de drenagem, numa visão integrada do problema. Discutir a escolha entre sistemas unitários e sistemas separadores absolutos passa, necessariamente, pela assimilação de critérios que fundamentem a aceitação de sistemas mistos, uma realidade a ser enfrentada por imposição dos sistemas já existentes. Uma possível predominância dos sistemas mistos motivada pelas condições econômicas do presente não afetará o entendimento de que o ideal é propor soluções por meio de sistemas separadores absolutos, mesmo que, provisoriamente, se devam adotar sistemas mistos.

No contexto, a possibilidade de compartilhamento das linhas de esgotos e das estruturas de drenagem, visando à ampliação da oferta dos serviços, é considerada. Pode-se então prever a adequação da rede existente, e mesmo a implantação de novos dispositivos e estruturas sob regime de condução mista, que podem ser classificados como **Sistemas de Transição**.

Objetivamente, os sistemas de transição poderão conduzir as contribuições para estações de tratamento de esgoto, através da instalação, nas estruturas de macrodrenagem, de dispositivos que possibilitem a captação das “contribuições de tempo seco” ou mesmo através da implantação de condutos interceptores margeando as principais estruturas, contribuindo desta forma para a despoluição dos corpos d’água que atualmente recebem efluentes “in natura”.

Apropriadamente, a promoção do reúso controlado dos efluentes tratados será considerada e, em situações favoráveis serão propostas intervenções correspondentes.

De forma propositiva, o PEMAPES considera a elaboração de um Plano de Ação e indica a implementação de intervenções, tanto estruturais quanto não estruturais, visando a melhoria e a expansão racional dos serviços correlatos.

3. ASPECTOS METODOLÓGICOS

3.1 ESTRATÉGIA DA COLETA DE DADOS

A estratégia de coletas de dados e informações para o diagnóstico geral do manejo das águas pluviais e esgotamento sanitários nas áreas urbanas objeto do Plano compreende basicamente duas etapas, uma de levantamentos de dados secundários e outra de dados primários, sendo que ambas ocorrem com algumas peculiaridades.

Na etapa de levantamento de dados secundários (etapa pré-campo) a estratégia inicial contemplou visitas técnicas a órgãos governamentais e instituições públicas, cuja atuação tem rebatimento no setor de saneamento, para identificação de informações, ações, estudos e projetos disponíveis ou em fase de elaboração, bem como para levantamento de intervenções estruturais propostas ou em implantação. Esses dados e informações, sistematizados por Região de Desenvolvimento Sustentável – RDS possibilitaram, em avaliação preliminar, a visualização do “status” do conjunto dos municípios integrantes do PEMAPES e, de forma peculiar, dos grupos de municípios integrantes das distintas RDS.

A análise das informações secundárias permitiu identificar as ações ou conteúdos que necessitaram ser levantados ou verificados in loco a fim de compor o diagnóstico objeto dos estudos. Em seguida, tiveram início às atividades de campo, para a caracterização da situação sanitária e para colher as impressões que a sociedade tem das questões inerentes. Os levantamentos locais foram conduzidos por equipes multidisciplinares, compostas de profissionais das áreas de engenharia e socioambiental, atuando em articulação com a equipe de coordenação. Os membros das equipes foram previamente capacitados para o nivelamento do conhecimento e para a satisfatória integração, enquanto equipe multidisciplinar.

Para elaboração do diagnóstico são visitadas as sedes municipais integrantes das RDS, as sedes distritais onde existe SES operados pela Embasa e determinadas nucleações urbanas isoladas. Como estratégia de campo, os trabalhos nos municípios têm início após a abordagem institucional dos gestores públicos quando são informados os objetivos e as atividades que integram o Plano. Na sequência, iniciam-se os trabalhos técnicos propriamente ditos, contando com a participação de gestores e operadores dos serviços de saneamento, e são realizadas entrevistas com representantes das redes sociais atuantes nos municípios.

A fim de facilitar as observações de campo e o registro de dados, foram elaborados formulários temáticos com o objetivo de organizar as informações, agilizar a permanência das equipes em campo, facilitar a sistematização dos dados, possibilitar a reparação de eventuais falhas e facilitar a tabulação ou valoração futura dos dados obtidos.

Os dados coletados em campo integram o sistema de informações do PEMAPES, elaborado em parceria com a SEDUR.

3.2 ESTRATÉGIA DE VALORAÇÃO DO DIAGNÓSTICO

A avaliação da situação das águas urbanas e dos serviços correlatos, em cada região de desenvolvimento sustentável, é efetuada a partir de conjunto de informações diagnosticadas em campo. Os dados obtidos possibilitam análises e o estabelecimento de indicadores e índices de fragilidade que

caracterizam a situação em cada município. Com as informações levantadas são compostos quadros que sintetizam os principais componentes analisados.

Cada componente é analisado a partir de uma coleção de fatores que potencializam a fragilidade do sistema em observação. Cada fator apresentado nos estudos está relacionado aos elementos obtidos a partir das informações primárias e secundárias levantadas.

Identificados os fatores associados ao componente realçado, o passo seguinte é a qualificação do fator naquela localidade em função dos dados obtidos e das observações de campo. Efetuada a qualificação, é atribuído um indicador que representa o potencial de fragilidade que aquele fator apresenta para o componente e, conseqüentemente, para o serviço como um todo. A média ponderada do conjunto de indicadores compõe um índice de fragilidade associado ao componente, sintetizando a análise efetuada sobre o tema na localidade.

Assim, nessa etapa de diagnóstico, cada localidade apresenta, para cada componente dos serviços, um índice que o caracteriza e que corresponde à média ponderada dos indicadores associados aos fatores levados em conta para a classificação.

Quando do início da etapa de formulação de estratégias para Plano de Ações, critérios específicos para o enquadramento e hierarquização serão adotados visando subsidiar a priorização das cidades, onde as proposições e intervenções se fazem necessárias.

4. CARACTERIZAÇÃO DA RDS

4.1 ASPECTOS AMBIENTAIS

A Região de Desenvolvimento Sustentável do Litoral Sul, que margeia o oceano Atlântico, limita-se ao norte, praticamente, pelos rios Congoji e de Contas, e estende-se para o sul por uma faixa de terras com 70 a 90 km do litoral, até atingir o Rio Pardo, ultrapassando-o apenas nos limites dos municípios de Canavieiras, Mascote e Santa Luzia.

Face à sua situação geográfica, o litoral sul da Bahia está subordinado a um clima sem estação seca com chuvas bem distribuídas ao longo do ano. O total das precipitações varia conforme faixas subparalelas à costa úmida, a leste, com precipitações pluviométricas anuais superiores a 1600 mm, chegando a extremos de 2.046 mm em Ilhéus e 2.410 mm em Itacaré. Segue-se uma faixa subúmida, com precipitações entre 1.300 mm e 1.600 mm, onde se enquadram diversos municípios. E por fim, uma terceira faixa climática, mais a oeste, com chuvas de verão e seca entre outono e inverno, a qual é amenizada pelas chuvas ligadas às frentes frias que atingem a região nesta época do ano, onde as precipitações variam entre 900 mm e 1.300 mm. As oscilações térmicas oferecem pequenas variações entre as diferentes regiões pluviais, ficando entre 24,0°C e 24,6°C nas regiões mais pluviosas, o que favorece o intemperismo das rochas.

A cobertura vegetal reflete principalmente as características climáticas, em especial, a quantidade e distribuição das chuvas e, neste particular, a zona costeira do sul da Bahia se integra ao domínio da Floresta Ombrófila Densa, gradando a oeste, para Floresta Estacional Semidecidual, formando, ainda, um núcleo na região centro-ocidental, de Floresta Estacional Decidual. Muitas são as referências feitas à magnitude desta floresta tropical, tendo sido chamada de hiléia baiana. A sua exuberância é percebida no conjunto, pela estrutura vertical e horizontal, pela presença de espécies amazônicas e sul-atlânticas, pela alta biodiversidade lenhosa, pela ocorrência de numerosas espécies endêmicas regionais e restritas, bem como, pela ocorrência de variadas tipologias vegetais.

A atividade agropecuária está disseminada mais na porção oeste que na leste, onde naquela já fez grandes devastações e nesta, a utilização agrícola tem relevância com a cultura do cacau em sistema denominado cabrucado, em mais de 50% da área cultivada, o que significa um desbaste da vegetação nativa com retirada parcial das árvores, permitindo a penetração da luz e, ao mesmo tempo minimizando a ação dos processos erosivos e impactos ambientais causados pela agricultura. O cacau-cabruca é um sistema ecológico produtivo que se baseia na substituição de estratos florestais por uma cultura de interesse econômico implantado no sub-bosque de forma descontínua, não prejudicando as relações mesológicas com os sistemas remanescentes.

O relevo regional identifica seis grandes ambientes morfopedológicos, que podem ser assim sintetizados: as Planícies Marinhas e Fluvio-marinhas com melhor representação na foz dos Rios Pardo e Jequitinhonha, constituídas por depósitos arenosos recentes formando um complexo de solos aluviais, hidromórficos, orgânicos e salinos, recobertos por vegetação de restinga e manguezais. Os Tabuleiros Costeiros representados por superfícies planas recortadas por vales encaixados, recobertos por solos latossólicos argilosos que ocupam extensas áreas ao sul de Ilhéus. Os Tabuleiros Dissecados do Rio Pardo constituídos por rochas sedimentares com altitudes entre 100 e 300m, recobertos por solos espessos e vegetação de Floresta Ombrófila. A Depressão de Itabuna caracteriza-se por um relevo

parcialmente dissecado, configurando lombadas, nos vales dos rios Colônia e Salgado, expondo solos pouco profundos e de alta fertilidade, derivados de gnaisses-biotita, sob área de floresta primária transformada em pastagem. As Serras e Maciços, e Tabuleiros Pré-Litorâneos que emolduram a oeste e norte a Depressão de Itabuna são recobertas por solos pouco profundos e profundos utilizados como pastagem.

Os recursos hídricos subterrâneos não são promissores nesta região uma vez que as rochas que formam o substrato pertencem, predominantemente, ao embasamento cristalino, portanto, são rochas duras e não porosas, constituindo-se em um aquífero de baixo potencial hídrico e qualidade inferior, referenciado às falhas e fraturas. Há pequenas superfícies ao sul e sudeste da região embasadas por rochas sedimentares e por coberturas terciário-quadernárias, as quais têm maior potencial. Já os recursos hídricos de superfície são, em geral, abundantes e de boa qualidade uma vez que a região se insere em clima de altas precipitações pluviométricas, podendo, no entanto, ocorrer menor disponibilidade e qualidade na faixa mais a oeste, onde as nascentes possam estar em áreas de chuvas mais escassas e drenem superfícies de rochas cristalinas.

▪ **Qualidade das águas**

O Estado da Bahia possui regiões hidrográficas com características diversas, havendo tanto áreas com rios caudalosos quanto áreas com rios de pequena vazão e até intermitentes. Esses corpos d'água, assim como áreas de alagadiços, represas, etc, têm apresentado uma redução de sua qualidade ambiental, consequência de atividades humanas na zona rural e na zona urbana. Como destaque tem-se a remoção da mata ciliar na zona rural e, na zona urbana o lançamento de esgotos e lixo causando aumento da poluição, danos à saúde, perda da vida aquática e prejuízos a atividades econômicas.

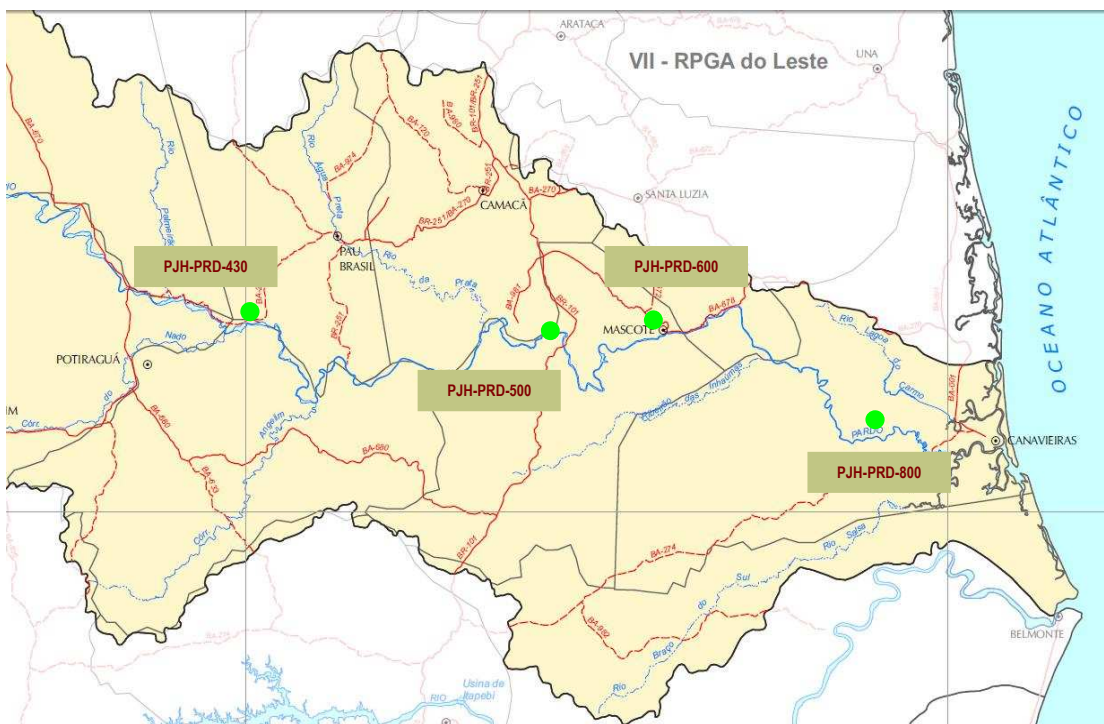
No presente caso da RDS 5 as sedes municipais estão inseridas nas bacias hidrográfica dos Rios de Contas, Almada, Cachoeira, (com seus afluentes Colônia, Salgado), Una e Pardo. Essas bacias, conforme divisão das Regiões de Planejamento de Gestão das Águas nas RPGA 4 (Rio de Contas), RPGA 3 (Bacia Leste com as bacias hidrográficas dos rios Almada, Cachoeira e Una) e RPGA 2 (Bacias do Pardo e Jequitinhonha). O INGA – Instituto das Águas e Clima da Secretaria de Meio Ambiente tem realizado um monitoramento trimestral, em continuidade à série histórica antes realizada pelo IMA. Na bacia hidrográfica do Rio de Contas (4ª RPGA) tem-se 15 pontos de amostragens, sendo dois referentes à área em estudo. Na RPGA 3 (Bacia Leste) são 13 pontos, sendo 5 referentes à área em estudo e Na RPGA 2 (Bacia Pardo e Jequitinhonha) são 13 pontos, sendo três referente à área em estudo. As **Figuras 4.1, 4.2 e 4.3** apresentam a localização dos pontos de monitoramento das águas desses rios.

Figura 4.1 – Rede de amostragem da RPGA do Rio de Contas



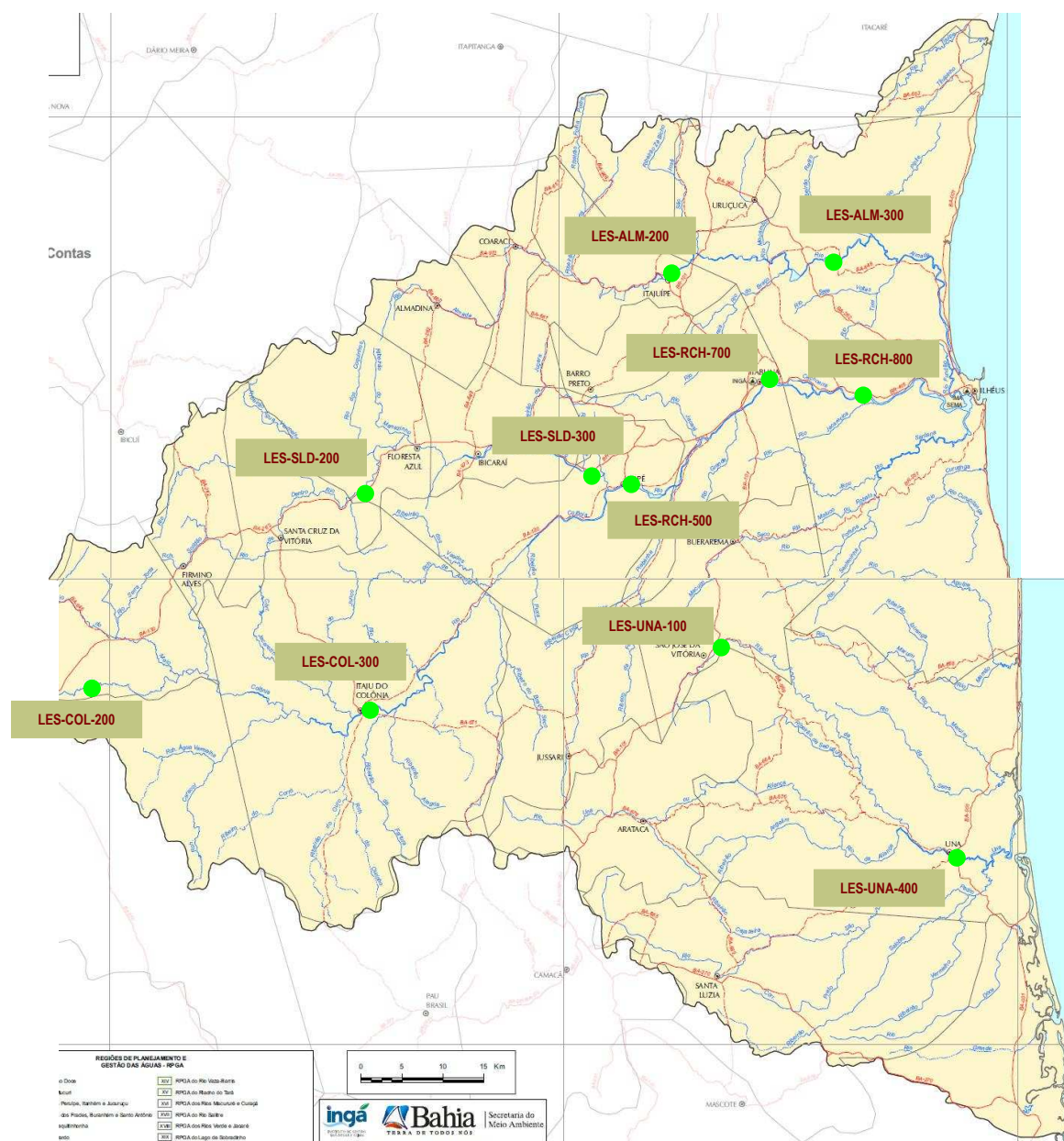
Fonte: Relatório do Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas do Estado da Bahia. INGA, 2009

Figura 4.2 – Rede de amostragem da RPGA do Rio Pardo.



Fonte: Relatório do Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas do Estado da Bahia. INGA, 2009

Figura 4.3 – Rede de amostragem da RPGA dos Rios Almada, Cachoeira, Colônia e Una



Fonte: Relatório do Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas do Estado da Bahia. INGA, 2009

Observa-se que muitas das estações situam-se na zona rural à montante ou à jusante das sedes municipais, de modo que a qualidade das águas monitoradas não necessariamente traduz a poluição específica nas mesmas, já que parte dessa poluição é depurada ao longo desses córregos. O **Quadro 4.1** apresenta as cidades da RDS 5 com as bacias hidrográficas, os respectivos rios em que estas se situam e os pontos de monitoramento situados próximos às mesmas:

Quadro 4.1 - Bacias hidrográficas, cidades da RDS 5, Rios e pontos de monitoramento da qualidade das águas.

BACIA HIDROGRÁFICA	CIDADE	RIO	PONTO DE MONITORAMENTO
Rio de Contas	Aurelino Leal	Contas	CON-COM-300
	Itacaré	Contas (fz)	-
	Itapitanga	Gongogi (Três Braços)	-
	Ubaitaba	Contas	CON-COM-300
Rio Almada	Almadina	Almada	-
	Itajuípe	Almada	LES-ALM-200
	Uruçuca	Mocambo	-
	Coaraci	Almada	-
Rio Cachoeira	Barro Preto		-
	Buerarema	Jacaré	-
	Ilhéus	Santana	-
	Itabuna	Cachoeira (fz)	-
	Itapé	Cachoeira	LES-RCH-500
Rio Colônia	Itaju do Colônia	Colônia	LES-COL-300
	Jussari	Colônia	-
	Floresta Azul	Rio de Dentro	-
Rio Salgado	Ibicarai	Salgado	-
	Santa Cruz da Vitória	Rio de Dentro	-
	Arataca	Una	-
Rio Una	Santa Luzia,	São Pedro	-
	São José da Vitória	Afluente	LES-UMA-100
	Una	Una	LES-UMA-400
	Camacan	Pardo	-
Rio Pardo	Canavieiras	Pardo (fz)	-
	Mascote	Pardo	PJH-PRD-600
	Pau Brasil	Prata	-

O **Quadro 4.2** apresenta os resultados de turbidez, sólidos totais, oxigênio dissolvido, DBO, nitrogênio total, fósforo total e coliformes termotolerantes das quatro campanhas de amostragem nos Rios de Contas, Almada, Cachoeira, Colônia, Salgado, Una e Pardo no ano de 2009, realizadas pelo INGA.

Quadro 4.2 – Qualidade da água dos Rios de Contas, Almada, Cachoeira, Colônia, Salgado, Una e Pardo – 2009

MANANCIAL	PONTO DE MONITORAMENTO	CAMPANHA	PARÂMETROS						
			Turbidez (NTU)	Sólidos Totais (mg/L)	Oxigênio Dissolvido (mg/L)	DBO (mg/L)	N Total (mg/L)	P Total (mg/L)	Coliformes Termotolerantes (NMP)
RIO DE CONTAS	CON-CON-700	1ª	1,5	229	4,5	4,2	2,0	0,074	130
		2ª	1,3	123	5,2	1,0	<0,17	0,034	64
		3ª	1,3	175	6,1	<1,0	<0,17	0,042	60
		4ª	6,6	140	4,4	3,9	1,10	0,233	500
	CON-CON-800	1ª	3,8	168	5,8	ND	2,0	0,044	8.200
		2ª	2,0	247	4,9	1,1	3,4	0,047	2.200
		3ª	2,5	155	6,6	1,4	0,50	0,044	2.900
		4ª	1,8	128	4,2	3,2	3	0,277	2.700
RIO ALMADA	LES-ALM-200	1ª	2,9	99	2,1	<1,0	1,9	0,085	160
		2ª	12,7	92,7	4,4	1,4	0,8	0,562	230
		3ª	5,3	80	3,5	1,1	0,70	0,184	280
		4ª	13,6	177	6,7	11,8	3,3	0,681	36
	LES-ALM-300	1ª	3,9	112	4,6	1,3	1,4	0,104	2.400
		2ª	15,8	103	5,6	1,2	1,5	0,145	100
		3ª	2,8	65	5,7	<1,0	0,70	0,176	20
		4ª	1,93	103	3,9	ND	2,3	0,055	880
RIO CACHOEIRA	LES-RCH-500	1ª	14,4	295	7,9	1,8	1,0	0,273	900
		2ª	46	269	4,3	1,9	1,8	0,388	2.900
		3ª	3,1	269	5,9	<1,0	<0,17	0,201	33
		4ª	266	310	3,2	<1,0	2,3	0,082	1.700
	LES-RCH-700	1ª	20,9	326	1,7	4,8	4,9	0,711	19.000
		2ª	66,2	277	5,0	3,3	2	0,61	3.000
		3ª	6,3	320	1,5	2,9	2,50	0,616	37.000
		4ª	237	404	3,9	26,1	7,4	0,037	24.000
	LES-RCH-800	1ª	13,2	156	4,3	2,5	3,1	0,107	75
		2ª	33	282	5,3	2,4	2	0,383	4.600
		3ª	7,0	287	4,8	<1,0	2,50	0,547	11.000
		4ª	1734	442	5,0	26,7	7,4	0,059	41
RIO COLÔNIA	LES-COL-200	1ª	28,4	153	1,2	26,0	7,7	0,889	2.500.000
		2ª	13,5	116	4,8	5,5	3,9	0,402	84.000
		3ª	40,0	107	2,7	4,6	3,90	0,649	5.800.000
		4ª	54,8	282	0,1	45,6	11,9	2,070	2.000.000
	LES-COL-300	1ª	11,7	416	7,8	3,7	1,6	0,237	820
		2ª	45,3	323	6,0	1,3	1,5	0,289	2.200
		3ª	20,2	235	5,7	<1,0	0,60	0,196	260
		4ª	3,76	307	6,2	ND	5,2	0,202	460
RIO SALGADO	LES-SLD-200	1ª	7,1	770	4,7	2,3	1,4	0,180	75
		2ª	5,96	1100	4,6	1,3	1,1	0,215	65
		3ª	4,2	1260	4,3	1,7	0,80	0,209	9
		4ª	11,1	2415	5,7	ND	2,0	0,794	22
	LES-SLD-400	1ª	4,8	266	5,8	2,2	ND	0,151	1.300
		2ª	9,79	276	5,4	1,4	4	0,181	40
		3ª	4,1	309	5,6	1,9	1,20	0,196	120
		4ª	1,56	267	5,4	ND	4,5	0,360	340

MANANCIAL	PONTO DE MONITORAMENTO	CAMPANHA	PARÂMETROS						
			Turbidez (NTU)	Sólidos Totais (mg/L)	Oxigênio Dissolvido (mg/L)	DBO (mg/L)	N Total (mg/L)	P Total (mg/L)	Coliformes Termotolerantes (NMP)
RIO UNA	LES-UNA-100	1ª	7,2	77	2,5	1,2	ND	0,064	7.000
		2ª	13,2	89,2	4,6	1,9	1,2	0,057	140
		3ª	5,8	60	4,8	1,4	0,70	0,121	390
		4ª	3,2	71	0,9	ND	2,4	0,058	1.200
	LES-UNA-400	1ª	5,4	239	4,9	1,2	ND	0,040	6.600
		2ª	7,68	49,3	6,4	1,1	0,7	0,04	4
		3ª	3,1	25	4,5	1,2	1,30	0,095	31
		4ª	2,73	61	3,8	ND	2,2	0,045	1.400
RIO PARDO	PJH-PRD-430	1ª	33,7	251	4,51	1,2	ND	0,039	100
		2ª							
		3ª	5,66	132	5,4	<1,0	2,1	0,038	7
		4ª	8,2	167	5,0	<1,0	1,7	0,045	26
	PJH-PRD-500	1ª	39,9	304	4,89	1,2	ND	0,166	270
		2ª	3,25	143	4,8	<1,0	0,9	0,070	370
		3ª	3,13	149	5,8	1,3	0,30	0,037	38
		4ª	11,5	189	5,1	1,6	1,30	0,059	110
	PJH-PRD-600	1ª	38,2	292	5,18	1,6	ND	0,038	780
		2ª	16,10	151	5,7	1,0	0,8	0,055	120
		3ª	3,83	132	5,0	2,8	<0,17	0,031	130
		4ª	11,0	193	5,2	<1,0	1,00	0,056	470
	PJH-PRD-800	1ª	51,1	371	4,61	1,7	1,0	ND	210
		2ª	22,40	149	5,1	1,0	1,0	0,067	92
		3ª	8,95	157	4,2	<1,0	2,2	0,057	0
		4ª	17,3	220	5,0	1,4	6,9	0,067	110
Valor de referência CONAMA 357/05			<100			>5,0		<0,100	<1.000

O **Quadro 4.3** apresenta o Índice de Qualidade da Água - IQA das amostras dos pontos monitorados dos Rios de Contas, Almada, Cachoeira, Colônia, Salgado, Una e Pardo, no ano de 2009.

Quadro 4.3 – Resultado do Índice de Qualidade da Água - IQA dos Rios de Contas, Almada, Cachoeira, Colônia, Salgado, Una e Pardo - 2009.

MANANCIAL	PONTO DE MONITORAMENTO	CAMPANHAS 2009			
		1º	2º	3º	4º
RIO DE CONTAS	CON-CON-700	BOA	BOA	BOA	BOA
	CON-CON-800	BOA	BOA	BOA	BOA
RIO ALMADA	LES-ALM-200	BOA	BOA	BOA	BOA
	LES-ALM-300	BOA	BOA	ÓTIMA	BOA
RIO CACHOEIRA	LES-RCH-500	BOA	REGULAR	BOA	BOA
	LES-RCH-700	RUIM	REGULAR	RUIM	RUIM
	LES-RCH-800	BOA	BOA	BOA	RUIM
RIO COLÔNIA	LES-COL-200	RUIM	REGULAR	RUIM	RUIM
	LES-COL-300	BOA	BOA	BOA	BOA
RIO SALGADO	LES-SLD-200	BOA	BOA	BOA	BOA
	LES-SLD-400	BOA	BOA	BOA	BOA
RIO UNA	LES-UNA-100	REGULAR	BOA	BOA	REGULAR
	LES-UNA-400	BOA	ÓTIMA	BOA	BOA
RIO PARDO	PJH-PRD-430	BOA		ÓTIMA	BOA
	PJH-PRD-500	BOA	BOA	ÓTIMA	BOA
	PJH-PRD-600	BOA	BOA	BOA	BOA
	PJH-PRD-800	BOA	BOA	BOA	BOA

O **Quadro 4.4** apresenta o índice do Estado Trófico das amostras dos pontos monitorados dos Rios de Contas, Almada, Cachoeira, Colônia, Salgado, Una e Pardo, no ano de 2009.

Quadro 4.4 – Resultado do índice do estado trófico para amostras dos Rios de Contas, Almada, Cachoeira, Colônia, Salgado, Una e Pardo - 2009.

MANANCIAL	PONTO DE MONITORAMENTO	CAMPANHAS 2009		
		2º	3º	4º
RIO DE CONTAS	CON-CON-700	OLIGOTRÓFICO	ULTRAOLIGOTRÓFICO	HIPEREUTRÓFICO
	CON-CON-800	MESOTRÓFICO	MESOTRÓFICO	MESOTRÓFICO
RIO ALMADA	LES-ALM-200	MESOTRÓFICO	MESOTRÓFICO	EUTRÓFICO
	LES-ALM-300	OLIGOTRÓFICO	ULTRAOLIGOTRÓFICO	HIPEREUTRÓFICO
RIO CACHOEIRA	LES-RCH-500	MESOTRÓFICO	EUTRÓFICO	MESOTRÓFICO
	LES-RCH-700	MESOTRÓFICO	MESOTRÓFICO	EUTRÓFICO
	LES-RCH-800	MESOTRÓFICO	EUTRÓFICO	EUTRÓFICO
RIO COLÔNIA	LES-COL-200	OLIGOTRÓFICO	EUTRÓFICO	EUTRÓFICO
	LES-COL-300	OLIGOTRÓFICO	EUTRÓFICO	SUPEREUTRÓFICO
RIO SALGADO	LES-SLD-200	EUTRÓFICO	MESOTRÓFICO	MESOTRÓFICO
	LES-SLD-400	ULTRAOLIGOTRÓFICO	MESOTRÓFICO	MESOTRÓFICO
RIO UNA	LES-UNA-100	MESOTRÓFICO	ULTRAOLIGOTRÓFICO	EUTRÓFICO
	LES-UNA-400	ULTRAOLIGOTRÓFICO	ULTRAOLIGOTRÓFICO	MESOTRÓFICO
RIO PARDO	PJH-PRD-430		OLIGOTRÓFICO	MESOTRÓFICO
	PJH-PRD-500	MESOTRÓFICO	MESOTRÓFICO	MESOTRÓFICO
	PJH-PRD-600	OLIGOTRÓFICO	MESOTRÓFICO	EUTRÓFICO
	PJH-PRD-800	EUTRÓFICO	MESOTRÓFICO	EUTRÓFICO

Os relatórios indicam a predominância de rios com qualidade inferior à prevista pela legislação ambiental, em especial aos parâmetros oxigênio dissolvido (baixo teores) e coliforme termotolerante (alto teores), sendo possivelmente o lançamento de esgoto doméstico a principal causa, dado que a quase totalidade das cidades e povoados desta região situam-se às margens de rios e córregos, facilitando a opção de se lançar os esgotos diretamente nesses corpos d'água. Ressalta-se a que a região possui altos índices pluviométricos e uma boa rede de rios perenes, de modo que por haver pouca dificuldade de se encontrar mananciais de abastecimento protegidos, (salvo para grandes centros como Ilhéus e Itabuna), a falta de preservação dos rios que passam pelas cidades interfere pouco com o cotidiano da população local. O teor de fósforo é alto na maioria dos pontos, mesmo naquele afastados de cidades. Esses valores são decorrentes do lançamento de esgoto e também pelo carreamento do solo local com alto teor de matéria orgânica, e pelo o uso de adubos químicos na atividade agro-pastoril.

Nos pontos localizados próximo às cidades, percebe-se a queda da qualidade das águas e a presença de valores mais altos de Coliformes termotolerantes, mesmo em rios de grande vazão como é o caso do Rio de Contas, ao passar pelas cidades de Ubaitaba e Aurelino Leal (ponto CON-CON-800). O ponto CON-CON-700 localizado distante de centros urbanos apresenta uma qualidade água melhor, mesmo com a presença de lançamentos de esgotos de cidades à montante. Muito provavelmente pela alta capacidade de autodepuração que o rio possui neste trecho (vazão alta e pequenas corredeiras). Desse modo as condições de balneabilidade de vida aquática são recuperadas, porém permanecem os altos valores de Fósforo e conseqüente processo de eutrofização.

O Rio Almada apresenta uma condição similar a do Rio de Contas, com baixa qualidade de suas águas, em pontos próximos a núcleos urbanos, mas com recuperação ao longo do seu curso.

O Rio Cachoeira e seus principais tributários (Colônia e Salgado) recebem a carga poluidora de várias cidades à montante, tendo uma condição ruim no trecho à jusante de Itabuna e nas proximidades dos centros urbanos. Seu leito com pedras e pequenas correntezas possibilitam uma melhora nos períodos de cheia, mas uma grande baixa de qualidade nos períodos de seca devido à formação de pequenas lagoas com baixa circulação de água. Porém, de um modo geral, percebe-se à baixa qualidade. Na cidade de Ilhéus, em face à condição estuarina, com um grande volume de água para diluição, tem-se uma redução do impacto devido a essa poluição.

Os Rios Una e Pardo apresentam águas de melhor qualidade, porém ainda com baixos teores de Oxigênio Dissolvido.

A condição geral dos valores de IQA mostra que apesar de haver lançamento de esgotos ao longo das bacias desses rios, o comprometimento significativo da qualidade se dá no Rio Cachoeira, porém, no período de cheia a condição volta a uma qualidade aceitável. Com relação ao processo de eutrofização tem-se a presença de altos níveis de fósforo também neste rio.

Destaca-se também, o fato de que os usuais sistemas de tratamento de esgoto têm uma baixa eficiência de remoção de nitrogênio e fósforo. Sua remoção pode ser feita por tratamentos terciários, cujo valor de investimento e operacional é inviável para esta situação, ou por meio de aplicação do efluente no solo, o que solucionaria este problema, além de reduzir os outros inerentes da região, como a pouca disponibilidade de água.

▪ Unidades de Conservação

O Estado da Bahia possui 54 Unidades de Conservação (excluindo-se as reserva particular do patrimônio natural), sendo 41 estaduais e 13 federais. Dentre essas unidades 32 são Áreas de Proteção Ambiental (APA), demonstrando mais expressividade em termos de unidades de conservação constituídas. Essas unidades, em geral, possuem grande extensão territorial, e permitem certo grau de ocupação humana. Dotadas de atributos importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, sejam esses de natureza abiótico, biótico, estética ou cultural, as APA tem como objetivo básico proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.

Quadro 4.4 – Unidades de Conservação do Estado da Bahia por tipologia

UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	QUANTIDADE
Estadual	
Parque Estadual	3
Monumento Natural	2
Estação Ecológica	2
Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE)	2
APA	32
Subtotal	41
Federal	
Parque Nacional	5
Estação Ecológica	1
Refúgio de Vida Silvestre	1
Reserva Biológica	1
Área de Relevante Interesse Ecológico	1
Floresta Nacional	2
Reserva Extrativista	2
Subtotal	13
TOTAL	54

Nota: Não foram consideradas as reserva particular do patrimônio natural

As Unidades de Conservação são espaços de território com características naturais relevantes e limites definidos, instituído pelo Poder Público para que se garanta a proteção e conservação dessas características naturais. São sete as unidades de conservação com áreas inseridas na RDS 5, vistas no mapa seguinte. Há uma diversidade de tipos de unidades de conservação presentes nesta região sendo três categorias de Unidades de Proteção Integral: uma área de Reserva Biológica (RB), um Parque Estadual e uma área de Refúgio de Vida Silvestre (RVS) e duas categorias de Unidades de Uso Sustentável: três Áreas de Proteção Ambiental (APA) e uma área de Reserva Extrativista (RESEX).

As Unidades de Uso Sustentável possuem o objetivo de compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável dos recursos naturais. Já as Unidades de Proteção Integral não podem ser habitadas pelo homem, tendo o objetivo de admitir apenas o uso indireto dos seus recursos naturais. A seguir, são descritas as categorias e as unidades de conservação existentes.

A Área de Proteção Ambiental é em geral bem extensa e constituída de terras públicas e/ou privadas. A APA Baía de Camamu está localizada numa região que engloba os municípios de Camamu, Maraú e Itacaré, possuindo 118.000 hectares de área total. Sua criação foi dada a partir do Decreto nº 8.175 de 27 de fevereiro de 2002. Esta APA é importante para preservar os manguezais, as águas doces, salinas e salobras, instruir quanto ao uso e ocupação do solo, além de colocar em prática o combate a pesca predatória e o desenvolvimento das atividades socioeconômicas compatíveis com o LAC (Limite aceitável de câmbio). A Baía de Camamu é a terceira maior Baía brasileira, localizada numa região conhecida como costa do Dendê. Estão presentes nesta APA importantes áreas com o a Lagoa do Cassange, manguezais, fragmentos de Mata Atlântica se restabelecendo, além de praias e piscinas naturais. A Baía de Camamu sofre com problemas como ocupação desordenada do solo, desmatamento de manguezais e invasão de áreas de preservação permanente. A APA Costa de Itacaré/Serra Grande localiza-se ao norte da Costa do Cacau, abrangendo os municípios de Ilhéus, Uruçuca e Itacaré, e ocupando uma área de 62.960 hectares. Ela foi criada a partir do Decreto nº 8.649 de 22 de setembro de 2003. A importância desta APA é principalmente devido aos remanescentes da Mata Atlântica e seus ecossistemas

RDS 05 - LITORAL SUL

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO FEDERAIS E ESTADUAIS

14°15'S

14°15'S

15°0'S

15°0'S

15°45'S

15°45'S

Nome: APA Baía de Camamu
Municípios: Camamu, Maraú e Itacaré
Gestor: Eliana Fonseca
Legislação Vigente: D.E. nº 8.175 de 27.02.02
Plano de Manejo: Em Elaboração
C. Gestão: Em Formação
Órgão Gestor: SFC

Nome: APA Costa de Itacaré/ Serra Grande
Municípios: Ilhéus, Itacaré e Uruçuca
Gestor: Marcelo Aurélio
Legislação Vigente: D.E. nº 8.649 de 22.09.03
Plano de Manejo: Existe
C. Gestão: Existe
Órgão Gestor: SFC

Nome: Parque Serra do Conduru
Municípios: Ilhéus, Itacaré e Uruçuca
Gestor: Marcelo Barreto
Legislação Vigente: D.E. nº 8.702 de 04.11.03
Plano de Manejo: Existe
C. Gestão: Existe
Órgão Gestor: SFC

Nome: APA Lagoa Encantada e Rio Almada
Municípios: Ilhéus, Uruçuca, Itajuípe, Coaraci e Almadina
Gestor: Márcia Virgínia
Legislação Vigente: D.E. nº 8.650 de 22.09.03
Plano de Manejo: Existe
C. Gestão: Existe
Órgão Gestor: SFC

Nome: R.B. de Una
Ano de Criação: 1980
Municípios: Ilhéus e Una
Bioma: Mata Atlântica
Obs.: Polígono elaborado pelo MMA em Dezembro de 2007

Nome: R.V.S de Una
Ano de Criação: 2007
Municípios: Ilhéus
Bioma: Mata Atlântica
Obs.: Polígono elaborado pelo MMA

Nome: RESEX de Canavieiras
Ano de Criação: 2006
Municípios: Una, Canavieiras e Belmonte
Bioma: Marinho/Costeiro
Obs.: Polígono elaborado pelo CNPT

Convenções

- Sedes Municipais
- ~ Rios Perenes e Intermitentes
- Barragens / Açudes
- Unidades de Conservação Federais
- Proteção Integral
- Uso Sustentável
- Unidades de Conservação Estaduais
- Proteção Integral
- Uso Sustentável

Localização



Fonte: UC Federais e Estaduais, SEMA, 2007 e 2008.

MINAS
GERAIS

0 10 20 km

associados. Costa de Itacaré/Serra Grande possui uma região costeira, conjuntos de praias e matas ciliares. Esta região possui problemas relacionados à ocupação desordenada do centro urbano, lançamentos de esgotos domésticos nos rios e nas praias, invasão de Áreas de Preservação Permanente, destino inadequado de resíduos sólidos, pesca predatória, desmatamentos e queimadas. A APA Lagoa Encantada e Rio Almada estão localizada no Litoral Sul da Bahia, abrangendo os municípios de Ilhéus, Uruçuca, Itajuípe, Coaraci e Almadina, com uma área total de 157.745 hectares. Esta APA faz parte da bacia hidrográfica do Rio Almada. Sua criação deu-se a partir do Decreto nº 8.650 de 22 de fevereiro de 2003. Esta APA é importante por possibilitar a conciliação da prática de atividades econômicas com interesses ambientais. A Lagoa Encantada é uma formação de rios e a APA abrange uma área litorânea e manguezais. Sofre conflitos por poluição dos mananciais, ausência de saneamento básico, pesca irregular, desmatamento, queimadas e contrabando de animais silvestres.

Uma Reserva Extrativista é uma determinada área onde a população local é extrativista e sua subsistência é baseada na agricultura e criação de animais de pequeno porte. A recente criação da Área de Reserva Extrativista de Canavieiras tem por objetivo proteger os meios de vida e a cultura da população extrativista residente na área de sua abrangência e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade. Além de abranger parte dos municípios de Canavieiras Una e Belmonte, também incorpora uma faixa marítima próxima a costa.

O Parque Estadual preserva os ecossistemas naturais de grande relevância, tornando possível a realização de pesquisas científicas e desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental. O Parque Estadual Serra do Conduru está inserido da Bacia Hidrográfica do Leste e abrange os municípios de Ilhéus, Itacaré e Uruçuca, com uma área total de 9.275 hectares. Este Parque é importante, pois possui um alto potencial para conservação da biodiversidade biológica, com cerca de 458 espécies de árvores por hectare. Além disso, possui remanescentes florestais de Mata Atlântica da Costa Nordeste. Possui conflitos que estão relacionados com o desmatamento e retirada ilegal de madeira, caça predatória e regularização fundiária.

A Reserva Biológica possui como objetivo a preservação integral dos recursos naturais existentes em seus limites, sem interferências diretas humanas ou modificações ambientais. A Reserva Biológica de Una abrange os municípios de Ilhéus e Una e possui uma área total de 10.641 hectares. A importância dessa Reserva é dada pela proteção de mananciais hídricos e manutenção da biodiversidade. O problema mais crítico dessa unidade é o desmatamento sem controle. Além disso, a caça e a invasão de posseiros também afetam o local.

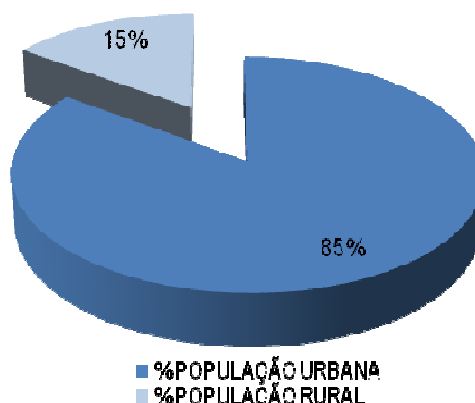
4.2 PERFIL SOCIOECONÔMICO

▪ Perfil demográfico

A Região de Desenvolvimento Sustentável do Litoral Sul é composta por 26 municípios e ocupa uma área total de 15.563 km² representando 2,8% da área total do Estado.

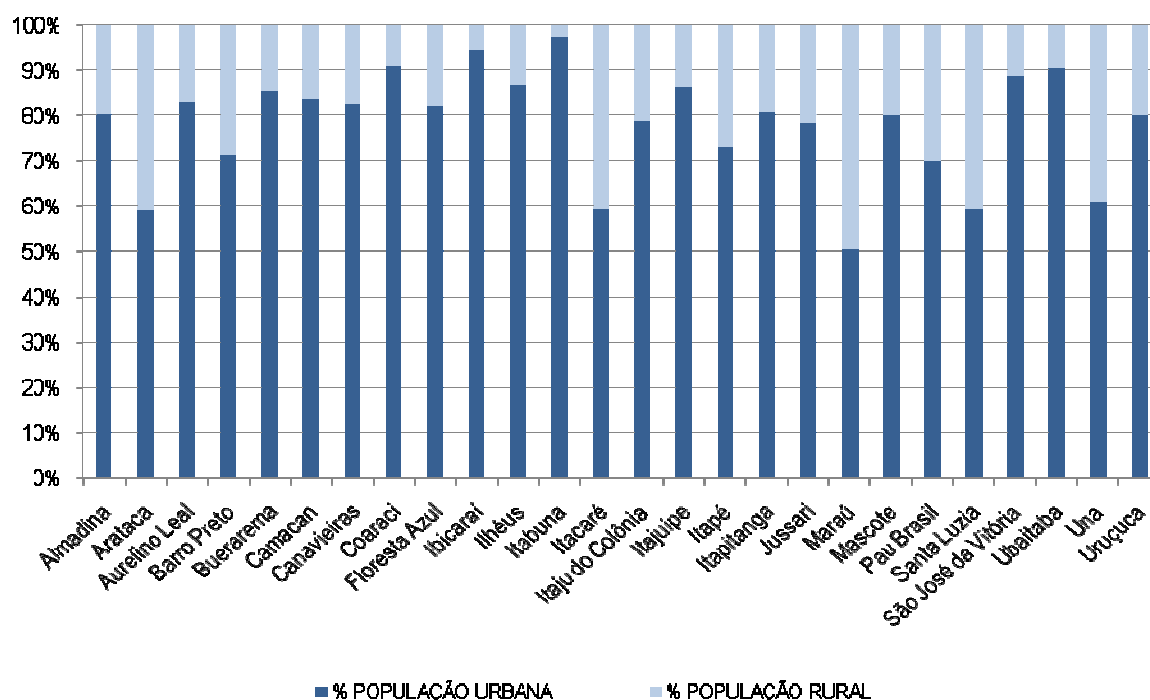
A população total atual da RDS é 836.975 habitantes, apresentando um perfil demográfico predominantemente urbano (85%), ficando acima da tendência verificada no estado, cuja população atual urbana é da ordem de 60%.

Gráfico 4.1 – Perfil demográfico da população - RDS 5



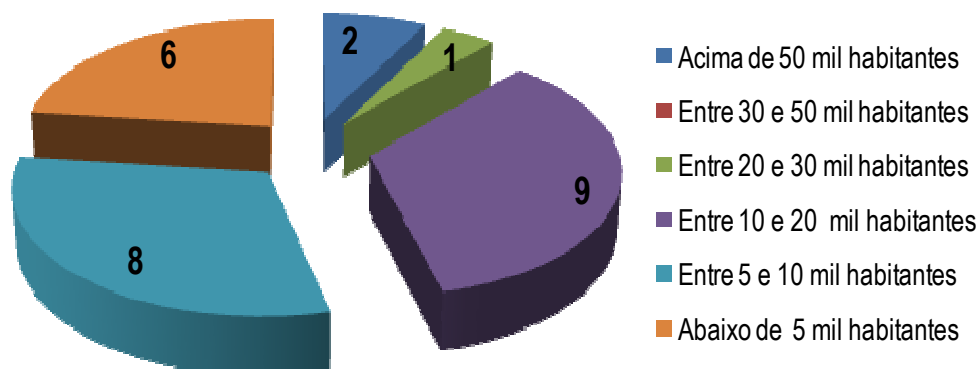
Observando-se o perfil demográfico dos municípios integrantes da RDS, em todos os municípios a população urbana representa mais de 50% da população total, destacando-se os municípios de Coaraci, Ibicaraí, Itabuna e Ubaitaba, onde 90% ou mais da população está concentrada nas áreas urbanas.

Gráfico 4.2 – Perfil demográfico dos municípios - RDS 5



Em termos de porte das sedes municipais, na RDS do Litoral Sul as cidades mais populosas são as sedes municipais de Ilhéus, com pouco mais de 153 mil habitantes e Itabuna com quase 205 mil habitantes. Itabuna é a maior sede municipal e possui basicamente toda a sua população nas áreas urbanas do município. Com exceção de Ilhéus e Itabuna, todos os municípios da RDS apresentam população com menos de 30 mil habitantes.

Gráfico 4.3 – Porte das sedes municipais dos municípios - RDS 5



▪ Projeção populacional

A projeção populacional da RDS foi efetuada para o horizonte de 20 anos do plano, tendo sido adotado o ano-base 2009 para possibilitar a avaliação do nível de atendimento da infraestrutura existente nas áreas urbanas. A projeção foi efetuada tomando-se por base estudo de projeção da população das cidades e distritos do estado elaborado para a formação de cenários de regionalização de serviços de saneamento, o qual partiu de estudos realizados os dados dos Censos de 1980, 1991, 2000 e 2007. O referido estudo adotou parâmetros de projeção distintos em função do porte das cidades, tendo sido considerados três grupos: cidades com população inferior a 10.000 habitantes, cidades com população entre 10.000 e 50.000 habitantes, e cidades com população maior que 50.000 habitantes. O **Gráfico 4.4**, **Gráfico 4.5** e **Gráfico 4.6** apresentam a projeção populacional das sedes municipais da RDS para 2009, 2019 e 2029.

Gráfico 4.4 – Projeção populacional das sedes municipais para o horizonte de projeto - RDS 5

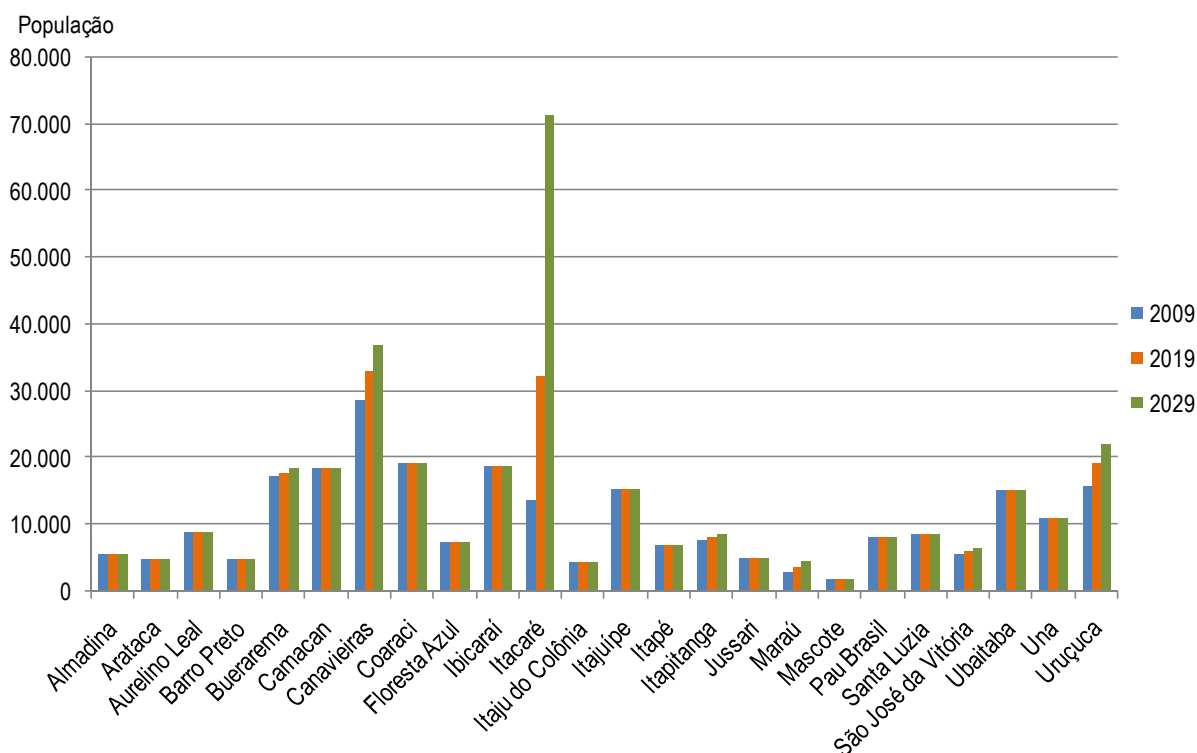


Gráfico 4.5 – Projeção populacional da Vila de Comandatuba, no Município de Una – RDS 5

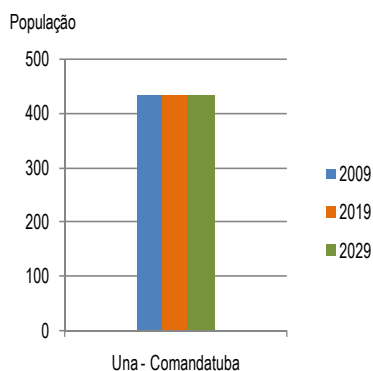
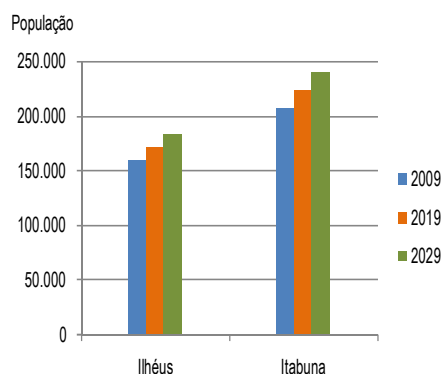


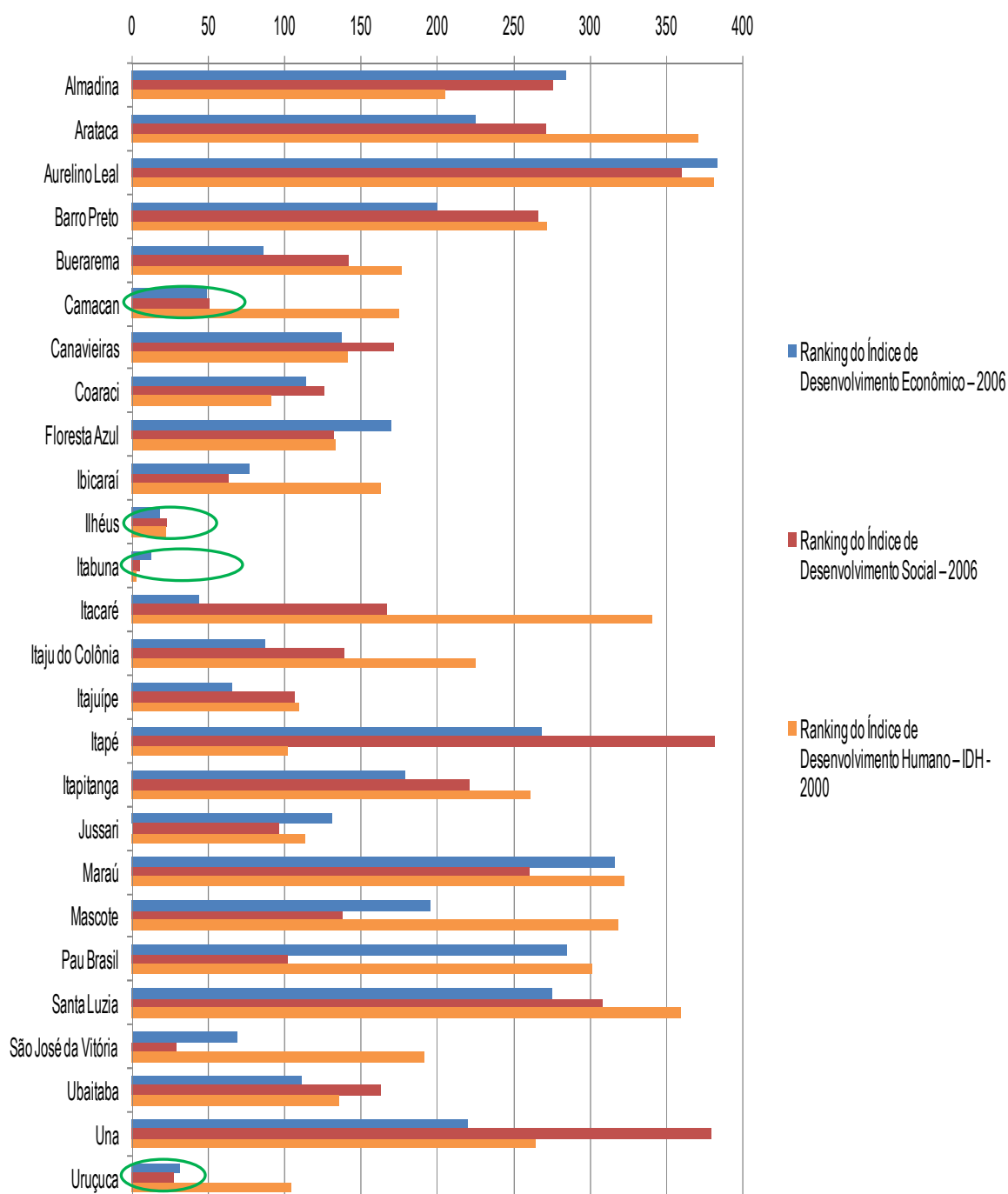
Gráfico 4.6 – Projeção populacional dos municípios de Ilhéus e Itabuna - RDS 5



▪ Indicadores socioeconômicos

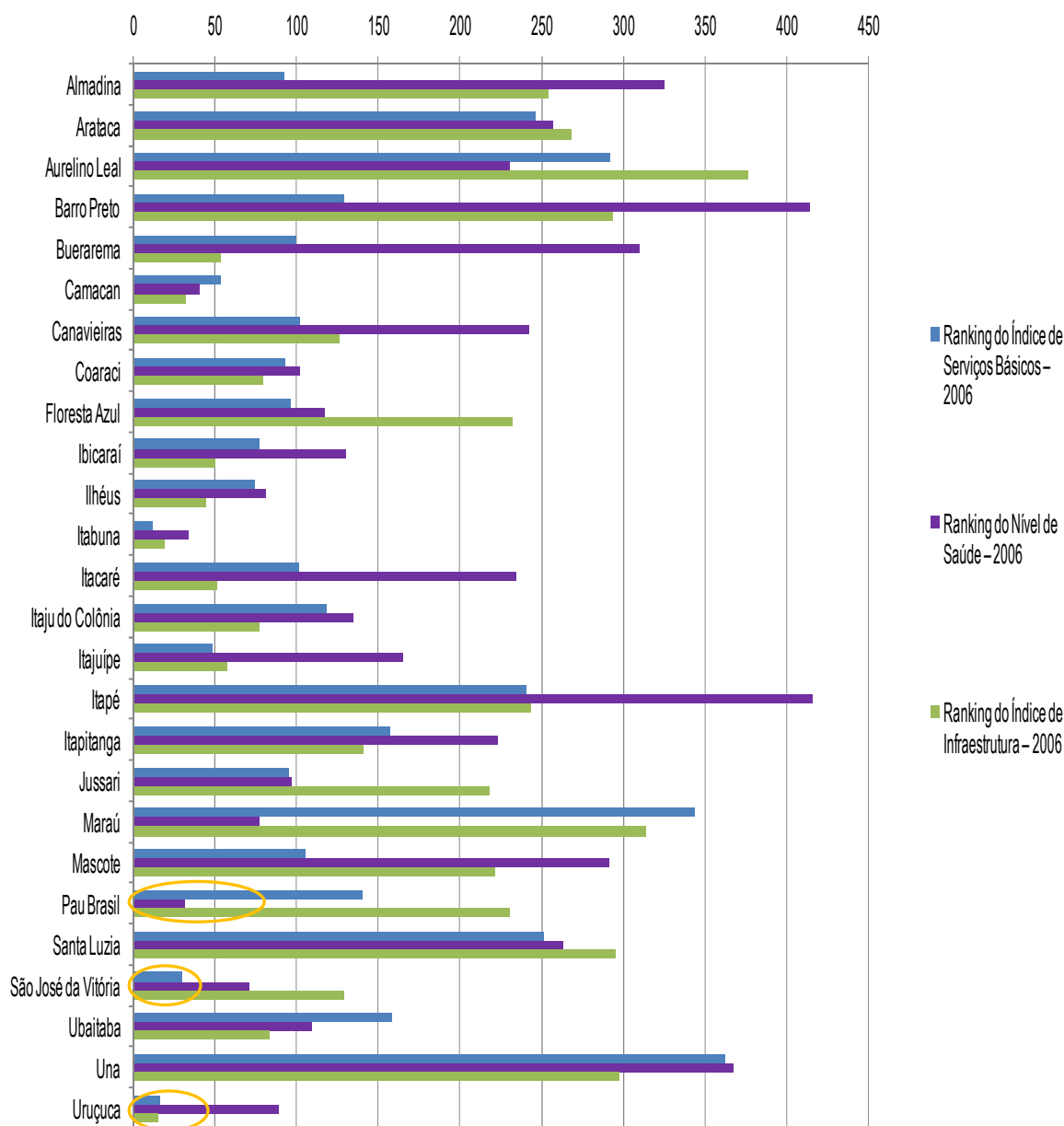
Com base nos índices socioeconômicos disponibilizados pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, é apresentado para um breve panorama baseado no ranking dos municípios que compõem esta RDS. Foram selecionados os IDS – Índice de Desenvolvimento Social, IDE – Índice de Desenvolvimento Econômico, INF - Índice de Infraestrutura, INS - Índice do Nível de Saúde, ISB - Índice dos Serviços Básicos, disponíveis para o ano de 2006, e o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH-M 2000.

Gráfico 4.7 – Ranking dos municípios com relação a índices socioeconômicos de desenvolvimento humano, desenvolvimento social e econômico - RDS 5



Fonte : Índice de Desenvolvimento Econômico e Social – SEI, 2008

Gráfico 4.8 – Ranking dos municípios com relação a índices socioeconômicos de serviços básicos, saúde e infraestrutura - RDS 5



Fonte: Índice de Desenvolvimento Econômico e Social – SEI 2008

Com base nos dados disponíveis, os municípios de Camacan, Ilhéus, Itabuna e Uruçuca, são os que apresentam os melhores índices socioeconômicos da Região, situando-se quase sempre no ranking dos 100 primeiros colocados do Estado para os respectivos índices.

Com relação aos Índices de Desenvolvimento Social e de Serviços Básicos destaca-se o município de São José da Vitória, e com relação aos de Saúde, destaca-se o município de Pau Brasil. Uruçuca destaca-se também como o melhor índice de infra-estrutura da região.

5. APRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO NA RDS

Para uma visão situacional dos serviços de saneamento básico na Região de Desenvolvimento Sustentável do Litoral Sul, são feitas algumas considerações sobre os aspectos institucionais, planos e programas de saneamento existentes e em elaboração, os investimentos que estão sendo feitos em saneamento na região, bem como apresentadas as informações relativas à situação do saneamento nas áreas urbanas a partir de dados e sistemas de informações disponíveis em instituições governamentais, objetivando conhecer, basicamente, a natureza e os níveis de cobertura dos serviços prestados nos municípios integrantes da RDS 5.

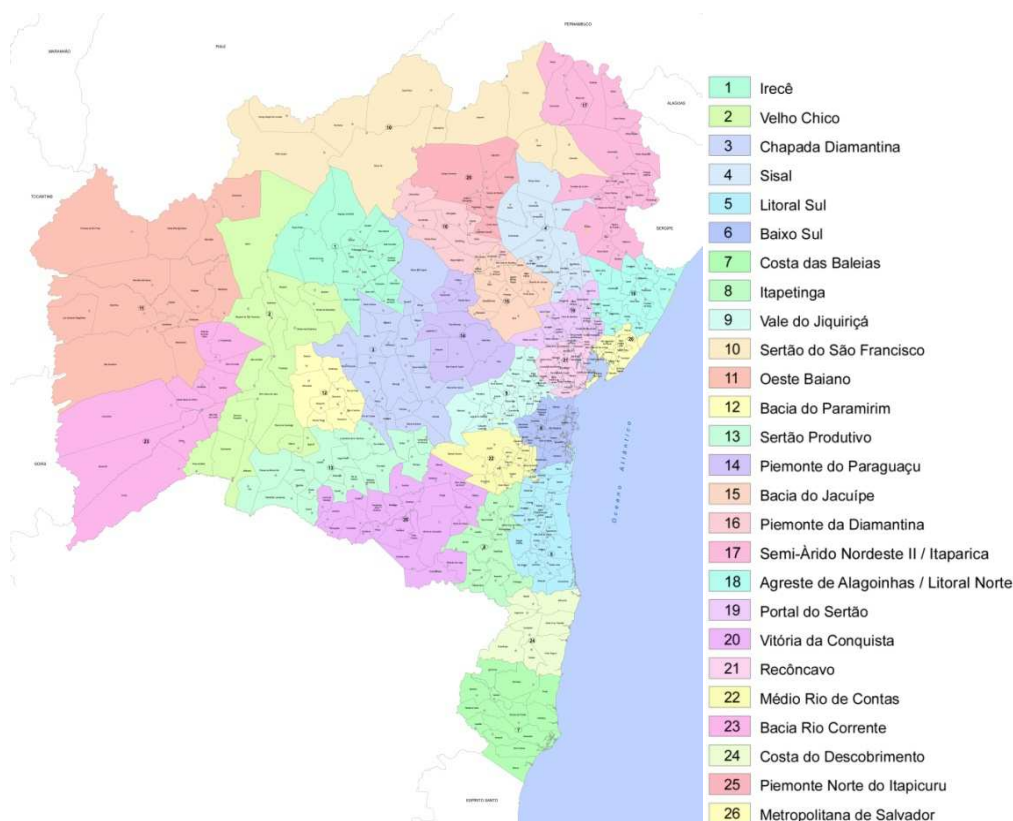
5.1 SITUAÇÃO INSTITUCIONAL

A partir das políticas federais definidas pela Lei de Saneamento, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, juntamente com a Lei dos Consórcios (Lei Federal nº 11.107/05), a Bahia foi o primeiro estado a estabelecer seu marco regulatório fundamentado na Lei Federal nº 11.445/07, através da edição da Lei Estadual nº 11.172, de 1º dezembro de 2008, que instituiu os princípios e as diretrizes da Política Estadual de Saneamento Básico.

O Governo do Estado, através da SEDUR, encarregada da formulação da Política Estadual de Saneamento, vem atuando neste sentido, buscando definir arranjos e modelos institucionais viáveis que possibilitem as condições para que as metas de universalização e a eficiência dos serviços de águas e esgotos no Estado sejam progressivamente atingidas. Modelo esse que, considere aspectos como a extensão do território do estado, as características geoambientais das diferentes regiões, a dispersão demográfica da população a ser atendida, o perfil socioeconômico dos municípios, a capacidade técnico-gestional das prefeituras municipais, dentre outros fatores que pesem sobre a prestação dos serviços de saneamento.

Na busca de equacionar tais questões a SEDUR, desenvolveu estudos sobre os cenários para a otimização da estratégia de prestação dos serviços de águas e esgotos no estado. Afinada com a política de planejamento do Governo do Estado da Bahia de trabalhar as políticas públicas de forma regionalizada, assim, além da proposta de universalização da prestação dos serviços de saneamento básico, a regionalização permitiu a integração entre as políticas de habitação, meio ambiente e desenvolvimento urbano. Dentro desse conceito, com base em critérios técnicos que contemplaram a identidade de territórios, a infra-estrutura viária existente, aspectos referentes à economia de escala considerando o porte, o perfil das administrações municipais, dentre outras variáveis, foram definidos módulos de menor abrangência regional cuja dimensão preserve a identidade de cada região evitando o enfrentamento de dificuldades que advêm normalmente da heterogeneidade de fatores regionais. Assim, o estado foi dividido em 25 Regiões de Desenvolvimento Sustentável (RDS), cuja conformação é apresentada na **Figura 5.1**.

Figura 5.1 - Regiões de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Estado da Bahia



A partir dessa regionalização o Governo do Estado formulará, com bases legais fundamentadas, sua Política Estadual de Saneamento Básico, sendo ela compreendida como conjunto das ações de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos e manejo de águas pluviais, estimulando a participação dos municípios na gestão associada da prestação de serviços a fim de viabilizá-los.

A SEDUR vem atuando como indutora na formação de consórcios públicos para a prestação regionalizada de serviços públicos, tendo como um dos focos os serviços de saneamento básico. Até o momento, já foram constituídos cinco consórcios públicos, contemplando as Regiões de Desenvolvimento Sustentável de Irecê, Sertão do São Francisco, Portal do Sertão, Piemonte Norte do Itapicuru e Vale do Jequiriçá. Além desses, outros quatro estão em fase de mobilização, são eles: Semi-Árido Nordeste II e Itaparica, Velho Chico, Sertão Produtivo e Bacia do Paramirim, Chapada Diamantina, Vitória da Conquista, Baixo Sul e **Litoral Sul**.

▪ Investimentos do PAC na RDS

Com a definição do marco regulatório do Saneamento, houve uma visível retomada dos investimentos no setor a partir de 2007, principalmente através de programas do Governo Federal (Orçamento Geral da União) e pelos fundos financiadores (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT). A retomada dos investimentos está sendo consolidada pelo Programa de Aceleração do Crescimento – PAC I, com a oferta de recursos para o horizonte 2007 a 2010.

Através do PAC I, estão sendo destinados recursos da ordem de R\$ 1,7 bilhões para investimentos em saneamento básico na Bahia, sendo R\$ 734 milhões, desse montante destinado para esgotamento

sanitário em diferentes cidades do estado. Os investimentos do PAC I para esgotamento sanitário foram alocados, por origem dos recursos, de acordo com as seguintes fontes de recurso.

Quadro 5.1 - Recursos do PAC I por origem dos recursos para implantação de sistemas de esgotamento sanitário no Estado

FONTE DE RECURSO	VALORES (R\$ em milhões)
OGU	323,8
BNDES	84,7
FGTS	325,7
TOTAL	734,2

Fonte : SEDUR, fevereiro/2010

Dentre os municípios integrantes da RDS 5, as sedes municipais de Canavieiras, Itacaré, Itaju do Colônia, e o distrito de Comandatuba, no Município de Una, foram contemplados por recursos do PAC I para investimentos em infra-estrutura para implantação/ampliação de sistemas de esgotamento sanitário, sendo este investimento da ordem de R\$ 10,8 milhões. O sistema de esgotamento sanitário de Itajú do Colônia e a complementação do sistema do distrito de Comandatuba (Município de Una) foram concluídos em 2009, já as obras dos sistemas de Canavieiras e Itacaré encontram-se em andamento.

Através do PAC/Funasa estão sendo destinados recursos para a implantação de sistemas de saneamento beneficiando cidades de diferentes regiões do Estado. Através de convênios já assinados, compreendendo a dotação da Funasa e a contrapartida do Governo do Estado, estão sendo alocados recursos da ordem de R\$ 120 milhões, sendo R\$ 107 milhões correspondente aos recursos disponibilizados pela Funasa para a execução da infra-estrutura. Há previsão de aplicação de mais R\$ 118 milhões, que serão disponibilizados após a assinatura dos Termos de Compromisso para a formalização de parceria convênios, após o cumprimento dos requisitos requeridos.

Através de Termos já assinados, estão sendo alocados recursos da ordem de R\$ 90 milhões para a viabilização de infra-estrutura de esgotamento sanitário, compreendendo a dotação da Funasa e a contrapartida do Governo do Estado, sendo R\$ 81 milhões correspondente aos recursos disponibilizados pela Funasa.

Registra-se o expressivo montante de recursos alocados para a implantação de projetos de sistemas de esgotamento, em especial para cidades de grande e médio porte, considerando os investimentos realizados nas últimas décadas.

Dentre os convênios assinados com o PAC/FUNASA até o ano de 2009, nove se destinam a beneficiar sedes municipais integrantes da RDS 5 com a implantação de sistemas de esgotamento sanitário. O montante de recursos a ser investido através destes convênios é de R\$ 30,3 milhões, os quais beneficiarão as sedes dos seguintes municípios:

- Camacan
- Canavieiras

- Itaju do Colônia
- Itajuípe
- Itapitanga
- Pau Brasil
- Santa Luzia
- São José da Vitória
- Ubaitaba

▪ **Municípios com projetos em desenvolvimento**

Com a destinação de investimentos para ampliação da infraestrutura de saneamento básico, muitos municípios estão sendo contemplados pela elaboração de projetos de engenharia, atendendo aos critérios exigidos pelos agentes financiadores, para viabilizar a destinação desses recursos para abastecimento de água, esgotamento sanitário e resíduos sólidos, e urbanização, quase sempre envolvendo esgotamento sanitário ou melhorias sanitárias para as áreas contempladas.

A SEDUR, através da concessionária estadual, a Embasa, está elaborando projetos dos sistemas de esgotamento sanitário das sedes municipais de Itajuípe, Itapitanga, Pau Brasil e Ubaitaba. Está prevista ainda a contratação, pela Embasa, de empresa de consultoria para elaboração do projeto de esgotamento sanitário para o bairro do Pontal, no Município de Ilhéus, área densamente habitada que, até o presente momento não possui sistema de coleta de esgotos implantado pela concessionária estadual.

Com relação ao segmento drenagem, a prefeitura Municipal de Ilhéus dispõe de projeto básico de drenagem urbana elaborado recentemente.

▪ **Municípios com planos de saneamento**

Ainda que sem definição do marco regulatório para o saneamento, ao longo da última década alguns municípios do estado tiveram por iniciativa das gestões municipais a elaboração de planos municipais de saneamento básico, com o propósito de fortalecer a ação municipal ao tempo em que se buscava a retomada do planejamento do setor saneamento. Os municípios que deflagraram esse processo no estado foram Alagoinhas, Salvador, Vitória da Conquista, Barra do Choça e Pintadas.

Com a aprovação da Lei de Saneamento (Lei Federal nº 11.107/05) são definidas as diretrizes e instrumentos de planejamento que deverão ser observados no plano de saneamento. Em seu Art. 10 estabelece que *“a prestação de serviços públicos de saneamento básico por entidade que não integre a administração do titular depende da celebração de contrato, sendo vedada a sua disciplina mediante convênios, termos de parceria ou outros instrumentos de natureza precária”*. Nesses termos, a Lei Estadual nº 11.172/08, no seu Art. 9, caput e inciso III, estabelece que *“O Estado da Bahia, por meio de sua administração direta ou indireta, cooperará com os municípios na gestão dos serviços públicos de saneamento básico mediante prestação de serviços públicos de saneamento básico, através de Contratos de Programa, celebrados pelos municípios com a Embasa na vigência de gestão associada, autorizada por convênio de cooperação entre entes federados ou por contrato de consórcio público”* e no Art. 16,

caput e parágrafo 1º que “*Contrato de Programa, por meio do qual o município contrate a Embasa, deverá atender a todos os requisitos da Lei Federal nº 11.445/2007, especialmente o plano de saneamento básico editado pelo município ou conjunto de municípios*”.

A Lei Estadual nº 11.172/08, traz em seu capítulo IV, as diretrizes para a elaboração do planejamento dos serviços públicos de saneamento básico no âmbito da Política Estadual de Saneamento Básico. Esse planejamento estabelece que os planos regionais de saneamento básico sejam elaborados de forma a subsidiar os planos municipais e abrangerão o território de municípios atendidos por sistema integrado de saneamento básico ou cuja integração da regulação, fiscalização e prestação dos serviços seja recomendável dos pontos de vista técnico e financeiro. Em outras palavras, que desposem o critério de regionalização das Regiões de Gestão Integrada de Desenvolvimento Urbano, o qual se configura como o mais favorável para viabilizar a gestão associada dos serviços.

Assim, com relação aos planos de saneamento básico, o PEMAPES será um instrumento relevante para respaldar a formulação dos planos municipais e projetos de saneamento básico, mais detalhados no tocante ao manejo de águas pluviais e esgotamento sanitário.

▪ **Municípios com plano de diretor urbanístico**

O Estatuto da Cidade, criado pela Lei Federal, nº. 10.257/01, torna o Plano Diretor instrumento obrigatório para cidades com mais de 20 mil habitantes, ou cidades integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas ou de áreas de especial interesse turístico. Na RDS 5, apenas os municípios de Ilhéus, Itabuna e Canavieiras têm população da sede urbana atual superior a 20 mil habitantes, considerando a projeção populacional dos municípios para o ano de 2009. A cidade de Itacaré, embora tenha população da sede urbana inferior a 20 mil habitantes, por integrantes de áreas de especial interesse turístico, deve também ter seu plano diretor.

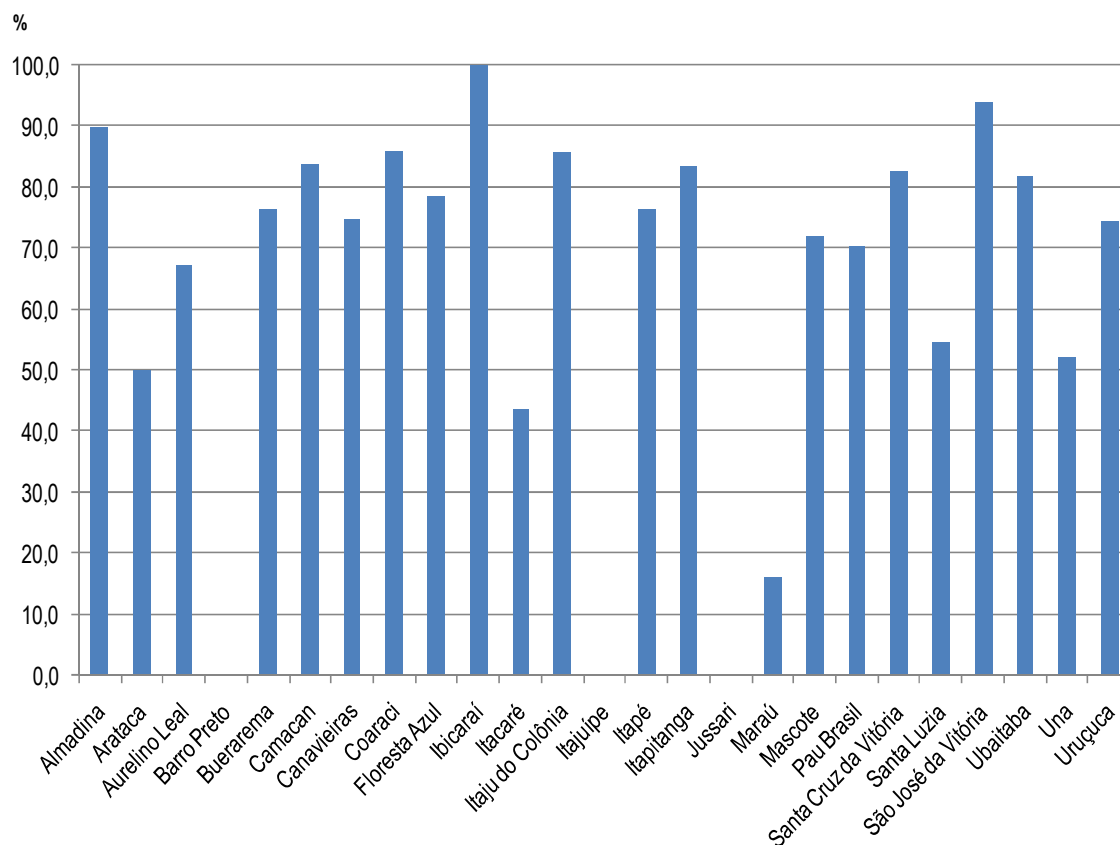
Na fase de levantamento de dados em campo identificou-se que as cidades de Ilhéus, Canavieiras, Camacan, Itajuípe, Una e Ibicarai possuem Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) elaborados para disciplinar questões relacionadas ao planejamento urbano, os vetores de crescimento, e principalmente as formas de ocupação dos espaços urbanos, uma vez que há reatamento direto sobre aspectos relacionados ao manejo das águas de pluviais no espaço urbano. O município de Itabuna possui Plano Diretor que requer ser revisto, para adequação das diretrizes urbanísticas segundo as exigências do Estatuto da Cidade. Os estudos elaborados estão em fase de complementação e discussão pública.

5.2 PANORAMA DO SANEAMENTO NAS ÁREAS URBANAS DA RDS

5.2.1 Abastecimento de água

De acordo dados oficiais divulgados em 2008 pelo Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS, do Ministério das Cidades, o índice de atendimento total nos municípios atendidos com abastecimento de água nos respectivos municípios integrantes da RDS 5, apresentado no **Gráfico 5.1**. O percentual de atendimento das populações varia da ordem de 45% a 100%, com destaque para os Municípios de Ibicarai que registra o atendimento de 100% da população do município e Itabuna com quase 100% de atendimento no município. Ainda de acordo com os registros do SNIS, o índice médio de atendimento das populações do estado por serviços de abastecimento de água é de 71%.

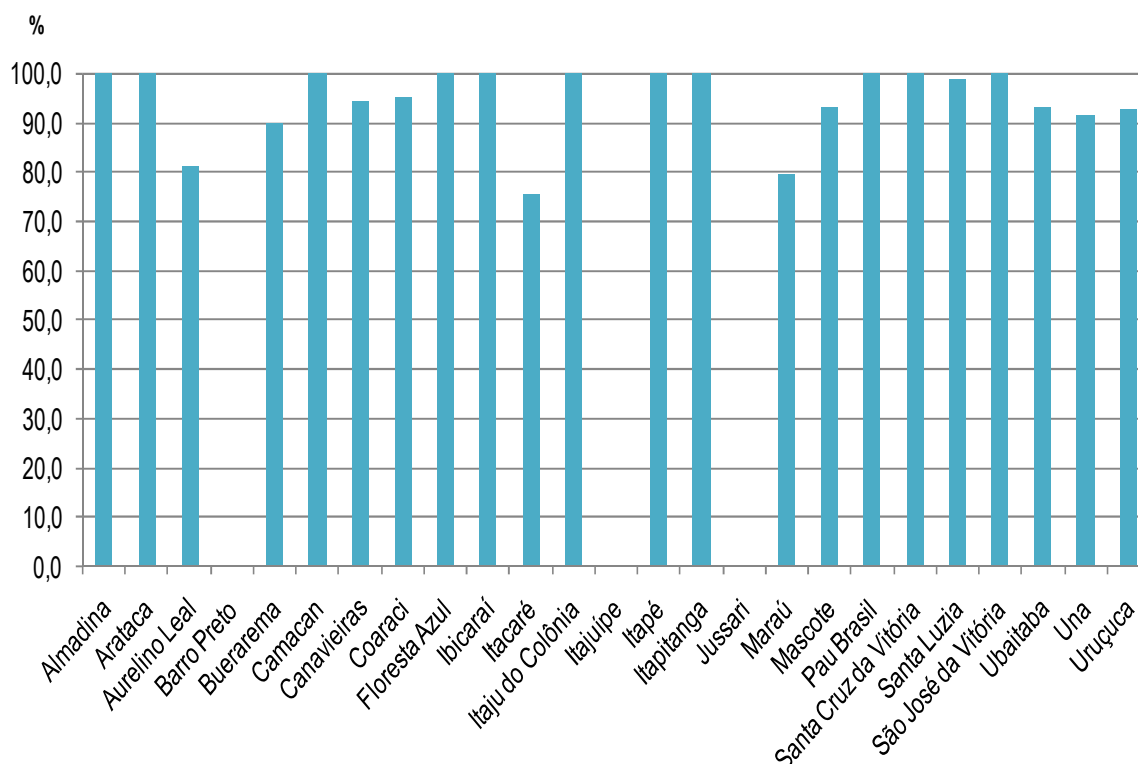
Gráfico 5.1 – Percentual da população total dos municípios atendidos com abastecimento de água - SNIS, 2008



Nota: (*) Municípios sem dados disponibilizados pelo SNIS 2008

Já o índice de atendimento total de água de populações urbanas das sedes municipais urbanas e distritos, além de algumas localidades, na RDS 5, apresentado no **Gráfico 5.2**. O atendimento nesses municípios é prestado pela concessionária estadual, com exceção de Ibicaraí onde é prestado pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) e Itabuna pela Empresa Municipal de Águas e Saneamento (EMASA). O percentual de atendimento das populações urbanas varia de 75% a 100. Ainda de acordo com os registros do SNIS, o índice médio de atendimento das populações urbanas no estado é de 94%.

Gráfico 5.2 - Índice de atendimento urbano com abastecimento de água - SNIS, 2008



Nota: (*) Municípios sem dados disponibilizados pelo SNIS 2008

5.2.2 Esgotamento sanitário

De acordo com os dados disponíveis Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS, em todo o estado apenas 64 municípios dispõem de registro sobre os serviços de esgotamento sanitário prestados pela concessionária estadual ou por serviços autônomos de água e esgotos (SAAE).

As informações constantes no SNIS, 2008, para a RDS 5 consta que apenas os municípios de Camacan, Canavieiras, Ilhéus, Itabuna e Una dispõem de algum tipo de serviços de esgotamento sanitário prestada pela concessionária estadual, sendo que o atendimento da população urbana é 13,0%, 47,1%, 48,1%, 68,4% e 6,2% respectivamente.

5.2.3 Manejo das águas pluviais

Há uma grande deficiência de dados e informações relativas ao manejo das Águas Pluviais no tocante às fontes oficiais. Os dados disponíveis sobre o levantamento a situação do sistema de drenagem das cidades brasileiras são o Censo e a Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (PNSB), ambas conduzidas pelo IBGE, e datam do ano 2000. Essa defasagem de informações demonstra a falta de uma

política de gestão cada vez mais requerida em função do processo de ocupação desordenado das áreas urbanas.

Em outubro de 2008, por meio de parceria entre o Ministério das Cidades e o IBGE, foi iniciada nova Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (PNSB), destinada a desenhar o panorama dos serviços de saneamento prestados à população nos municípios brasileiros, envolvendo os segmentos de abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e de águas pluviais. Entretanto, esta pesquisa não se encontra disponível.

5.2.4 Resíduos sólidos

Com relação à disposição final dos resíduos sólidos na RDS 5, os municípios de Ilhéus e Uruçuca compartilham um aterro sanitário convencional, implantado pelo Governo do Estado em 1993 e que está em processo de requalificação pelo Governo Estadual. Ibirapitanga e Itapitanga possuem aterros sanitários simplificados, implantados em 2006 e 2005 respectivamente pelo Governo do Estado.

Alguns municípios integrantes da RDS 5 tiveram estudos e projetos elaborados ao longo dos últimos anos (**Quadro 5.2**), buscando soluções para atendimento das demandas de forma compartimentada, com gestão a ser efetuada exclusivamente pelo município a ser beneficiado pela infra-estrutura de destinação final.

Quadro 5.2 - Estudos e projetos elaborados para o segmento de resíduos sólidos na RDS 5

MUNICÍPIO	ESTUDOS E PROJETOS
Canavieiras	Projeto de Aterro Sanitário (Governo do Estado/2005) - para atender ambos os municípios
Santa Luzia	
Coaraci	Diagnóstico dos SLU e Caracterização dos Destinos Finais (2004)
Ibicaraí	Projeto de Aterro Sanitário (Governo do Estado/2005)
Itabuna	Plano de Gestão de Limpeza Urbana (CAR - 2003) Escolha de área para implantação de Aterro Sanitário (Governo do Estado/2005)
Itacaré	Projeto de Aterro Sanitário Convencional (Governo do Estado/2005)
Itaju do Colônia	Escolha de área para implantação de Aterro Sanitário (Governo do Estado/2005)
Itajuípe	Diagnóstico dos SLU e Caracterização dos Destinos Finais (2004) Escolha de área para implantação de Aterro Sanitário (Governo do Estado/2005).
Jussari	Estudo de Seleção de áreas (Governo do Estado/2006).

Fonte: SEDUR, 2009

Recentemente, iniciativa do Governo Federal vem possibilitando maiores investimentos também na área de resíduos sólidos, seja através de estudos técnicos para definição de modelos e sistemáticas de melhoria da prestação dos serviços, seja através de obras de infra-estrutura para a destinação final dos resíduos. A SEDUR, através de Convênio com o Ministério do Meio Ambiente - MMA, vem desenvolvendo

Estudo de Regionalização da Gestão integrada de Resíduos Sólidos para diversas regiões da Bahia, já contemplando a região de desenvolvimento sustentável como unidade de planejamento. A RDS 5 é uma das regiões da Bahia contempladas por esse estudo, no qual se busca a definição de um modelo institucional sustentável que promova a gestão integrada e compatível com o perfil dos municípios, e que por fim assegure uma destinação adequada dos resíduos sólidos.

6. DIAGNÓSTICO DO MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS DA RDS 5 – LITORAL SUL

A expressão *manejo de águas pluviais* traz consigo uma percepção mais adequada nas relações entre o homem e suas atividades, a urbanização dos terrenos e as águas de chuva. No meio urbano, tradicionalmente, esta relação tem como uma de suas principais características a adequação do porte das estruturas de drenagem do fundo de vale às vazões que progressivamente tendem a aumentar como consequência da impermeabilização dos terrenos em uma bacia de drenagem. Esta prática correspondeu, ao longo do tempo, numa espécie de relação biunívoca que pode ser descrita por: aumento da impermeabilização implica em aumento de seção, revestimento e/ou retificação dos canais nos fundos de vale.

O tempo mostrou que esta estratégia não foi capaz de acompanhar a velocidade com que os processos de urbanização se desenvolveram nas cidades uma vez que sérias restrições de recursos financeiros, espaço público e outras limitações altamente complexas evidenciaram a impossibilidade de se continuar ampliando os dispositivos de drenagem nos fundos de vale. Não bastassem estes fatos, a evolução da forma como o homem vem efetuando sua relação com o meio ambiente proporciona profundas reflexões sobre as práticas tradicionais com o trato das águas de chuva, refletindo na necessidade urgente de se introduzirem novas formas de manejo que vão desde o controle na própria fonte (cada lote gerador de escoamento) assim como nos espaços públicos. Buscar resolver os problemas das águas pluviais dentro da perspectiva exclusivamente tradicional é, portanto, uma estratégia equivocada se não, pelo menos, incompleta.

O manejo das águas pluviais, tomando como base as reflexões anteriores, incorpora outros procedimentos que devem ser agregados à relação dos espaços públicos com as águas de chuva. Estes procedimentos devem promover, basicamente, formas de se compensar duas das principais consequências da urbanização: a maior transformação de precipitação em escoamento pelas superfícies e maior rapidez com que estas águas chegam aos fundos de vale.

Neste sentido, proporcionar maiores oportunidades de se infiltrar águas de chuva é uma das principais estratégias buscada nos manejos a serem incorporados no espaço urbano, respeitando as limitações decorrentes das características dos solos em uma localidade. Outro objetivo a ser perseguido pelas novas práticas de manejo das águas pluviais é o retardamento do fluxo, proporcionando que, ao longo do tempo, possa haver uma melhor distribuição dos volumes que aportam aos fundos de vale, oportunizando que as estruturas existentes possam apresentar eficiência de transporte das águas.

Incluir estes novos procedimentos entre as técnicas de convivência com as chuvas, principalmente aquelas de alta intensidade, é uma prática que promove sustentabilidade na relação entre chuva e urbanização.

As diretrizes que dão sustentação ao PEMAPES apontam na direção de se fazer evoluir sistemas tradicionais de drenagem urbana incorporando, dentro do possível, novas técnicas, que de certa forma, são compensatórias em relação aos processos de urbanização. Esta evolução implica não somente na aplicação de medidas estruturais, mas num conjunto de medidas não estruturais que envolvam a sociedade e os dirigentes públicos numa nova perspectiva de trato com as águas de chuva, os espaços urbanos e outros serviços públicos que diretamente afetam o sistema em questão.

Desta forma, nesta fase de diagnóstico do sistema de manejo das águas pluviais, o foco não se concentra exclusivamente nos aspectos tradicionais da drenagem das áreas urbanas, embora seja fácil perceber que estes predominam dentre as práticas atualmente empregadas. Agrega-se a estes aspectos importantes da relação entre o espaço urbano e as chuvas, a identificação dos potenciais de produção do escoamento e de implantação de técnicas sustentáveis de manejo, dentro do espírito já comentado.

6.1 DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA METODOLOGIA ADOTADA

▪ Considerações iniciais

Considerando os diferentes portes de cidades a serem analisadas e variabilidade das extensões das áreas de contribuição, foi necessário se estabelecer uma padronização de conceitos capaz de atender as múltiplas situações com a finalidade de identificar o que foi considerado como estruturas de **microdrenagem**, de **macrodrenagem** ou uma **inundação ribeirinha**. O critério mais comumente empregado utiliza como elemento diferenciador a dimensão das estruturas, o que possibilita interpretações distorcidas ao não se ponderar o porte das áreas de contribuição e sua real função de cada uma delas. Por conta disto, para efeito deste PEMAPES, o critério utilizado para identificar as estruturas de macrodrenagem, microdrenagem e uma inundação ribeirinha atendeu a um aspecto funcional. A seguir são apresentadas as definições consideradas neste plano para estes elementos de análise do sistema de drenagem.

A *microdrenagem* é entendida como um conjunto de práticas e dispositivos que existem para ordenar o fluxo das águas nas vias públicas. Com a urbanização, o escoamento das águas de chuva sobre a superfície é altamente impactado pelo sistema viário que se estabelece no espaço público. Construídas com o intuito de permitir a circulação de pessoas, de veículos, de permitir a prestação de diversos serviços, as vias passam também a exercer um papel de ordenador do fluxo das águas superficiais geradas pelas chuvas que ocorreriam de maneira difusa se não fossem a coleta e o transporte que pelas ruas passa a acontecer.

A *microdrenagem* é um conjunto de dispositivos hidráulicos ou superfícies drenantes que recebe o escoamento gerado nos lotes urbanos, e se integra às vias públicas, passeios e outras infraestruturas, direcionando seu fluxo para a macrodrenagem.

A *macrodrenagem* é entendida uma rede natural ou construída localizada nos vales das bacias, que coleta o conjunto de microdrenagem da bacia urbana do qual é o principal curso d'água. Tem como função receber o escoamento superficial produzido pelas chuvas e direcionar estas contribuições para corpos receptores da bacia de drenagem em questão. Trata-se, portanto, da rede natural de drenagem, existente na bacia antes mesmo de se iniciarem os processos de ocupação urbana da área. Dentro das práticas tradicionais, demandas de intervenções físicas nesta rede, quase sempre são atendidas dentro do espírito exclusivo de ampliação de sua capacidade de transporte.

Ainda nas questões referentes à macrodrenagem, muitas das redes naturais de drenagem durante as cheias inundam terrenos marginais que passam a funcionar como reservatórios temporários, estocando volumes de água necessários para compatibilizar, no tempo, as vazões que chegam ao sistema e sua capacidade de dar continuidade de transporte. Estas áreas de inundação temporária são estratégicas e devem ser respeitadas. Entretanto, a crescente demanda por espaços urbanos e o grande tempo em que ficam sem água potencializam grandes pressões de ocupação, geralmente sem grande resistência das

autoridades públicas competentes por falta de visão estratégica e comodidade política. A perda destes elementos estratégicos do próprio sistema natural traz sérios prejuízos, tanto para os ocupantes quanto para a administração pública, por demandar grande montante de recursos para compensá-los.

As *inundações ribeirinhas* referem-se aos processos associados ao comportamento do regime dos rios e riachos de maior porte quando em período de cheias e dizem respeito a áreas situadas à margem de cursos de água, geralmente associados a bacias de contribuição que extrapolam, em muito, a área urbana. Em muitos casos o que distingue o problema decorrente da ocorrência de inundação ribeirinha ou o mau funcionamento da macrodrenagem é muito tênue. A idéia básica, para fins desse plano, que diferencia uma situação da outra é que uma inundação ribeirinha poderá ocorrer mesmo que não estejam acontecendo chuvas diretamente na localidade. É importante ressaltar que problemas associados a pequenas bacias de contribuição com terrenos fora da área urbana não estão sendo considerados, nessa metodologia, como inundações ribeirinhas e sim como problemas de macrodrenagem, pois exigem a ocorrência de chuvas na localidade e suas imediações para formar cheias, podendo ser tratados com soluções típicas da macrodrenagem, envolvendo canais e áreas de amortecimento.

Os problemas decorrentes de inundações ribeirinhas sinalizam, geralmente, ocupações irregulares de áreas utilizadas pelos cursos de água para dar escoamento às suas cheias. Estão também associados ao sistema natural de drenagem, todavia, sua área de contribuição extrapola significativamente a área urbana das localidades.

Uma vez definidos os conceitos adotados para *macrodrenagem*, *microdrenagem* e *inundações ribeirinhas*, outro importante aspecto também analisado é a **Adequabilidade do Sistema de Existente**. Esse tema permite uma avaliação complementar em relação aos itens macrodrenagem e microdrenagem, possibilitando não apenas avaliar sua existência, mas perceber se o cenário atual proporciona maior ou menor desconforto nas áreas urbanas na ocasião em que ocorrem as chuvas mais intensas.

O fato de não dispor de dispositivos de macrodrenagem e/ou de microdrenagem não implica, obrigatoriamente, na existência de áreas críticas numa localidade. Características que garantam a continuidade do fluxo pelas sarjetas e o adequado lançamento em terrenos apropriados podem proporcionar um cenário atual adequado de convivência com chuvas intensas mesmo sem que exista uma complexa rede de caixas coletoras, galerias e canais. Este fato pode ser observado em várias localidades baianas.

Por conta destes e outros fatos, analisa-se a *Adequabilidade do Sistema Existente* onde se integram fatores referentes aos dois elementos da drenagem existente (macrodrenagem e microdrenagem) com as questões referentes às áreas críticas. Com isto procura-se mostrar o quanto o cenário atual de equipamentos urbanos de drenagem existente tem se mostrado adequado ou não no que se refere ao comportamento da localidade na convivência com as chuvas locais.

Outro relevante elemento do sistema analisado para uma localidade, dentro da metodologia adotada, corresponde às **Áreas Críticas e os Impactos** nelas observados. São as áreas urbanas que apresentam situações críticas de drenagem, com alagamentos e outros transtornos típicos de serem observados nas épocas em que acontecem as chuvas, principalmente as de maior intensidade.

Este aspecto do sistema é estratégico no processo de planejamento em questão por conta de apontar o quadro de como se manifestam os desarranjos do sistema, refletindo maior ou menor intensidade dos

problemas vivenciados por uma comunidade, no que se refere à sua convivência com as chuvas nas áreas de contribuição.

A divisão do sistema de manejo de águas pluviais nestes diversos aspectos não considera que eles sejam independentes. Eles guardam entre si estreitas relações e estas são respeitadas, todavia, esta fragmentação possibilita uma observação mais acurada do conjunto.

Representar, analisar e avaliar este complexo sistema exigiu o desenvolvimento de uma estratégia própria para o PEMAPES. Esta metodologia pode ser caracterizada a partir das etapas desenvolvidas para sua aplicação. A primeira delas corresponde ao levantamento de dados primários e secundários sobre o manejo das águas pluviais, realizado a partir de campanhas de campo e consulta a documentos oficiais. A segunda etapa corresponde a uma sistemática de estruturação destas informações organizando-os em fatores caracterizadores do sistema e grupos destes fatores, estruturados de tal forma que permita evoluir para uma visão global do mesmo a partir de suas unidades básicas, proporcionando a síntese. A terceira corresponde à avaliação dos fatores e agrupamentos de fatores a partir da atribuição de indicadores e índices que proporcionam a qualificação destes elementos do sistema. Por fim, na quarta etapa, efetua-se a análise a partir da interpretação dos elementos avaliados e respeitando a forma como foram agrupados. A visão do conjunto é efetuada por RDS, considerando as diversas localidades que a compõem e as características observadas para cada uma destas localidades.

6.1.1 O levantamento de dados

A principal fonte de informações são os questionários aplicados no campo junto às prefeituras e outras entidades envolvidas com os serviços de saneamento, com maior ênfase nos serviços correspondentes à drenagem. Existem dois tipos de formulário básicos para os serviços de drenagem. Um deles trata das questões mais gerais do sistema por sede municipal e o segundo é relativo às áreas críticas, sendo aplicado um para cada área crítica identificada. Em anexo, são apresentados os elementos correspondentes aos dados levantados por cidade.

Os dados secundários são obtidos de fontes oficiais e correspondem, geralmente, a aspectos gerais relativos à localidade, inclusive informações cartográficas.

O conjunto de informações alimenta o sistema de informações do PEMAPES.

6.1.2 Sistemática de estruturação das informações

As informações são organizadas em fatores associados ao manejo de águas pluviais, unidade básica do processo de caracterização do sistema.

O número de fatores empregados pela metodologia é consideravelmente elevado. Isto permite uma visão ampla do conjunto, todavia, demanda uma organização destes fatores em agrupamentos representativos, que possam convergir para uma síntese na qual os elementos mais significativos ganham destaque.

O manejo das águas pluviais numa cidade é analisado a partir dos seguintes segmentos:

- aspectos institucionais;
- produção do escoamento na bacia;
- infraestrutura de drenagem urbana;

- inundações ribeirinhas e
- áreas críticas e impactos.

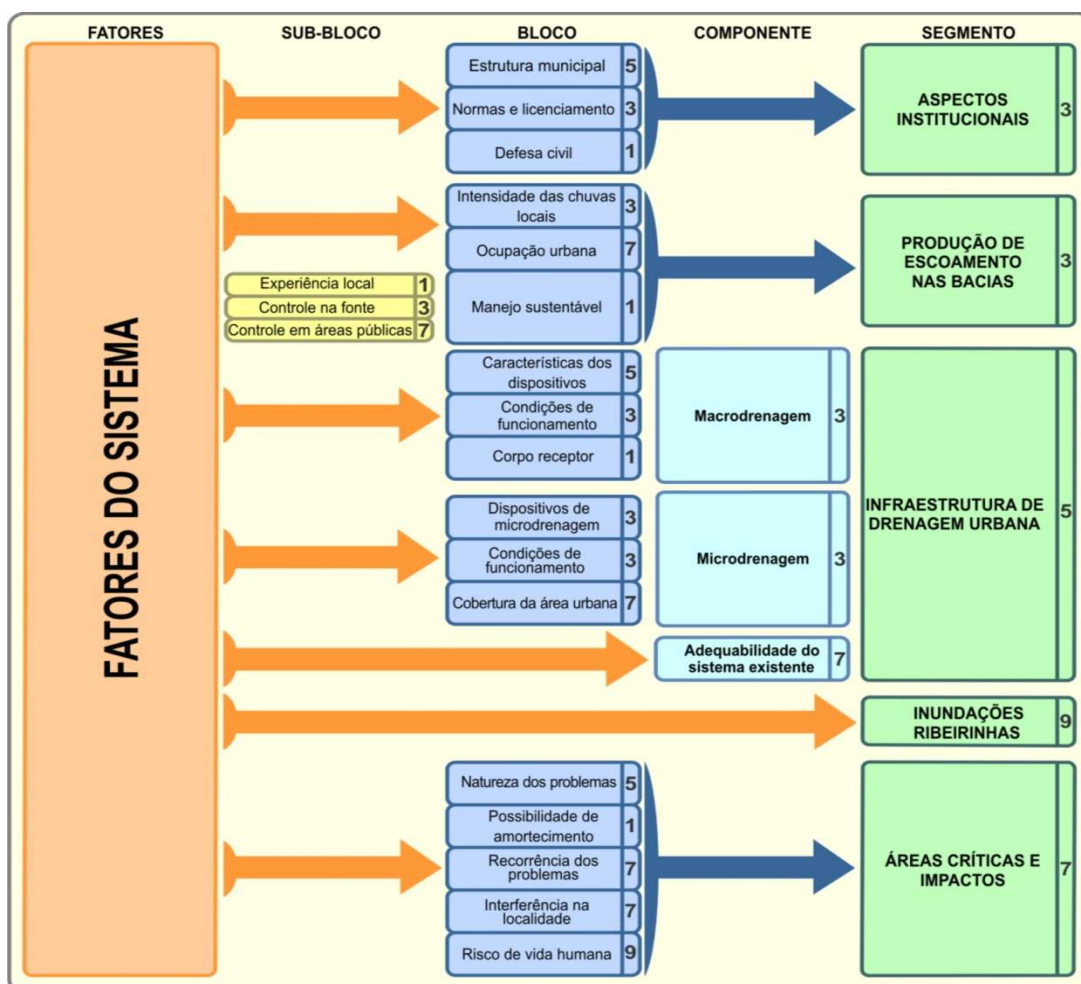
O segmento *Infraestrutura de Drenagem Urbana* é fragmentado em três componentes. São eles:

- macrodrenagem;
- microdrenagem e
- adequabilidade do sistema existente.

Os demais segmentos não apresentam componentes, sendo organizado em blocos, que agregam um conjunto de fatores levantados em campo ou em fontes secundárias.

A **Figura 6.1** apresenta a estruturação das informações, ressaltando a organização anteriormente descrita, contemplando os fatores empregados, a composição dos blocos, componentes e segmentos analisados.

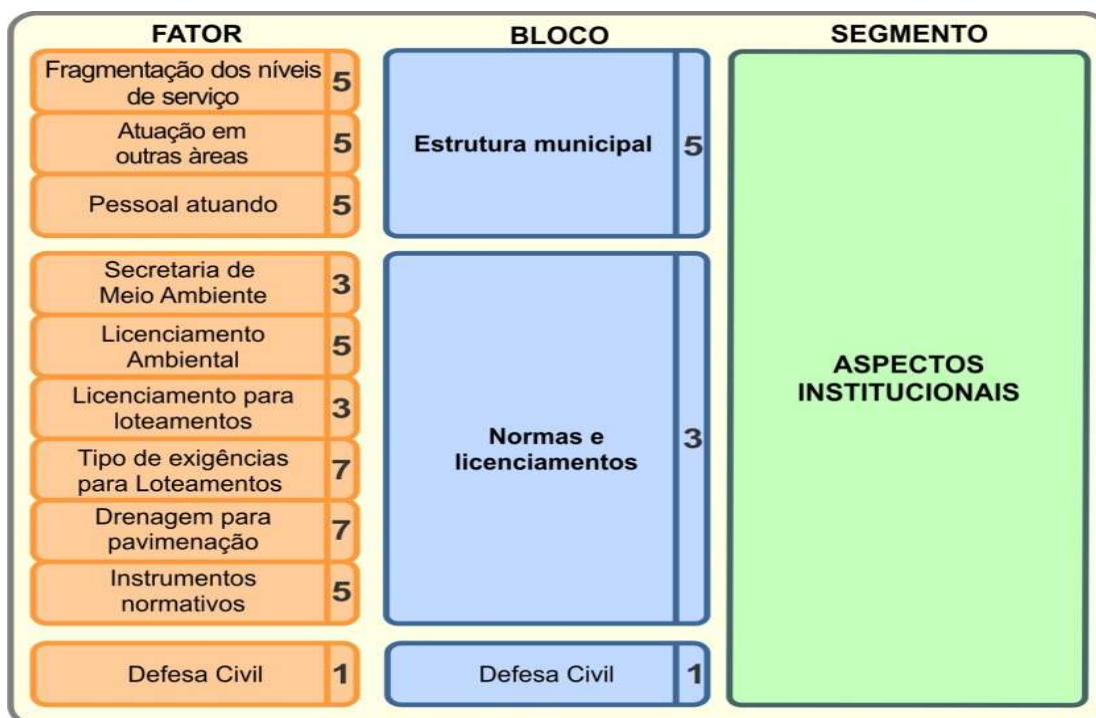
Figura 6.1 – Segmentos, componentes e blocos dos índices



Nota: ao lado de cada fator é apresentado o peso utilizado no cálculo do índice

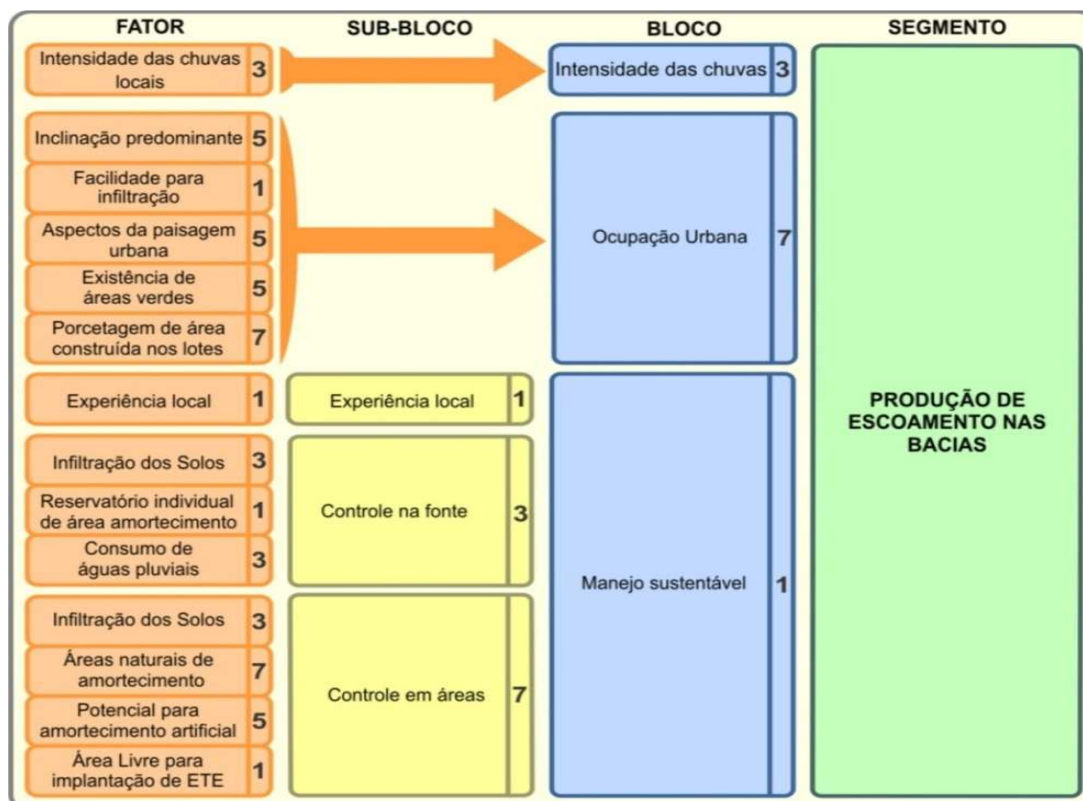
Os próximos quadros, separados por segmentos, detalham quais fatores são utilizados para a determinação dos diversos índices integrantes da análise do sistema de manejo de águas pluviais.

Figura 6.2 – Fatores e blocos do índice aspectos institucionais



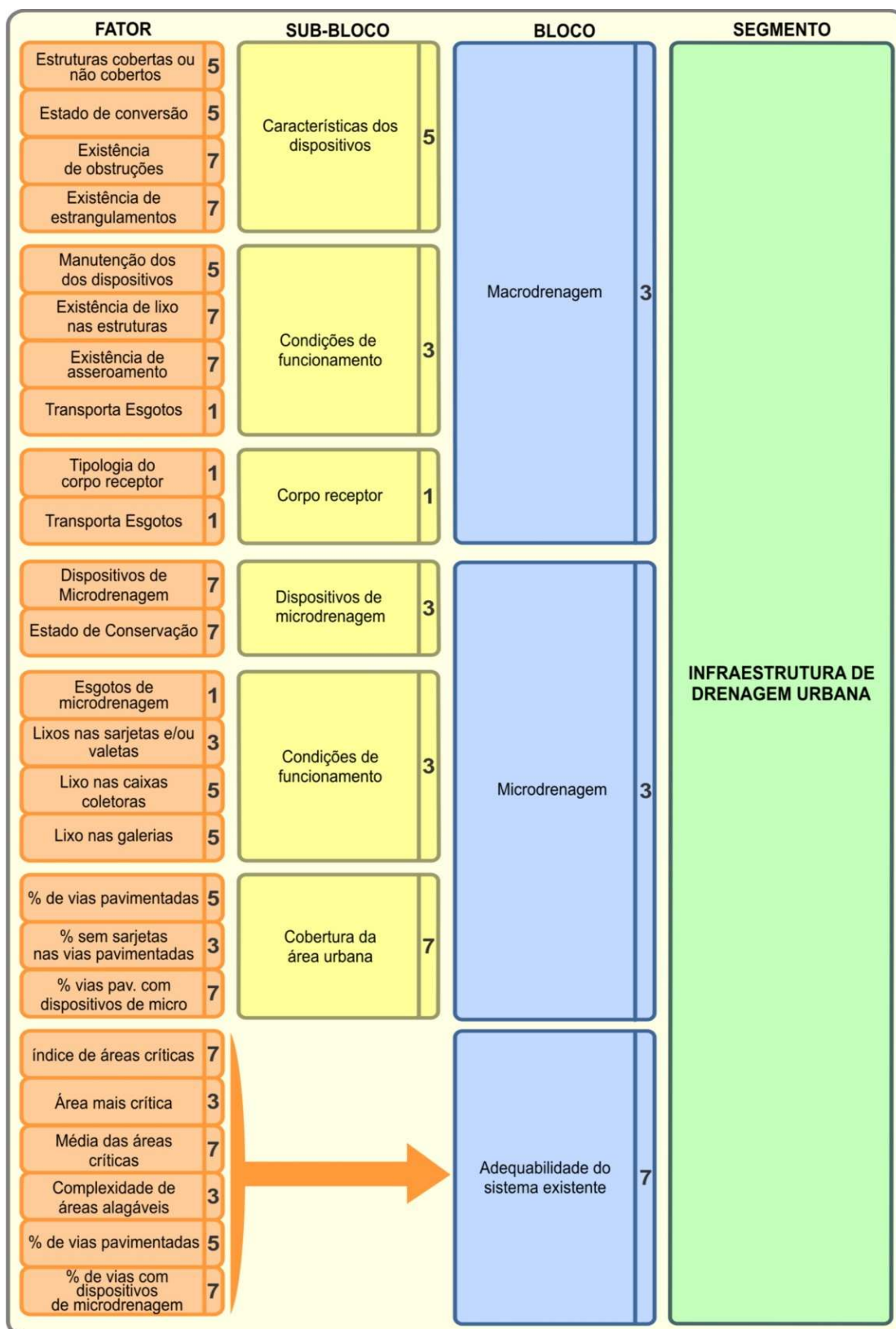
Nota: ao lado de cada fator é apresentado o peso utilizado no cálculo do índice

Figura 6.3 – Fatores e blocos do índice de bacias



Nota: ao lado de cada fator é apresentado o peso utilizado no cálculo do índice

Figura 6.4 – Fatores, blocos e componentes do índice infraestrutura de drenagem urbana



Nota: ao lado de cada fator é apresentado o peso utilizado no cálculo do índice

Figura 6.5 – Fatores do índice inundações ribeirinhas

FATOR		SEGMENTO
Existência de Inundações recentes	7	INUNDAÇÕES RIBEIRINHAS
Frequência com que ocorrem	5	
Possíveis causas	1	
Ocupação dos terrenos inundações	7	
Área da bacia de contribuição	9	
Declividade média de talvegue	3	

Nota: ao lado de cada fator é apresentado o peso utilizado no cálculo do índice

Figura 6.6 – Fatores do índice áreas críticas e impactos

FATOR		SUB-BLOCO	SEGMENTO
Tipo de problema	7	Natureza dos problemas	ÁREAS CRÍTICAS E IMPACTOS
Complexidade da área problema	7		
Adequação pavimento e caixas coletoras	1		
Ocupação dos terrenos adjacentes	5		
Agravantes do problemas	3		
Existência de projeto de engenharia	1		
Áreas estratégicas para amortecimento	1	Possibilidade de amortecimento	
Potencial de áreas estratégicas adicionais	1		
Decretação de estado de emergência	9	Recorrência dos problemas	
Alagamentos nos últimos 5 anos	7		
Frequência dos Alagamentos	7		
População afetada	7	Interferência na localidade	
Casas alagadas	7		
Tempo de interrupção do trânsito	5		
Necessidade de intervenções	5		
Interferência no fluxo das pessoas na cidade	3		
Prejuízo material	7		
Processos erosivos na localidade	5		
Risco de vida humana	9	Risco de vida humana	9

Nota: ao lado de cada fator é apresentado o peso utilizado no cálculo do índice

6.1.3 Avaliação do sistema

É efetuada a partir da aplicação de **Indicadores do Potencial de Fragilidade do Sistema**. O indicador corresponde a um número entre zero e cinco que qualifica o fator do sistema em função das informações obtidas. O potencial de fragilidade explicita, com base nos dados levantados, maior ou menor vulnerabilidade que o sistema possui para apresentar problemas.

Indicadores com valores baixos, entre zero e dois, são classificados na faixa do aceitável. Indicadores elevados, entre três e cinco, são considerados inadequados. O **Quadro 6.1** seguinte apresenta os indicadores e a classificação correspondente a cada um deles.

Quadro 6.1 - Indicadores do potencial de fragilidade: valores e classificação

INDICADORES	VALOR	CLASSIFICAÇÃO
Desejáveis	0	Desprezível
	1	Muito Baixo
	2	Baixo
Indesejados	3	Requer Atenção
	4	Elevado
	5	Muito Elevado

Os agrupamentos de fatores também são avaliados. Para tanto são utilizados índices do potencial de fragilidade obtidos a partir de média ponderada dos indicadores que compõem cada agrupamento. Os pesos utilizados variam entre os valores um, três, cinco, sete e nove, sendo aplicados em função da importância relativa do fator dentro do grupo.

Os quadros apresentados na análise desta RDS e nos anexos referentes a cada localidade permitem observar os valores atribuídos aos diversos fatores e seus respectivos agrupamentos e os pesos adotados. Observa-se que estes pesos permanecem os mesmos em todas as regiões e localidades estudadas.

6.2 O MANEJO DAS ÁGUAS PLUVIAIS NA RDS 5

A análise para o diagnóstico do sistema de manejo de águas pluviais da RDS é desenvolvida a partir do potencial de fragilidade ou vulnerabilidade. Como referido no subitem 6.1, os segmentos analisados são os seguintes:

- aspectos institucionais: que tratam da estruturação operacional e administrativa das entidades envolvidas com a prestação dos serviços, as questões normativas e ambientais associadas ao tema do manejo das águas pluviais, caracterizado pelo *índice do potencial de fragilidade institucional*;
- produção do escoamento superficial: que trata do maior ou menor potencial de transformação da chuva em escoamento, no particular, dentro de cada ambiente urbano, e onde se observa a possibilidade maior ou menor de se promover medidas compensatórias à urbanização

proporcionando o retardamento do fluxo, a infiltração de parcela das precipitações e o uso para fins de abastecimento, que não exijam tratamento, das águas pluviais, caracterizado a partir do *índice do potencial de fragilidade da bacia*;

- infraestrutura de drenagem urbana: que trata das questões associadas aos sistemas de macrodrenagem, microdrenagem e a adequabilidade do sistema existente, caracterizado a partir do *índice do potencial de fragilidade da infraestrutura de drenagem urbana*;
- inundações ribeirinhas: trata das características relativas a este delicado problema que pode ocorrer em cidades que margeiam cursos de água. Quando a localidade já vem apresentando este tipo de problema, suas características são aqui reportadas. Caso a cidade margeie curso de água e não tem apresentado este tipo de problema, são feitas avaliações em função das características da bacia de contribuição associada ao curso de água em questão, permitindo associar o risco de eventualmente a cidade passar a apresentá-los. Corresponde a um *índice de potencial de fragilidade para inundações ribeirinhas*, e
- áreas críticas e Impacto: que trata dos fatos observados nas áreas críticas e que espelham os principais problemas identificados nas localidades estudadas e correspondente *índice do potencial de fragilidade para áreas críticas e impactos*.

A princípio, a análise da RDS é feita por segmento (ou componente), comparando o que foi observado nas diversas localidades e, ao final, uma síntese global do sistema em estudo no conjunto da RDS. Para a análise são observados os valores dos indicadores e índices além do número deles classificado como elevado ou muito elevado, conforme são apresentados nos quadros respectivos.

6.2.1 Aspectos institucionais

A avaliação efetuada sobre os aspectos institucionais e normativos foi baseada num conjunto superficial de informações levantadas sobre as instituições e regulamentos referentes aos serviços de drenagem.

Instituições envolvidas, áreas de atuação de cada uma delas, envolvimento com outros segmentos do saneamento urbano, número de pessoas envolvidas diretamente com os serviços de drenagem, aspectos relativos à defesa civil, gestão ambiental, licenciamento para construção de loteamentos, instrumentos legais e normativos existentes foram alguns dos fatores pesquisados.

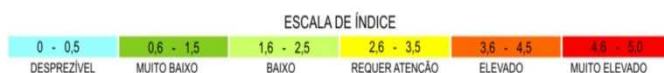
Difícilmente os serviços públicos relativos ao manejo das águas pluviais e, particularmente, à drenagem, conseguirão atingir um nível de satisfação adequado se for frágil na sua estrutura funcional e não dispuser de instrumentos normativos adequados.

O **Quadro 6.2** sintetiza os elementos observados nas localidades, além de listar a quantidade de indicadores de fragilidade classificados como elevados ou muito elevados, para os subgrupos deste índice.

Quadro 6.2 – Índice de aspectos institucionais – RDS 5

MUNICÍPIO	ESTRUTURA MUNICIPAL		NORMAS E LICENCIAMENTOS		DEFESA CIVIL		ÍNDICE TOTAL	CLASSIFICAÇÃO
	Número de fatores elevados	Índice	Número de fatores elevados	Índice	Número de fatores elevados	Índice		
ALMADINA	0	2,5	4	3,7	0	3,0	3,0	Requer atenção
ARATACA	0	2,0	5	4,8	1	5,0	3,3	Requer atenção
AURELINO LEAL	0	2,7	2	3,2	1	4,0	3,0	Requer atenção
BARRO PRETO	0	3,0	2	3,0	1	4,0	3,1	Requer atenção
BUERAREMA	0	3,0	4	3,9	1	5,0	3,5	Requer atenção
CAMACAN	0	3,0	1	1,5	0	2,0	2,4	Baixo
CANAVIEIRAS	0	1,7	2	1,7	1	5,0	2,1	Baixo
COARACI	0	2,0	3	3,5	1	5,0	2,8	Requer atenção
FLORESTA AZUL	0	2,5	3	3,7	1	5,0	3,2	Requer atenção
IBICARAÍ	0	2,7	2	3,0	1	5,0	3,1	Requer atenção
ILHÉUS	0	1,7	1	2,0	0	1,0	1,7	Baixo
ITABUNA	0	1,7	1	2,2	0	2,0	1,9	Baixo
ITACARÉ	0	2,0	2	3,2	1	5,0	2,7	Requer atenção
ITAJU DO COLÔNIA	0	2,7	3	2,7	0	3,0	2,7	Requer atenção
ITAJUIPE	0	2,7	3	4,5	1	5,0	3,6	Elevado
ITAPÉ	0	1,7	2	2,8	1	4,0	2,3	Baixo
ITAPITANGA	0	3,0	4	3,7	0	1,0	3,0	Requer atenção
JUSSARI	0	2,7	5	3,9	1	5,0	3,4	Requer atenção
MARAÚ	0	2,0	1	2,6	1	5,0	2,5	Baixo
MASCOTE	0	2,7	3	3,3	1	5,0	3,2	Requer atenção
PAU BRASIL	0	2,7	4	3,9	1	5,0	3,4	Requer atenção
SANTA LUZIA	0	2,7	5	4,8	1	5,0	3,7	Elevado
SÃO JOSÉ DA VITÓRIA	0	2,7	4	3,9	1	5,0	3,4	Requer atenção
UBAITABA	1	3,7	1	2,5	1	5,0	3,4	Requer atenção
UNA	0	2,7	1	2,2	1	5,0	2,8	Requer atenção
URUÇUCA	0	3,0	3	3,2	1	5,0	3,3	Requer atenção
Somatório	1	65,5	71	83,4	20	109,0	76,5	
Média		2,5		3,2		4,2	2,9	
Desvio Padrão		0,5		0,9		1,3	0,5	

Nota: Os valores em vermelho são superiores à soma da média do fator acrescida do respectivo desvio padrão, significando um potencial de fragilidade bem maior que o comportamento mais comum da região.



Segundo o índice médio regional, o quadro institucional regional requer atenção. Das 26 cidades da RDS, Itajuípe e Santa Luzia apresentam índice elevado nesta classe. Enquanto em seis cidades o índice é baixo, em todas as demais o índice de fragilidade é considerado mediano. De uma maneira geral, as cidades apresentam três ou quatro dos dez fatores avaliados com classificação de fragilidade elevada ou muito elevada. Jussari, Arataca e Santa Luzia apresentam seis fatores com esta avaliação inadequada, sendo que nestas duas últimas cidades dois destes fatores são considerados de peso elevado.

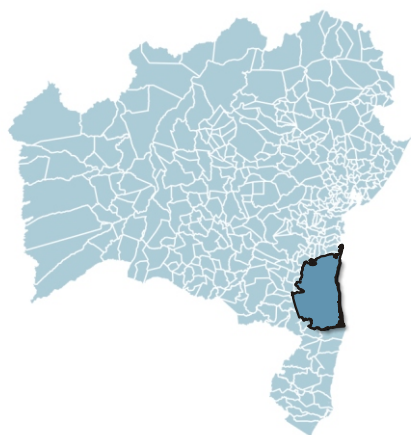
Dentro deste segmento do sistema, o aspecto avaliado com piores índices foi o se refere à defesa civil. O quadro geral regional apresentou índice do potencial de fragilidade classificado como elevado, com

alguma variabilidade entre as cidades. Enquanto em Almadina, Camacan, Ilhéus, Itabuna, Itaju do Colônia e Itapitanga a Comissão Municipal de Defesa Civil tem atuação pelo menos moderada, nas demais cidades, quando existe comissão, ela pouco atua.

Quanto às características relativas a normas e licenciamentos, a média regional é classificada como *requer atenção*, mostrando que não há um efetivo controle das interferências urbanas que podem refletir em aspectos complicadores para o sistema de manejo das águas pluviais e em particular nas questões dos serviços de drenagem. Embora não haja licenciamento ambiental na maioria das cidades, em quase todas é obrigatória a implantação de dispositivos de drenagem quando se pavimentam ruas. Além disso, em nenhuma das cidades há plano de drenagem urbana ou mesmo normas de drenagem.

O aspecto relativo à estrutura municipal, que trata das questões envolvidas com a forma como a prefeitura local atua na prestação dos serviços de drenagem, apresenta uma situação regional cuja fragilidade é classificada como baixa, mas com valor no superior dessa classificação. De uma forma geral, as localidades possuem estrutura semelhante, onde a entidade envolvida com a questão das águas pluviais desenvolve simultaneamente a tarefa de operação e de planejamento, além de atuar em outras áreas do saneamento, como esgoto e resíduos sólidos.

A figura seguinte apresenta uma síntese relativa ao componente, contemplando mapa esquemático da RDS com escala de cores associada ao índice municipal e diagrama de barras que mostra a distribuição do número de municípios por faixa de valores do indicador do potencial de fragilidade dos aspectos institucionais na RDS.

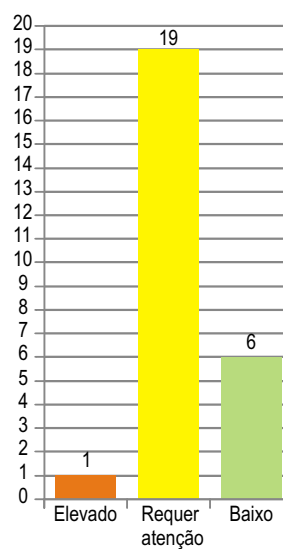
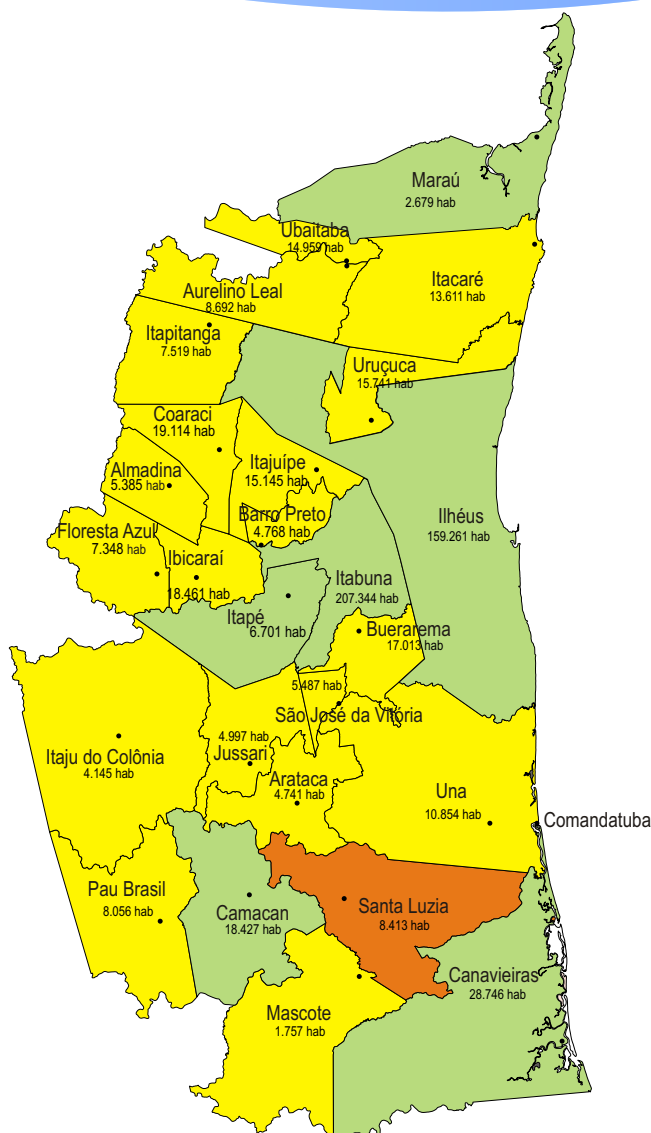


Municípios	Índice
Almadina	3,0
Arataca	3,3
Aurelino Leal	3,0
Barro Preto	3,1
Buerarema	3,5
Camacan	2,4
Canavieiras	2,1
Coaraci	2,8
Floresta Azul	3,2
Ibicarai	3,1
Ilhéus	1,7
Itabuna	1,9
Itacaré	2,7
Itaju do Colônia	2,7
Itajuípe	3,5
Itapé	2,3
Itapitanga	3,0
Jussari	3,4
Maraú	2,5
Mascote	3,2
Pau Brasil	3,4
Santa Luzia	3,7
São José da Vitória	3,4
Ubaitaba	3,4
Una	2,8
Uruçuca	3,3

CLASSIFICAÇÃO DOS ÍNDICES

- MUITO ELEVADO
- ELEVADO
- REQUER ATENÇÃO
- BAIXO
- MUITO BAIXO
- DESPREZÍVEL

26.350 hab - População atual da sede municipal (2009)

RDS 05
LITORAL SUL

MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS
POTENCIAL DE FRAGILIDADE
ÍNDICE DE ASPECTOS INSTITUCIONAIS

6.2.2 A produção do escoamento superficial

O potencial de fragilidade de bacia avalia a produção do escoamento superficial e trata do maior ou menor potencial de transformação da chuva em escoamento, através de fatores como intensidade de chuvas e características topográficas e de ocupação urbana.

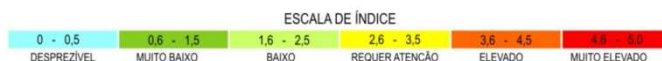
Além disso, o índice de bacia engloba o potencial de fragilidade relativo à sustentabilidade, ou seja, indica a maior dificuldade em encontrar e implantar técnicas e práticas que possam proporcionar uma relação com as águas de chuva que, de certa forma, compense os impactos que a urbanização imprime aos processos hidrológicos. Procedimentos que promovam a infiltração e o retardamento do fluxo são as estratégias mais comuns neste sentido. Desta forma, solos mais ou menos capazes de infiltrar as águas de chuva, espaço nas fontes geradoras de escoamento (nos lotes) onde possam ser implantados reservatórios de amortecimento, espaços públicos com áreas disponíveis para obras do mesmo tipo, mas de porte muito mais elevado, e até mesmo a existência de alguma experiência local no uso de práticas sustentáveis estão entre os fatores considerados.

Uma síntese dos índices por localidade e correspondentes indicadores selecionados para caracterizar este aspecto do sistema é apresentado no **Quadro 6.3** a seguir, além de listar a quantidade de indicadores de fragilidade considerados elevados ou muito elevados, para os subgrupos deste índice.

Quadro 6.3 – Índice de bacia – RDS 5

MUNICÍPIO	INTENSIDADE DAS CHUVAS LOCAIS		OCUPAÇÃO URBANA		MANEJO SUSTENTÁVEL		ÍNDICE TOTAL	CLASSIFICAÇÃO
	Número de fatores elevados	Índice	Número de fatores elevados	Índice	Número de fatores elevados	Índice		
ALMADINA	1	5,0	0	3,0	2	2,7	3,5	Requer atenção
ARATACA	1	5,0	0	2,8	6	4,1	3,5	Requer atenção
AURELINO LEAL	1	5,0	3	3,9	8	4,8	4,3	Elevado
BARRO PRETO	1	5,0	3	4,1	4	3,0	4,2	Elevado
BUERAREMA	1	5,0	1	3,2	6	4,4	3,8	Elevado
CAMACAN	1	4,0	2	3,8	2	3,5	3,8	Elevado
CANAVEIRAS	0	3,0	0	1,8	4	3,5	2,3	Baixo
COARACI	1	5,0	3	3,7	7	4,9	4,2	Elevado
FLORESTA AZUL	1	5,0	3	3,3	8	4,8	3,9	Elevado
IBICARAÍ	1	5,0	1	3,2	5	4,0	3,8	Elevado
ILHÉUS	1	5,0	3	3,5	3	3,4	3,9	Elevado
ITABUNA	1	5,0	2	3,5	7	4,6	4,0	Elevado
ITACARÉ	1	5,0	1	3,4	6	4,4	3,9	Elevado
ITAJU DO COLÔNIA	1	5,0	1	2,5	2	2,1	3,1	Requer atenção
ITAJUIPE	1	5,0	2	4,0	5	4,2	4,3	Elevado
ITAPÉ	1	5,0	1	5,0	7	4,5	5,0	Muito elevado
ITAPITANGA	1	5,0	1	5,0	7	4,8	5,0	Muito elevado
JUSSARI	1	5,0	1	2,6	3	3,3	3,3	Requer atenção
MARAÚ	1	4,0	0	2,4	1	1,4	2,7	Requer atenção
MASCOTE	1	4,0	2	3,6	3	3,1	3,7	Elevado
PAU BRASIL	1	4,0	2	3,2	3	2,6	3,4	Requer atenção
SANTA LUZIA	1	5,0	2	3,7	2	1,5	3,9	Elevado
SÃO JOSÉ DA VITÓRIA	1	5,0	1	2,9	5	3,2	3,5	Requer atenção
UBAITABA	1	5,0	2	3,5	7	4,1	4,0	Elevado
UNA	1	4,0	4	4,2	3	2,9	4,0	Elevado
URUÇUCA	1	5,0	1	3,4	3	4,1	3,9	Elevado
Somatório	25	123,0	42	89,2	119	93,9	98,9	
Média		4,7		3,4		3,6	3,8	
Desvio Padrão		0,5		0,7		1,0	0,6	

Nota: Os valores em vermelho são superiores à soma da média do fator acrescida do respectivo desvio padrão, significando um potencial de fragilidade bem maior que o comportamento mais comum da região.



A análise dos elementos que compõem o **Quadro 6.3** permite as seguintes considerações.

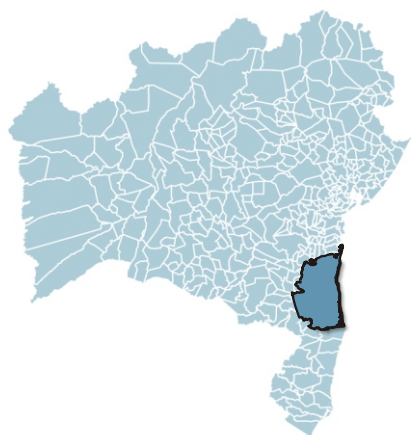
A maioria das cidades da RDS 5 foram avaliadas com índice elevado de produção de escoamento nas bacias. Consequentemente, a média regional neste segmento do sistema aponta uma região cujas características das cidades também apresentem fragilidade elevada neste aspecto. Em média, as cidades apresentam sete fatores classificados com vulnerabilidade elevada ou muito elevada. Aurelino Leal, Coaraci, Floresta Azul, Itabuna e Ubaitaba apresentaram dez itens assim classificados, sendo que dois desses indicadores têm peso alto.

A ocupação urbana foi o item melhor avaliado nesse segmento, porém com índice médio dentro da faixa de fragilidade que requer atenção. Canavieiras e Maraú foram as únicas cidades a apresentarem potencial de fragilidade classificado como baixo no bloco referente à ocupação urbana em face das condições menos favoráveis de formar escoamento, contribuindo com maior dificuldade para provocar cheias. O fator que compõe este item que mais se destaca de forma inadequada é a percentagem de área construída nos lotes, que é alta na maioria das cidades.

As chuvas locais estão entre as mais intensas do estado na maioria das localidades da RDS 5.

O bloco relativo ao manejo sustentável foi avaliado como elevado, com destaque negativo para Aurelino Leal, Coaraci, Floresta Azul, Itabuna e Itapitanga que foram classificadas nesse assunto com fragilidade muito elevada. Não há, em geral, experiência local no manejo das águas pluviais. As localidades apresentam certa restrição para controle na fonte, principalmente em áreas públicas para a implantação de manejo sustentável. Isto não impede o uso destas técnicas, todavia há certa limitação para um uso mais amplo na maioria das localidades.

A figura seguinte apresenta uma síntese relativa ao componente, contemplando mapa esquemático da RDS com escala de cores associada ao índice municipal e diagrama de barras que mostra a distribuição do número de municípios por faixa de valores do indicador do potencial de fragilidade da produção do escoamento superficial na RDS.

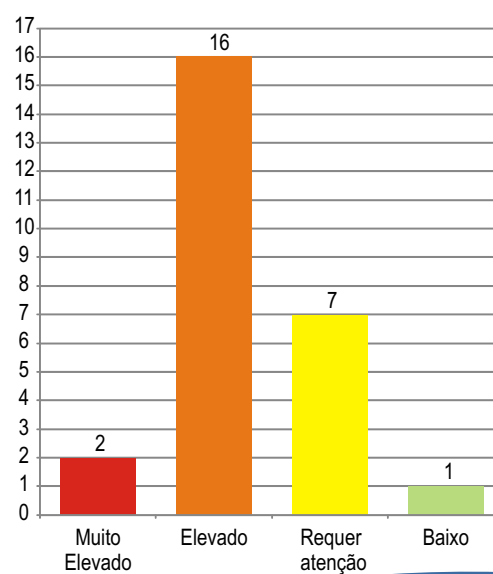
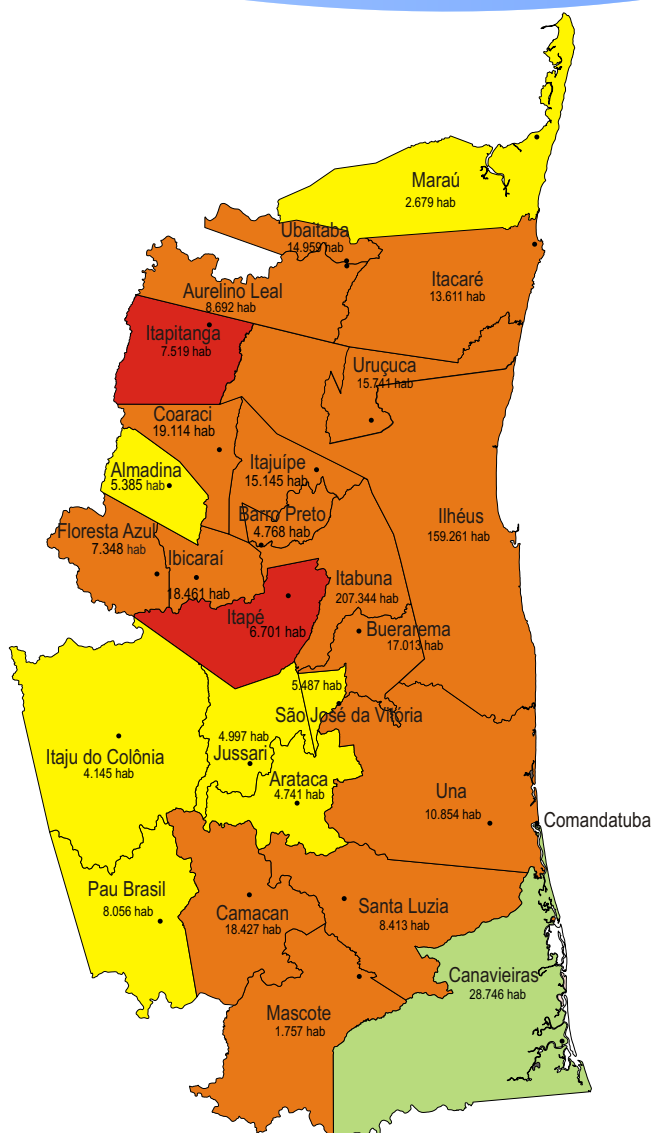


Municípios	Índice
Almadina	3,5
Arataca	3,5
Aurelino Leal	4,3
Barro Preto	4,2
Buerarema	3,8
Camacan	3,8
Canavieiras	2,3
Coaraci	4,2
Floresta Azul	3,9
Ibicaraí	3,8
Ilhéus	3,9
Itabuna	4,0
Itacaré	3,9
Itaju do Colônia	3,1
Itajuípe	4,3
Itapé	5,0
Itapitanga	5,0
Jussari	3,3
Maraú	2,7
Mascote	3,7
Pau Brasil	3,4
Santa Luzia	3,9
São José da Vitória	3,5
Ubaitaba	4,0
Una	4,0
Uruçuca	3,9

CLASSIFICAÇÃO DOS ÍNDICES

- MUITO ELEVADO
- ELEVADO
- REQUER ATENÇÃO
- BAIXO
- MUITO BAIXO
- DESPREZÍVEL

26.350 hab - População atual da sede municipal (2009)

RDS 05
LITORAL SULMANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS
POTENCIAL DE FRAGILIDADE
ÍNDICE DE BACIA

6.2.3 Macrodrenagem

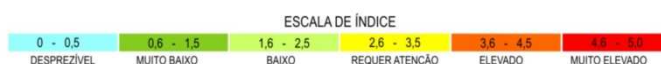
O potencial de fragilidade da macrodrenagem considera fatores como o tipo de estruturas hidráulicas existentes, a ocorrência ou não de obstruções e contrações, presença de assoreamento e lixo, convivência com esgotos brutos, estado de conservação e outros conforme apontado na metodologia de trabalho.

O **Quadro 6.4** sintetiza o conjunto de informações para as localidades, além de listar a quantidade de indicadores de fragilidade considerados elevados ou muito elevados, para os subgrupos deste índice.

Quadro 6.4 – Índice de macrodrenagem – RDS 5

MUNICÍPIO	CARACTERÍSTICAS DOS DISPOSITIVOS		CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO		CORPO RECEPTOR		ÍNDICE TOTAL	CLASSIFICAÇÃO	OBSERVAÇÃO
	Número de fatores elevados	Índice	Número de fatores elevados	Índice	Número de fatores elevados	Índice			
ALMADINA	1	1,7	2	2,8	2	4,5	2,4	Baixo	
ARATACA	0	0,4	1	1,0	2	4,5	1,1	Muito baixo	
AURELINO LEAL	0	2,0	2	2,3	1	4,0	2,3	Baixo	
BARRO PRETO	1	2,7	3	4,5	2	4,5	3,5	Requer atenção	
BUERAREMA	1	2,3	2	3,5	2	4,5	2,9	Requer atenção	
CAMACAN	0	0,8	2	3,5	2	4,5	2,1	Baixo	
CANAVEIRAS	2	1,9	1	2,0	0	-	1,9	Baixo	
COARACI	1	1,7	1	1,0	2	4,5	1,8	Baixo	
FLORESTA AZUL	1	1,7	2	2,8	2	4,5	2,4	Baixo	
IBICARAÍ	0	0,4	2	2,8	2	4,5	1,7	Baixo	
ILHÉUS	1	2,3	1	2,5	1	3,0	2,4	Baixo	
ITABUNA	0	1,4	3	3,8	1	4,0	2,5	Baixo	
ITACARÉ	1	2,7	3	4,5	1	4,0	3,4	Requer atenção	
ITAJU DO COLÔNIA	0	0,8	2	2,8	1	4,0	1,8	Baixo	
ITAJUIPE	1	1,9	1	1,5	2	4,5	2,1	Baixo	
ITAPÉ	2	2,7	2	2,8	1	4,0	2,9	Requer atenção	
ITAPITANGA	0	1,0	1	1,0	2	4,5	1,4	Muito baixo	
JUSSARI	0	1,3	3	4,5	1	4,0	2,7	Requer atenção	
MARAÚ	-	-	-	-	-	-	-	-	Não há estruturas de macrodrenagem
MASCOTE	0	0,8	1	1,0	2	4,5	1,3	Muito baixo	
PAU BRASIL	1	1,7	3	4,5	2	4,5	2,9	Requer atenção	
SANTA LUZIA	1	2,0	2	3,5	2	4,5	2,8	Requer atenção	
SÃO JOSÉ DA VITÓRIA	1	1,7	3	3,3	2	4,5	2,5	Baixo	
UBAITABA	0	1,7	3	4,3	1	4,0	2,8	Requer atenção	
UNA	0	1,3	1	3,7	1	3,5	2,3	Baixo	
URUÇUCA	0	1,3	3	4,0	2	4,5	2,6	Requer atenção	
Somatório	15	40,2	50	73,9	39	102,0	58,5		
Média		1,6		3,0		4,3	2,3		
Desvio Padrão		0,7		1,2		0,4	0,6		

Nota: Os valores em vermelho são superiores à soma da média do fator acrescida do respectivo desvio padrão, significando um potencial de fragilidade bem maior que o comportamento mais comum da região.



As condições médias regionais relativas a este tema foram classificadas com vulnerabilidade baixa. Nove cidades das 26, todavia, apresentaram índice médio classificado com potencial de fragilidade *requer atenção*. Já Arataca, Itapitanga e Mascote foram classificadas com fragilidade muito baixa. Em média, as localidades apresentaram quatro fatores classificados com fragilidade elevada ou muito elevada, dentre

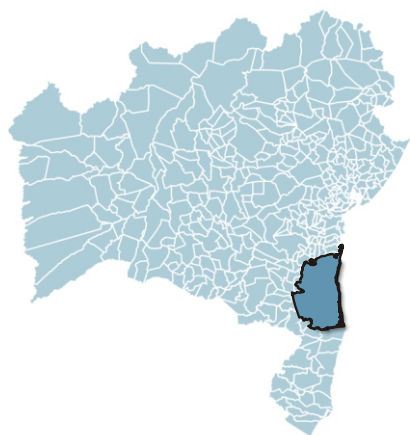
os dez fatores avaliados. Barro Preto, Pau Brasil e São José da Vitória apresentaram seis fatores assim classificados. Marau é a única cidade da região que não apresenta estruturas convencionais de macrodrenagem.

Dentro dos blocos analisados nesse tema, o relativo ao corpo receptor é o que apresenta a pior avaliação com índice médio classificado com potencial de fragilidade elevado, principalmente pelo fato de quase todas as estruturas de macrodrenagem transportarem esgotos sanitários, e consequentemente, contaminarem o corpo receptor.

No bloco relativo às condições de funcionamento dos dispositivos, as cidades dessa RDS apresentam situações bastante diferentes. Enquanto em sete cidades o potencial de fragilidade é classificado como elevado, em cinco ele é considerado muito baixo. Influenciam para este desempenho, nas cidades piores classificadas, a presença de lixo e material assoreado dentro das estruturas de macrodrenagem existentes.

No que se refere às características dos equipamentos existentes, a avaliação da vulnerabilidade média regional foi classificada como baixa, todavia Barro Preto, Itacaré e Itapé foram avaliadas, neste item, como requerendo atenção. Neste item, o fator mais mal avaliado é a predominância de estruturas cobertas, o que dificulta a manutenção. Na grande maioria das cidades não se observam obstruções nem estrangulamento nas estruturas de macrodrenagem.

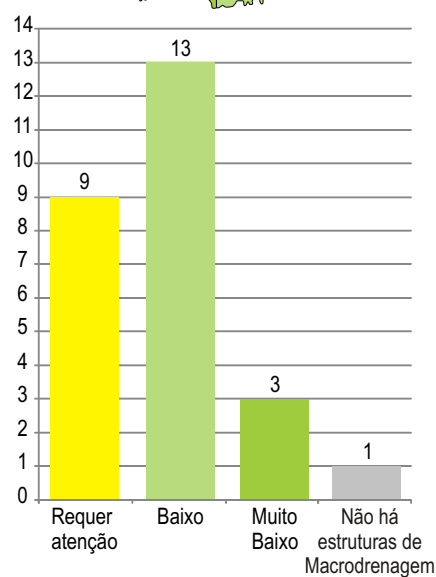
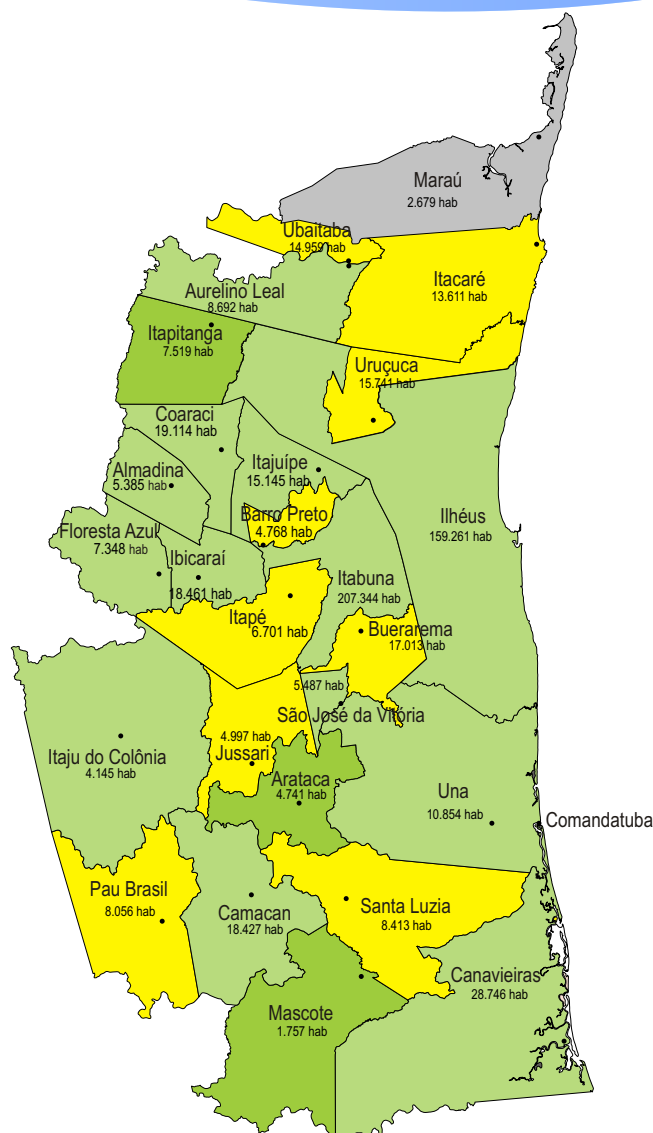
A figura seguinte apresenta uma síntese relativa ao componente, contemplando mapa esquemático da RDS com escala de cores associada ao índice municipal e diagrama de barras que mostra a distribuição do número de municípios por faixa de valores do indicador do potencial de fragilidade da macrodrenagem na RDS.



Municípios	Índice
Almadina	2,4
Arataca	1,1
Aurelino Leal	2,3
Barro Preto	3,5
Buerarema	2,9
Camacan	2,1
Canavieiras	1,9
Coaraci	1,8
Floresta Azul	2,4
Ibicaraí	1,7
Ilhéus	2,4
Itabuna	2,5
Itacaré	3,4
Itaju do Colônia	1,8
Itajuípe	2,1
Itapé	2,9
Itapitanga	1,4
Jussari	2,7
Maraú	-
Mascote	1,3
Pau Brasil	2,9
Santa Luzia	2,8
São José da Vitória	2,5
Ubaitaba	2,8
Una	2,3
Uruçuca	2,6

CLASSIFICAÇÃO DOS ÍNDICES

- MUITO ELEVADO
- ELEVADO
- REQUER ATENÇÃO
- BAIXO
- MUITO BAIXO
- DESPREZÍVEL
- NÃO HÁ ESTRUTURAS DE MACRODRENAGEM

RDS 05
LITORAL SULMANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS
POTENCIAL DE FRAGILIDADE
ÍNDICE DE MACRODRENAGEM

6.2.4 Microdrenagem

A análise referente à microdrenagem não se concentra sobre a capacidade hidráulica dos dispositivos, uma vez que, para tanto, seriam indispensáveis dados cadastrais dos dispositivos, quando existentes. Nenhuma prefeitura do estado, inclusive a de Salvador, possui esta informação.

Identificação do potencial de fragilidade se concentra na avaliação de fatores diretamente relacionados com a ordenação do escoamento nas vias públicas. Entre eles a existência de dispositivos de coleta e transporte das águas que escoam pelas vias. Havendo galerias, se estão disponibilizados poços de inspeção que possam dar melhor eficiência ao sistema. Presença de esgotos e lixo nas estruturas, possibilidade de ordenação de fluxo e controle do escoamento nas vias são também consideradas. Mas estas aferições somente são possíveis nos locais onde existam tais tipos de estrutura.

Em muitas das localidades estudadas no estado, não existem dispositivos de microdrenagem implantados nas vias. Isto resulta no escoamento das águas pluviais apenas pela superfície, nas sarjetas, quando elas existem, ou de forma desordenada, quando as vias não são pavimentadas ou quando, possuindo pavimentos revestidos, não se encontram guias de meio-fio.

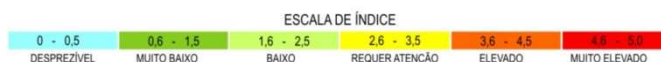
Nestas circunstâncias, problemas de alagamento estão diretamente ligados à possibilidade de continuidade do fluxo, o que implica em não existência de pontos baixos do greide das vias em lugar inadequado.

O **Quadro 6.5** seguinte sintetiza os elementos observados nas localidades, além de listar a quantidade de indicadores de fragilidade considerados elevados ou muito elevados, para os subgrupos deste índice.

Quadro 6.5 – Índice de microdrenagem – RDS 5

MUNICÍPIO	DISPOSITIVOS DE MICRODRENAGEM		CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO		COBERTURA DA ÁREA URBANA		ÍNDICE TOTAL	CLASSIFICAÇÃO
	Número de fatores elevados	Índice	Número de fatores elevados	Índice	Número de fatores elevados	Índice		
ALMADINA	0	2,0	1	0,6	0	2,1	1,7	Baixo
ARATACA	0	2,0	1	1,6	2	4,2	3,1	Requer atenção
AURELINO LEAL	0	0,5	0	0,0	1	2,7	1,6	Baixo
BARRO PRETO	0	0,5	1	1,7	2	4,2	2,8	Requer atenção
BUERAREMA	1	3,0	1	1,2	1	3,2	2,7	Requer atenção
CAMACAN	0	0,5	1	1,2	0	1,3	1,1	Muito baixo
CANAVEIRAS	0	0,5	1	1,8	0	1,7	1,4	Muito baixo
COARACI	0	2,0	1	1,2	0	2,1	1,9	Baixo
FLORESTA AZUL	0	1,5	1	1,2	0	1,0	1,2	Muito baixo
IBICARÁI	0	2,0	0	1,0	1	3,5	2,6	Requer atenção
ILHÉUS	0	1,5	0	3,0	0	2,5	2,4	Baixo
ITABUNA	0	1,5	1	1,2	0	-	1,4	Muito baixo
ITACARÉ	0	2,0	1	1,2	0	2,1	1,9	Baixo
ITAJU DO COLÔNIA	0	0,5	1	1,9	0	1,3	1,3	Muito baixo
ITAJUÍPE	0	1,5	0	0,6	1	2,3	1,7	Baixo
ITAPÉ	0	1,5	1	1,0	0	1,0	1,1	Muito baixo
ITAPITANGA	0	2,0	1	0,6	0	2,3	1,8	Baixo
JUSSARI	0	1,5	1	1,2	1	2,0	1,7	Baixo
MARAÚ	0	1,0	0	1,0	0	2,8	2,0	Baixo
MASCOTE	0	0,5	1	3,5	0	2,3	2,2	Baixo
PAU BRASIL	1	3,0	1	1,0	0	1,0	1,5	Muito baixo
SANTA LUZIA	0	1,5	1	1,0	0	2,3	1,8	Baixo
SÃO JOSÉ DA VITÓRIA	0	1,0	1	3,1	1	3,5	2,8	Requer atenção
UBAITABA	0	2,0	2	3,8	2	4,0	3,5	Requer atenção
UNA	1	3,0	1	1,2	0	2,1	2,1	Baixo
URUÇUCA	0	2,0	1	3,8	0	-	2,9	Requer atenção
Somatório	3	40,5	22	40,6	12	57,5	52,2	
Média		1,6		1,6		2,4	2,0	
Desvio Padrão		0,8		1,0		1,0	0,7	

Nota: Os valores em vermelho são superiores à soma da média do fator acrescida do respectivo desvio padrão, significando um potencial de fragilidade bem maior que o comportamento mais comum da região.



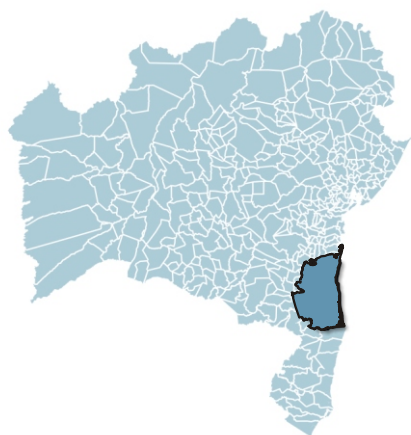
O índice médio da RDS para o tema microdrenagem foi avaliado com potencial de fragilidade classificado como baixo. Vale lembrar que este item trata dos dispositivos existentes e da cobertura dos serviços prestados. Arataca, Barro Preto, Buerarema e Ubaitaba chamam a atenção por apresentar três ou quatro dos nove fatores levantados com classificação de fragilidade elevada ou muito elevada.

Há uma grande variedade de dispositivos de microdrenagem nas cidades da RDS 5. Além disso, observa-se que em grande parte das localidades a rede de microdrenagem cobre mais da metade das ruas

pavimentas. Entretanto, em cidades como Arataca, Barro Preto, Itajuípe e Jussari a percentagem de vias pavimentadas é baixa.

No que se refere às condições de funcionamento dos dispositivos existentes, o maior problema regional é a convivência com esgotos na microdrenagem, fator avaliado como de fragilidade elevada em quase todas as cidades. Quanto ao lixo nas sarjetas, nas caixas coletoras e nas galerias existentes, ele é pouco observado na maioria das localidades.

A figura seguinte apresenta uma síntese relativa ao componente, contemplando mapa esquemático da RDS com escala de cores associada ao índice municipal e diagrama de barras que mostra a distribuição do número de municípios por faixa de valores do indicador do potencial de fragilidade da microdrenagem na RDS.

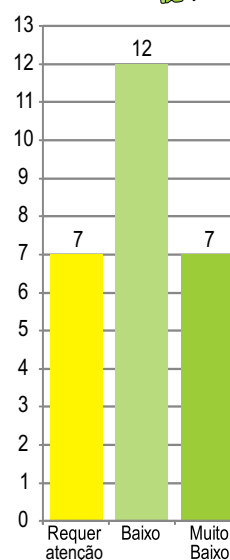
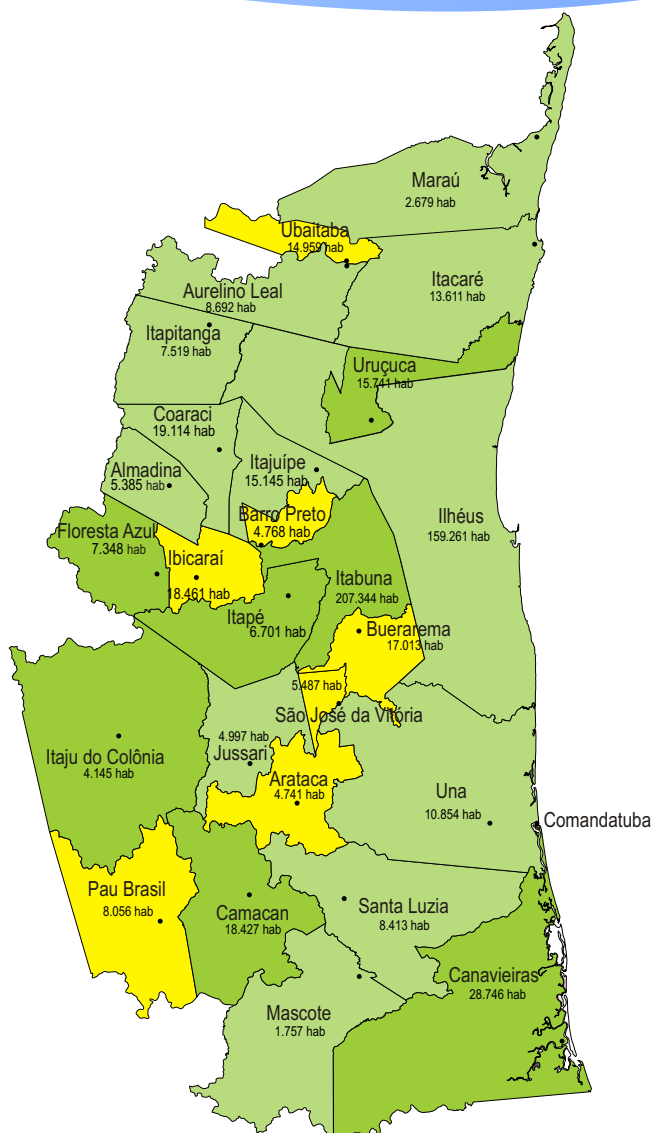


Municípios	Índice
Almadina	1,7
Arataca	3,1
Aurelino Leal	1,6
Barro Preto	2,8
Buerarema	2,7
Camacan	1,1
Canavieiras	1,4
Coaraci	1,9
Floresta Azul	1,2
Ibicarai	2,6
Ilhéus	2,4
Itabuna	1,4
Itacaré	1,9
Itaju Do Colônia	1,3
Itajuípe	1,7
Itapé	1,1
Itapitanga	1,8
Jussari	1,7
Maraú	2,0
Mascote	2,2
Pau Brasil	1,5
Santa Luzia	1,8
São José Da Vitória	2,8
Ubaitaba	3,5
Una	2,1
Uruçuca	2,9

CLASSIFICAÇÃO DOS ÍNDICES

- MUITO ELEVADO
- ELEVADO
- REQUER ATENÇÃO
- BAIXO
- MUITO BAIXO
- DESPREZÍVEL
- ESCOAMENTO PELAS SARJETAS

26.350 hab - População atual da sede municipal (2009)


RDS 05
LITORAL SUL

 MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS
 POTENCIAL DE FRAGILIDADE
 ÍNDICE DE MICRODRENAGEM

6.2.5 Adequabilidade do sistema existente

O potencial de fragilidade da adequabilidade do sistema existente avalia a eficiência do sistema de drenagem e considera aspectos como número de áreas críticas na localidade de acordo com seu porte, fragilidade das áreas críticas, complexidade das áreas alagadas, percentagem de vias pavimentadas e cobertura de dispositivos de microdrenagem.

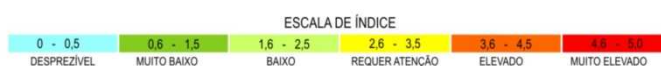
Vale salientar que sistemas de drenagem sem dispositivos de microdrenagem e sem áreas críticas sugerem que, de alguma forma, o processo de urbanização e as vias que com ele foram sendo implantadas não estão interferindo na continuidade do fluxo até locais estratégicos onde pode ser dado destino final adequado.

O **Quadro 6.6** seguinte sintetiza os elementos observados nas localidades.

Quadro 6.6 – Índice de adequabilidade do sistema existente – RDS 5

MUNICÍPIO	ÍNDICE DE ÁREAS CRÍTICAS	ÁREA MAIS CRÍTICA	MÉDIA DAS ÁREAS CRÍTICAS	COMPLEXIDADE DAS ÁREAS ALAGÁVEIS	% DE VIAS PAVIMENTADAS	% DE VIAS COM DISPOSITIVOS DE MICRODRENAGEM	ÍNDICE TOTAL	CLASSIFICAÇÃO
ALMADINA	0	-	0,0	3	3	2	1,3	Muito baixo
ARATACA	5	3,5	3,4	3	5	5	4,3	Elevado
AURELINO LEAL	2	3,6	3,6	0	2	4	2,8	Requer atenção
BARRO PRETO	2	3,7	3,7	5	5	5	3,9	Elevado
BUERAREMA	5	3,5	3,4	5	2	5	4,0	Elevado
CAMACAN	5	3,8	3,7	5	2	1	3,3	Requer atenção
CANAVIEIRAS	3	3,9	3,8	3	3	1	2,8	Requer atenção
COARACI	3	3,1	3,0	5	3	2	3,0	Requer atenção
FLORESTA AZUL	2	3,2	3,2	0	1	1	1,8	Baixo
IBICARÁI	4	3,7	3,6	5	3	5	4,0	Elevado
ILHÉUS	2	4,0	4,0	5	3	2	3,1	Requer atenção
ITABUNA	2	4,1	3,9	5	-	-	3,4	Requer atenção
ITACARÉ	5	3,5	3,4	5	3	2	3,5	Requer atenção
ITAJU DO COLÔNIA	4	3,7	3,6	5	2	1	3,0	Requer atenção
ITAJUIPE	3	3,4	3,3	3	5	1	3,0	Requer atenção
ITAPÉ	2	3,8	3,8	5	1	1	2,5	Baixo
ITAPITANGA	2	3,2	3,2	3	2	3	2,7	Requer atenção
JUSSARI	5	3,8	3,6	5	4	1	3,6	Elevado
MARAÚ	0	-	0,0	-	3	3	1,4	Muito baixo
MASCOTE	2	3,8	3,8	5	2	3	3,1	Requer atenção
PAU BRASIL	2	3,7	3,7	0	1	1	2,0	Baixo
SANTA LUZIA	0	-	0,0	-	3	2	1,1	Muito baixo
SÃO JOSÉ DA VITÓRIA	5	3,6	3,3	5	3	5	4,2	Elevado
UBAITABA	4	3,5	3,4	5	2	5	3,8	Elevado
UNA	4	3,8	3,5	3	3	2	3,2	Requer atenção
URUÇUCA	4	3,5	3,4	5	-	-	3,9	Elevado
Somatório	77,0	83,4	81,3	93,0	66,0	63,0	78,7	
Média	3,0	3,6	3,1	3,9	2,8	2,6	3,0	
Desvio Padrão	1,6	0,3	1,2	1,7	1,2	1,6	0,9	

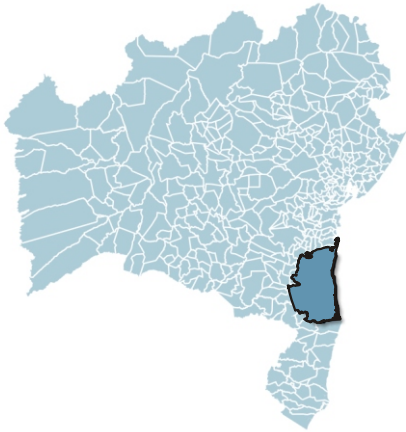
Nota: Os valores em vermelho são superiores à soma da média do fator acrescida do respectivo desvio padrão, significando um potencial de fragilidade bem maior que o comportamento mais comum da região.



Este item reflete aspectos importantes do sistema urbano de drenagem sem, no entanto se reportar aos seus dispositivos, observando o maior ou menor risco do sistema espelhado por um bloco fatores selecionados. Para esta RDS, o índice médio regional expressa uma vulnerabilidade classificada como *requerendo atenção*. Almadina, Maráu e Santa Luzia foram classificadas como de muito baixa fragilidade. Já Floresta Azul, Itapé e Pau Brasil apresentam potencial de fragilidade baixo. As demais cidades apresentaram índice médio de fragilidade classificado como elevado ou *requer atenção*.

Os fatores com mais fraca avaliação foram os referente à existência de áreas críticas e à complexidade das áreas alagáveis, áreas centrais na maioria dos casos. Quase todas as localidades apresentam áreas críticas.

A figura seguinte apresenta uma síntese relativa ao componente, contemplando mapa esquemático da RDS com escala de cores associada ao índice municipal e diagrama de barras que mostra a distribuição do número de municípios por faixa de valores do indicador do potencial de fragilidade da microdrenagem na RDS.

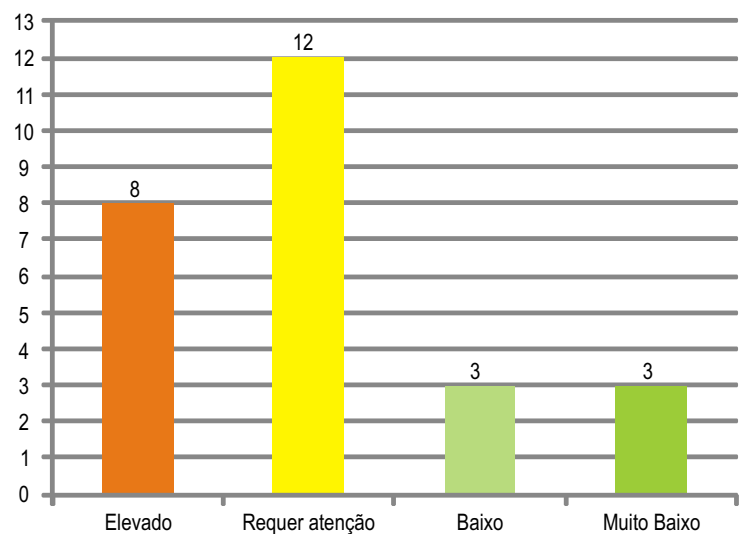
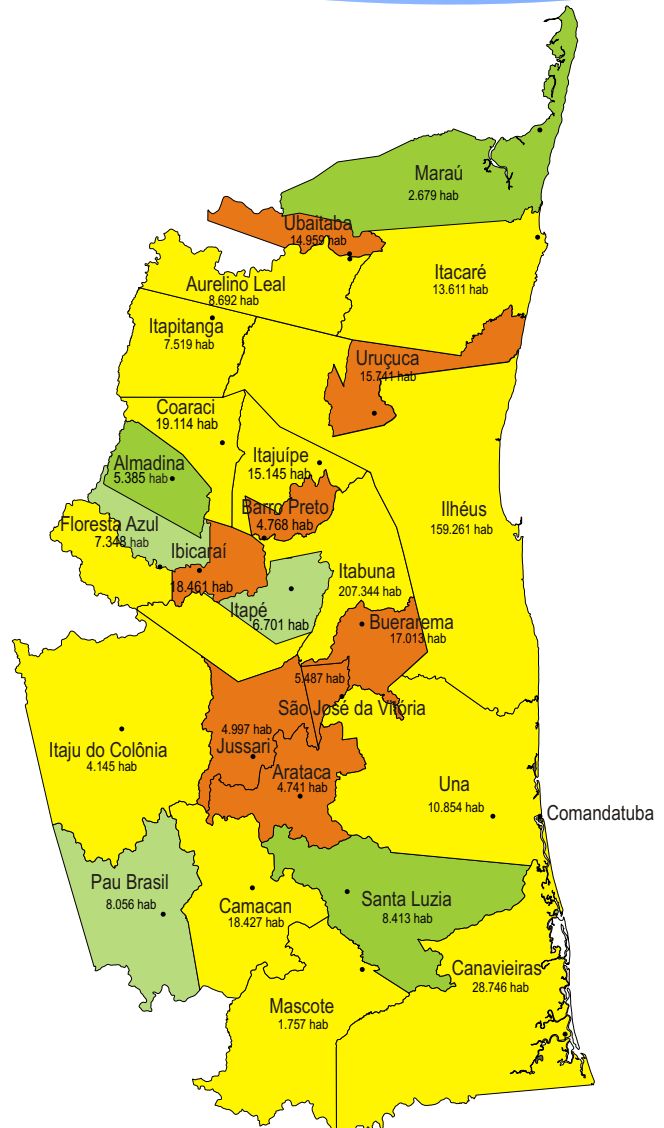


Municípios	Índice
Almadina	1,3
Arataca	4,3
Aurelino Leal	2,8
Barro Preto	3,9
Buerarema	4,0
Camacan	3,3
Canavieiras	2,8
Coaraci	3,0
Floresta Azul	1,8
Ibicaraí	4,0
Ilhéus	3,1
Itabuna	3,4
Itacaré	3,5
Itaju do Colônia	3,0
Itajuípe	3,0
Itapé	2,5
Itapitanga	2,7
Jussari	3,6
Maraú	1,4
Mascote	3,1
Pau Brasil	2,0
Santa Luzia	1,1
São José da Vitória	4,2
Ubaitaba	3,8
Una	3,2
Uruçuca	3,9

CLASSIFICAÇÃO DOS ÍNDICES

- MUITO ELEVADO
- ELEVADO
- REQUER ATENÇÃO
- BAIXO
- MUITO BAIXO
- DESPREZÍVEL

26.350 hab - População atual da sede municipal (2009)

RDS 05
LITORAL SUL

MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS
POTENCIAL DE FRAGILIDADE
ÍNDICE DE ADEQUABILIDADE DO SISTEMA EXISTENTE

6.2.6 Infraestrutura de drenagem urbana

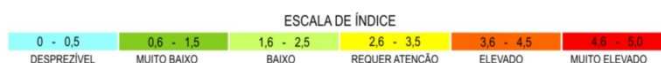
O índice da infraestrutura de drenagem urbana resume as características de macrodrenagem, microdrenagem e da adequabilidade do sistema existente.

O **Quadro 6.7** seguinte sintetiza os elementos observados nas localidades, além de listar a quantidade de indicadores de fragilidade considerados elevados ou muito elevados, para os subgrupos deste índice.

Quadro 6.7 – Índice infraestrutura de drenagem urbana – RDS 5

MUNICÍPIO	MACRODRENAGEM		MICRODRENAGEM		ADEQUABILIDADE DO SISTEMA EXISTENTE		ÍNDICE TOTAL	CLASSIFICAÇÃO
	Número de fatores elevados	Índice	Número de fatores elevados	Índice	Número de fatores elevados	Índice		
ALMADINA	5	2,4	1	1,7	1	1,3	1,6	Baixo
ARATACA	3	1,1	3	3,1	3	4,3	3,3	Requer atenção
AURELINO LEAL	3	2,3	1	1,6	1	2,8	2,4	Baixo
BARRO PRETO	6	3,5	3	2,8	3	3,9	3,6	Elevado
BUERAREMA	5	2,9	3	2,7	3	4,0	3,4	Requer atenção
CAMACAN	4	2,1	1	1,1	2	3,3	2,5	Baixo
CANAVIEIRAS	3	1,9	1	1,4	0	2,8	2,3	Baixo
COARACI	4	1,8	1	1,9	1	3,0	2,5	Baixo
FLORESTA AZUL	5	2,4	1	1,2	0	1,8	1,8	Baixo
IBICARAÍ	4	1,7	1	2,6	3	4,0	3,1	Requer atenção
ILHÉUS	3	2,4	0	2,4	3	3,1	2,8	Requer atenção
ITABUNA	4	2,5	1	1,4	2	3,4	2,7	Requer atenção
ITACARÉ	5	3,4	1	1,9	2	3,5	3,1	Requer atenção
ITAJU DO COLÔNIA	3	1,8	1	1,3	2	3,0	2,3	Baixo
ITAJUIPE	4	2,1	1	1,7	1	3,0	2,5	Baixo
ITAPÉ	5	2,9	1	1,1	1	2,5	2,3	Baixo
ITAPITANGA	3	1,4	1	1,8	0	2,7	2,2	Baixo
JUSSARI	4	2,7	2	1,7	3	3,6	3,0	Requer atenção
MARAÚ	0	-	0	2,0	1	1,4	1,6	Baixo
MASCOTE	3	1,3	1	2,2	1	3,1	2,5	Baixo
PAU BRASIL	6	2,9	2	1,5	0	2,0	2,1	Baixo
SANTA LUZIA	5	2,8	1	1,8	1	1,1	1,7	Baixo
SÃO JOSÉ DA VITÓRIA	6	2,5	2	2,8	3	4,2	3,5	Requer atenção
UBAITABA	4	2,8	4	3,5	3	3,8	3,5	Requer atenção
UNA	2	2,3	2	2,1	1	3,2	2,7	Requer atenção
URUÇUCA	5	2,6	1	2,9	2	3,9	3,4	Requer atenção
Somatório	104	58,5	37	52,2	43	78,7	68,4	
Média		2,3		2,0		3,0	2,6	
Desvio Padrão		0,6		0,7		0,9	0,6	

Nota: Os valores em vermelho são superiores à soma da média do fator acrescida do respectivo desvio padrão, significando um potencial de fragilidade bem maior que o comportamento mais comum da região.

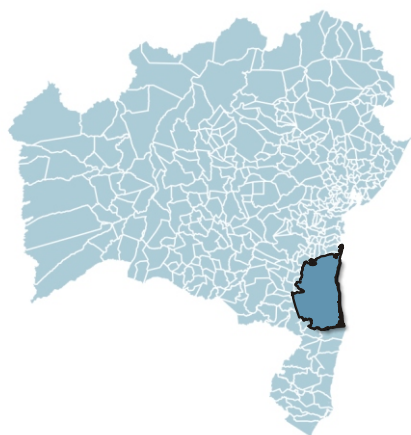


Considerando as avaliações dos blocos de macrodrenagem, microdrenagem e adequabilidade do sistema existente, a região apresenta como índice médio o valor 2,6 que a classifica com requer atenção. Barro Preto foi classificada com potencial de fragilidade elevado, enquanto 11 cidades foram classificadas como requerendo atenção e as demais com baixa vulnerabilidade. Em média, as localidades apresentam cinco ou seis fatores, entre os 25 considerados, classificados com elevada ou muito elevada fragilidade. As localidades com pior desempenho nesta quantidade de fatores de elevada a muito elevada vulnerabilidade são Barro Preto, Buerarema, Pau Brasil, São José da Vitória e Ubaitaba.

O tema relativo à adequabilidade do sistema existente é o que apresentou a pior avaliação, devido principalmente ao grande número de áreas críticas. A média regional é classificada como requer atenção.

Tanto em relação à macrodrenagem quanto à microdrenagem, as médias regionais ficaram classificadas como de baixa fragilidade. Barro Preto e Itacaré apresentam o pior desempenho da região relativo ao primeiro quesito e Arataca e Ubaitaba ao segundo.

A figura seguinte apresenta uma síntese relativa ao componente, contemplando mapa esquemático da RDS com escala de cores associada ao índice municipal e diagrama de barras que mostra a distribuição do número de municípios por faixa de valores do indicador do potencial de fragilidade da microdrenagem na RDS.

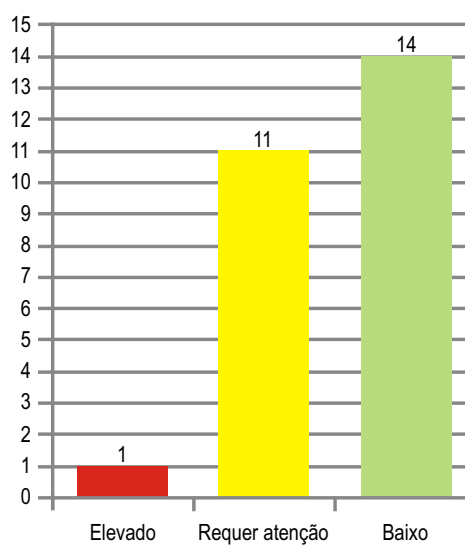
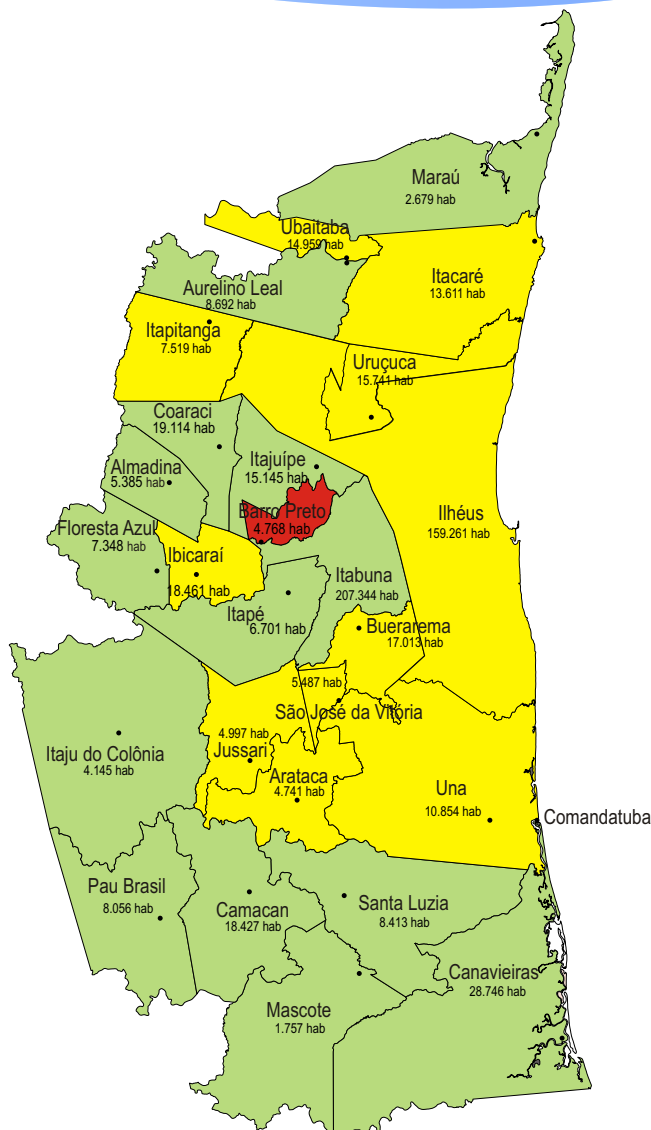


Municípios	Índice
Almadina	1,6
Arataca	3,3
Aurelino Leal	2,4
Barro Preto	3,6
Buerarema	3,4
Camacan	2,5
Canavieiras	2,3
Coaraci	2,5
Floresta Azul	1,8
Ibicarai	3,1
Ilhéus	2,8
Itabuna	2,7
Itacaré	3,1
Itaju do Colônia	2,3
Itajuípe	2,5
Itapé	2,3
Itapitanga	2,2
Jussari	3,0
Maraú	1,6
Mascote	2,5
Pau Brasil	2,1
Santa Luzia	1,7
São José da Vitória	3,5
Ubaitaba	3,5
Una	2,7
Uruçuca	3,4

CLASSIFICAÇÃO DOS ÍNDICES



26.350 hab - População atual da sede municipal (2009)



6.2.7 Inundações ribeirinhas

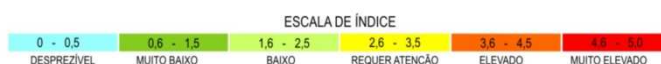
As inundações ribeirinhas somente podem ser encontradas nas localidades situadas em margem de rio, uma vez que trata de ocupação de terrenos marginais pelas águas de um curso de água em época de cheias, ocupando terrenos que, nos períodos de estiagem, não se encontram submersos. Na maioria das vezes a ocupação inadequada destes terrenos é a causa destas inundações. Outro fato atrelado a estas inundações é que elas podem ocorrer mesmo em oportunidades em que não esteja acontecendo chuvas na localidade, mas sim em áreas mais à montante da bacia de contribuição do rio.

São também considerados mais dois elementos que são avaliados independentemente da localidade ter apresentado ou não problemas de inundações ribeirinhas, mas possui terrenos localizados em margem de curso de água. Os elementos avaliados dizem respeito à bacia de contribuição considerando sua extensão territorial e a declividade do talvegue principal.

Quadro 6.8 – Índice de inundações ribeirinhas – RDS 5

MUNICÍPIO	EXISTÊNCIA DE INUNDAÇÕES RECENTES	FREQÜÊNCIA COM QUE OCORREM	POSSÍVEIS CAUSAS	OCUPAÇÃO DOS TERRENOS INUNDÁVEIS	ÁREA DA BACIA DE CONTRIBUIÇÃO	DECLIVIDADE MÉDIA DO TALVEGUE	ÍNDICE TOTAL	CLASSIFICAÇÃO
ALMADINA	3	2	3	2	2	4	2,4	Baixo
ARATACA	5	5	3	5	3	4	4,3	Elevado
AURELINO LEAL	5	2	-	4	5	2	4,0	Elevado
BARRO PRETO	3	5	2	3	0	-	2,4	Baixo
BUERAREMA	5	5	4	3	0	-	2,9	Requer atenção
CAMACAN	3	2	-	5	3	4	3,4	Requer atenção
CANAVEIRAS	5	5	2	5	5	2	4,6	Muito elevado
COARACI	0	-	-	-	3	4	2,1	Baixo
FLORESTA AZUL	0	-	-	-	4	2	2,2	Baixo
IBICARÁI	3	2	4	3	4	2	3,1	Requer atenção
ILHÉUS	0	-	-	-	5	2	2,7	Requer atenção
ITABUNA	5	5	5	5	5	2	4,7	Muito elevado
ITACARÉ	0	-	-	-	5	2	2,7	Requer atenção
ITAJU DO COLÔNIA	4	5	3	5	5	2	4,4	Elevado
ITAJUIPE	0	-	-	-	4	2	2,2	Baixo
ITAPÉ	0	-	-	-	5	2	2,7	Requer atenção
ITAPITANGA	3	2	3	2	3	2	2,5	Baixo
JUSSARI	5	5	2	4	0	-	3,1	Requer atenção
MARAÚ	0	-	-	-	3	2	1,7	Baixo
MASCOTE	3	5	-	3	5	2	3,8	Elevado
PAU BRASIL	3	5	3	4	3	5	3,7	Elevado
SANTALUZIA	0	-	-	-	3	2	1,7	Baixo
SÃO JOSÉ DA VITÓRIA	3	5	3	5	2	4	3,6	Elevado
UBAITABA	3	2	2	5	5	2	3,7	Elevado
UNA	0	-	-	-	5	2	2,7	Requer atenção
URUÇUCA	4	2	-	5	0	-	2,6	Requer atenção
Somatório	65,0	64,0		68,0	87,0	57,0	79,9	
Média	2,5	3,8		4,0	3,3	2,6	3,1	
Desvio Padrão	2,0				1,8	1,0	0,9	

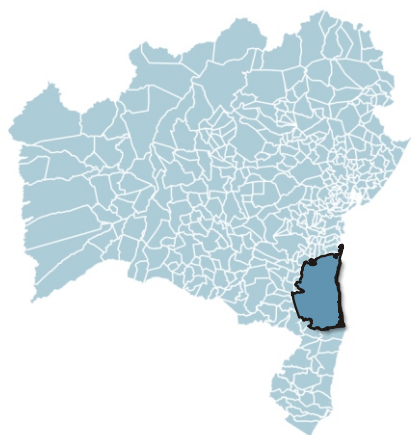
Nota: Os valores em vermelho são superiores à soma da média do fator acrescida do respectivo desvio padrão, significando um potencial de fragilidade bem maior que o comportamento mais comum da região.



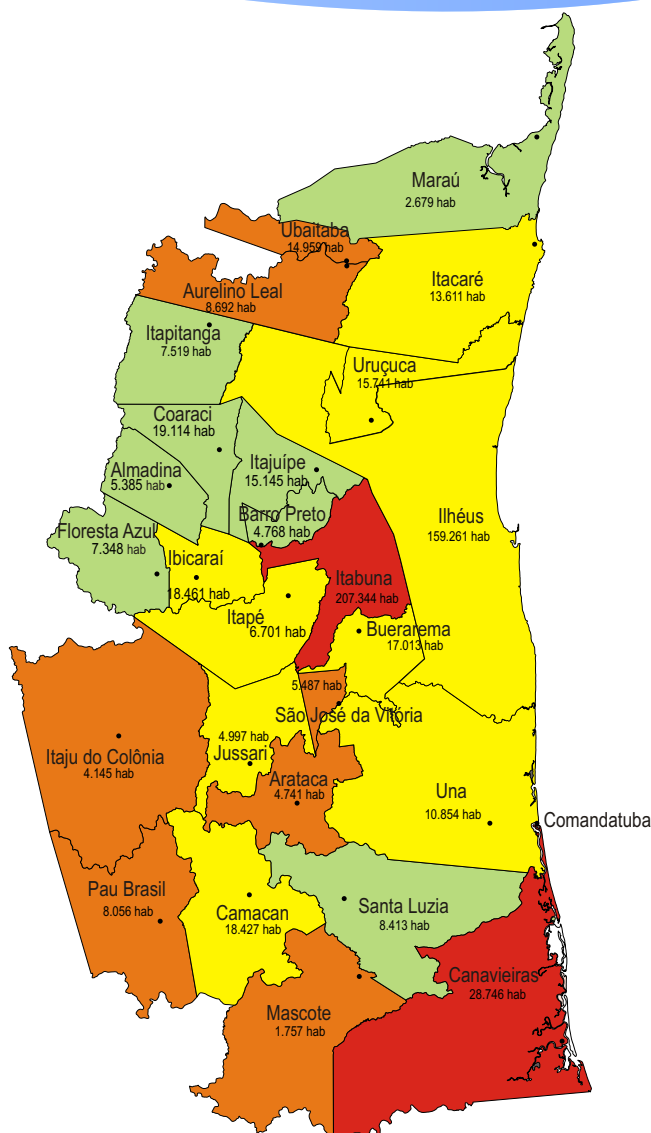
Na maioria das cidades da região foram observadas inundações ribeirinhas. Já nas demais, embora esse tipo de problema não tenha sido observado, a existência de bacias de contribuição de porte razoável pode resultar em ondas de cheias consideráveis. Nestas cidades, futuras ocupações inadequadas dos terrenos marginais aos cursos de água podem levar estas localidades a apresentarem tal situação. Para classificar o potencial de fragilidade destas áreas quanto a futuras ocorrências e porte dos eventos, são consideradas as áreas das bacias de contribuição e declividade média do curso d'água da referida bacia. Não há simultaneidade de indicadores elevados ou muito elevado para o item bacia e declividade simultaneamente em nenhuma localidade.

Em Barro Preto, Buerarema, Jussari e Uruçuca, ocorreram inundações recentes. Entretanto, em nenhuma delas a bacia de contribuição do corpo d'água que passa pela localidade é grande, e os problemas podem ser normalmente resolvidos com obras de macrodrenagem.

A figura seguinte apresenta uma síntese relativa ao componente, contemplando mapa esquemático da RDS com escala de cores associada ao índice municipal e diagrama de barras que mostra a distribuição do número de municípios por faixa de valores do indicador do potencial de fragilidade de inundações ribeirinhas na RDS.

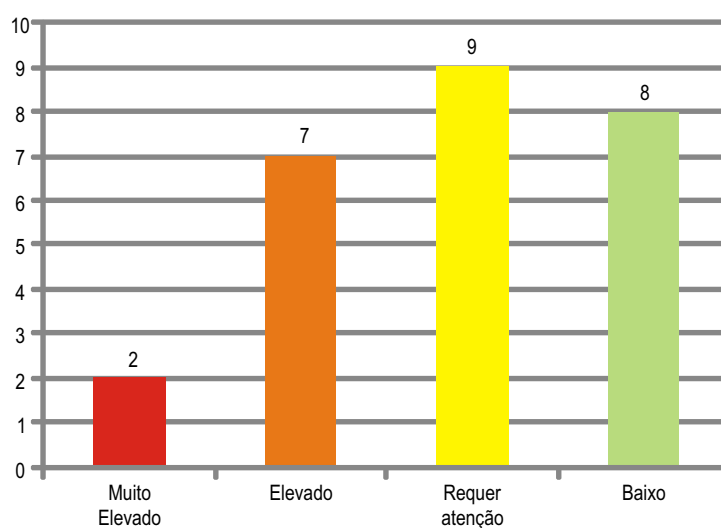


Municípios	Índice
Almadina	2,4
Arataca	4,3
Aurelino Leal	4,0
Barro Preto	2,4
Buerarema	2,9
Camacan	3,4
Canavieiras	4,6
Coaraci	2,1
Floresta Azul	2,2
Ibicaraí	3,1
Ilhéus	2,7
Itabuna	4,7
Itacaré	2,7
Itaju do Colônia	4,4
Itajuípe	2,2
Itapé	2,7
Itapitanga	2,5
Jussari	3,1
Maraú	1,7
Mascote	3,8
Pau Brasil	3,7
Santa Luzia	1,7
São José da Vitória	3,6
Ubaitaba	3,7
Una	2,7
Uruçuca	2,6



CLASSIFICAÇÃO DOS ÍNDICES

- MUITO ELEVADO
- ELEVADO
- REQUER ATENÇÃO
- BAIXO
- MUITO BAIXO
- DESPREZÍVEL
- NÃO HÁ INUNDAÇÃO RIBEIRINHA



26.350 hab - População atual da sede municipal (2009)

RDS 05
LITORAL SUL

 MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS
 POTENCIAL DE FRAGILIDADE
 ÍNDICE DE INUNDAÇÕES RIBEIRINHAS

6.2.8 Áreas críticas e impactos

O potencial de fragilidade relativo aos impactos da drenagem na área de estudo está diretamente associado com o comportamento das áreas críticas onde se refletem as deficiências do sistema como um todo e as consequências destas deficiências no meio urbano.

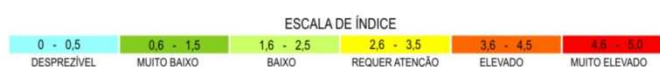
Para se estabelecer o potencial de fragilidade dos impactos são levados em conta fatores como ocupação dos terrenos afetados, frequência dos alagamentos, população afetada, implicações no trânsito e na movimentação de pessoas na cidade, casas alagadas, prejuízo material, risco de vida e outros.

O **Quadro 6.9** sintetiza os elementos observados nas localidades, além de listar a quantidade de indicadores de fragilidade considerados elevados ou muito elevados, para os subgrupos deste índice.

Quadro 6.9 – Índice de impactos – RDS 5

MUNICÍPIO	NATUREZA DOS PROBLEMAS		POSSIBILIDADE DE AMORTECIMENTO		RECORRÊNCIA DOS PROBLEMAS		INTERFERÊNCIA NA LOCALIDADE		RISCO DE VIDA HUMANA		ÍNDICE TOTAL	CLASSIFICAÇÃO
	Número de fatores elevados	Índice	Número de fatores elevados	Índice	Número de fatores elevados	Índice	Número de fatores elevados	Índice	Número de fatores elevados	Índice		
ALMADINA	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0,0	Não há
ARATACA	4	4,1	1	4,2	2	3,4	2	3,1	0	3,0	3,4	Requer atenção
AURELINO LEAL	5	4,0	2	5,0	2	4,2	3	3,3	0	3,0	3,6	Elevado
BARRO PRETO	3	3,8	0	1,5	2	5,0	5	3,4	0	3,0	3,7	Elevado
BUERAREMA	6	4,4	2	5,0	2	3,3	2	3,0	0	3,0	3,4	Requer atenção
CAMACAN	4	4,3	2	5,0	3	4,6	2	3,1	0	3,0	3,7	Elevado
CANAVEIRAS	4	4,5	2	5,0	2	5,0	1	3,0	0	3,0	3,8	Elevado
COARACI	4	3,5	2	5,0	1	2,8	0	2,7	0	3,0	3,0	Requer atenção
FLORESTA AZUL	5	4,3	2	5,0	1	2,8	2	2,9	0	3,0	3,2	Requer atenção
IBICARAÍ	5	4,3	2	5,0	2	4,1	3	3,3	0	3,0	3,6	Elevado
ILHÉUS	4	4,3	1	5,0	2	5,0	4	3,8	0	3,0	4,0	Elevado
ITABUNA	4	3,8	2	5,0	3	4,7	1	3,7	0	3,3	3,9	Elevado
ITACARÉ	5	4,4	2	5,0	2	3,4	1	2,9	0	3,0	3,4	Requer atenção
ITAJU DO COLÔNIA	4	4,5	1	3,2	2	4,1	1	3,1	0	3,0	3,6	Elevado
ITAJUIPE	5	4,3	2	5,0	1	3,6	1	2,4	0	3,0	3,3	Requer atenção
ITAPÉ	5	4,3	2	5,0	3	4,6	4	3,4	0	3,0	3,8	Elevado
ITAPITANGA	6	4,1	2	5,0	1	2,8	1	3,1	0	3,0	3,2	Requer atenção
JUSSARI	4	4,1	1	3,3	3	4,5	2	3,0	0	3,1	3,6	Elevado
MARAÚ	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0,0	Não há
MASCOTE	4	4,6	1	3,5	2	4,2	4	3,7	0	3,0	3,8	Elevado
PAU BRASIL	4	4,6	0	1,5	3	4,6	3	3,2	0	3,0	3,7	Elevado
SANTALUZIA	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0,0	Não há
SÃO JOSÉ DA MÓRIA	4	4,4	1	3,8	2	3,4	1	2,8	0	3,0	3,3	Requer atenção
UBAITABA	4	4,2	2	4,3	2	3,2	3	3,3	0	3,0	3,4	Requer atenção
UNA	2	3,8	2	4,6	2	4,2	0	2,5	0	3,4	3,5	Requer atenção
URUÇUCA	4	4,0	2	5,0	1	3,6	3	3,2	0	3,0	3,4	Requer atenção
Somatório	99	96,6	36	99,9	46	91,1	49	71,9	0	69,8	81,3	
Média		4,2		4,3		4,0		3,1		3,0	3,1	
Desvio Padrão		0,3		1,1		0,7		0,4		0,1	1,2	

Nota: Os valores em vermelho são superiores à soma da média do fator acrescida do respectivo desvio padrão, significando um potencial de fragilidade bem maior que o comportamento mais comum da região.

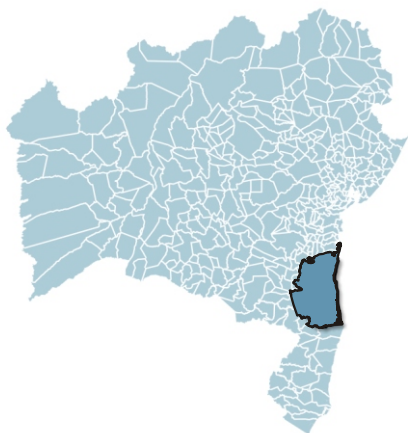


Três das 26 cidades da RDS não apresentam áreas críticas. Os índices analisados correspondem aos valores médios dos indicadores para o conjunto de áreas críticas identificadas. Nas demais, 11 delas foram classificadas com potencial de fragilidade que requer atenção e 12 apresentam índice médio classificado como elevado. Destaca-se ainda a cidade de Itapé como aquela que apresentou maior número de fatores qualificados com potencial de fragilidade elevado ou muito elevado. Para um total de 19 fatores, ela apresentou com esta avaliação 14 fatores, sendo que sete destes fatores avaliados com peso elevado.

A natureza do problema referente à média dos impactos é significativa em todas as cidades que apresentam áreas críticas, pois quase todas elas são classificadas com elevada vulnerabilidade. Outra observação importante é que, com exceção de Barro Preto e Pau Brasil, o potencial de amortecimento como medida alternativa de controle sustentável não se apresenta com potencial elevado de uso.

Nas questões da interferência na localidade as situações avaliadas como mais problemáticas são as de Ilhéus, Itabuna e Mascote, que apresentam índice classificado como elevado.

A figura seguinte apresenta uma síntese relativa ao componente, contemplando mapa esquemático da RDS com escala de cores associada ao índice municipal e diagrama de barras que mostra a distribuição do número de municípios por faixa de valores do indicador do potencial de fragilidade dos impactos das águas pluviais na RDS.

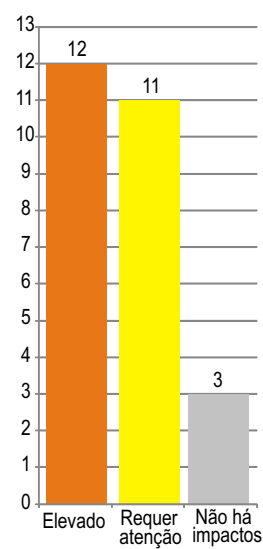
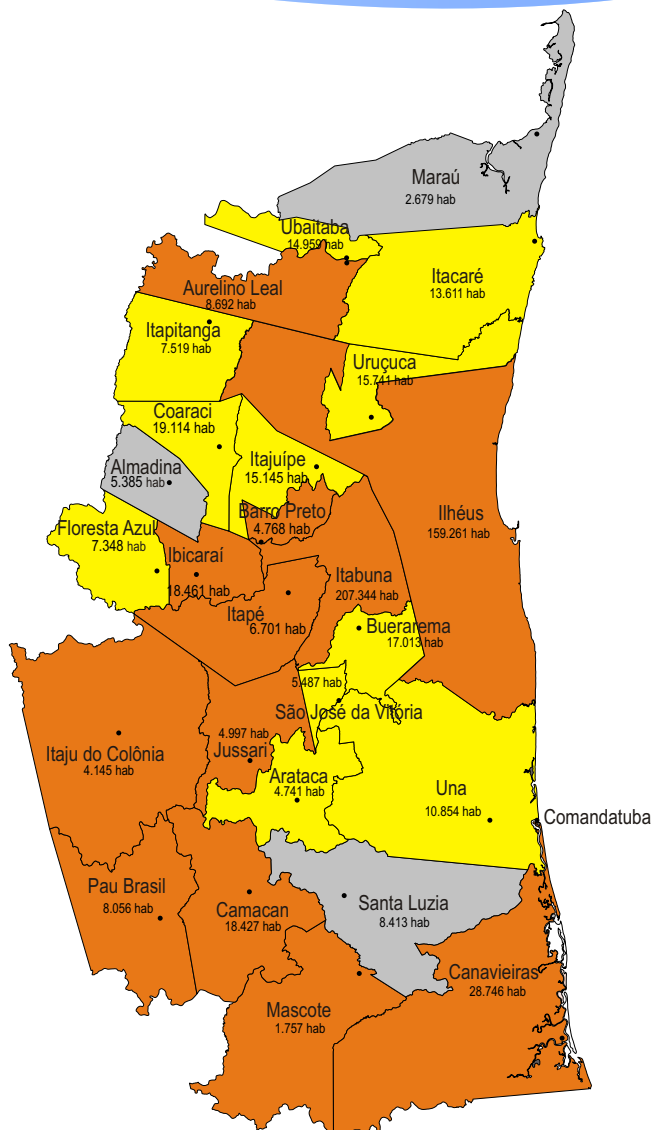


Municípios	Índice
Almadina	0,0
Arataca	3,4
Aurelino Leal	3,6
Barro Preto	3,7
Buerarema	3,4
Camacan	3,7
Canavieiras	3,8
Coaraci	3,0
Floresta Azul	3,2
Ibicaraí	3,6
Ilhéus	4,0
Itabuna	3,9
Itacaré	3,4
Itaju do Colônia	3,6
Itajuípe	3,3
Itapé	3,8
Itapitanga	3,2
Jussari	3,6
Maraú	0,0
Mascote	3,8
Pau Brasil	3,7
Santa Luzia	0,0
São José da Vitória	3,3
Ubaitaba	3,4
Una	3,5
Uruçuca	3,4

CLASSIFICAÇÃO DOS ÍNDICES

- MUITO ELEVADO
- ELEVADO
- REQUER ATENÇÃO
- BAIXO
- MUITO BAIXO
- DESPREZÍVEL
- NÃO HÁ IMPACTOS

26.350 hab - População atual da sede municipal (2009)

RDS 05
LITORAL SULMANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS
POTENCIAL DE FRAGILIDADE
ÍNDICE DE IMPACTOS

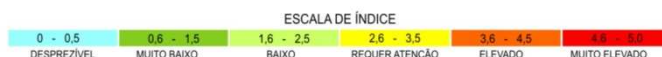
6.2.9 O sistema de manejo das águas pluviais como um todo

O **Quadro 6.10** sintetiza o conjunto de índices do potencial de fragilidade para o conjunto de municípios da RDS em estudo.

Quadro 6.10 – Índice do potencial de fragilidade por componentes do sistema de manejo de águas pluviais por município – RDS 5

MUNICÍPIO	COMPONENTE					ÍNDICE GLOBAL	CLASSIFICAÇÃO
	Aspectos Institucionais	Bacias	Infraestrutura de drenagem urbana	Inundações ribeirinhas	Impactos nas áreas críticas		
ALMADINA	3,0	3,5	1,6	2,4	0,0	1,8	Baixo
ARATACA	3,3	3,5	3,3	4,3	3,4	3,7	Elevado
AURELINO LEAL	3,0	4,3	2,4	4,0	3,6	3,5	Requer atenção
BARRO PRETO	3,1	4,2	3,6	2,4	3,7	3,2	Requer atenção
BUERAREMA	3,5	3,8	3,4	2,9	3,4	3,3	Requer atenção
CAMACAN	2,4	3,8	2,5	3,4	3,7	3,2	Requer atenção
CANAVEIRAS	2,1	2,3	2,3	4,6	3,8	3,4	Requer atenção
COARACI	2,8	4,2	2,5	2,1	3,0	2,7	Requer atenção
FLORESTA AZUL	3,2	3,9	1,8	2,2	3,2	2,7	Requer atenção
IBICARAÍ	3,1	3,8	3,1	3,1	3,6	3,3	Requer atenção
ILHÉUS	1,7	3,9	2,8	2,7	4,0	3,1	Requer atenção
ITABUNA	1,9	4,0	2,7	4,7	3,9	3,7	Elevado
ITACARÉ	2,7	3,9	3,1	2,7	3,4	3,1	Requer atenção
ITAJU DO COLÔNIA	2,7	3,1	2,3	4,4	3,6	3,5	Requer atenção
ITAJUIPE	3,6	4,3	2,5	2,2	3,3	2,9	Requer atenção
ITAPÉ	2,3	5,0	2,3	2,7	3,8	3,1	Requer atenção
ITAPITANGA	3,0	5,0	2,2	2,5	3,2	3,0	Requer atenção
JUSSARI	3,4	3,3	3,0	3,1	3,6	3,3	Requer atenção
MARAÚ	2,5	2,7	1,6	1,7	0,0	1,4	Muito baixo
MASCOTE	3,2	3,7	2,5	3,8	3,8	3,5	Requer atenção
PAU BRASIL	3,4	3,4	2,1	3,7	3,7	3,3	Requer atenção
SANTA LUZIA	3,7	3,9	1,7	1,7	0,0	1,7	Baixo
SÃO JOSÉ DAVITÓRIA	3,4	3,5	3,5	3,6	3,3	3,5	Requer atenção
UBAITABA	3,4	4,0	3,5	3,7	3,4	3,6	Elevado
UNA	2,8	4,0	2,7	2,7	3,5	3,1	Requer atenção
URUÇUCA	3,3	3,9	3,4	2,6	3,4	3,2	Requer atenção
Média da RDS	2,9	3,8	2,6	3,1	3,1	3,1	
Desvio padrão	0,5	0,6	0,6	0,9	1,2	0,6	

Nota: Os valores em vermelho são superiores à soma da média do fator acrescida do respectivo desvio padrão, significando um potencial de fragilidade bem maior que o comportamento mais comum da região.



Considerando os índices médios para as localidades desta RDS, o índice global regional é classificado com potencial de fragilidade que requer atenção. 20 cidades estão nesta mesma classe. Com média do índice considerada baixa tem-se Almadina e Santa Luzia. Por sua vez, com índices classificados como muito baixos está Maraú. Já Arataca, Itabuna e Ubaitaba são as cidades da RDS com índice global de fragilidade elevado.

Cabe ressaltar que a análise pelo índice global é bastante relativa em face da tendência de amortecimento. Fica mais fácil de perceber o conjunto a partir dos segmentos em que o sistema de manejo das águas pluviais foi dividido e que constam do quadro acima.

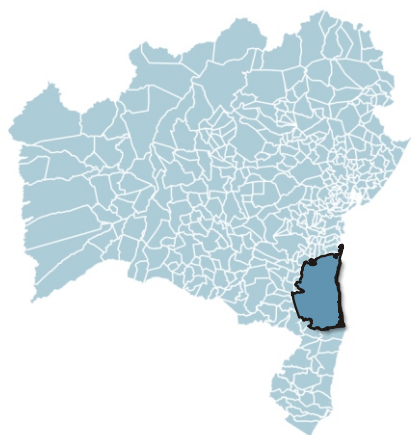
A produção de escoamento nas bacias é o segmento com pior desempenho, apresentando um potencial de fragilidade elevado.

Os aspectos institucionais e infraestrutura de drenagem são avaliados como requerendo atenção, em termos de valor médio. As cidades com pior classificação na questão aspectos institucionais são Itajuípe e Santa Luzia. Barro Preto, São José da Vitória e Ubaitaba apresentam a situação mais crítica na questão da infraestrutura existente.

Quanto a questões relativas a inundações ribeirinhas, Canavieiras e Itabuna são as de comportamento mais preocupantes. Ambas as cidades com problemas desse tipo em mais um local da cidade e com grandes bacias de contribuição.

No que se refere às áreas críticas e os impactos nela ocorridos, Ilhéus e Itabuna são os destaques de maior fragilidade.

A figura seguinte apresenta uma síntese relativa ao componente, contemplando mapa esquemático da RDS com escala de cores associada ao índice municipal e diagrama de barras que mostra a distribuição do número de municípios por faixa de valores do indicador do potencial de fragilidade global na RDS.

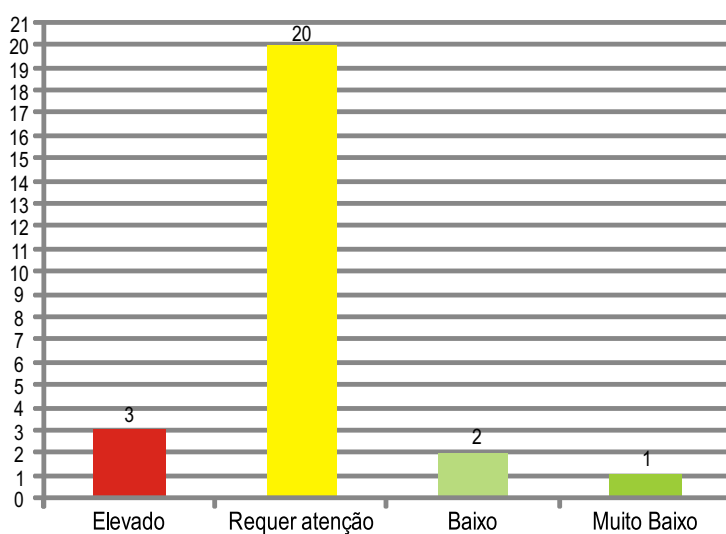
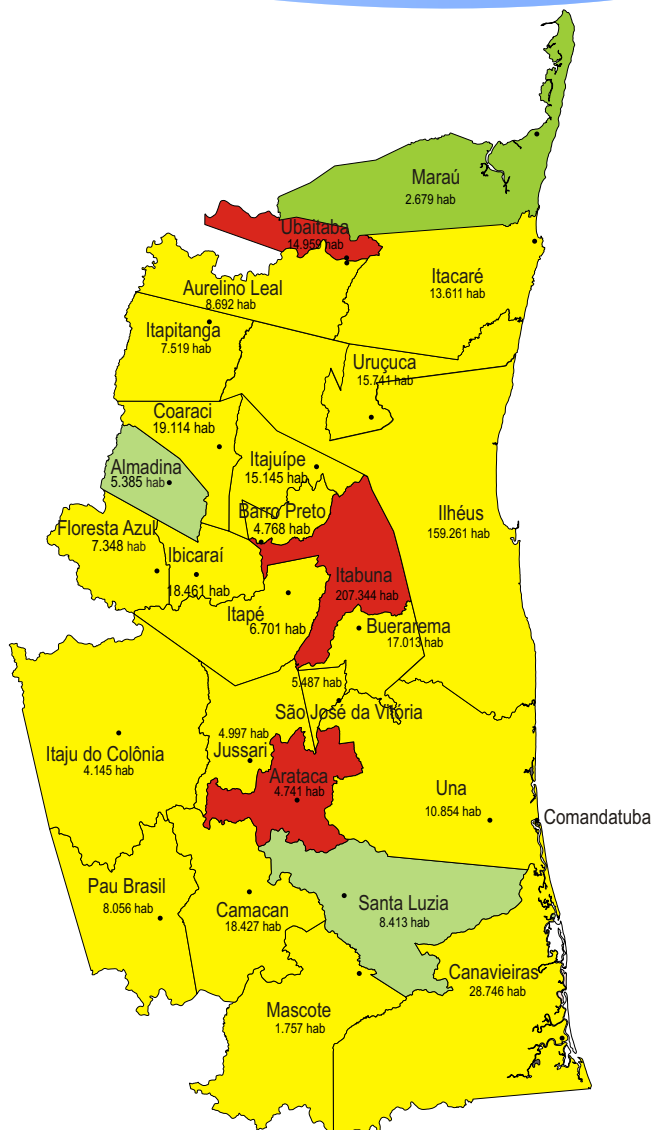


Municípios	Índice
Almadina	1,8
Arataca	3,7
Aurelino Leal	3,5
Barro Preto	3,2
Buerarema	3,3
Camacan	3,2
Canavieiras	3,4
Coaraci	2,7
Floresta Azul	2,7
Ibicarai	3,3
Ilhéus	3,1
Itabuna	3,7
Itacaré	3,1
Itaju do Colônia	3,5
Itajuípe	2,9
Itapé	3,1
Itapitanga	3,0
Jussari	3,3
Maraú	1,4
Mascote	3,5
Pau Brasil	3,3
Santa Luzia	1,7
São José da Vitória	3,5
Ubaitaba	3,6
Una	3,1
Uruçuca	3,2

CLASSIFICAÇÃO DOS ÍNDICES

- MUITO ELEVADO
- ELEVADO
- REQUER ATENÇÃO
- BAIXO
- MUITO BAIXO
- DESPREZÍVEL

26.350 hab - População atual da sede municipal (2009)


RDS 05
LITORAL SUL

 MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS
 POTENCIAL DE FRAGILIDADE
 ÍNDICE GLOBAL

7. O ESGOTAMENTO SANITÁRIO NOS MUNICÍPIOS DA RDS

7.1 PANORAMA DO ESGOTAMENTO SANITÁRIO DA RDS

7.1.1 Aspectos institucionais relativos aos serviços de esgotos

- **Entidade gestora dos serviços**

No Estado da Bahia, historicamente, os serviços urbanos de esgotamento sanitário e de manejo de águas pluviais são prestados por instituições distintas, integrantes ou associadas ao poder público.

Na capital e nas cidades do interior, invariavelmente, o manejo das águas pluviais constitui encargo direto da administração municipal que, via de regra, planeja, implanta e dá manutenção às galerias e aos demais dispositivos que compõem os sistemas.

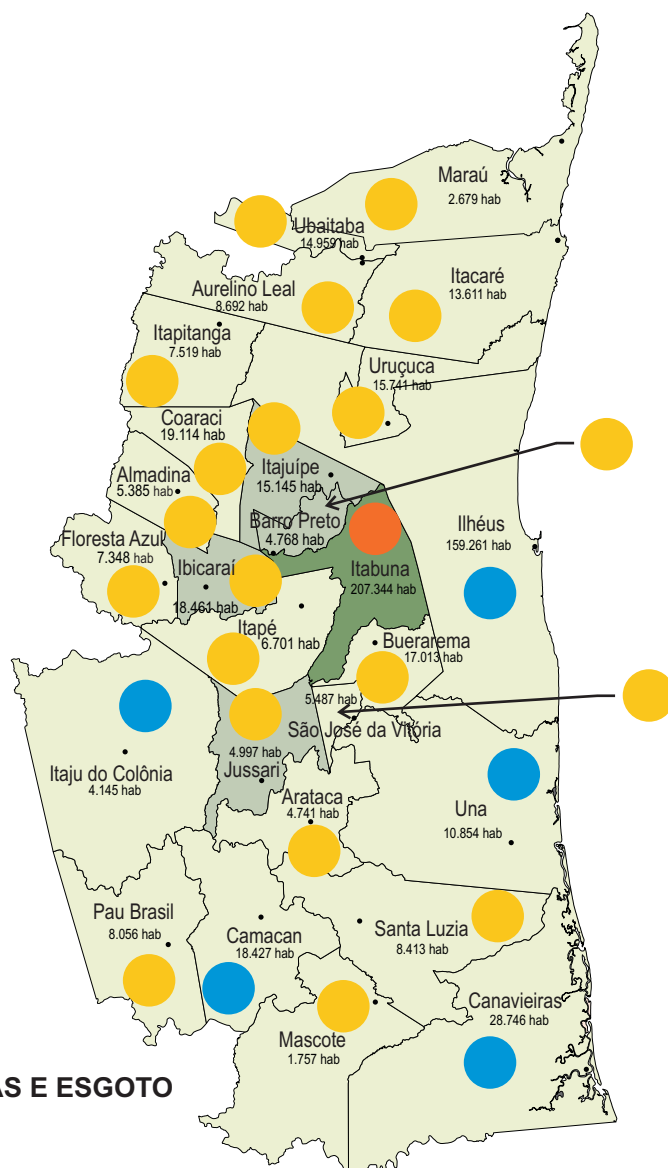
Apenas em determinadas situações, correspondentes a loteamentos e conjuntos habitacionais de médio e grande porte, os responsáveis pelos empreendimentos, na maioria dos casos atendendo as exigências dos organismos financiadores, implantam conjuntamente estruturas de drenagem pluvial, abastecimento de água e, algumas vezes, de esgotamento sanitário que, tão logo construídas são repassadas respectivamente para as prefeituras ou para os detentores das concessões dos serviços no local, ficando esses com a incumbência de operá-las, mantê-las e ampliá-las.

Com relação ao esgotamento das contribuições sanitárias, com exceção de cidades onde os serviços inexistem, de situações especiais ou então quando a atuação da concessionária do abastecimento de água vai além desta precípua função, as estruturas correspondentes, a exemplo da drenagem pluvial e do manejo dos resíduos sólidos, são também implantadas e mantidas, quase sempre de forma precária, por órgãos da administração direta do poder municipal.

Nas sedes dos 26 municípios que compõem a RDS 5 e na sede distrital objeto do presente estudo qual seja, Comandatuba, no Município de Una, reproduz-se, em termos institucionais, a situação geral que prevalece em todo o Estado. Com exceção da Cidade de Itabuna, as administrações municipais, detentoras da titularidade, delegaram os serviços de esgotamento sanitário, conjuntamente aos serviços de abastecimento de água, a entidades concessionárias. Em 21 das 26 sedes, embora atuando efetivamente no mister em apenas cinco delas, conforme indica o **Quadro 7.1**, é a Embasa a entidade que detém a concessão. Situação similar acontece com relação à sede do distrito de Comandatuba, no município de Una, onde a concessionária estadual opera um sistema que atende a cerca de 80% da localidade. Nestas localidades, o fato da cobertura por sistemas estruturados de coleta de esgotos sanitários não abranger a totalidade da área urbana implica na adoção de outras formas de manejo nos setores complementares.

Em quatro outras cidades da região os serviços foram delegados aos SAAEs locais sendo que em nenhuma dessas a atuação da autarquia se estende ao esgotamento sanitário. Excepcionalmente em Itabuna, uma empresa municipal, a EMASA, foi criada com o objetivo de gerir os serviços de água e esgoto.

Afinal, observa-se que, de forma integral em 20 cidades da RDS 5 e de forma parcial ou complementar em todas as demais, na ausência de sistemas estruturados de esgotamento sanitário, os encargos correspondentes a esses serviços recaem sobre as administrações municipais que, normalmente,



STATUS DA DELEGAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ÁGUAS E ESGOTO

-  MUNICÍPIO COM DELEGAÇÃO À EMBASA
-  MUNICÍPIO COM DELEGAÇÃO AO SAAE
-  MUNICÍPIO COM PRESTAÇÃO DIRETA DOS SERVIÇOS

STATUS GESTOR DA INFRA ESTRUTURA EXISTENTE

-  EMBASA (SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO E/OU SISTEMA LOCALIZADO DE ESGOTO)

PREFEITURA:

-  GESTÃO ESTRUTURADA (SAAE OU ADMINISTRAÇÃO DIRETA)
-  GESTÃO NÃO ESTRUTURADA

RDS 05
LITORAL SUL
ESGOTAMENTO SANITÁRIO
ENTIDADE GESTORA DO SISTEMA

admitem ou adotam soluções informais, ditas “alternativas” às disposições consideradas formais, conforme descrito no item 7.1.3 adiante. Registra-se que essa situação acontece mesmo em cidades onde a atuação da Embasa se faz presente.

Quadro 7.1 - Relação dos sistemas operados pela Embasa – RDS 5

SISTEMA	TIPO	MUNICÍPIO	LOCALIDADE	POPULAÇÃO ATENDIDA	ANO INÍCIO OPERAÇÃO
Conjunto Habitacional Parque Casa Nova	SLE	Camacan	Camacan	375	1992
Camacan	SES			6.148	2008
Canavieiras	SES	Canavieiras	Canavieiras	13.701	2006
Ceplus	SLE	Ilhéus	Ilhéus	1.890	1996
Salobrinho	SLE			2.795	2004
Condomínio São Jorge	SLE			941	2007
Centro	SES			82.040	2000
Mambape	SES			23.733	1992
Ilhéus II	SES			2.318	1991
Itaju da Colônia	SES	Itaju da Colônia	Itaju da Colônia	3.132	2008
Urbis	SLE	Una	Una	956	1992
Comandatuba	SES	Una	Comandatuba	356	2008

Fonte: Embasa, 2010

Não obstante a situação atual, desperta atenção o fato de que em apenas cinco cidades da região, Coaraci, Itapitanga, Santa Luzia, São José da Vitória e Uruçuca, ações de planejamento estão sendo empreendidas no sentido da melhoria dos serviços. Para essas sedes municipais, projetos técnicos de sistemas de esgotamento sanitário visando o atendimento público com rede coletora e estação de tratamento foram elaborados ou estão em desenvolvimento.

Com relação à Cidade de Ilhéus, informações dão conta de que estudos de ampliação dos SESs existentes, conformando-os a realidade atual da projeção urbana estão sendo providenciados.

Em Santa Luzia e São José da Vitória, obras de implantação de SES estão em curso e em Camacan e Canavieiras as intervenções visando à ampliação dos sistemas existentes encontram-se em etapa de licitação. Em Itacaré, após sucessivas interrupções, quando da visita a cidade, as obras de implantação do sistema de esgotamento sanitário, iniciadas pela Embasa em 2005, encontravam-se em etapa final de implantação, inclusive com algumas unidades operando de forma experimental.

▪ Registro de informações sanitárias

De uma forma geral para toda a RDS 5, como reflexo flagrante da precariedade e da não estruturação dos serviços, constata-se que as entidades municipais responsáveis pelos mesmos não possuem cadastro da infra-estrutura implantada e, muitas vezes, nem mesmo o registro elementar, qualitativo ou quantitativo, das informações relativas aos dispositivos em uso. Em menor grau, mesmo nas sedes onde a Embasa se faz presente, esta condição se faz notar.

Sendo assim, em quase todos os municípios integrantes da RDS, parcela considerável das informações obtidas no recente levantamento de campo, que respalda o presente relatório, se baseia em relatos de gestores ou servidores das prefeituras que tenham sido responsáveis diretos ou encarregados funcionais

pela execução ou acompanhamento das obras de implantação ou ampliação das tubulações coletoras e dos demais dispositivos associados.

Em análise geral, importa enfatizar que parcela das informações fornecidas e utilizadas na confecção do presente diagnóstico são passíveis de apresentar incoerências, do ponto de vista técnico, ou de refletir vulnerabilidade, no que tange à consistência dos dados, em face da inexistência ou da insuficiência dos registros.

A observação efetuada no parágrafo anterior se aplica a diversos itens e aspectos, principalmente quando são destacados e compilados, para a avaliação da condição sanitária das cidades, os dados e informações relativos à abrangência espacial das áreas atendidas por redes coletoras e à identificação dos materiais e dos diâmetros correspondentes.

▪ **A tarifação dos serviços**

Com a predominância de soluções informais para a condução e destinação dos efluentes sanitários, os serviços públicos correspondentes praticamente inexistem na maioria das sedes municipais da RDS 5. Nessas situações, a eventual atuação das entidades municipais responsáveis restringe-se, portanto, a manutenção precária das linhas de coleta que, sistematicamente, convergem para rios, córregos e várzeas ou para estruturas da drenagem pluvial, neste caso com estas se confundindo em termos funcionais. Coerentemente a tal condição, as atividades e serviços relacionados não são tarifados.

Nas cidades de Ilhéus, Camacan, Canavieiras e Itaju do Colônia, assim como na sede do distrito de Comandatuba no município de Una, a Embasa implantou e opera sistemas separadores absolutos que atendem a significativas parcelas das manchas urbanas. Ainda em Ilhéus, Una e Camacan, sistemas localizados, implantados em conjuntos habitacionais, são geridos pela empresa concessionária estadual. No primeiro caso, os serviços prestados são tarifados na razão de 80% do valor cobrado pela água distribuída e no segundo caso a taxa corresponde a 45%.

Em Itabuna, a instituição atuante é a Emasa e as tarifas cobradas variam de 25 a 70%, conforme o tipo de rede de coleta implantada (convencional ou condominial) no setor atendido e a existência ou não de sistema de tratamento para os efluentes coletados.

7.1.2 Estimativa da produção dos volumes e cargas de esgotos gerados nas áreas urbanas

Os esgotos sanitários naturalmente apresentam elevada carga orgânica. Principalmente quando os efluentes são concentrados, como ocorre quando recolhidos e escoados por canalizações urbanas, a carga assume dimensão tal que exige redução a valores aceitáveis antes que possam ser descartados no meio ambiente.

Ao volume dos esgotos sanitários gerados em determinado setor urbano, em uma cidade ou mesmo em uma unidade residencial, corresponde uma determinada carga orgânica. A estimativa desses valores de volume e de carga constitui uma medida essencial para a avaliação do potencial poluente e para a concepção de alternativas de redução do teor concentrado. As diversas formas de promover a redução de uma carga orgânica guardam, portanto, relação direta com o volume gerado: variam desde o tratamento simplificado, como a infiltração elementar em solo compatível, por exemplo, aos variados tipos de processamento coletivo, através das denominadas estações de tratamento de efluentes (ETE).

Enfim, após satisfatória redução da carga orgânica, os efluentes tratados podem ser conduzidos a corpos receptores naturais ou até mesmo serem disponibilizados a um reúso agrícola controlado, quando apresentar as condições favoráveis e seguras para tal prática.

A partir dos números da população urbana é possível estimar os volumes dos esgotos potencialmente gerados em uma determinada cidade, considerando o volume de água consumida na mesma, devidamente ajustado por um índice que corresponda ao coeficiente de retorno.

Na RDS 5, os volumes de esgotos gerados pelas sedes municipais e as correspondentes cargas orgânicas (**Quadro 7.2**) foram obtidos com base na população estimada para o ano de 2009, admitindo para o *coeficiente de retorno* a taxa de 80%, e considerando 54 g.DBO/dia, como sendo esta a taxa média diária produzida por um indivíduo.

Quadro 7.2 – Volume de esgotos estimado e carga orgânica gerada pelas sedes municipais – RDS 5

MUNICÍPIO	PROJEÇÃO POPULACIONAL 2009 ⁽¹⁾	CONSUMO MÉDIO PERCAPTA DE ÁGUA [l/hab./dia] - 2008	VAZÃO DE ESGOTOS ESTIMADA [BASE PROJ. POPULACIONAL 2009] [m3/dia]	% VAZÃO ESTIMATIVA DE ESGOTOS	CARGA ORGÂNICA GERADA [kg.DBO/dia]	% CARGA ORGÂNICA GERADA
ALMADINA ⁽²⁾	5.385	114,2	492	0,8%	291	0,9%
ARATACA ⁽²⁾	4.741	118,1	448	0,7%	256	0,8%
AURELINO LEAL ⁽²⁾	8.692	103,4	719	1,2%	469	1,4%
BARRO PRETO ⁽³⁾	4.768	116,0	442	0,7%	257	0,8%
BUERAREMA ⁽²⁾	17.013	104,4	1.420	2,3%	919	2,7%
CAMACAN ⁽²⁾	18.427	110,5	1.629	2,6%	995	3,0%
CANAVIEIRAS ⁽²⁾	28.746	108,4	2.492	4,0%	1.552	4,6%
COARACI ⁽²⁾	19.114	112,0	1.712	2,8%	1.032	3,1%
FLORESTA AZUL ⁽²⁾	7.348	108,1	635	1,0%	397	1,2%
IBICARAÍ ⁽²⁾	18.461	150,5	2.222	3,6%	997	3,0%
ILHÉUS ⁽²⁾	159.261	119,9	15.279	24,8%	8.600	25,7%
ITABUNA ⁽²⁾	207.344	137,8	22.864	37,0%	11.197	33,5%
ITACARÉ ⁽²⁾	13.611	144,4	1.572	2,5%	735	2,2%
ITAJU DO COLÔNIA ⁽²⁾	4.145	117,4	389	0,6%	224	0,7%
ITAJUÍPE ⁽³⁾	15.145	116,0	1.405	2,3%	818	2,4%
ITAPÉ ⁽²⁾	6.701	129,2	693	1,1%	362	1,1%
ITAPITANGA ⁽²⁾	7.519	101,5	610	1,0%	406	1,2%
JUSSARI ⁽³⁾	4.997	116,0	464	0,8%	270	0,8%
MARAÚ ⁽²⁾	2.679	109,2	234	0,4%	145	0,4%
MASCOTE ⁽²⁾	1.757	93,1	131	0,2%	95	0,3%
PAU BRASIL ⁽²⁾	8.056	103,8	669	1,1%	435	1,3%
SANTA LUZIA ⁽²⁾	8.413	110,2	742	1,2%	454	1,4%
SÃO JOSÉ DA VITÓRIA ⁽²⁾	5.487	117,7	517	0,8%	296	0,9%
UBAITABA ⁽²⁾	14.959	117,9	1.411	2,3%	808	2,4%
UNA ⁽²⁾	10.854	126,4	1.097	1,8%	586	1,8%
URUÇUCA ⁽²⁾	15.741	113,8	1.433	2,3%	850	2,5%
TOTAL DA RDS	619.363	116,2	61.723	100,00%	33.446	100,00%

Fonte: (1) Projeção populacional, Geohidro - 2009

(2) Consumo médio *per capita* de água, SNIS – 2008

(3) Consumo médio *per capita* estimado

Gráfico 7.1 – Volume de esgotos estimado gerados pelas sedes municipais (m3/dia) – RDS 5

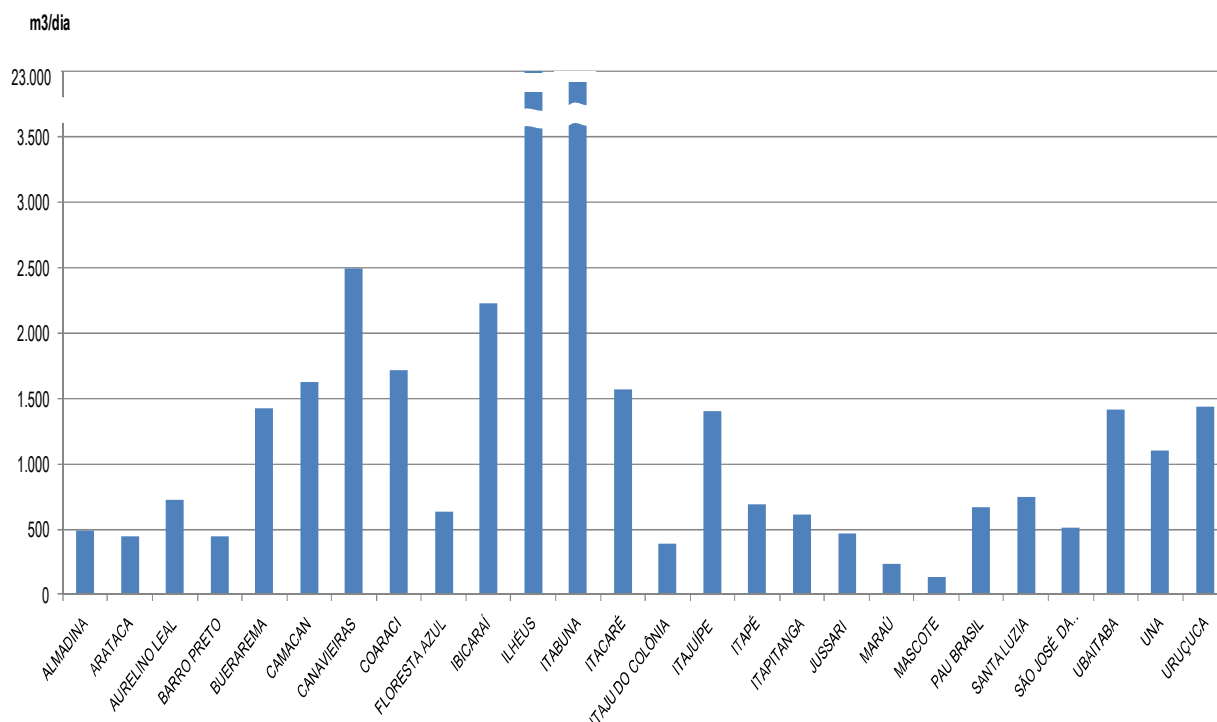
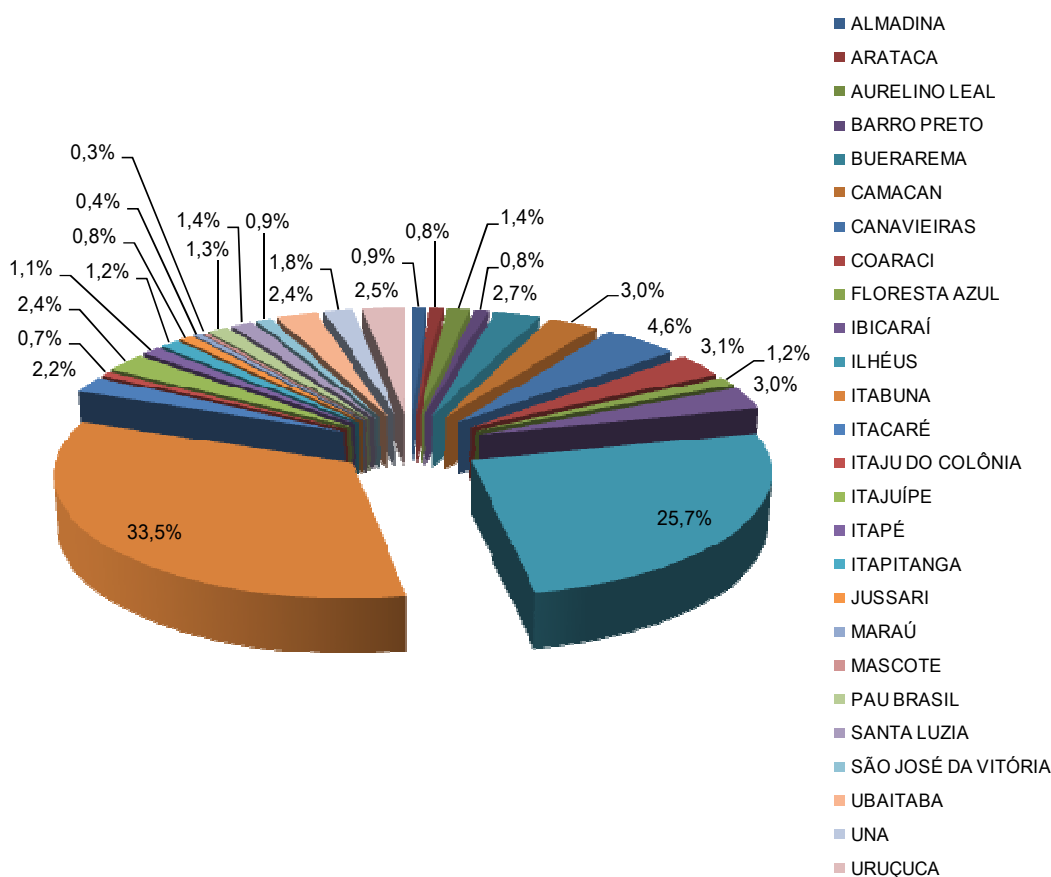


Gráfico 7.2 – Percentual de carga orgânica gerada pelas sedes municipais – RDS 5



O **Quadro 7.2** e o **Gráfico 7.1** acima apresentados evidenciam o quanto as cidades de Ilhéus e Itabuna preponderam no contexto da geração de carga orgânica na RDS 5. Considerando que em ambas as cidades, notadamente em Itabuna, as estações de tratamento operam de forma insuficiente e o fato de que os sistemas estruturados implantados não atendem a totalidade das áreas urbanas, evidencia-se, a exemplo das demais sedes municipais de região, a vulnerabilidade do solo e dos corpos receptores, conforme abordado no item 7.1.4, adiante.

7.1.3 O manejo dos efluentes sanitários

Diversas são as soluções ambientalmente adequadas para o afastamento e para a disposição final dos esgotos gerados pelos contingentes populacionais urbanos.

Na ausência de redes públicas de saneamento básico, as normas técnicas brasileiras admitem para uma situação individual, desde que subsistam as elementares condições técnicas, a adoção da detenção séptica (fossa), seguida de estrutura de absorção (sumidouro) que promovam, respectivamente, a redução da carga poluente e a infiltração dos efluentes no solo.

Para situações onde o solo for incompatível, o adensamento populacional for alto, recomenda-se a implementação das denominadas soluções coletivas. Nesses casos, a disposição ideal indicada compreende a implantação de sistema separador absoluto, constituído de rede coletora e unidade de tratamento dos efluentes.

No Estado da Bahia, considerando o universo das cidades até então visitadas nos presentes trabalhos do PEMAPES, pode-se afirmar que a diversidade de soluções é condição que prevalece. No contexto, por iniciativa das administrações municipais, observa-se que disposições alternativas são consideradas como soluções ao enfrentamento da questão do esgotamento sanitário, algumas atendendo satisfatoriamente as populações, outras as servindo de forma parcial e outras ainda sem funcionar ou operando em condições críticas. Sistemáticamente, denota-se que a referida diversidade de soluções se verifica também no âmbito de uma mesma cidade.

Independente da reduzida capacidade que as administrações ou as entidades gestoras municipais têm de realizar, em qualidade e porte necessários, os investimentos em ampliação e na operação satisfatória dos serviços de saneamento básico, o panorama observado reflete, em análise geral, insuficiência de gestão e incapacidade administrativa do poder público na lida com os inúmeros aspectos que determinam a questão urbana como um todo, desde a ausência ou não observância do planejamento até o descontrole do uso do solo.

Considerando o porte populacional e, conseqüentemente, o volume de carga orgânica produzido, um item descritivo da situação do esgotamento sanitário das cidades de Ilhéus e Itabuna é apresentado no item 7.1.5. Ademais, em se tratando de localidade atendida pela Embasa, como é o caso de Ilhéus, de acordo com a estruturação do PEMAPES, um relatório específico, de cunho descritivo e propositivo, foi elaborado.

Refletindo a ausência de sistemas de coleta estruturados e a condição não satisfatória de absorção do solo, todas as 26 sedes municipais adotam - muitas vezes em elevada proporção - a sistemática de afastamento das contribuições sanitárias por intermédio de tubulações em rede, que nos presentes trabalhos é caracterizada como **sistema misto informal**, sendo essa, então a metodologia que prevalece na região.

Em segundo plano, desponta o uso da **fossa de absorção**, disposição individual que, de forma variada quanto ao tipo e proporção dos efluentes recebidos (se *esgotos primários*¹, *esgotos secundários*¹ ou ambos) ocorre em 24 dos 27 núcleos urbanos estudados. Observa-se que nas situações onde é reduzida a utilização de fossas de absorção, o fato decorre das características do solo, impróprias a este tipo de disposição.

Em terceira posição, acontecendo em 22 das localidades estudadas, setores urbanos lançam esgotos **a céu aberto** - através de valas de descarte ou mesmo por meio de sarjetas de vias públicas - a caminho de corpos hídricos e estruturas de drenagem ou na direção de várzeas e descampados periféricos. Em oito localidades, a disposição a céu aberto acontece apenas com os *esgotos secundários* enquanto em 14, setores urbanos também fazem o descarte de *esgotos primários* nessas condições.

Com exceção de Itabuna que apresenta uma situação característica, dentre as 27 localidades estudadas na RDS 5, apenas cinco sedes municipais e o povoado de Comandatuba possuem redes convencionais convergentes a unidades de tratamento, constituindo assim **sistemas separadores absolutos**, todos geridos pela Embasa. Desta forma, para atendimento às populações, verifica-se a existência de SESs em Camacan, Canavieiras, Ilhéus, Itaju da Colônia e Comandatuba e de sistemas localizados (SLEs) nas cidades de Camacan, Ilhéus e Una.

Apesar de não representar alternativa recomendável - em termos ambientais - para o afastamento das contribuições sanitárias primárias e secundárias, o **lançamento direto** no corpo receptor acontece em 22 localidades da RDS, destacando-se as situações das cidades de Maraú e Ibicarai nas quais pelo menos 30% dos esgotos sanitários são descartados por esses meios.

Na sequência imediata, na condição de integrante da RDS 5, porém não participando do conjunto das cidades que participam do enfoque hierárquico adotado para descrever as formas de manejo empregadas, a sede distrital de Comandatuba é enfocada em destaque.

— Comandatuba

A Vila de Comandatuba, sede distrital integrante do município de Una, está situada no litoral sul da Bahia e conta atualmente com uma população de aproximadamente 432 habitantes.

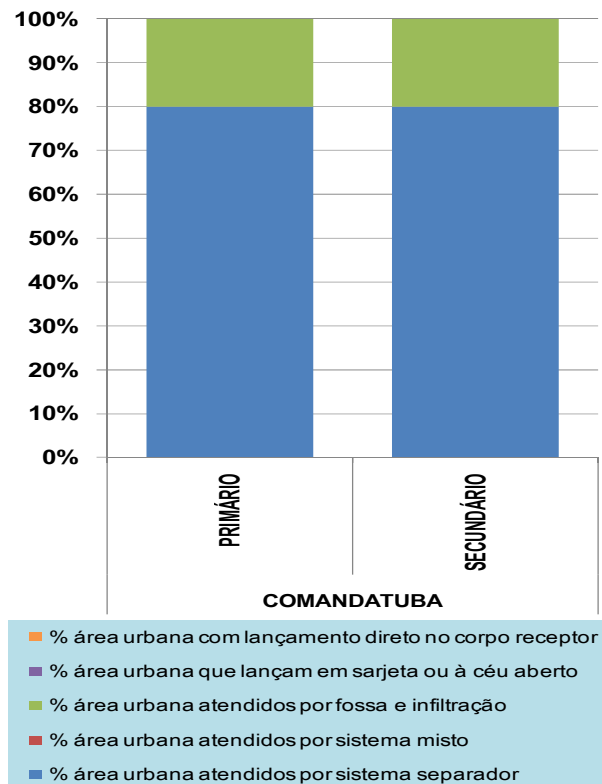
Com relação aos serviços de saneamento básico, o abastecimento de água e o esgotamento sanitário são concessões públicas da Embasa e o manejo das águas pluviais e dos resíduos sólidos constituem atribuições direta da administração pública do município de Una.

Desde o ano 2008 a localidade dispõe de um sistema de esgotamento sanitário implantado nos moldes convencionais e operado pela concessionária estadual. Constituído de rede separadora e unidades de tratamento dos efluentes, o SES oferece cobertura sanitária a 80% da área urbana. O sistema de tratamento compreende gradeamento, caixa de areia, dois DAFAs, duas lagoas facultativas e duas lagoas de maturação e o lançamento dos efluentes tratados acontece no Rio Doce.

¹ Doravante nesse relatório, por convenção e definição de terminologia, designa-se como *esgoto primário* as contribuições sanitárias provenientes de vasos sanitários e mictórios, e como *esgoto secundário* às águas servidas advindas de ralos de escoamento, pias de cozinha e tanques de lavagem de roupa.

Registra-se ainda, de acordo com relatos de campo, o uso das fossas de absorção em cerca de 20% da área urbana.

Gráfico 7.3 – Formas de manejo dos esgotos sanitários – sede distrital de Comandatuba



Fonte: Geohidro, 2010

Em abordagem geral, na seqüência deste relatório, números e informações representativas do manejo dos efluentes sanitários gerados nas sedes municipais da RDS 5 são apresentados a partir do enfoque das principais formas de solução distinguidas, praticadas e admitidas.

▪ Sistema misto informal

Ao denominado *sistema misto informal* correspondem estruturas lineares implantadas sob vias públicas normalmente dotadas de gradiente topográfico favorável com o objetivo de coletar e conduzir conjuntamente esgotos sanitários e parcela de águas pluviais advindas do interior dos lotes.

Em determinadas situações, os dutos do *sistema misto informal* concorrem para as galerias ou estruturas típicas da micro ou da macrodrenagem pluvial, naturalmente estabelecidas ou convenientemente construídas nos setores mais baixos e planos das cidades, confundindo-se com estas e fazendo-as funcionar como sistema misto. Como normalmente nestas situações planas e baixas o lençol freático é elevado e a capacidade de infiltração do solo é insuficiente, a disposição favorável de eventuais estruturas do sistema convencional de drenagem faz com que também para essas sejam descartadas as contribuições sanitárias de toda ordem (primárias ou secundárias) das edificações próximas.

Por esses meios, quase sempre sem receber qualquer tipo de tratamento, a vazão escoada é direcionada para corpos receptores naturais, tipo córrego, várzea ou bacia de acumulação, estabelecidos nos flancos periféricos ou entrecortando as manchas urbanas.

Os estudos de campo indicam que a opção pelo *sistema misto informal* como alternativa de esgotamento sanitário decorre geralmente da insuficiente capacidade de absorção do solo ou do intenso adensamento populacional dos setores enfocados, condições estas que inviabilizam a opção preferencial por *fossas de absorção*.

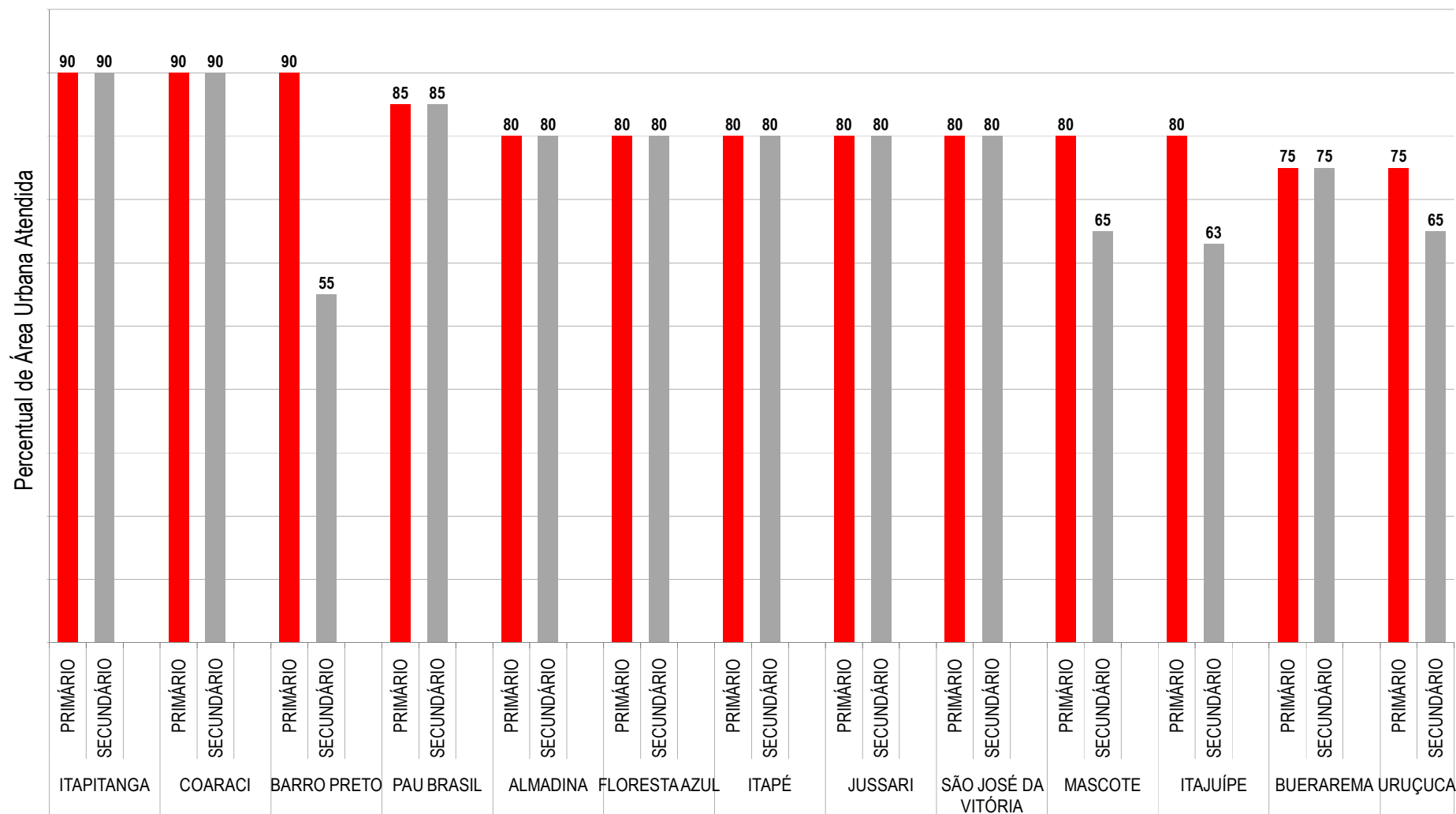
Além das contribuições sanitárias geradas diretamente nas edificações e das contribuições pluviais admitidas, eventualmente concorrem também para as estruturas do *sistema misto informal* os efluentes extravasados de fossas de absorção, colmatadas no decurso do tempo.

Muitas vezes, a reduzida absorção do solo impõe que apenas os *esgotos primários* sejam remetidos ao sistema enquanto que as demais águas residuárias são descartadas em sarjetas, quintais ou valas a céu aberto, por onde naturalmente drenam as águas pluviais. Em outras situações ainda, apenas as contribuições correspondentes aos *esgotos secundários* são remetidas às linhas do *sistema misto informal* ao passo que os esgotos primários são encaminhados para fossas.

A distinção como “informal” remete ao fato da implantação de infraestrutura desta ordem normalmente acontecer à revelia de planejamento e controle técnico. Sem o respaldo de um projeto de engenharia, muitas vezes o traçado da rede não apresenta disposição espacial adequada e os diâmetros das tubulações possuem dimensões incompatíveis.

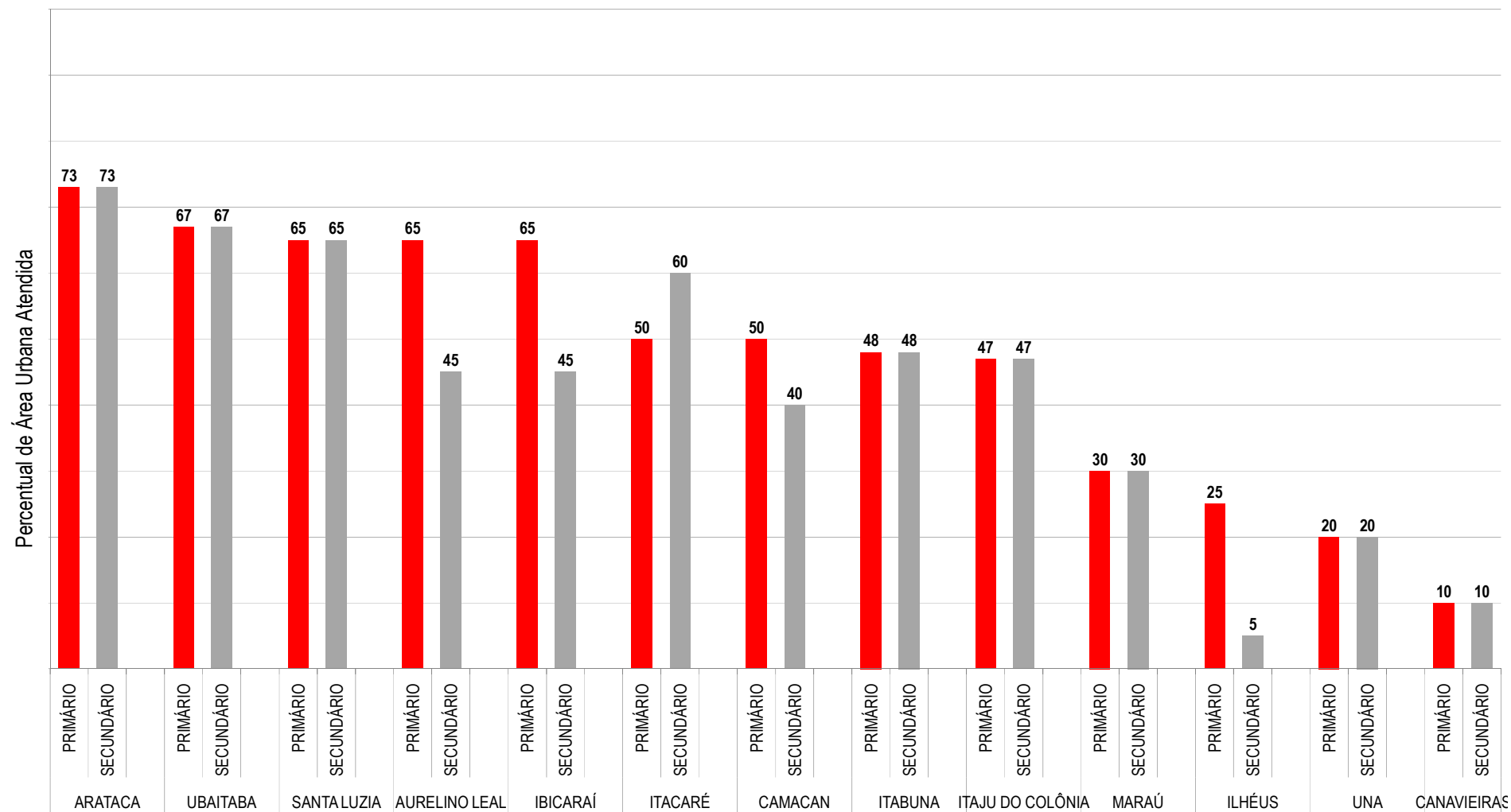
Conforme registrado acima, na RDS 5, linhas em *sistema informal* constituem a principal solução adotada, ocorrendo sob variada forma e proporção em todas as sedes municipais. Englobando tanto *esgotos primários* como *secundários*, os índices espaciais de cobertura urbana por esse tipo de solução são bastante elevados na região.

Gráfico 7.4 – Formas de manejo dos esgotos sanitários – Sistema misto informal



Fonte: Geohidro, 2010

Gráfico 7.4 – Formas de manejo dos esgotos sanitários – Sistema misto informal (continuação)



Fonte: Geohidro, 2010

No conjunto, observa-se que em 18 das 26 sedes estudadas, as redes informais constituem a forma de manejo adotada para o afastamento das contribuições sanitárias geradas pela maior parte da projeção urbana, com destaque para as cidades de Itapitanga, Coaraci e Barro Preto, onde, favorecidas pela impermeabilidade do solo urbano, às linhas do sistema informal convergem os *esgotos primários* de cerca de 90% da área urbana.

Os levantamentos de campo indicam que em Coaraci, Almadina, Floresta Azul, Itapé, Buerarema, Ibicaraí e Camacan, a reclamação quanto à exalação de odores inconvenientes por parte da vizinhança da rede é uma constante.

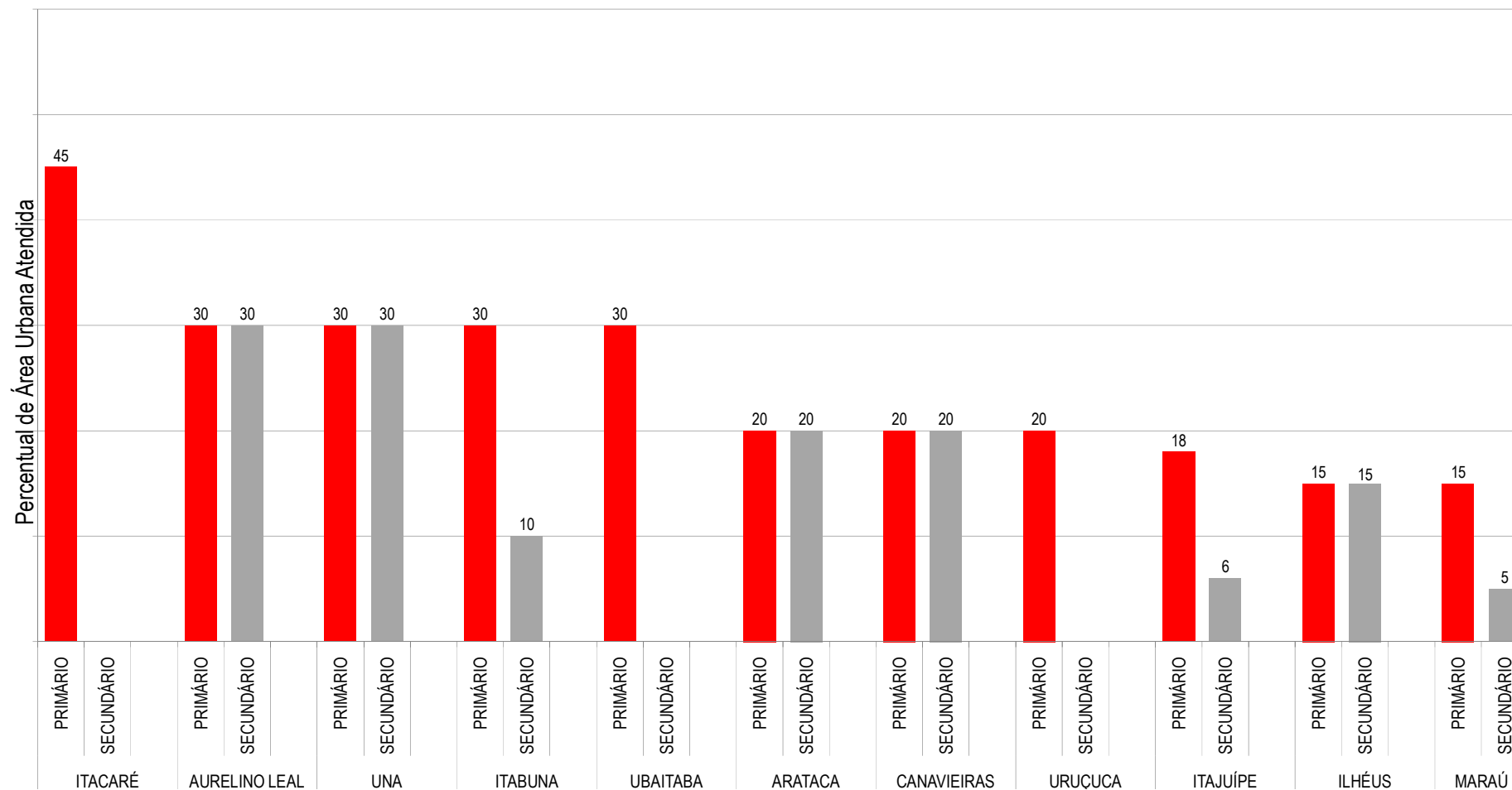
Em Almadina e Itapé observa-se que dutos originalmente implantados para drenagem pluvial, com o posterior lançamento de contribuições sanitárias, passaram a funcionar como rede mista informal. Em Barro Preto, Itajuípe, Uruçuca e Ibicaraí registram-se situação inversa, como seja: segmentos de rede coletora, implantados originalmente para escoamento exclusivo de esgotos sanitários, na situação atual canalizam águas pluviais em função conjunta, conduzindo-as às unidades de tratamento – DAFAs que não operam nos períodos chuvosos. Ainda em Ibicaraí, segundo relatos de campo a rede coletora que funciona sob regime de sistema misto informal apresenta problemas operacionais devido principalmente à insuficiência dos diâmetros.

▪ Fossas de absorção

Fossas de absorção ou *poços absorventes* compreendem estruturas em câmara única, implantadas dentro dos lotes e vazadas no fundo para possibilitar a infiltração das contribuições sanitárias advindas das edificações, sejam os esgotos totais, seja apenas a parcela classificada como *esgoto primário*.

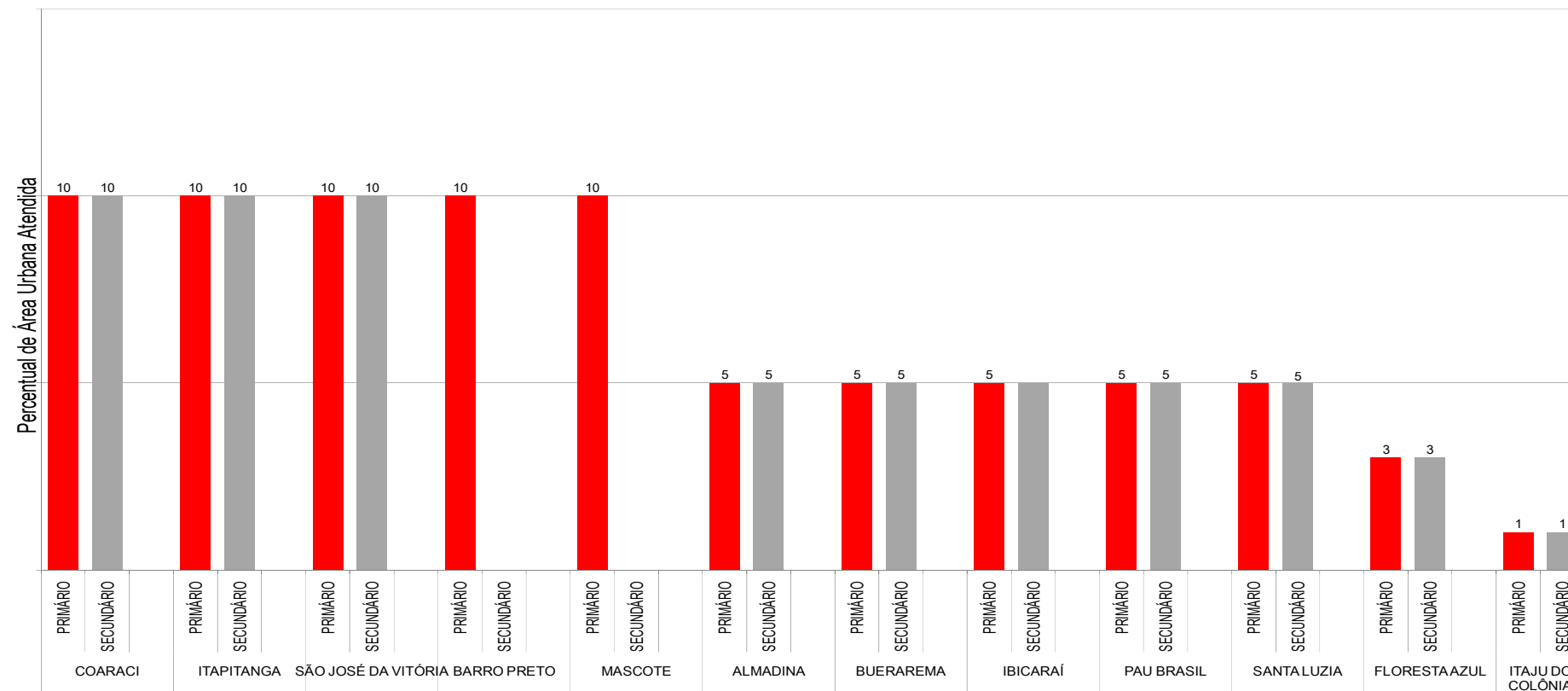
Na RDS 5, considerando a baixa capacidade de absorção dos solos urbanos e principalmente o elevado nível do lençol freático, condição que é recorrente e característica nesta úmida região litorânea, as *fossas de absorção* não assumem posição de destaque no contexto das soluções adotadas para o manejo das contribuições sanitárias. Não obstante, com exceção das cidades de Camacan, Itapé, e Jussari, em forma e proporção bastante variada, este tipo de solução está presente em todas as localidades estudadas.

Gráfico 7.5 – Formas de manejo dos esgotos sanitários – Fossa de absorção



Fonte: Geohidro, 2010

Gráfico 7.5 – Formas de manejo dos esgotos sanitários – Fossa de absorção (continuação)



Fonte: Geohidro, 2010

Nas cidades de Aurelino Leal e Una, aproximadamente 30% da área urbanizada encaminha os esgotos totais, *primários* e *secundários*, para as *fossas de absorção*. Situação similar, porém na proporção de 20%, acontece em Arataca, Canavieiras e Comandatuba. Em Ilhéus são 15% e em dez outras cidades da região, esta situação ocorre em percentual inferior a 10%.

Em Itacaré, Ubaitaba e Uruçuca, apenas os *esgotos primários* de parcelas consideráveis das manchas urbanas, cerca de 45, 30 e 25%, respectivamente, são remetidas às fossas. Em Mascote e Barro Preto esta condição representa aproximadamente 10% da projeção das cidades.

Em Itabuna e Itajuípe, 30 e 20% das respectivas áreas urbanas encaminham os *esgotos primários* para as fossas o mesmo ocorrendo em 10 e 5% das mesmas, com relação aos *esgotos secundários*.

Em Una, Canavieiras, Ilhéus, Marau e São José da Vitória, embora o solo urbano seja classificado como suficiente à infiltração e parte das cidades adote esta modalidade de afastamento de contribuições sanitárias, desperta atenção o fato das fossas extravasarem.

Nas cidades de Itacaré, Uruçuca e Itajuípe, justificando o fato do solo ter sido considerado suficiente à infiltração apenas em parcelas das manchas urbanas, o transbordamento das estruturas foi notificado.

Já em Arataca e Buerarema o solo não foi classificado como permeável na totalidade das manchas urbanas; entretanto, nestas localidades a extravasão das fossas não foi registrada.

Nas sedes de Aurelino Leal, Itabuna, Ubaitaba, Coaraci e Itapitanga, relatos informam que em toda área urbana as fossas transbordam constantemente.

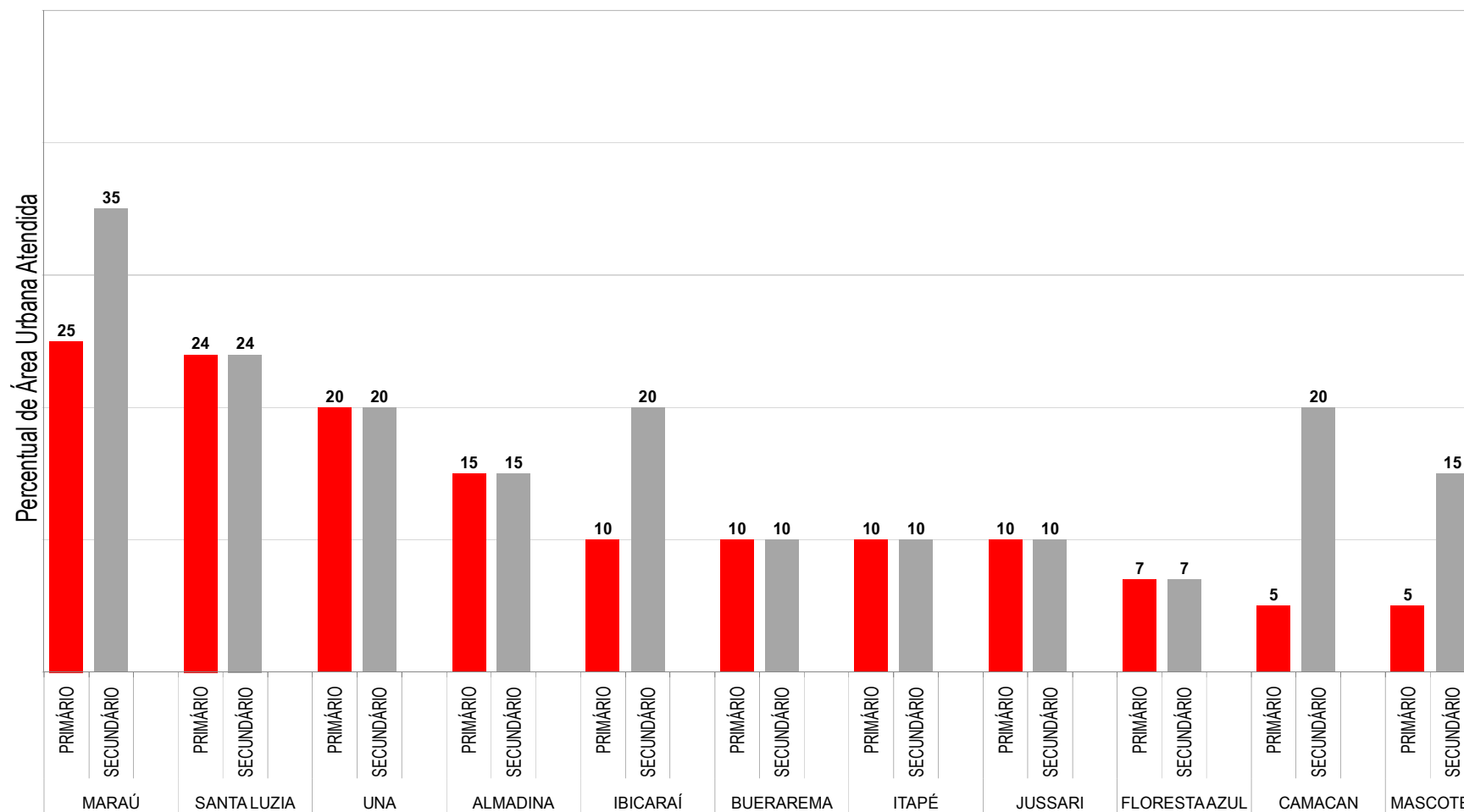
▪ Lançamento a céu aberto

Um recurso não recomendado porém bastante utilizado nas cidades, quando não se dispõe de solução sanitária adequada, é o descarte dos esgotos sanitários em sarjetas, nos setores onde as vias são pavimentadas, e em valas e grotões expostos, em fundos de quintais e vias desprovidas de pavimento. Disposição similar é praticada em porções urbanas periféricas, diretamente convergentes a rios, córregos, lagoas ou várzeas adjacentes. Em diversas situações, apenas a porção correspondente aos denominados *esgotos secundários* são descartados a céu aberto; entretanto, há ocasiões em que também os *esgotos primários* sofrem idêntica destinação.

Na RDS 5, apenas em quatro das 26 localidades não foi registrada a prática do lançamento dos esgotos a céu aberto. Em 14 cidades, tanto parcelas dos *esgotos primários* quanto dos *secundários* são lançadas nestas condições. As situações mais graves acontecem em Marau, Santa Luzia e Una onde mais de 20% das áreas urbanas adotam esse expediente para os esgotos primários. Em oito outras cidades, apenas parte dos *esgotos secundários* escoam por esses meios, sendo que em Barro Preto, Uruçuca, Itacaré, Ubaitaba e Itajuípe o percentual de área urbana que descarta a céu aberto se situa em níveis elevados, ou seja, entre 20 e 35%.

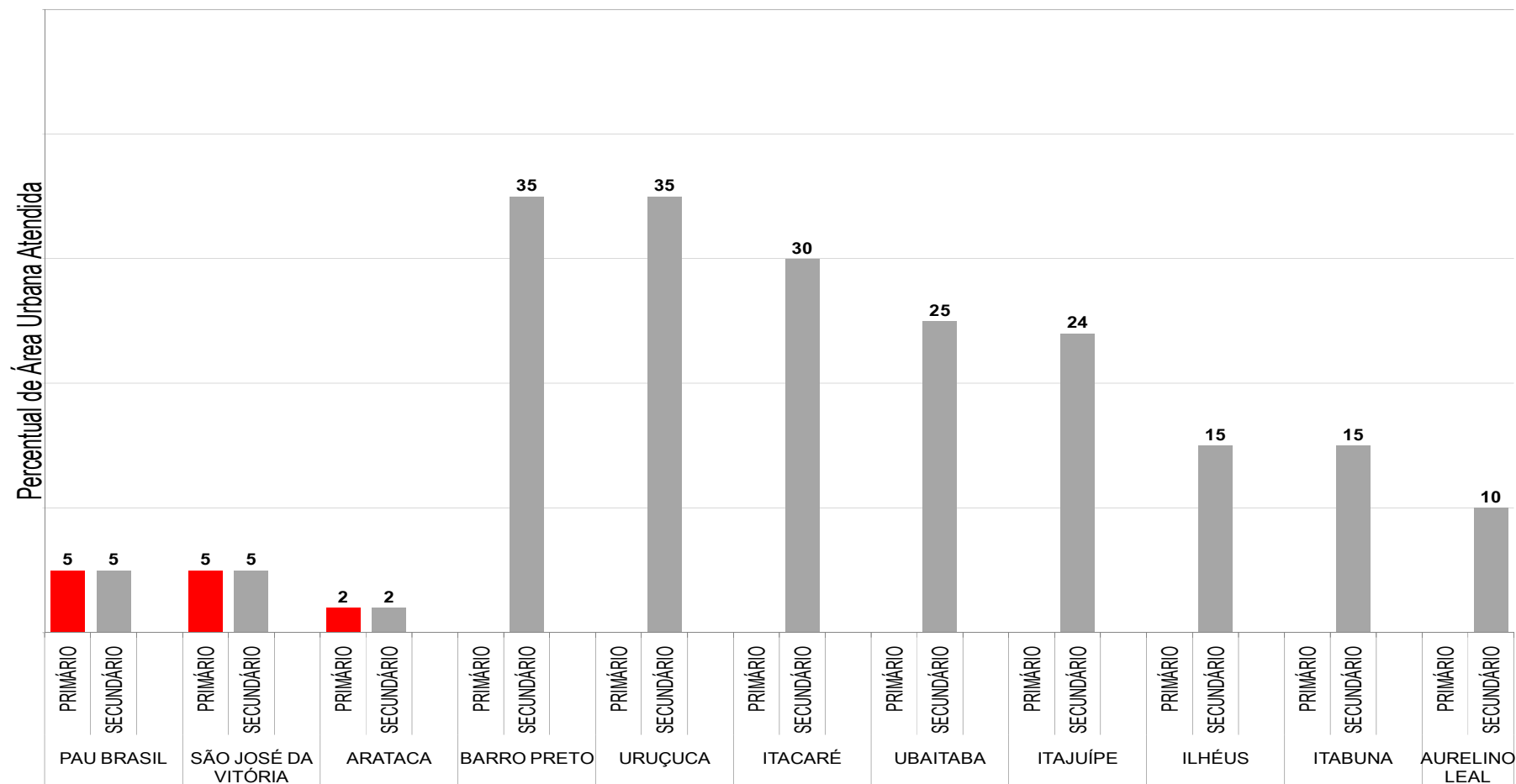
Em Ibicarai, Jussari, Camacan, Mascote, Pau Brasil e São José da Vitória, não obstante os percentuais urbanos que lançam esgotos a céu aberto, não foi notificado que filetes de águas servidas escoam pelas sarjetas.

Gráfico 7.6 – Formas de manejo dos esgotos sanitários – Lançamento a céu aberto



Fonte: Geohidro, 2010

Gráfico 7.6 – Formas de manejo dos esgotos sanitários – Lançamento a céu aberto (continuação)



Fonte: Geohidro, 2010

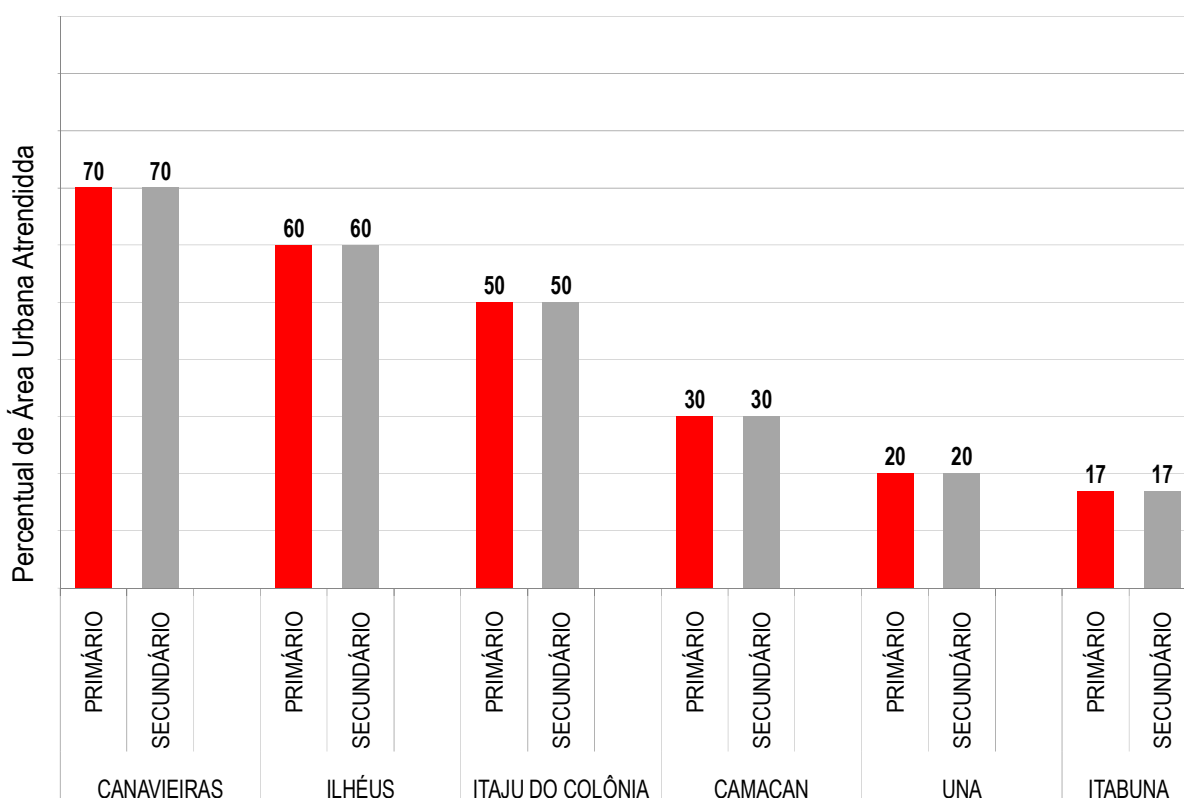
▪ Sistema separador absoluto

O *sistema separador absoluto* preconiza a implantação de rede coletora exclusivamente destinada a conduzir esgotos sanitários. A condição ideal corresponde às situações em que o efluente coletado pelas redes é remetido a unidade de tratamento com disposição final ambientalmente satisfatória. Do ponto de vista técnico, na hipótese de compreender unidades de tratamento, esta modalidade apresenta vantagens consideráveis se comparada com o *sistema misto* e com o *sistema unitário*. Sob o enfoque econômico, entretanto, o *sistema separador* quase sempre se mostra pouco viável por demandar elevado custo de implementação, o que limita a ampliação do seu emprego pelas entidades gestoras na proporção requerida para atendimento às populações, fato que contribui para a manutenção do elevado déficit do setor de saneamento para esses serviços.

Na RDS 5, seis cidades e o povoado de Comandatuba dispõem de *sistema separador absoluto* para o atendimento de parcelas contíguas e isoladas das manchas urbanas. Em termos espaciais, as redes correspondentes cobrem aproximadamente 70, 60 e 50% das sedes dos municípios de Canavieiras, Ilhéus e Itaju do Colônia, respectivamente. Nas proporções de 30, 20 e 17%, também de forma respectiva, sistemas separadores foram implantados nas cidades de Camacan, Una e Itabuna.

Informações locais dão conta de que em Itacaré a rede coletora ainda não foi concluída, mas que o sistema encontra-se em etapa de testes e que ligações clandestinas foram efetuadas.

Gráfico 7.7 – Formas de manejo dos esgotos sanitários – Sistema separador absoluto



Fonte: Geohidro, 2010

No sistema de esgotamento sanitário - SES operado pela concessionária estadual na Cidade de Canavieiras e que atende a cerca de 70% da mancha urbana, observa-se, de acordo com informações de campo, a utilização de redes condominiais em setores habitados por população de baixa renda.

Na Sede Municipal de Ilhéus a *rede separadora*, que cobre aproximadamente 60% da área urbana, corresponde a três SESs (Centro, Mambape e Ilhéus II) e três sistemas localizados (Ceplus, Salobrinho e Condomínio São Jorge) todos dotados de tratamento e operados pela Embasa.

Em Itaju do Colônia, o recolhimento de contribuições sanitárias por intermédio de *rede separadora* atende apenas 50% da população, embora tenha sido implantada para dar cobertura a toda área urbana. Na cidade, parcela da população se nega a efetuar as ligações domiciliares devido ao valor da tarifa cobrado pela concessionária estadual.

Na Cidade de Camacan, o percentual da área urbana atendido por *rede separadora* corresponde ao sistema SES e a um sistema localizado de esgotamento sanitário (SLE) no Conjunto Habitacional Parque Casa Nova, ambos operados pela Embasa.

Em Uma, a rede separadora que cobre 20% da área urbana corresponde ao sistema localizado de esgotamento sanitário (SLE), dotado de tratamento e operado pela Embasa no Conjunto Habitacional Urbis e a um sistema isolado, gerido pela Prefeitura Municipal e localizado no Bairro Novo, constituído de rede coletora com diâmetro de 150 mm, que encaminha *in natura* os efluentes para o Rio Una.

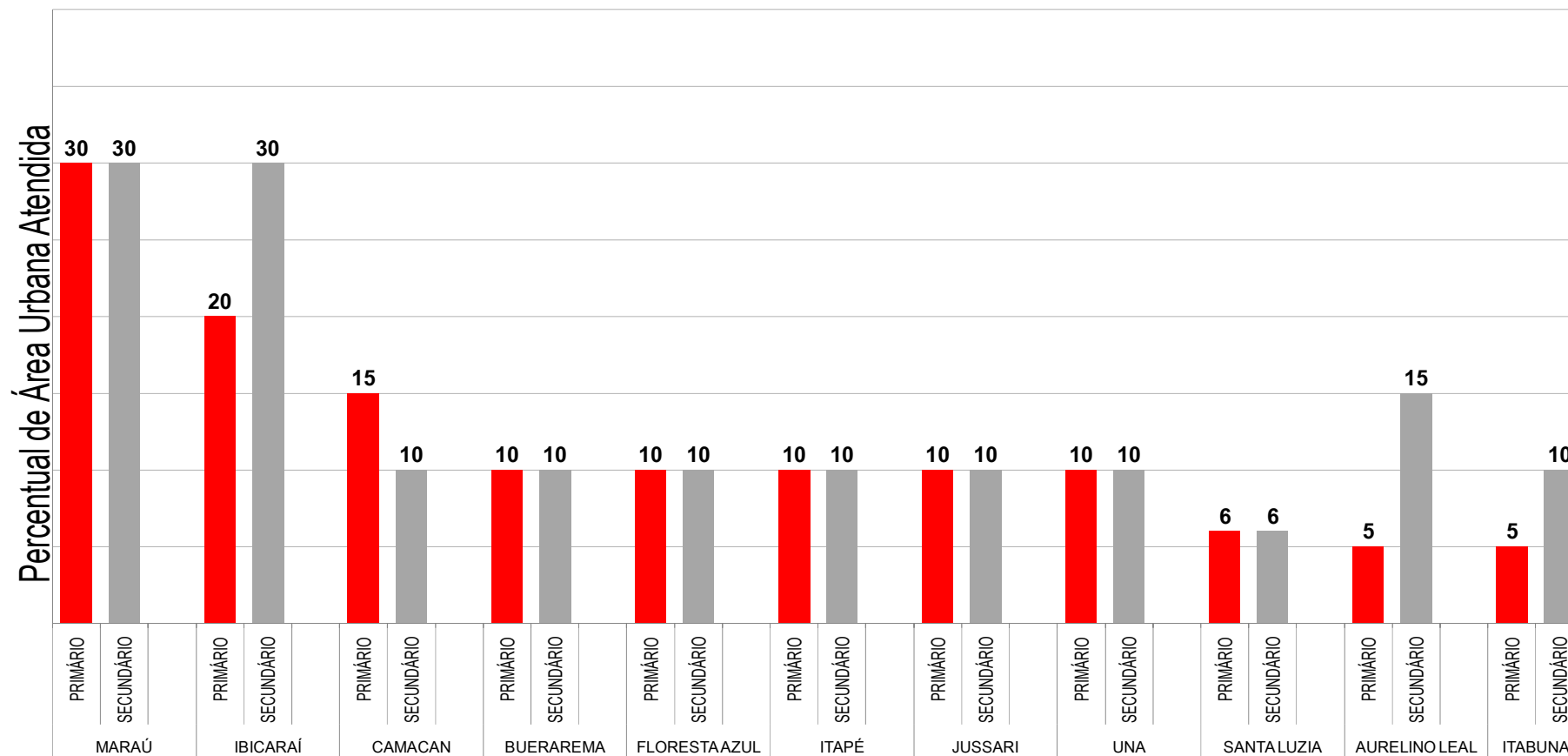
Em Itabuna, a empresa municipal Emasa opera de forma insuficiente *redes separadoras* convencionais e condominiais havendo inclusive situações em que as contribuições coletadas não são conduzidas ao sistema de tratamento.

▪ Lançamento direto no corpo receptor

Não obstante constitua a forma mais imediata de promover o afastamento das contribuições sanitárias do contato com a população, o descarte direto das contribuições sanitárias em corpo receptor representa uma prática não recomendada, sob a ótica da preservação dos recursos hídricos.

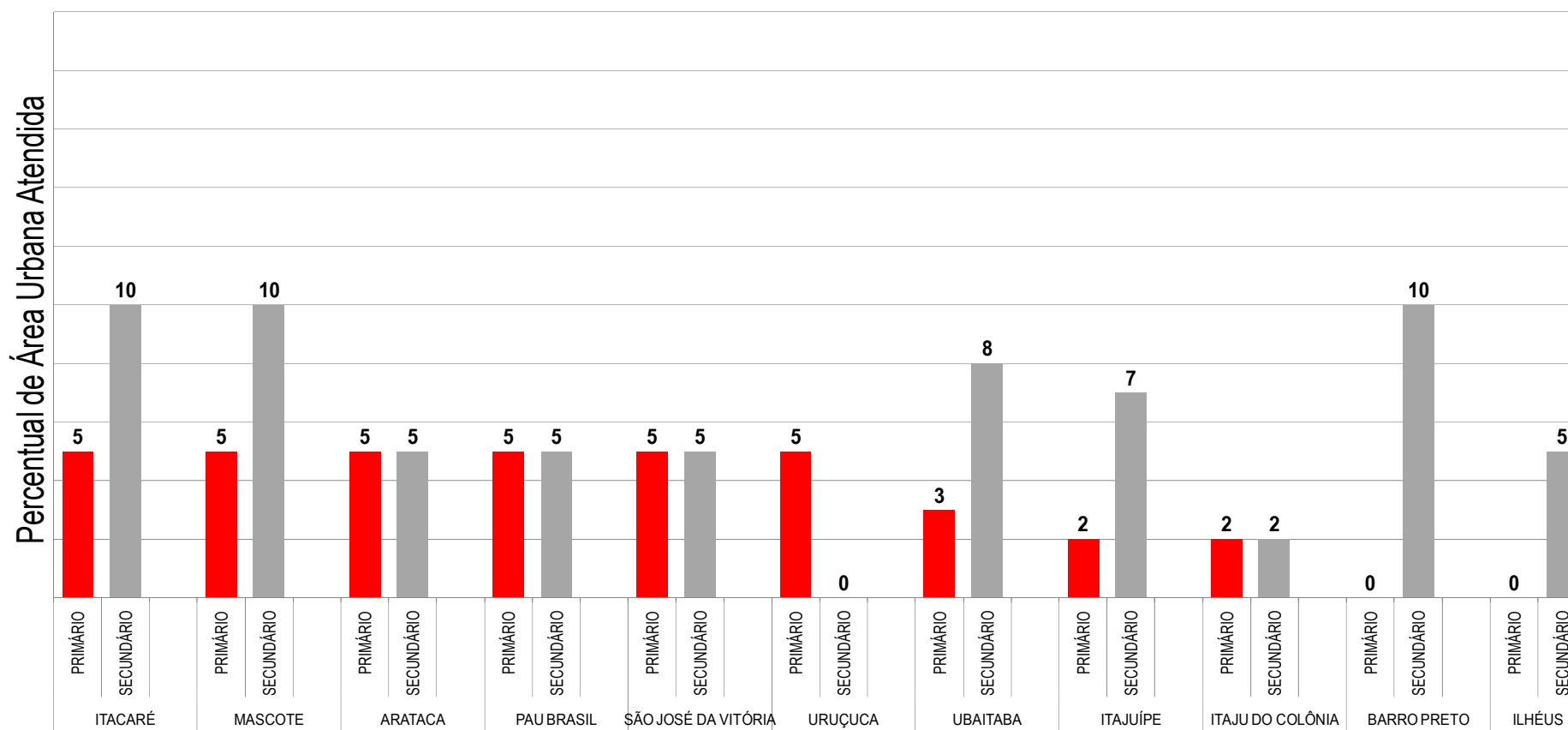
Com exceção de Almadina, Canavieiras, Coaraci e Itapitanga, todas as sedes municipais da RDS 5 lançam parcelas de suas contribuições sanitárias, inclusive os *esgotos primários*, nos corpos hídricos que margeiam ou entrecortam as respectivas áreas urbanas.

Gráfico 7.8 – Formas de manejo dos esgotos sanitários – Lançamento direto no corpo receptor



Fonte: Geohidro, 2010

Gráfico 7.8 – Formas de manejo dos esgotos sanitários – Lançamento direto no corpo receptor (continuação)



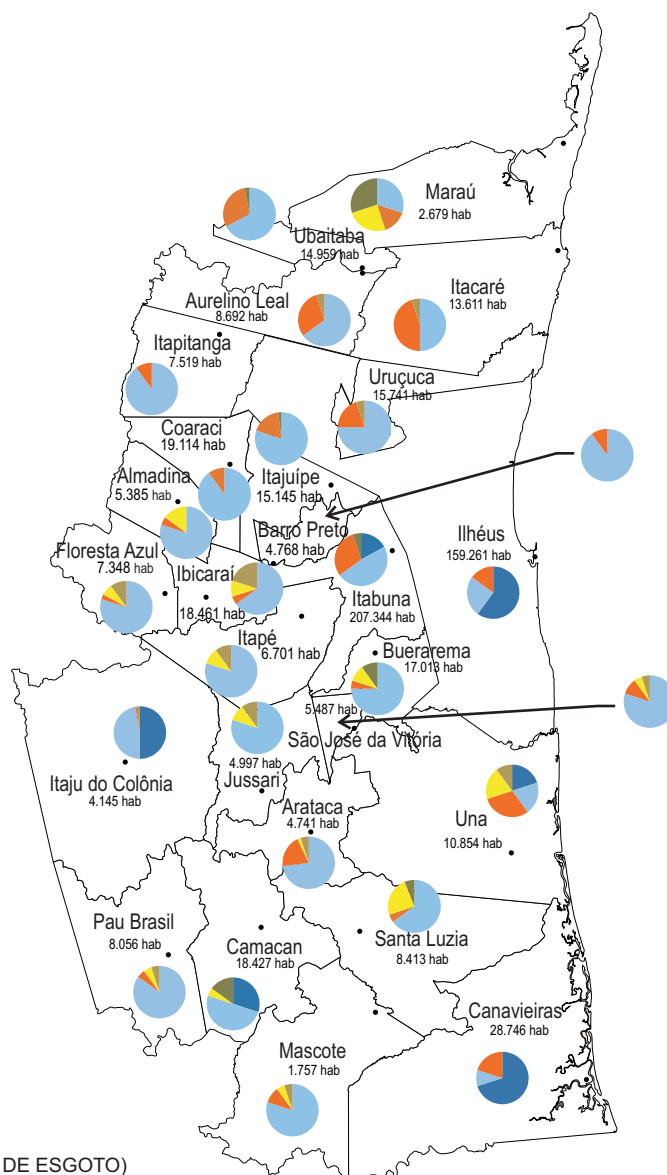
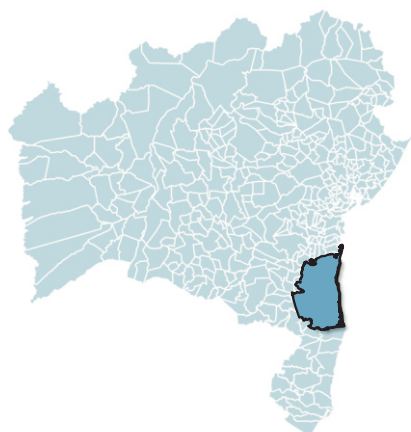
Fonte: Geohidro, 2010

No conjunto diagnosticado, destacam-se as situações de Maraú e Ibicarai onde parcela significativa (entre 20 e 30%) das áreas urbanas lança indiscriminadamente esgotos sanitários, em corpos hídricos. Nas demais cidades as taxas de descarte são inferiores a 15% da projeção urbana.

Quadro 7.3 – Formas de manejo e disposição dos esgotos primários nas sedes municipais – RDS 5

MUNICÍPIO	FORMAS DE MANEJO E DISPOSIÇÃO DOS ESGOTOS PRIMÁRIOS				
	% área urbana atendidos por sistema separador	% área urbana atendidos por sistema misto	% área urbana atendidos por fossa e infiltração	% área urbana que lançam a céu aberto	% área urbana com lançamento direto no corpo receptor
ALMADINA	0	80	5	15	0
ARATACA	0	73	20	2	5
AURELINO LEAL	0	65	30	0	5
BARRO PRETO	0	90	10	0	0
BUERAREMA	0	75	5	10	10
CAMACAN	30	50	0	5	15
CANAVIEIRAS	70	10	20	0	0
COARACI	0	90	10	0	0
FLORESTA AZUL	0	80	3	7	10
IBICARAÍ	0	65	5	10	20
ILHÉUS	60	25	15	0	0
ITABUNA	17	48	30	0	5
ITACARÉ	0	50	45	0	5
ITAJU DO COLÔNIA	50	47	1	0	2
ITAJUÍPE	0	80	18	0	2
ITAPÉ	0	80	0	10	10
ITAPITANGA	0	90	10	0	0
JUSSARI	0	80	0	10	10
MARAÚ	0	30	15	25	30
MASCOTE	0	80	10	5	5
PAU BRASIL	0	85	5	5	5
SANTA LUZIA	0	65	5	24	6
SÃO JOSÉ DA VITÓRIA	0	80	10	5	5
UBAITABA	0	67	30	0	3
UNA	20	20	30	20	10
URUÇUCA	0	75	20	0	5

Fonte: Geohidro, 2010

**LEGENDA:**

-  SISTEMA SEPARADOR (SISTEMA OU SOLUÇÃO LOCALIZADA DE ESGOTO)
-  SISTEMA COM OPERAÇÃO MISTA (SISTEMA INFORMAL)
-  SISTEMA PLANEJADO PARA OPERAR COMO MISTO
-  FOSSA SUMIDOURO (CÂMARA ÚNICA)
-  LANÇAMENTO NO CORPO RECEPTOR VIA COLETORES
-  LANÇAMENTO A CÉU ABERTO
-  LANÇAMENTO DIRETO NO CORPO RECEPTOR
-  INFORMAÇÕES NÃO DISPONIBILIZADAS

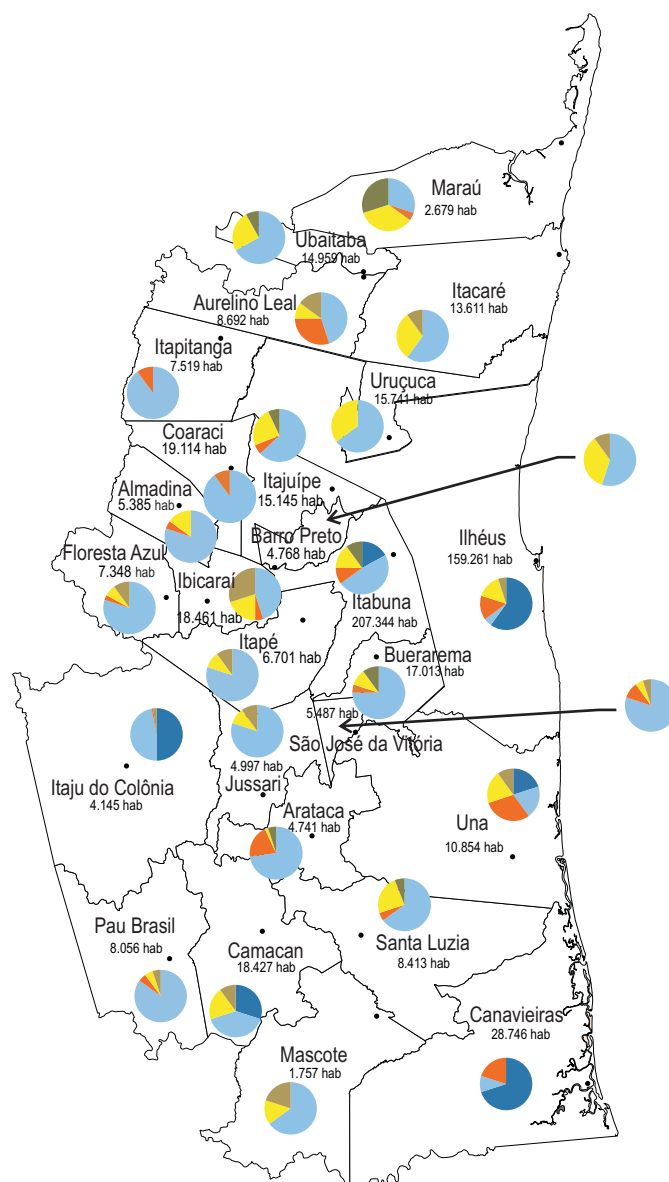
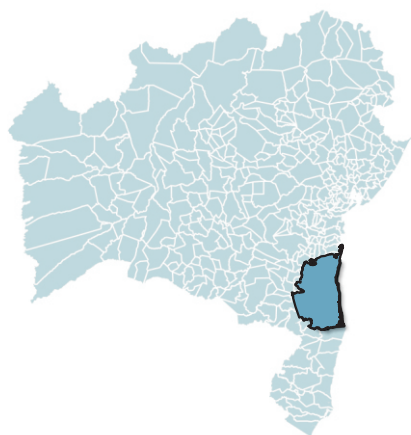
26.350 hab - População atual da sede municipal (2009)

**RDS 05
LITORAL SUL****ESGOTAMENTO SANITÁRIO
TIPOLOGIAS SOLUÇÃO
MANEJO E DISPOSIÇÃO DOS ESGOTOS PRIMÁRIOS**

Quadro 7.4. – Formas de manejo e disposição dos esgotos secundários nas sedes municipais – RDS 5

MUNICÍPIO	FORMAS DE MANEJO E DISPOSIÇÃO DOS ESGOTOS SECUNDÁRIOS				
	% área urbana atendidos por sistema separador	% área urbana atendidos por sistema misto	% área urbana atendidos por fossa e infiltração	% área urbana que lançam a céu aberto	% área urbana com lançamento direto no corpo receptor
ALMADINA	0	80	5	15	0
ARATACA	0	73	20	2	5
AURELINO LEAL	0	45	30	10	15
BARRO PRETO	0	55	0	35	10
BUERAREMA	0	75	5	10	10
CAMACAN	30	40	0	20	10
CANAVIEIRAS	70	10	20	0	0
COARACI	0	90	10	0	0
FLORESTA AZUL	0	80	3	7	10
IBICARAÍ	0	45	5	20	30
ILHÉUS	60	5	15	15	5
ITABUNA	17	48	10	15	10
ITACARÉ	0	60	0	30	10
ITAJU DO COLÔNIA	50	47	1	0	2
ITAJUÍPE	0	63	6	24	7
ITAPÉ	0	80	0	10	10
ITAPITANGA	0	90	10	0	0
JUSSARI	0	80	0	10	10
MARAÚ	0	30	5	35	30
MASCOTE	0	65	0	15	10
PAU BRASIL	0	85	5	5	5
SANTA LUZIA	0	65	5	24	6
SÃO JOSÉ DA VITÓRIA	0	80	10	5	5
UBAITABA	0	67	0	25	8
UNA	20	20	30	20	10
URUÇUCA	0	65	0	35	0

Fonte: Geohidro, 2010

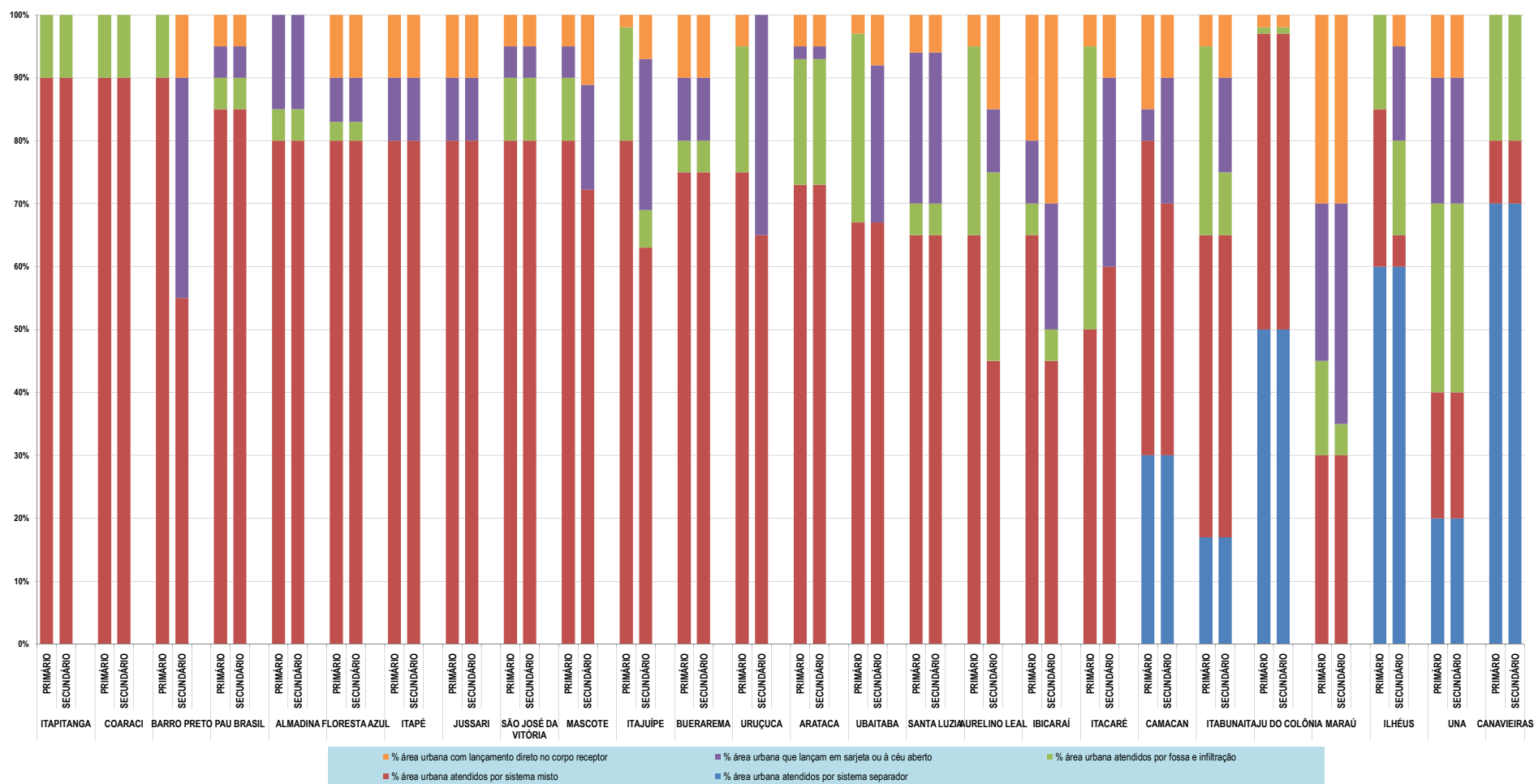

LEGENDA:

-  SISTEMA SEPARADOR (SISTEMA OU SOLUÇÃO LOCALIZADA DE ESGOTO)
-  SISTEMA COM OPERAÇÃO MISTA (SISTEMA INFORMAL)
-  SISTEMA PLANEJADO PARA OPERAR COMO MISTO
-  FOSSA SUMIDOURO (CÂMARA ÚNICA)
-  LANÇAMENTO NO CORPO RECEPTOR VIA COLETORES
-  LANÇAMENTO A CÉU ABERTO
-  LANÇAMENTO DIRETO NO CORPO RECEPTOR
-  INFORMAÇÕES NÃO DISPONIBILIZADAS

26.350 hab - População atual da sede municipal (2009)

RDS 05
LITORAL SUL
ESGOTAMENTO SANITÁRIO
TIPOLOGIAS SOLUÇÃO
MANEJO E DISPOSIÇÃO DOS ESGOTOS SECUNDÁRIOS

Gráfico 7.3. – Formas de manejo dos esgotos sanitários – RDS 5



Nas tabelas e gráficos apresentados anteriormente, a terminologia sistema misto é empregada para designar as alternativas de condução conjunta de esgotos sanitários e águas pluviais que podem ocorrer, inclusive de forma simultânea, em uma mesma cidade: as redes do sistema misto propriamente dito; as denominadas redes mistas informais, concebidas para funcionar como sistema misto; as redes originalmente separadoras que passaram a receber águas pluviais; e as redes coletoras dos sistemas de drenagem que recebem esgotos.

7.1.4 Tratamento e destinação dos efluentes

Conforme antes apresentado no presente relatório, à RDS 5 correspondem aspectos fisiográficos bastante característicos, definidos pela elevada umidade da região, pela topografia acidentada, pela exuberante vegetação e pela relevante hidrografia, caracterizada pela abundância de rios e córregos caudalosos, a refletir o elevado índice pluviométrico. Observa-se que, com exceção de Camacan, todas as localidades estudadas na RDS se situam muito próximas das margens de corpos hídricos de alta ou média expressão ou são por eles entrecortadas.

Em decorrência da topografia e da pluviometria, outra característica representativa é que o aquífero freático apresenta-se quase sempre elevado nos setores mais planos dos fundos dos vales e nas várzeas ribeirinhas, justamente onde se estabelecem parcelas representativas dos conglomerados populacionais urbanos, comprometendo a capacidade de absorção do solo e condicionando a preferência pela instalação de redes coletoras para o afastamento das contribuições sanitárias e das águas pluviais.

Invariavelmente, em todas as cidades da RDS 5, as características fisiográficas e o manejo precário ou insuficiente das águas urbanas fazem com que a degradação ambiental dos corpos hídricos e do solo seja notória realidade.

A disposição em corpos hídricos se verifica por intermédio do lançamento das contribuições sanitárias em rios, riachos, lagoas e várzeas úmidas que margeiam ou que se estabelecem no interior das manchas urbanas, seja por intermédio de extremidades finais de redes coletoras seja através de lançamentos diretos e individualizados. Ocorre também por via indireta através de canais, galerias, sarjetas, valetas e demais estruturas porventura responsáveis pela drenagem pluvial urbana.

A disposição no solo acontece principalmente por infiltração direta, através de fossas de absorção e de fossas sépticas seguidas por sumidouros e, de forma indireta, pelo lançamento de efluentes não tratados na superfície de terrenos descampados, normalmente situados nas bordas periféricas das localidades.

Ressalta-se que na região, 24 das 27 localidades estudadas utilizam estruturas de absorção predominantemente em câmara única, normalmente não precedida por tanques sépticos promotores de redução da carga orgânica afluente. Em assim ocorrendo, cargas brutas, diluídas ou não no conjunto das águas residuárias, infiltram-se direta e imediatamente no solo, sem sofrer prévia digestão anaeróbica em câmaras estanques. Ademais, mesmo na hipótese da implantação preliminar de tanques sépticos, não há informações que possibilitem avaliar, dentre outros aspectos, as características das camadas filtrantes do solo a ponto de garantir a eficácia da infiltração dirigida, enquanto método satisfatório de disposição final de efluentes sanitários. Desconhece-se também o comportamento dos fluidos percolados, nos períodos em que chuvas intensas provocam elevação do aquífero freático.

Em determinadas sedes municipais as populações têm se deparado com a ineficiência das fossas, como reflexo da ausência de critério técnico na implantação das mesmas ou da inaptidão do solo a essa forma de disposição dos efluentes.

Considerando ser em geral bastante reduzida e concentrada em poucas cidades a presença na região de sistemas estruturados de esgotamento sanitário, constituídos de redes separadoras convencionais e estações de tratamento, destaca-se a predominância das denominadas redes mistas informais, estruturas hidráulicas implantadas quase sempre à revelia dos preceitos técnicos que conduzem aos corpos hídricos, de forma simultânea e em variada proporção, tanto efluentes sanitários não tratados como deflúvios pluviais urbanos.

Das 27 localidades estudadas na RDS 5, apenas seis, quais sejam, Camacan, Canavieiras, Comandatuba, Ilhéus, Itaju do Colônia e Una, são servidas, mesmo assim de forma parcial, por sistemas de esgotamento sanitário geridos pela Embasa. Registra-se que na porção atendida dessas o tratamento dos efluentes domésticos coletados é realizado, conforme retrata o **Quadro 7.5**.

Quadro 7.5 – Tratamento e destinação final em cidades atendidas pelo Embasa – RDS 5

SISTEMA	TIPO	MUNICÍPIO	LOCALIDADE	TRATAMENTO	CORPO RECEPTOR
Conjunto Habitacional Parque Casa Nova	SLE	Camacan	Camacan	DAFA	Riacho do Elias
Camacan	SES			2 DAFA's, lagoa facultativa e lagoa de maturação	Rio Panelinha
Canavieiras	SES	Canavieiras	Canavieiras	2 DAFA's, 2 lagoas facultativas e 2 lagoas de maturação	Rio Burundanga
Ceplus	SLE	Ilhéus	Ilhéus	DAFA	Drenagem pluvial / Mar
Salobrinho	SLE			DAFA	Rio Cachoeira
Condomínio São Jorge	SLE			DAFA	Rio Santana
Centro	SES			2 Lagoas aeradas e 2 lagoas de maturação	Rio Cachoeira
Mambape	SES			Tanque Imhoff	Rio Santana
Ilhéus II	SES			DAFA	Rio Santana
Itaju do Colônia	SES	Itaju do Colônia	Itaju do Colônia	DAFA, lagoa facultativa e lagoa de maturação	Rio Colônia
Urbis	SLE	Una	Una	Filtro Biológico	Rio Una
Comandatuba	SES		Comandatuba	2 DAFA's, 2 lagoas facultativas e 2 lagoas de maturação	Rio Doce

Fonte: Geohidro, 2010

Assim, em sendo os corpos hídricos o destino final de efluentes sanitários domésticos (desprovidos de tratamento), evidencia-se, sobremaneira, a fragilidade ambiental que caracteriza a região RDS 5. O **Quadro 7.6**, apresentado no final desse item, registra essa situação. Nos levantamentos de campo realizados nesta etapa dos trabalhos do PEMAPES, a intensa degradação dos rios e córregos urbanos, fartamente documentada em fotografias, evidencia-se nos inúmeros pontos de descarga dos esgotos brutos concentrados e é perceptível pelos odores desagradáveis que exalam.

No âmbito da RPGA do Leste, englobando as bacias hidrográficas dos Rios Cachoeira, Almada, Una, Santana e Doce, observa-se que, em variada proporção, 18 das 27 localidades avaliadas na RDS 5, utilizam-se de redes de coleta - mistas informais ou separadoras - para o afastamento de parcelas dos esgotos sanitários gerados pelas populações, contribuições estas que, ao final dos processos, são descartadas em diversos corpos hídricos, direta ou indiretamente, de acordo com o descrito nos parágrafos seguintes.

Nas cidades de Floresta Azul e Ibicaraí, os efluentes sanitários canalizados pelas redes coletoras que operam sob regime misto informal, as parcelas dispostas a céu aberto e as que são diretamente lançados, têm como corpos receptores: o Rio Salgado - tributário do Rio Cachoeira - e seus afluentes, o Riacho Ribeirão do Gavião, na situação de Floresta Azul e o Riacho Ribeirão do Meio, no caso de Ibicaraí.

Em Itaju do Colônia, os esgotos sanitários recolhidos pela rede separadora do SES são descartados no Rio Colônia, afluente do Rio Cachoeira, o mesmo corpo receptor das contribuições coletadas pela rede mista e das que são diretamente lançadas.

Na Sede Municipal de Itapé, tanto a parcela não tratada dos esgotos sanitários veiculados por rede mista informal como as contribuições brutas (as dispostas a céu aberto e as que são lançadas diretamente), são rejeitadas no Rio Cachoeira.

Em Jussari, as contribuições sanitárias conduzidas pela rede coletora que opera sob regime misto informal assim como as parcelas dispostas a céu aberto e as diretamente lançadas, têm como corpos receptores o Rio Piabanha, tributário do Rio Cachoeira, e seu afluente, o Rio Paraíba.

Já em Barro Preto, os efluentes incipientemente tratados no DAFA e as contribuições brutas, ambas concentradas pela rede mista informal, além dos *esgotos secundários* dispostos a céu aberto e lançados diretamente, são descartados no Riacho Boqueirão, tributário do Rio Jacaré, afluente do Rio Cachoeira.

Na Cidade de Itabuna, o Rio Cachoeira, já comprometido pelo lançamento dos efluentes de diversas cidades à montante, recebe, *in natura*, direta ou indiretamente, cerca de 2/3 dos esgotos gerados pela populosa cidade. Considerando o funcionamento irregular das estações elevatórias e a precariedade das unidades de tratamento, mesmo os setores urbanos cobertos pelos sistemas da EMASA, contribuem para esta situação.

Em Ilhéus, a incompleta cobertura dos serviços, a insatisfatória situação dos sistemas operados pela Embasa e a disposição espacial da mancha urbana, contribuem para que os rios Cachoeira, Santana e Itacanoeira, formadores do estuário que contorna a cidade, conjuntamente ao Rio Almada e ao próprio Oceano Atlântico, constituam os corpos receptores para os quais convergem, desprovidos de tratamento, cerca de 52% das contribuições sanitárias da cidade.

Na sede do Município de Almadina, as contribuições brutas veiculadas por rede mista informal e as que escoam a céu aberto têm como destino final o próprio Rio Almada e seu contribuinte, o Rio Pancadinha. Já em Coaraci, os esgotos sanitários conduzidos pela rede mista informal são descartados em um brejo, em uma lagoa, além do próprio Rio Almada e do seu afluente, o Rio Carniça.

De acordo com informações de campo, as unidades de tratamento (DAFAs) implantados pela Prefeitura Municipal de Itajuípe encontram-se inoperantes, estando os efluentes sendo remetidos a uma lagoa, ao Rio Almada e ao Riacho Cabeça Dantas, seu afluente. Registra-se que os referidos corpos hídricos ainda são corpos receptores dos *esgotos secundários* dispostos a céu aberto e das contribuições sanitárias lançadas diretamente.

Na Cidade de Uruçuca, os efluentes *in natura* conduzidos pela rede mista e diretamente lançados são remetidos ao Rio Água Preta (contribuinte do Rio Almada) e para seus afluentes, o Riacho Canguru e o Riacho Bate Papo, para onde segue também a reduzida parcela de *esgotos secundários* disposta a céu aberto. Observa-se nesta sede a existência de um DAFA que se encontra inoperante.

Em Una, os esgotos sanitários afastados pelas formas de manejo utilizadas - como sejam a rede mista informal, a rede separadora, os lançamentos diretos e a disposição a céu aberto - resultam sendo

despejados no rio homônimo a esta cidade. Já em Arataca, a rede mista, os veios de condução a céu aberto e os lançamentos diretos remetem esgotos brutos para o Rio Una e seu contribuinte o Rio do Meio.

Na Sede Municipal de São José da Vitória, o Rio Una, apresenta qualidade ambiental vulnerabilizada pelo lançamento de esgotos sanitários brutos, sejam estes canalizados por rede mista informal, diretamente lançados ou provenientes de descarte a céu aberto.

Com relação à Sede de Santa Luzia, as contribuições brutas veiculadas por rede mista informal e as parcelas que escoam a céu aberto ou que são diretamente lançadas possuem disposição final no Rio Matina e no Córrego Hermógenes, tributários do Rio São Pedro, afluente do Rio Una.

Na Cidade de Buerarema, os efluentes sanitários canalizados pela rede coletora que opera sob regime misto informal, as contribuições dispostas a céu aberto e as que são lançadas de forma direta, têm como corpos receptores o Rio Macuco, tributário do Rio Santana, e o Riacho Ribeirão Seco, seu afluente.

Na *Vila* de Comandatuba, as contribuições tratadas concentradas pelas linhas separadoras do SES são remetidas ao Rio Doce, que descarrega diretamente no Oceano Atlântico.

Sob o enfoque da Bacia Hidrográfica do Rio de Contas destacam-se quatro cidades estudadas na RDS 5, quais sejam Itapitanga, Ubaitaba, Aurelino Leal e Itacaré.

Em Itapitanga, os esgotos sanitários conduzidos pela rede mista informal são descartados em um brejo e em um canal, ambos convergentes ao Rio Ponta do Norte, e no Rio Ponta do Sul. Os referidos rios são contribuintes do Rio Gongogi, afluente do Rio de Contas.

Nas sedes municipais de Ubaitaba e de Aurelino Leal, tanto a parcela não tratada dos esgotos sanitários canalizados por rede mista informal e lançadas diretamente como as contribuições secundárias brutas dispostas a céu aberto, são descartadas no Rio de Contas, seja de forma direta ou através de seus afluentes, o Ribeirão do Ouro na situação de Ubaitaba e córregos urbanos diversos no caso de Aurelino Leal.

Já em Itacaré, as contribuições *in natura* diretamente lançadas e concentradas pela rede mista informal e os *esgotos secundários*, dispostos a céu aberto, são rejeitados no Rio de Contas, no mangue e no mar.

Do ponto de vista da condição ambiental dos solos urbanos e dos corpos hídricos, sob o enfoque da bacia do Rio Pardo evidenciam-se, além da cidade homônima, as situações de Pau Brasil, Camacan, Mascote e Canavieiras, de acordo com a descrição apresentada na sequência.

Em Pau Brasil, a rede mista e os veios de condução a céu aberto remetem esgotos brutos para o Rio Água Preta, contribuinte do Rio Pardo, destacando-se que este corpo hídrico recebe também contribuições que são lançadas de forma direta.

Na Cidade de Camacan, os esgotos sanitários recolhidos pela rede coletora do SLE são descartados no Riacho do Elias, enquanto os efluentes coletados pelas linhas separadoras do SES possuem o Rio Panelinha como corpo receptor. Já as contribuições coletadas pela rede mista, a parcela que escoam a céu aberto e as que são diretamente lançadas têm como destino final o Rio Panelinha e Rio Panelão, afluente do Rio Pardo.

Em Mascote, os efluentes brutos veiculados por rede mista informal e as contribuições que escoam a céu aberto, têm como destino final o Rio Pardo e seu afluente, o Córrego do Peixoto. Registra-se ainda um percentual de esgotos sanitários que é lançado de forma direta no Rio Pardo.

Na Sede Municipal de Canavieiras os efluentes tratados canalizados pela rede separadora do SES são dispostos no Rio Burundanga assim como as contribuições conduzidas pelo sistema misto são rejeitadas sem sofrer qualquer forma de tratamento neste referido rio, também afluente do Rio Pardo.

Na Cidade de Maraú, os esgotos *in natura* conduzidos por rede coletora sob regime misto informal e as parcelas dispostas a céu aberto, são despejadas no Rio Maraú e em riachos afluentes, o Santa Luzia e o Ribeirão do Pau Seco. Observa-se também um significativo percentual de efluentes sanitários sendo lançado diretamente no Rio Maraú (que deságua na Baía de Camamu).

Em toda a região, nas poucas localidades onde a Embasa exerce atuação sobre o esgotamento sanitário, a cobertura, além de parcial quanto à abrangência, é considerada ineficiente em termos operacionais. Apesar do exposto, pode-se afirmar que em Una, Ilhéus, Canavieiras, Comandatuba, Itaju do Colônia e Camacan, os sistemas de tratamento, compostos de DAFA's e lagoas de estabilização, mesmo que modestamente, auxiliam na preservação dos corpos receptores.

Conforme anteriormente abordado, na quase totalidade das sedes municipais da RDS 5 são as chamadas redes mistas informais que absolutamente prevalecem. Constituem essas a disposição alternativa preferencial adotada pelas administrações municipais visando o afastamento das águas urbanas indesejadas, sejam esgotos sanitários sejam águas pluviais. Em geral, convém registrar que as características, a finalidade funcional e a eficácia de redes mistas informais variam em função de determinados aspectos: dependem do grau de necessidade e da disposição geográfica dos setores atendidos, com relação ao contexto viário e hidrográfico urbano; da qualidade/adequabilidade dos estudos e análises prévias que as determinaram e da capacidade de atuação das administrações ou entidades públicas responsáveis pela gestão dos serviços correspondentes. Como, na maioria das situações, as linhas mistas informais são previstas sem observar adequados critérios técnicos e a gestão, quando existe, é insuficiente, evidencia-se a vulnerabilidade das disposições implantadas.

A propósito, interessa registrar que em glebas localizadas de algumas cidades da região foi identificada a presença de tramos de rede que, originalmente concebidos como sistemas separadores condominiais, inclusive seguidos por unidades de tratamento, hoje se encontram adulterados: operam como redes mistas e conduzem inadvertidamente águas pluviais, por ausência absoluta de controle e manutenção. Em consequência, em muitos casos, as tubulações, normalmente de reduzida bitola, não resistiram à sobrecarga e se desmantelaram.

Com o intuito de reduzir o impacto das descargas diretas das linhas dos sistemas informais nos corpos receptores, nas situações descritas no parágrafo anterior e também em outras, unidades de tratamento compactas foram previstas. Entretanto, na situação atual, os DAFA's e as demais estruturas implantadas encontram-se desativadas ou funcionando descontroladamente.

Além do sistema informal e das estruturas de drenagem, como meio de condução e descarte dos esgotos sanitários nos corpos receptores, as cidades da RDS 5 ainda lançam amiúde, através de tubos curtos, contribuições diretas nas calhas dos rios.

Um aspecto crítico a ressaltar na RDS 5 é que na sede de 22 dos municípios que a compõe, setores urbanos descartam esgotos a céu aberto, refletindo, além da insuficiência de infraestrutura adequada, a ausência de controle do uso do solo. Há situações em que os setores nessa condição contribuintes localizam-se tanto nas áreas centrais como nas periferias urbanas e os lançamentos acontecem em sarjetas e em valetas - nas vias não pavimentadas - ou nos fundos de lotes. Desta forma, as contribuições findam escoando para os baixios urbanos, por onde correm os cursos d'água.

No contexto, além do despejo de efluentes não tratados, conduzidos por redes coletoras e linhas de fluxo a céu aberto, os corpos hídricos da região recebem, via lançamento direto, contribuições sanitárias de 22 localidades.

Em síntese, pode-se afirmar que, além do solo urbano, rios, riachos, córregos, e várzeas inseridos nas bacias hidrográficas que suportam a RDS 5, como sejam: Contas, Almada, Colônia/Cachoeira, Santana, Una e Pardo encontram-se ameaçadas pela ausência ou insuficiência de sistemas adequados de esgotamento das contribuições sanitárias.

Para atenuar a situação diagnosticada, fato positivo é que em seis das 27 localidades, projetos técnicos encontram-se concluídos ou estão sendo elaborados por entidades governamentais no sentido da melhoria dos serviços. Em Santa Luzia, São José da Vitória, Camacan e Canavieiras quando da realização dos levantamentos de campo, as obras respectivamente correspondentes à implantação e à ampliação de sistemas de esgotamento sanitário encontravam-se em licitação. Ressalta-se que em todas as situações os estudos contemplam estações de tratamento dos efluentes o que reduzirá significativamente os riscos de contaminação: seja das camadas do subsolo, nas situações onde predominam fossas; seja dos corpos hídricos, nas localidades onde sarjetas, valetas e redes coletoras descartam esgotos *in natura*.

Na sequência, o **Quadro 7.6**, indicativo da disposição final dos efluentes sanitários gerados nas sedes municipais da região.

Quadro 7.6 – Disposição final dos esgotos sanitários urbanos – RDS 5

MUNICÍPIO	DISPOSIÇÃO FINAL				
	DISPOSIÇÃO OCEÂNICA	DISPOSIÇÃO FLUVIAL	DISPOSIÇÃO LACUSTRE	DISPOSIÇÃO DIRETA NO SOLO	
				EM BREJOS, BAIXIOS E VÁRZEAS	POR MEIO DE INFILTRAÇÃO EM FOSSA DE ABSORÇÃO OU SUMIDOURO
ALMADINA		●			●
ARATACA		●			●
AURELINO LEAL		●			●
BARRO PRETO		●			●
BUERAREMA		●			●
CAMACAN		●			
CANAVEIRAS		●			●
COARACI		●	●	●	●
FLORESTA AZUL		●			●
IBICARAÍ		●			●
ILHÉUS	●	●			●
ITABUNA		●			●
ITACARÉ	●	●			●
ITAJU DO COLÔNIA		●			●
ITAJUIPE		●	●		●
ITAPÉ		●			
ITAPITANGA		●		●	●
JUSSARI		●			
MARAÚ		●			●
MASCOTE		●			●
PAU BRASIL		●			●
SANTA LUZIA		●			●
SÃO JOSÉ DA VITÓRIA		●			●
UBAITABA		●			●
UNA		●			●
URUÇUCA		●			●

7.1.5 A situação sanitária das cidades de Ilhéus e Itabuna

A Cidade de Ilhéus, situada na *RPGA VII – Leste*, margeada pelo Oceano Atlântico e entrecortada por diversos corpos hídricos: Rio Cachoeira, Rio Santana e Rio Almada, apresenta relevo caracterizado, de forma geral, por inclinações suaves a elevadas.

Ratificando seu destaque no conjunto das cidades baianas em face do seu porte populacional e da sua relevância econômica, em Ilhéus o atendimento por redes separadoras de esgotamento sanitário é significativo. No contexto, observa-se a existência de três sistemas localizados e três subsistemas de esgotamento sanitário, geridos pela Embasa.

Os referidos sistemas cobrem 60% do total da área urbana e atendem a uma população de cerca de 114.000 habitantes. Neles, a tarifação praticada corresponde a 80% para rede dos SESs e 45% para rede dos SLEs do valor cobrado pelos serviços de abastecimento de água.

Não obstante, os problemas encontrados são vultosos e desproporcionais. De acordo com informações da empresa concessionária, a incompletude das ligações domiciliares faz com que apenas 48% das contribuições sejam remetidas ao sistema.

Em decorrência, parte significativa dos esgotos coletados é descartada nas estruturas de drenagem e as precárias *captações de tempo seco*, instaladas ao longo da orla oceânica, operam de forma inadequada, remetendo conjuntamente efluentes sanitários e águas pluviais em proporções não controladas à estação de tratamento que, por sua vez, apresenta condições insatisfatórias de operação e manutenção.

Quando não absorvidas por fossas, as contribuições sanitárias dos demais setores urbanos de Ilhéus são descartadas sem tratamento nas estruturas da microdrenagem pluvial que convergem para os estuários do Rio Almada e do Rio Cachoeira.

Sendo assim, denota-se que em Ilhéus parte dos esgotos domésticos termina por ser descartada *in natura* nos diversos corpos hídricos que margeiam ou entrecortam a cidade, fato que, além do lançamento direto (este praticado em escala reduzida), representa, no conjunto do manejo das contribuições sanitárias da cidade, uma situação marcante de dano da condição ambiental.

Em Itabuna, a situação sanitária é preocupante. Sob os encargos da empresa municipal EMASA os insuficientes serviços de esgotamento sanitário prestados não correspondem à elementar expectativa e o sucateamento das estruturas implantadas é flagrante. Na importante cidade, quatro são as situações básicas que caracterizam a precária situação do manejo das contribuições sanitárias: apenas cerca de 17% da mancha urbana, correspondentes a setores situados em ambas as margens do Rio Cachoeira, contam com rede coletora convencional que, sob *regime separador absoluto*, remete as contribuições correspondentes para uma ETE, constituída de lagoas de estabilização absolutamente sucateadas, através estações elevatórias que operam de forma precária e descontinuada; aproximadamente 48% da cidade, situados em áreas não contíguas utilizam o sistema misto como forma de manejo dos esgotos. Em alguns casos são servidos por tramos de rede separadora que, alternando linhas convencionais com linhas condominiais bastante adulteradas, convergem os esgotos coletados para digestores compactos quando não descartam as contribuições *in natura* nos canais da macrodrenagem, em face da deficiente manutenção que recebem; ou ainda em condição de sistema misto informal, lançam os esgotos no sistema de microdrenagem e, sem qualquer forma de tratamento, descartam os esgotos de forma difusa nos canais; completando o quadro, registra-se que cerca de 30% da mancha urbana de Itabuna são atendidos por fossas sépticas ou de absorção direta e que aproximadamente 15% da área urbana lança os *esgotos secundários* a céu aberto, sejam nas sarjetas da rua ou nos fundos dos quintais dos lotes urbanos.

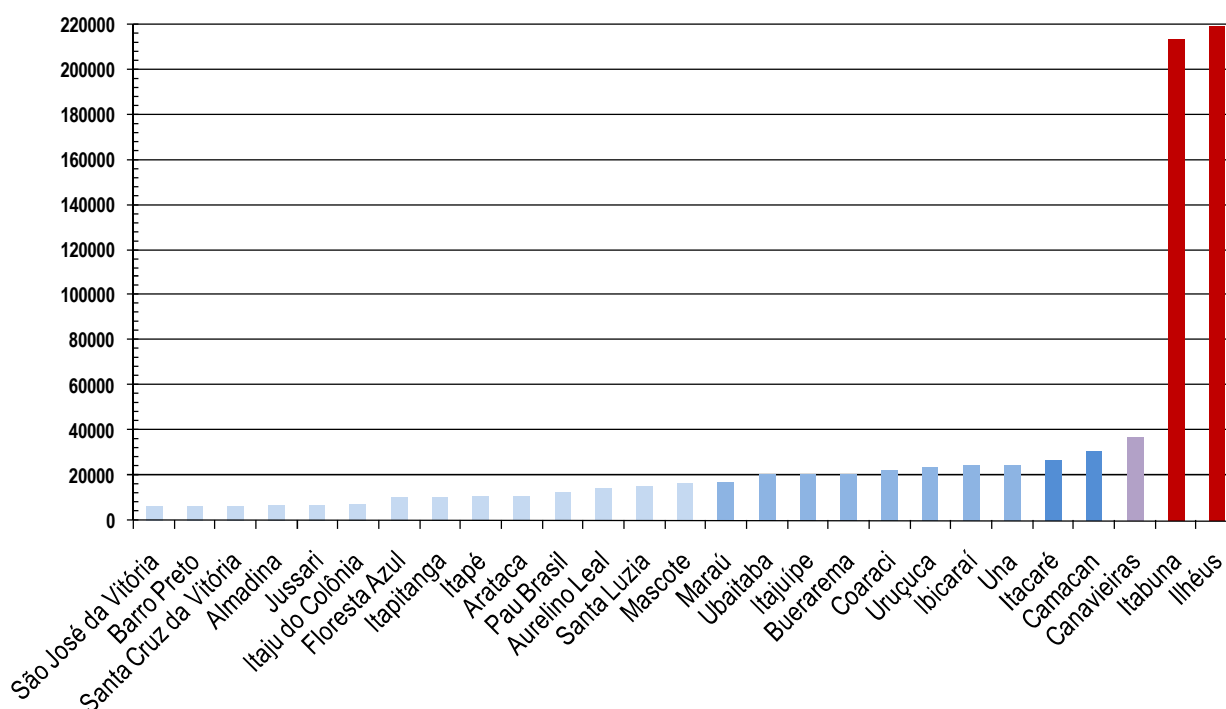
8. LEVANTAMENTO DA REDE SOCIAL DOS MUNICÍPIOS DA RDS 5

8.1 PERFIL DAS ORGANIZAÇÕES

A RDS 5 - Litoral Sul é composta por 26 municípios e população total de 843.418 habitantes (*IBGE - estimativa de população 2009*), sendo que mais de 50% da sua população está concentrada em apenas dois municípios: Ilhéus e Itabuna. Podemos distribuir os municípios em quatro faixas de população distintas, conforme apresentado no **Gráfico 8.1**.

A primeira abrange 15 municípios com menos de 20.000 habitantes – São José da Vitória, Barro Preto, Santa Cruz da Vitória, Almadina, Jussari, Itaju do Colônia, Floresta Azul, Itapitanga, Itapé, Arataca, Pau Brasil, Aurelino Leal, Santa Luzia, Mascote e Maraú. Esta faixa representa 18,8% da população de toda RDS. A segunda faixa é formada por oito municípios que possuem de 20.000 a 30.000 habitantes – Ubaitaba, Itajuípe, Buerarema, Coaraci, Uruçuca, Ibicaraí, Una e Itacaré, compondo 21,8% do total populacional da RDS 5. Os municípios de Camacan e Canavieiras representam 8,1% e compõem a terceira faixa, entre 30.000 e 40.000 habitantes. Itabuna e Ilhéus, com, respectivamente 213.656 e 219.266 habitantes, representam 51,3% do total populacional da RDS Litoral Sul.

Gráfico 8.1 - Municípios por número de habitantes - RDS 5



A equipe do PEMAPES mapeou um total de 286 organizações da rede social com atuação representativa ou afim aos objetivos do Plano Estadual. O **Quadro 8.1** seguinte apresenta os quantitativos das organizações mapeadas na região, por município, setor e tipo.

Quadro 8.1 – Organizações municipais mapeadas por setor e tipo – RDS 5

MUNICÍPIOS	RDS 05 - LITORAL SUL - ORGANIZAÇÕES MAPEADAS POR SETOR E TIPO																TOTAL
	GOVERNAMENTAL							SOCIAL						EMPRESARIAL	COMUNICAÇÃO	INTERSETORIAL	
	EXECUTIVO MUNICIPAL						OUTROS										
	SMMA	SME	SMI	SMS	SMAS			AACS	AM	AP	ONG	STR	OUTROS				
Almadina	x	x		SMS	x	SMEs						Movimento Popular			Conselho Municipal de Educação	8	
				PSF													
Arataca	x	x		SMS	x	EMBASA									Conselho Municipal de Educação	8	
				PSF											Conselho Municipal de Saúde		
Aurelino Leal	x		x	SMS	SMAS	EMBASA	x					Sind. Serv. Públicos				10	
				PACS													
				VS													CRAS
Barro Preto		x	x	x	x	SAAE		x	2			Coop. Catadores			Conselho Municipal de Meio Ambiente	11	
															Conselho Municipal de Saúde		
Buerarema		x		x	x			x		x					Conselho Municipal de Educação	6	
Camacan	x	x	x	x	x	EMBASA	x			x					Conselho Municipal do Meio Ambiente	11	
															Consórcio Municipal de Educação Ambiental		
															Conselho Municipal de Educação		
Canavieiras	x	x		x	x	SMT	EMBASA	x	x		x		Col. Pescadores	CDL	Rádio Comunitária	Conselho Municipal de Educação	16
													Sind. Serv. Públicos			Conselho Municipal de Meio Ambiente	
																Conselho Municipal de Saúde	

Quadro 8.1 – Organizações municipais mapeadas por setor e tipo - RDS 5 – Continuação

MUNICÍPIOS	RDS 05 - LITORAL SUL - ORGANIZAÇÕES MAPEADAS POR SETOR E TIPO																TOTAL
	GOVERNAMENTAL						SOCIAL						EMPRESARIAL	COMUNICAÇÃO	INTERSETORIAL		
	EXECUTIVO MUNICIPAL					OUTROS											
	SMMA	SME	SMI	SMS	SMAS		AACS	AM	AP	ONG	STR	OUTROS					
Coaraci	x	x		x	x	SMAAd	CEPLAC	x			2		Assoc. Apoio Ribeirinhos			Conselho Municipal da Criança e do Adolescente	15
						Con. Tutelar							Loja Maçônica			Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente	
																Conselho Municipal de Saúde	
Floresta Azul	x	x			x	SMAAd							APLB			Conselho Municipal de Educação	6
Ibicaraí	x	x		x	x	Con. Tutelar					x		Coop. Catadores			Conselho Municipal de Assistência Social	10
														Conselho Municipal de Educação			
														Conselho Municipal de Meio Ambiente			
Ilhéus	x	x		x	x	PGM	EMBASA		2		3		UNCME	CDL	Rádio AM	Conselho de Defesa do Meio Ambiente	21
							IBAMA									Conselho Municipal de Educação	
						VSA	UESC								Jornal	Conselho Municipal de Saúde	
Itabuna	x	x	x	x	x	EMASA		2	2					Associação Comercial e Empresarial	Rádio AM	Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Sustentável	18
																Conselho Municipal de Meio Ambiente	
														FTC	Jornal	Conselho Municipal de Saúde de Itabuna	
Itacaré	x	x		SMS	x		CEPLAC									Conselho Municipal de Assistência Social	7
				PSF													

Quadro 8.1 – Organizações municipais mapeadas por setor e tipo - RDS 5 – Continuação

MUNICÍPIOS	RDS 05 - LITORAL SUL - ORGANIZAÇÕES MAPEADAS POR SETOR E TIPO															TOTAL	
	GOVERNAMENTAL						SOCIAL							EMPRESARIAL	COMUNICAÇÃO		INTERSETORIAL
	EXECUTIVO MUNICIPAL					OUTROS											
	SMMA	SME	SMI	SMS	SMAS			AACS	AM	AP	ONG	STR	OUTROS				
Itaju do Colônia	x	x		x	x		EMBASA	x	2							Conselho Municipal de Saúde	9
Itajuípe		x	x	x	x	SAAE					x		Loja Maçônica	Associação Comercial e Empresarial		Conselho Municipal de Assistência Social	12
	Ent Filantrópica												Conselho Municipal de Saúde				
													Conselho Municipal de Meio Ambiente				
Itapé	x	x		SMS	x	SMAAd							Grupo de Idosos			Comitê de Bacias Hidrográficas do Leste	10
				PACS		Con. Tutelar										Conselho Municipal de Assistência Social	
Itapitanga		x		x	x			x	x	x						Conselho Municipal de Assistência Social	9
																Conselho Municipal de Educação	
																Conselho Municipal de Saúde	
Jussari	x	x		x	x	SAAE		x	x	x	x		Sind. Serv. Públicos		Rádio Comunitária	Conselho Municipal de Educação	13
																Conselho Municipal de Saúde	
Maraú	x		x	x				x	x			x	Assoc. de Mulheres			Conselho Municipal do Meio Ambiente	9
													Col. Pescadores				
Mascote	SMMA	x		SMS			EMBASA				2		Coop. Catadores			Conselho Municipal de Saúde	11
	SMA			PSF												Conselho Municipal de Educação	

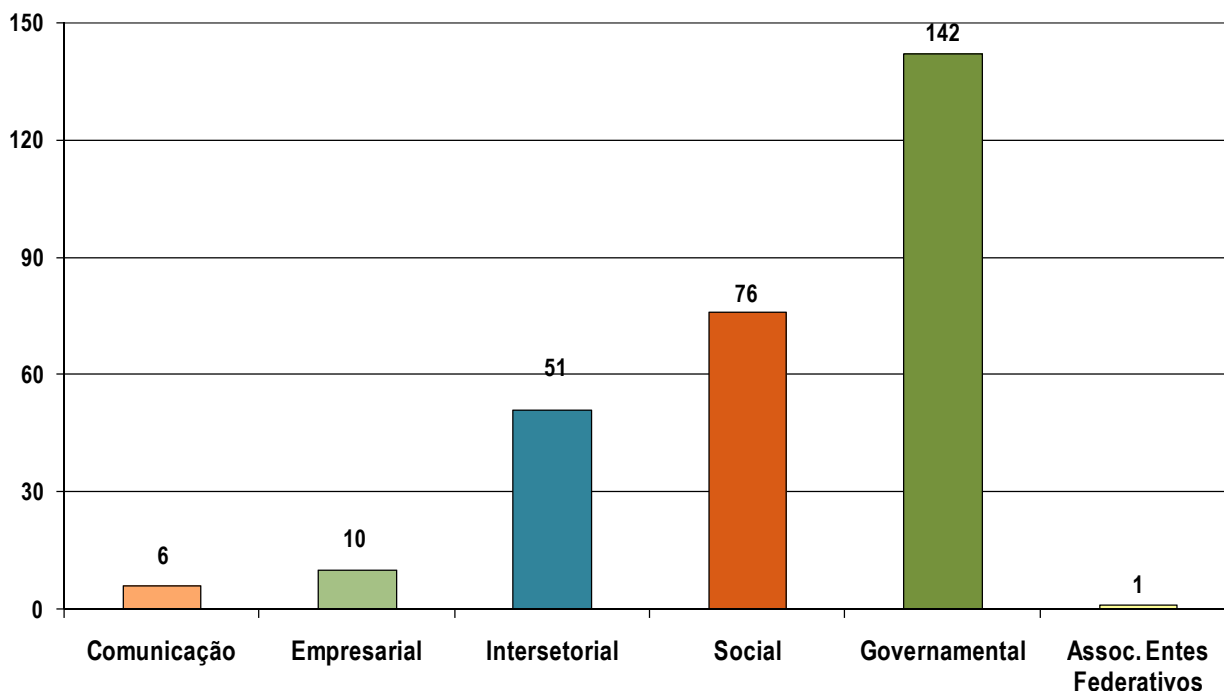
Quadro 8.1 – Organizações municipais mapeadas por setor e tipo - RDS 5 – Continuação

MUNICÍPIOS	RDS 05 - LITORAL SUL - ORGANIZAÇÕES MAPEADAS POR SETOR E TIPO															TOTAL	
	GOVERNAMENTAL							SOCIAL						EMPRESARIAL	COMUNICAÇÃO		INTERSETORIAL
	EXECUTIVO MUNICIPAL						OUTROS										
	SMMA	SME	SMI	SMS	SMAS			AACS	AM	AP	ONG	STR	OUTROS				
Pau Brasil	x	x		x	x		EMBASA	x	x	x	x					Conselho Municipal de Educação	12
															Conselho Municipal de Meio Ambiente		
															Conselho Municipal de Saúde		
Santa Luzia	x	x			x		EMBASA	x						Assoc. de Feirantes		Conselho Municipal de Educação	9
													CDL		Conselho Municipal de Saúde		
São José da Vitória	x	x		x			EMBASA	x					Assoc. Esportiva	Assoc. Comercial		Conselho Municipal de Educação	9
															Conselho Municipal de Saúde		
Ubaitaba	x	x		x	x		DIRES	x	x	x			Rotary Clube			Conselho Municipal de Educação	11
							EMBASA										
Una	SMMA	x		x	x		EMBASA	x	3	x			Assoc. de Turismo	CDL		Conselho Municipal de Educação	15
	SMA															Conselho Municipal de Meio Ambiente	
Uruçuca		x	x	x	x	SDE	EMBASA	x	x					CDL		Conselho Municipal de Saúde	10
Total por tipo	23	24	7	31	24	15	18	18	18	6	13	1	20	10	6	51	286
Total por Setor	142							76									
Percentual por Setor	49,7%							26,6%						3,5%	2,1%	17,8%	100,0%

8.1.2 Perfil por setor e tipo

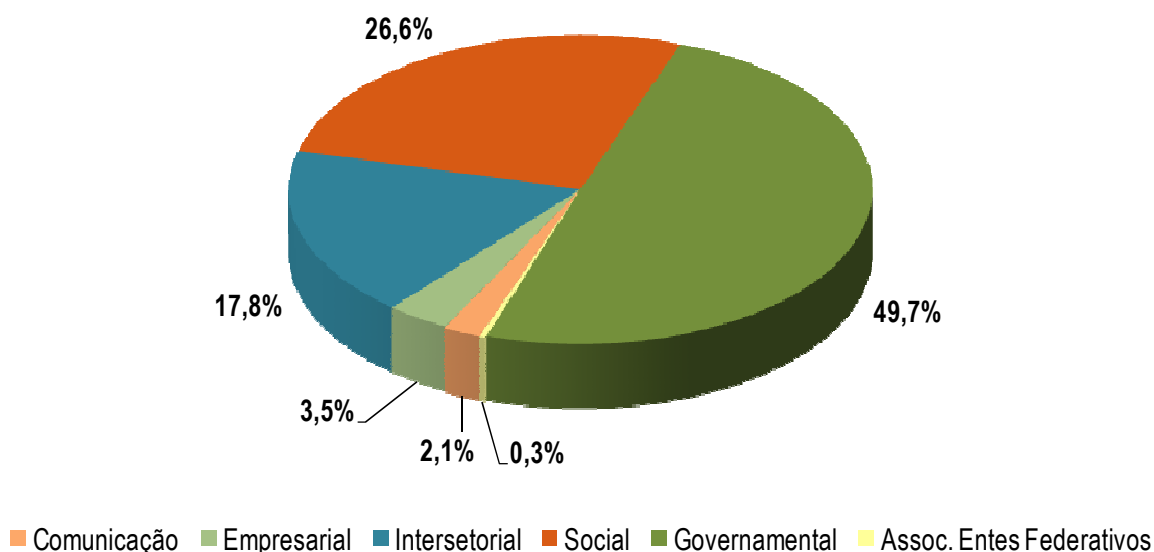
O mapeamento da rede social compreendeu um total de 286 organizações identificadas pela equipe técnica PEMAPES, nos 26 municípios da RDS Litoral Sul. Os setores governamental e social registram os maiores quantitativos de organizações mapeadas, como demonstra o gráfico abaixo.

Gráfico 8.2 - Quantitativo de organizações mapeadas, por setor - RDS 5



A concentração de 48,4% das organizações no setor governamental no levantamento elaborado pela equipe técnica do PEMAPES é consequência direta da estratégia adotada para a realização do trabalho de campo. Esta consiste na busca do apoio das prefeituras municipais para o levantamento de seus dados. A segunda maior concentração está no setor social, 26,5%, refletindo o foco da equipe técnica em buscar e identificar as instituições da sociedade civil organizada da região. Este foco também é evidenciado por 17,4% de organizações intersetoriais no total mapeado nesta RDS.

Gráfico 8.3 - Percentual das organizações da rede social mapeada, por setor - RDS 5



▪ **Setor governamental**

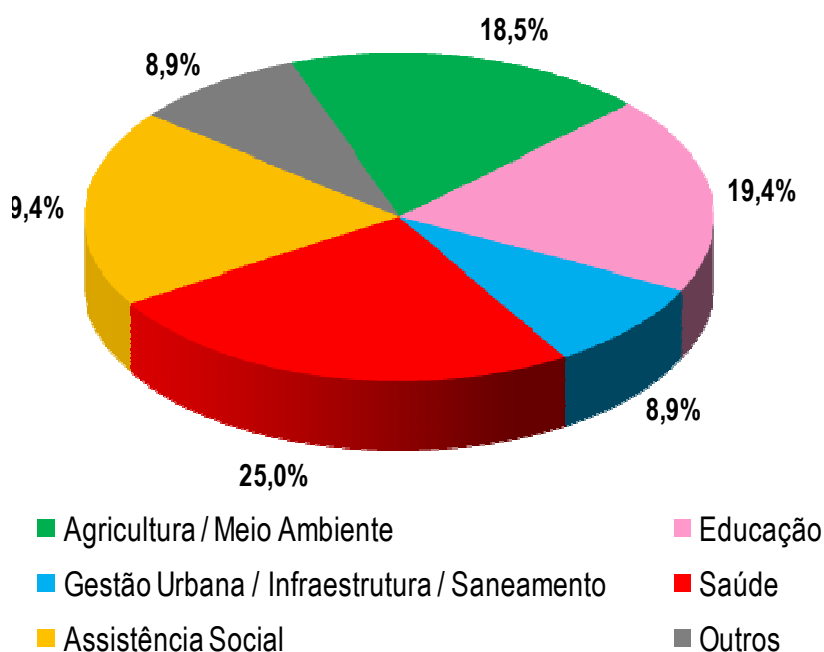
As 142 organizações do setor governamental mapeadas na RDS 5 apresentam a seguinte distribuição quantitativa por tipo:

Quadro 8.2 - Organizações do setor governamental segundo o tipo da organização - RDS 5

PODER PÚBLICO	ENTE DA FEDERAÇÃO	TIPO DE ORGANIZAÇÃO	Nº
Executivo	Municipal	Administração direta – Secretarias Municipais e outros órgãos	115
Executivo	Municipal	Administração indireta – Autarquia de serviços públicos de saneamento e Empresa municipal de Saneamento e Conselho Tutelar	9
Executivo	Estadual/Federal	Administração indireta – Sociedade de economia mista e Autarquia	15
Executivo	Estadual/Federal	Administração Direta: Comissão e Diretorias Regionais	3
TOTAL			142

As organizações do Executivo Municipal constituem 81% do total de organizações do setor governamental mapeadas na RDS 5 e que exercem as seguintes atribuições afins ao PEMAPES:

Gráfico 8.4 - Organizações do executivo municipal, segundo atribuição afim ao PEMAPES - RDS 5



Quadro 8.3 - Organizações do setor governamental municipal segundo atribuição afim ao PEMAPES - RDS 5

MUNICÍPIO	ORGANIZAÇÃO
Almadina	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
Arataca	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
Aurelino Leal	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
Camacan	Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Econômico
Canavieiras	Assessoria em Ações do Meio Ambiente - AMA
Coaraci	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
Floresta Azul	Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Ibicaraí	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
Ilhéus	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
Itabuna	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
Itacaré	Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Pesca
Itaju do Colônia	Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente
Itapé	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
Jussari	Secretaria Municipal de Agricultura
Maraú	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Pesca
Mascote	Secretaria Municipal de Agricultura
Mascote	Secretaria Municipal do Meio Ambiente
Pau Brasil	Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo
Santa Luzia	Secretaria Municipal de Agricultura
São José da Vitória	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
Ubaitaba	Secretaria Municipal do Meio Ambiente
Una	Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio
Una	Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente
Agricultura / Meio Ambiente = 23	
Aurelino Leal	Secretaria Municipal de Obras
Barro Preto	SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto
Barro Preto	Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças
Camacan	Secretaria Municipal de Infra-Estrutura
Itabuna	Empresa Municipal de Água e Saneamento Ambiental - EMASA
Itabuna	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano
Itajuípe	Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente
Itajuípe	Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE
Jussari	SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto
Maraú	Secretaria Municipal de Infraestrutura
Uruçuca	Secretaria Municipal de Infraestrutura
Gestão Urbana / Infraestrutura / Saneamento = 11	

Quadro 8.3 - Organizações do setor governamental municipal segundo atribuição afim ao PEMAPES - RDS 5.
Continuação

MUNICÍPIO	ORGANIZAÇÃO
Almadina	Secretaria Municipal de Educação
Arataca	Secretaria Municipal de Educação, Esportes, Cultura, Lazer e Turismo
Barro Preto	Secretaria Municipal de Educação
Buerarema	Secretaria Municipal de Educação
Camacan	Secretaria Municipal de Educação
Canavieiras	Secretaria Municipal de Educação
Coaraci	Secretaria Municipal de Educação
Floresta Azul	Secretaria Municipal de Educação
Ibicaraí	Secretaria Municipal de Educação
Ilhéus	Secretaria Municipal de Educação
Itabuna	Secretaria Municipal de Educação
Itacaré	Secretaria Municipal de Educação
Itaju do Colônia	Secretaria Municipal de Educação e Cultura
Itajuípe	Secretaria Municipal de Educação
Itapé	Secretaria Municipal de Educação
Itapitanga	Secretaria Municipal de Educação
Jussari	Secretaria Municipal de Educação
Mascote	Secretaria Municipal de Educação
Pau Brasil	Secretaria Municipal de Educação
Santa Luzia	Secretaria Municipal de Educação
São José da Vitória	Secretaria Municipal da Educação
Ubaitaba	Secretaria Municipal de Educação
Una	Secretaria Municipal de Educação
Uruçuca	Secretaria Municipal de Educação
Educação = 24	

Quadro 8.3 - Organizações do setor governamental municipal segundo atribuição afim ao PEMAPES - RDS 5.
Continuação

MUNICÍPIO	ORGANIZAÇÃO
Almadina	Programa de Saúde da Família
Almadina	Secretaria Municipal de Saúde
Arataca	Programa Saúde da Família
Arataca	Secretaria Municipal de Saúde
Aurelino Leal	Programa dos Agentes Comunitários de Saúde
Aurelino Leal	Secretaria Municipal de Saúde
Aurelino Leal	Vigilância Sanitária
Barro Preto	Secretaria Municipal de Saúde
Buerarema	Secretaria Municipal de Saúde
Camacan	Secretaria Municipal de Saúde
Canavieiras	Secretaria Municipal de Saúde
Coaraci	Secretaria Municipal de Saúde
Ibicarai	Secretaria Municipal de Saúde
Ilhéus	Secretaria Municipal de Saúde
Itabuna	Secretaria Municipal de Saúde
Itacaré	Programa Saúde da Família
Itacaré	Secretaria Municipal de Saúde
Itaju do Colônia	Secretaria Municipal de Saúde
Itajuípe	Secretaria de Saúde
Itapé	Programa de Agentes Comunitários de Saúde
Itapé	Secretaria Municipal de Saúde
Itapitanga	Secretaria Municipal de Saúde
Jussari	Secretaria Municipal de Saúde
Maraú	Secretaria Municipal de Saúde
Mascote	Programa Saúde da Família
Mascote	Secretaria Municipal de Saúde
Pau Brasil	Secretaria Municipal de Saúde
São José da Vitória	Secretaria Municipal de Saúde
Ubaitaba	Secretaria Municipal de Saúde
Una	Secretaria Municipal de Saúde
Uruçuca	Secretaria Municipal de Saúde
Saúde = 31	

Quadro 8.3 - Organizações do setor governamental municipal segundo atribuição afim ao PEMAPES - RDS 5.
Continuação

MUNICÍPIO	ORGANIZAÇÃO
Almadina	Secretaria Municipal de Assistência Social
Arataca	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social
Aurelino Leal	Centro de Referência de Assistência Social - CRAS
Aurelino Leal	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social
Barro Preto	Secretaria Municipal de Assistência Social
Buerarema	Secretaria Municipal de Assistência Social
Camacan	Secretaria Municipal de Assistência Social
Canavieiras	Secretaria do Bem-Estar Social
Coaraci	Secretaria Municipal de Assistência Social
Floresta Azul	Secretaria Municipal de Assistência Social
Ibicaraí	Secretaria Municipal de Assistência Social
Ilhéus	Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho
Itabuna	Secretaria Municipal de Assistência Social
Itacaré	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social
Itaju do Colônia	Secretaria Municipal de Assistência Social
Itajuípe	Secretaria de Desenvolvimento Social
Itapé	Secretaria Municipal de Assistência Social
Itapitanga	Secretaria Municipal de Assistência Social
Jussari	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social
Pau Brasil	Secretaria Municipal de Assistência Social
Santa Luzia	Secretaria Municipal de Assistência Social
Ubaitaba	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social
Una	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social
Uruçuca	Secretaria Municipal de Assistência Social
Assistência Social = 24	
MUNICÍPIO	ORGANIZAÇÃO
Floresta Azul	Secretaria Municipal de Administração
Itapé	Secretaria Municipal de Administração
Almadina	Secretaria Municipal de Esportes
Canavieiras	Secretaria Municipal de Turismo e Esporte
Coaraci	Conselho Tutelar
Coaraci	Secretaria de Planejamento, Ciências e Tecnologia
Ibicaraí	Conselho Tutelar
Ilhéus	Procuradoria Geral do Município
Ilhéus	Vigilância em Saúde Ambiental
Itapé	Conselho Tutelar
Uruçuca	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
Outros = 11	

Além das organizações do Executivo Municipal, foram também mapeadas pela equipe técnica PEMAPES as seguintes organizações do Executivo Estadual e Federal.

Quadro 8.4 Outras organizações do setor governamental mapeadas, por município, de esfera Estadual – RDS 5

ESFERA	MUNICÍPIO	ORGANIZAÇÃO
Executivo Estadual	Arataca	EMBASA - Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A.
Executivo Estadual	Aurelino Leal	EMBASA - Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A.
Executivo Estadual	Camacan	EMBASA - Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A.
Executivo Estadual	Canavieiras	EMBASA - Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A.
Executivo Estadual	Ilhéus	EMBASA - Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A.
Executivo Estadual	Ilhéus	UESC (Universidade Estadual de Santa Cruz) - Mestrado de Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente
Executivo Estadual	Itaju do Colônia	EMBASA - Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A.
Executivo Estadual	Mascote	EMBASA - Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A.
Executivo Estadual	Pau Brasil	EMBASA - Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A.
Executivo Estadual	Santa Luzia	EMBASA - Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A.
Executivo Estadual	São José da Vitória	EMBASA - Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A.
Executivo Estadual	Ubaitaba	7ª DIRES - Diretoria Regional de Saúde
Executivo Estadual	Ubaitaba	EMBASA - Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A.
Executivo Estadual	Una	EMBASA - Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A.
Executivo Estadual	Uruçuca	EMBASA - Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A.
Executivo Federal	Coaraci	CEPLAC - Comissão Executiva do Plano de Lavoura Cacaueira
Executivo Federal	Ilhéus	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais - IBAMA
Executivo Federal	Itacaré	CEPLAC - Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira

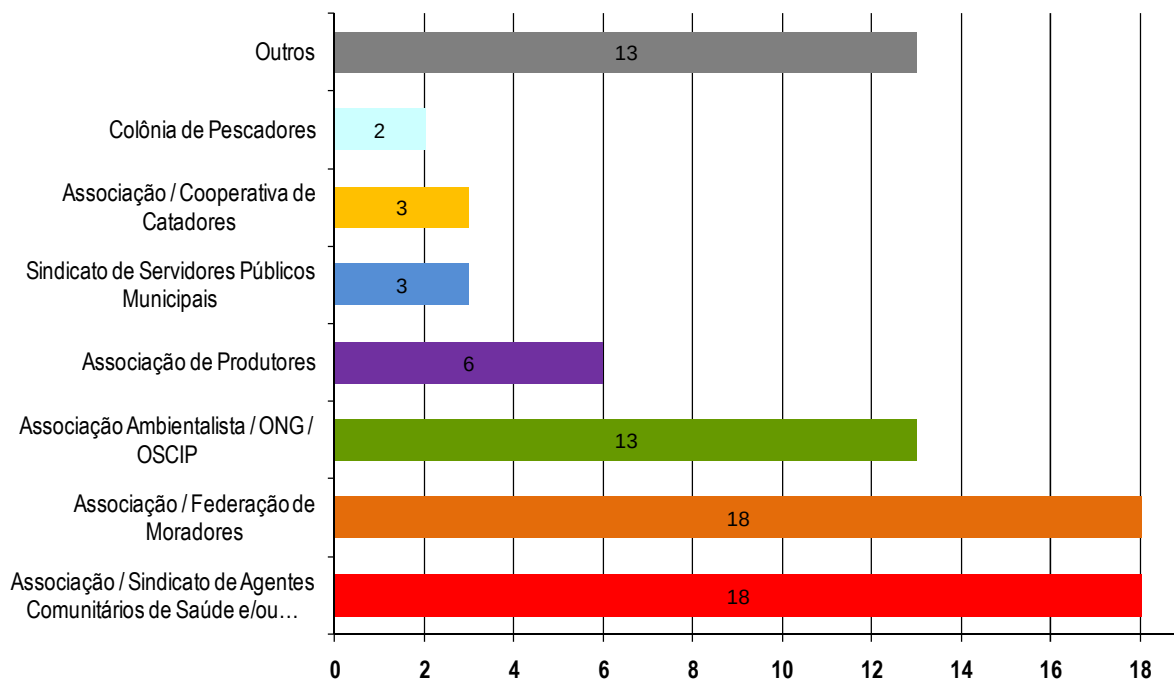
▪ Associação entre entes federativos

A equipe técnica mapeou, no município de Itabuna, a AMURC - Associação dos Municípios do Sul, Extremo Sul e do Sudoeste da Bahia, composta por 30 municípios. Os prefeitos-membros da AMURC discutem a criação de um consórcio público intermunicipal no Território Litoral Sul que, entre outras questões, deverá abranger a gestão dos resíduos sólidos. Este tipo diferenciado de organização, que se caracteriza pela associação entre entes federativos é de relevante importância para o processo de elaboração do PEMAPES, em virtude da sua composição, finalidade e abrangência regional.

▪ Setor social

As organizações do setor social constituem 26,6% do total de organizações mapeadas na RDS 5. Representam diferentes tipos de atuação da sociedade civil organizada nas redes sociais municipais e/ou regional.

Gráfico 8.5 – Quantitativo de organizações sociais mapeadas por tipo – RDS 5



No perfil das organizações sociais mapeadas na RDS 5, o tipo Associação / Sindicato de Agentes Comunitários de Saúde e/ou Endemias representa 23,7% ou 18 do total social da RDS 5 e foram identificados nos municípios de Aurelino Leal, Barro Preto, Buerarema, Camacan, Canavieiras, Coaraci, Itabuna (2 - Sindicato Municipal e sede da Federação Baiana), Itaju do Colônia, Itapitanga, Jussari, Maraú, Pau Brasil, Santa Luzia, São José da Vitória, Ubaitaba, Una e Uruçuca. Os agentes orientam as comunidades urbanas e rurais destes municípios na prevenção de doenças, principalmente às decorrentes das carências de saneamento e salubridade ambiental.

Com o mesmo número de registros (18) o tipo Associação / Federação de Moradores representa os mesmos 23,7% das organizações sociais mapeadas e foram identificadas em Barro Preto (2), Canavieiras, Ilhéus (2), Itabuna (2), Itaju do Colônia (2), Itapitanga, Jussari, Maraú, Pau Brasil, Ubaitaba, Una (3) e Uruçuca.

Associação Ambientalista / ONG / OSCIP foi o terceiro tipo mais representado, com 13 ou 17,1% dos registros sociais, e foi identificado nos municípios de Camacan, Canavieiras, Coaraci (2), Ibicarai, Ilhéus (3), Itajuípe, Jussari, Mascote (2) e Pau Brasil.

Com o quarto maior índice (7,9%), foram registradas seis Associações de Produtores na RDS 5 – Litoral Sul nos municípios de Buerarema, Itapitanga, Jussari, Pau Brasil, Ubaitaba e Una.

Com o índice de 3,9% ou três, foram identificados os tipos Sindicato de Servidores Públicos Municipais (registrados em Aurelino Leal, Canavieiras e Jussari) e Associação / Cooperativa de Catadores (registrados em Barro Preto, Ibicarai e Mascote).

Foram cadastradas ainda, na RDS 5 - Litoral Sul, Colônia de Pescadores em Canavieiras e Maraú, a Associação dos Sem Tetos de Almadina, Associação de Apoio aos Ribeirinhos da Bacia do Rio Almada e Loja Maçônica Filhos da Acácia em Coaraci, Associação dos Professores Licenciados da Bahia em Floresta Azul, União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação em Ilhéus, Loja Maçônica Acácia do Sul e Fundação Lourdes Lucas em Itajuípe, Grupo Acreditar em Itapé, Associação de Mulheres e

Afrodescendentes de Maraú, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Maraú, Associação Municipal de Máster São José em São José da Vitória, Rotary Clube de Ubaitaba e Associação Juvenil de Ações Turísticas em Una.

O quadro seguinte apresenta as 76 organizações sociais mapeadas pela equipe técnica PEMAPES na RDS 5 – Litoral Sul, discriminadas por tipo e município.

Quadro 8.5 - Organizações sociais por tipo e município – RDS 5

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO
Aurelino Leal	Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde e Combate a Endemias - SINDIACS (Sub-sede municipal)
Barro Preto	SINDIACS - Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde e Endemias/ Diretoria Regional - Sub-sede municipal
Buerarema	Associação Bueraremensense de Agentes Comunitários de Saúde - ABACS
Camacan	Associação dos Agentes Comunitários de Saúde de Camacan
Canavieiras	Associação dos Agentes Comunitários de Canavieiras - AASCAN
Coaraci	Associação Coaraciense de Agentes Comunitários de Saúde
Itabuna	Federação Baiana dos Agentes Comunitários de Saúde e Endemias - FEBACS
Itabuna	SINDIACS - Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde e Endemias de Itabuna
Itaju do Colônia	Associação dos Agentes Comunitários de Saúde
Itapitanga	Associação dos Agentes Comunitários de Saúde
Jussari	Associação dos Agentes Comunitários de Saúde
Maraú	Associação dos Agentes Comunitários de Saúde de Maraú
Pau Brasil	Associação dos Agentes Comunitários de Saúde
Santa Luzia	Associação dos Agentes Comunitários de Saúde
São José da Vitória	Associação São Joseense dos Agentes Comunitários de Saúde
Ubaitaba	Associação dos Agentes Comunitários de Saúde
Una	Associação dos Agentes Comunitários de Saúde e Endemias
Uruçuca	Sub-sede do SINDIACS de Uruçuca
Associação / Sindicato de Agentes Comunitários de Saúde e/ou Endemias = 18	
Buerarema	Associação de Pequenos Produtores Agrícolas
Itapitanga	Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Vale do Poço da Caça
Jussari	ASPLEJ - Associação dos Pequenos Criadores de Gado Leiteiro
Pau Brasil	Associação de Desenvolvimento Comunitário da Região das Pratas
Ubaitaba	Associação dos Pequenos Produtores da Comunidade dos Melos
Una	Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Queimada Grande e Jacão
Associação de Produtores = 6	

Quadro 8.5 - Organizações sociais por tipo e município – RDS 5. Continuação

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO
Barro Preto	Associação das Mulheres do Bairro Luiz Borel
Barro Preto	Associação de Mulheres do Bairro Cherubim
Canavieiras	Associação de Moradores dos Bairros São Sebastião e Tancredão - AMBAST
Ilhéus	Associação de Moradores do Bairro do Basílio - AMOB
Ilhéus	Federação das Associações de Moradores de Ilhéus - FAMI
Itabuna	Associação de Moradores do Bairro Novo Jaçanã - AMONJA
Itabuna	Associação dos Moradores do Bairro Jardim Primavera
Itaju do Colônia	Associação Beneficente do Bairro Parque dos Rios
Itaju do Colônia	Associação de Moradores do Parque dos Rios
Itapitanga	Associação Comunitária dos Moradores de Itapitanga
Jussari	Associação dos Moradores do Bairro Leonel Batista
Maraú	AMBI - Associação dos Moradores do Bairro Independência
Pau Brasil	Associação de Moradores Unidos do Morro
Ubaitaba	AMAR - Associação de Moradores do Bairro Armandão
Una	Associação Beneficente de Colônia de Una - ABC (Distrito)
Una	Associação de Moradores de Comandatuba
Una	Associação dos Parceleiros Conjunto Guanabara
Uruçuca	Associação Comunitária do Município de Uruçuca
Associação / Federação de Moradores = 18	
Camacan	Instituto Uiraçu
Canavieiras	Instituto de Proteção de Ambientes Litorâneos da Mata Atlântica - ECOTUBA
Coaraci	Centro Dona Xepa Fim de Feira Alimento uma Família
Coaraci	Instituto Viver da Mata
Ibicaraí	ONG Casa Companhia de Ação Sócio Ambiental
Ilhéus	Associação Ação Ilhéus
Ilhéus	Fundação Pau Brasil - FUNPAB
Ilhéus	IESB - Instituto de Estudos Sócio-Ambientais de Sul da Bahia
Itajuípe	Associação Brasileira de Apoio aos Recursos Ambientais - ABARÁ
Jussari	Obras Sociais e Amparo Materno-Infantil Sagrada Família
Mascote	Instituto Pau Brasil
Mascote	Salva
Pau Brasil	Fundação Grupo de Trabalhos Ambientais
ONG / OSCIP = 13	

Quadro 8.5 - Organizações sociais por tipo e município – RDS 5. Continuação

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO
Aurelino Leal	SINDFAL - BA - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Aurelino Leal
Canavieiras	Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Canavieiras - SINDSPUC
Jussari	Sindicato dos Funcionários Públicos Municipais de Jussari
Sindicato de Servidores Públicos Municipais = 3	
Barro Preto	Associação de Catadores de Lixo de Barro Preto
Ibicaraí	Grupo Voluntário de Reciclagem de Lixo
Mascote	Associação de catadores de materiais recicláveis, familiares e colaboradores de Mascote
Associação / Cooperativa de Catadores = 3	
Canavieiras	Colônia Z-20 dos Pescadores de Canavieiras
Maraú	Colônia de Pescadores e Aquicultores Z 62 Maraú - BA
Colônia de Pescadores = 2	
Almadina	Associação dos Sem Tetos de Almadina
Coaraci	Associação de Apoio aos Ribeirinhos da Bacia do Rio Almada
Coaraci	Loja Maçônica Filhos da Acácia
Floresta Azul	APLB - Associação dos Professores Licenciados da Bahia
Ilhéus	UNCME - União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação - Bahia
Itajuípe	Fundação Lourdes Lucas
Itajuípe	Loja Maçônica Acácia do Sul
Itapé	Grupo Acreditar (Melhor Idade - Idosos)
Maraú	Associação de Mulheres e Afrodescendentes de Maraú
Maraú	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Maraú
São José da Vitória	Associação Municipal de Máster São José
Ubaitaba	Rotary Clube
Una	Associação Juvenil de Ações Turísticas - AJATUR
Outros = 13	

▪ **Setor empresarial**

Foram cadastradas dez organizações que representam o Setor Empresarial, nos municípios de Canavieiras, Ilhéus, Itabuna, Itajuípe, Santa Luzia, São José da Vitória, Una e Uruçuca.

Quadro 8.6 - Organizações empresariais por município – RDS 5

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO
Canavieiras	Câmara de Dirigentes Lojistas de Canavieiras
Ilhéus	Câmara de Dirigentes Lojistas - CDL
Itabuna	Associação Comercial e Empresarial de Itabuna - ACEI
Itabuna	FTC - Especialização em Perícia e Auditoria Ambiental
Itajuípe	ACEI - Associação Comercial e Empresarial de Itajuípe
Santa Luzia	Associação dos Feirantes de Santa Luzia
Santa Luzia	CDL - Câmara de Dirigentes Lojistas
São José da Vitória	AMICRO - Associação de Micro e Pequenos Empresários
Una	Câmara de Dirigentes Lojistas - CDL
Uruçuca	CDL - Câmara de Dirigentes Lojistas

▪ **Setor comunicação**

Dentre as seis organizações de comunicação mapeadas há dois Jornais, um de circulação local, o Jornal do São Caetano, e um de circulação regional, o Diário de Ilhéus. Duas rádios são comunitárias: a Rádio Jussari FM tem abrangência municipal e a Rádio Studio FM 104,9 chega a cobrir mais de um município. As outras duas rádios identificadas pela equipe técnica têm alcance regional: a Rádio Santa Cruz, localizada em Ilhéus, e a Rádio Difusora Sul da Bahia, localizada no município de Itabuna.

Quadro 8.7 - Organizações de comunicação por município – RDS 5

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	TIPO	ABRANGÊNCIA
Canavieiras	Rádio Studio FM 104,9	Rádio Comunitária	Intermunicipal
Ilhéus	Diário de Ilhéus Editora Ltda.	Jornal	Regional
Ilhéus	Rádio Santa Cruz Ltda.	Rádio AM	Regional
Itabuna	Jornal do São Caetano	Jornal	Local
Itabuna	Rádio Difusora Sul da Bahia Ltda.	Rádio AM	Regional
Jussari	Associação Cultural Normário Sales - Rádio Jussari FM	Rádio Comunitária	Municipal

▪ Organizações intersetoriais

A equipe técnica PEMAPES mapeou 51 organizações intersetoriais da RDS 5, sendo 50 delas do tipo Conselho Municipal com os mais diversos enfoques de atuação e o Comitê de Bacias Hidrográficas do Leste.

O quadro seguinte apresenta as organizações mapeadas na RDS 5 – Litoral Sul, separadas por município.

Quadro 8.8 - Organizações intersetoriais por município e nº membros – RDS 5

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	Nº DE MEMBROS
Almadina	Conselho Municipal de Educação	6
Arataca	Conselho Municipal de Educação	6
Arataca	Conselho Municipal de Saúde	11
Barro Preto	COMMAM - Conselho Municipal de Meio Ambiente Barro Preto	7
Barro Preto	Conselho Municipal de Saúde	8
Buerarema	Conselho Municipal de Educação	7
Camacan	COMAM - Conselho Municipal do Meio Ambiente	12
Camacan	COMEA - Consórcio Municipal de Educação Ambiental	7
Camacan	Conselho Municipal de Educação	12
Canavieiras	Conselho Municipal de Educação	12
Canavieiras	Conselho Municipal de Meio Ambiente - CONDEMA	16
Canavieiras	Conselho Municipal de Saúde	16
Coaraci	Conselho Municipal da Criança e do Adolescente	11
Coaraci	Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente	8
Coaraci	Conselho Municipal de Saúde	9
Floresta Azul	Conselho Municipal de Educação	19
Ibicaí	Conselho Municipal de Assistência Social	10
Ibicaí	Conselho Municipal de Educação	32
Ibicaí	Conselho Municipal de Meio Ambiente	16
Ilhéus	Conselho de Defesa do Meio Ambiente	12
Ilhéus	Conselho Municipal de Educação	-
Ilhéus	Conselho Municipal de Saúde	22
Itabuna	Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Sustentável - COMDUS	28
Itabuna	Conselho Municipal de Meio Ambiente	28
Itabuna	Conselho Municipal de Saúde de Itabuna - CMSI	24
Itacaré	Conselho Municipal de Assistência Social	20
Itaju do Colônia	Conselho Municipal de Saúde	12
Itajuípe	CMAS - Conselho Municipal de Assistência Social	4
Itajuípe	CMS - Conselho Municipal de Saúde	14
Itajuípe	COMMAM - Conselho Municipal de Meio Ambiente	18
Itapé	Comitê de Bacias Hidrográficas do Leste	30
Itapé	Conselho Municipal de Assistência Social	4

Quadro 8.8 - Organizações intersetoriais por município e nº membros – RDS 5 (continuação)

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	Nº DE MEMBROS
Itapitanga	Conselho Municipal de Assistência Social	5
Itapitanga	Conselho Municipal de Educação	12
Itapitanga	Conselho Municipal de Saúde	11
Jussari	Conselho Municipal de Educação	9
Jussari	Conselho Municipal de Saúde	12
Maraú	Conselho Municipal do Meio Ambiente	10
Mascote	Conselho Municipal de Educação	8
Mascote	Conselho Municipal de Saúde	12
Pau Brasil	Conselho Municipal de Educação	5
Pau Brasil	Conselho Municipal de Meio Ambiente	14
Pau Brasil	Conselho Municipal de Saúde	12
Santa Luzia	Conselho Municipal de Educação	-
Santa Luzia	Conselho Municipal de Saúde	16
São José da Vitória	Conselho Municipal de Educação	8
São José da Vitória	Conselho Municipal de Saúde	-
Ubaitaba	CME - Conselho Municipal de Educação	-
Una	Conselho Municipal de Educação	12
Una	Conselho Municipal de Meio Ambiente	15
Uruçuca	Conselho Municipal de Saúde	12

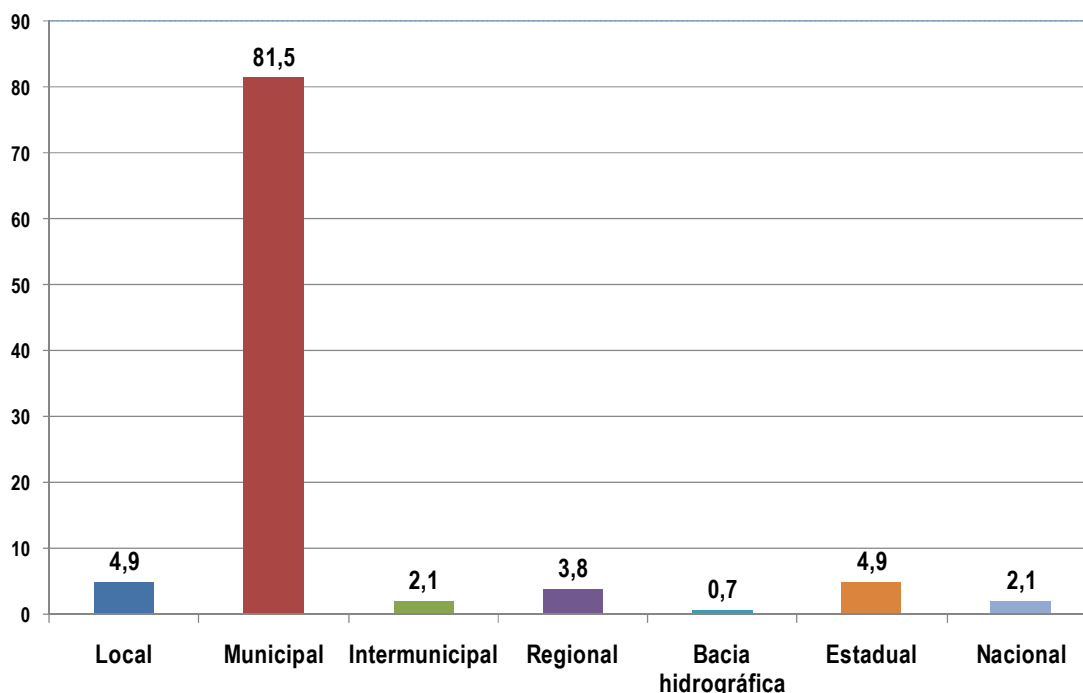
As organizações intersetoriais podem ampliar e potencializar o impacto das ações do Plano. Esta ação deve ser atribuída à principal característica deste tipo de organização, que é ser, ela própria, um espaço de discussão entre representantes dos setores governamental, social e empresarial. Portanto, promover a participação destas 51 organizações no PEMAPES também é, mesmo que, indiretamente em alguns casos, garantir a participação de ao menos 614 organizações dos municípios da RDS 5.

8.2 PERFIL DE ATUAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES

▪ Área de Abrangência

Do total das 286 organizações mapeadas na RDS 5, 81,5% atuam no respectivo município, 4,9% delas têm atuação em nível local, 4,9% em nível estadual, 3,8% regional, 2,1% intermunicipal, 2,1% nacional e 0,7% atuam na extensão da bacia hidrográfica. Esta distribuição percentual segundo a área de abrangência é representada pelo gráfico abaixo.

Gráfico 8.6 - Organizações mapeadas por percentual de área de abrangência - RDS 18



Das seis organizações com atuação intermunicipal duas estão sediadas em Ibicaraí, sendo o Grupo de voluntários de Reciclagem de Lixo e uma ONG. Outras duas ONGs estão sediadas em Mascote, ambas com atuação relacionada à temática ambiental. Os municípios de Camacan e Canavieiras também têm organizações com atuação intermunicipal, na primeira foi identificada a ONG Instituto Uiraçu e na segunda a rádio comunitária Studio FM.

Com atuação na Bacia hidrográfica temos a associação de apoio a população ribeirinha do rio Almada e o Comitê de Bacias do Leste. Quando a atuação é regional temos três veículos de comunicação, uma loja maçônica, uma Universidade pública, três ONGs com atuação voltada à temática ambiental e uma entidade de administração pública regionalizada voltada a administração da saúde.

Já entre aquelas com atuação estadual, temos treze unidades da Empresa Baiana de Águas e Saneamento, e a Federação Baiana dos Agentes Comunitários de Saúde e Endemias, sub-sede municipal de Itabuna, constituída por Associações e Sindicatos de agentes comunitários e endemias de municípios do Estado da Bahia.

Com atuação nacional foram identificados: dois escritórios da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC); uma unidade do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA); uma universidade particular, a Faculdade de Tecnologia e Ciências, que por conta dos seus cursos de educação a distância tem abrangência nacional; um representante da União Nacional dos Conselhos de Educação (UNCME); duas ONGs com atuação voltada à temática ambiental.

São listadas, a seguir, as organizações que, pela maior abrangência das respectivas áreas de atuação, poderão constituir-se em parceiras prioritárias da elaboração do PEMAPES na RDS 5. As 39 organizações representam setores distintos:

Quadro 8.9 - Organizações por setor e área de abrangência - RDS 5

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	SETOR	ÁREA DE ABRANGÊNCIA
Camacan	Instituto Uiraçu	Social	Intermunicipal
Canavieiras	Rádio Studio FM 104,9	Comunicação	Intermunicipal
Ibicaraí	Grupo Voluntário de Reciclagem de Lixo	Social	Intermunicipal
Ibicaraí	ONG Casa Companhia de Ação Sócio Ambiental	Social	Intermunicipal
Mascote	Instituto Pau Brasil	Social	Intermunicipal
Mascote	Salva	Social	Intermunicipal
Canavieiras	Instituto de Proteção de Ambientes Litorâneos da Mata Atlântica - ECOTUBA	Social	Regional
Coaraci	CEPLAC - Comissão Executiva do Plano de Lavoura Cacaueira	Governamental	Regional
Coaraci	Instituto Viver da Mata	Social	Regional
Coaraci	Loja Maçônica Filhos da Acácia	Social	Regional
Ilhéus	Diário de Ilhéus Editora Ltda.	Comunicação	Regional
Ilhéus	Rádio Santa Cruz Ltda.	Comunicação	Regional
Ilhéus	UESC (Universidade Estadual de Santa Cruz) - Mestrado de Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente	Governamental	Regional
Itabuna	Rádio Difusora Sul da Bahia Ltda.	Comunicação	Regional
Itacaré	CEPLAC - Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira	Governamental	Regional
Itajuípe	Associação Brasileira de Apoio aos Recursos Ambientais - ABARÁ	Social	Regional
Ubaitaba	7ª Dires - Diretoria Regional de Saúde	Governamental	Regional
Coaraci	Associação de Apoio aos Ribeirinhos da Bacia do Rio Almada	Social	Bacia hidrográfica
Itapé	Comitê de Bacias Hidrográficas do Leste	Intersetorial	Bacia hidrográfica
Arataca	EMBASA - Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A.	Governamental	Estadual
Aurelino Leal	EMBASA - Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A.	Governamental	Estadual
Camacan	EMBASA - Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A.	Governamental	Estadual
Canavieiras	EMBASA - Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A.	Governamental	Estadual
Ilhéus	EMBASA - Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A.	Governamental	Estadual
Itabuna	Federação Baiana dos Agentes Comunitários de Saúde e Endemias - FEBACS	Social	Estadual
Itaju do Colônia	EMBASA - Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A.	Governamental	Estadual
Mascote	EMBASA - Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A.	Governamental	Estadual
Pau Brasil	EMBASA - Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A.	Governamental	Estadual

Quadro 8.9 - Organizações por setor e área de abrangência - RDS 5 (continuação)

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	SETOR	ÁREA DE ABRANGÊNCIA
Santa Luzia	EMBASA - Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A.	Governamental	Estadual
São José da Vitória	EMBASA - Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A.	Governamental	Estadual
Ubaitaba	EMBASA - Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A.	Governamental	Estadual
Una	EMBASA - Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A.	Governamental	Estadual
Uruçuca	EMBASA - Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A.	Governamental	Estadual
Ilhéus	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais - IBAMA	Governamental	Nacional
Ilhéus	Fundação Pau Brasil - FUNPAB	Social	Nacional
Ilhéus	IESB - Instituto de Estudos Sócio-Ambientais de Sul da Bahia	Social	Nacional
Ilhéus	UNCME - União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação - Bahia	Social	Nacional
Itabuna	FTC - Especialização em Perícia e Auditoria Ambiental	Empresarial	Nacional
Itabuna	Associação dos Municípios do Sul, Extremo Sul e do Sudoeste da Bahia - AMURC	Assoc. Entes Federativos	Nacional

▪ **Área temática de atuação**

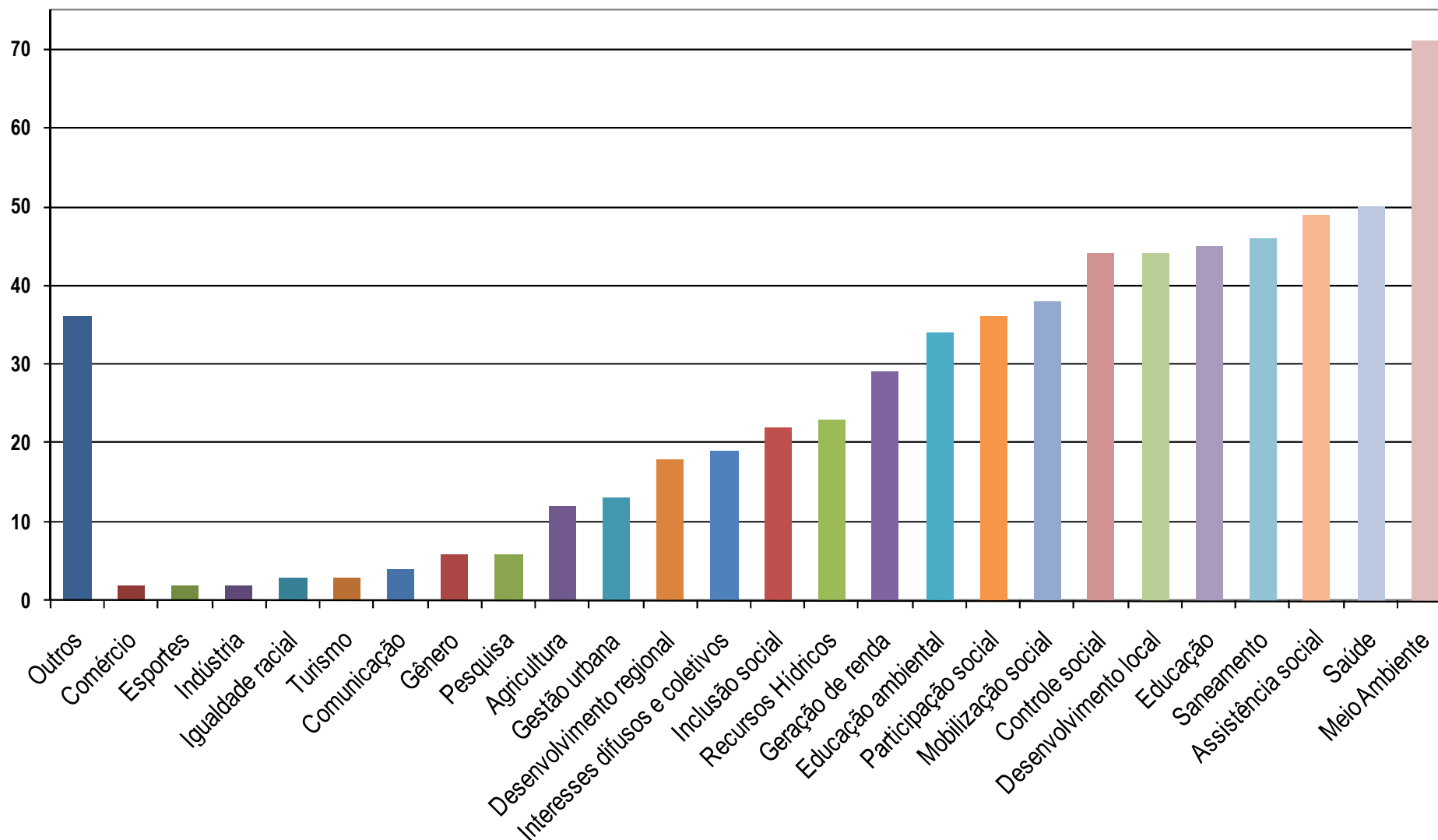
Cada representante entrevistado pela equipe técnica PEMAPES assinalou uma ou mais áreas temáticas de atuação da respectiva organização. Os representantes das 286 organizações mapeadas na RDS 5 - Litoral Sul informaram o total de 61 áreas temáticas de atuação. Destas, 36 foram mencionadas por apenas um entrevistado e 25 áreas temáticas foram mencionadas por pelo menos dois entrevistados.

No conjunto dessas 61 áreas ou temas informados pelos representantes:

- *Meio Ambiente* foi assinalada por 71 entrevistados, o que corresponde ao maior número de registros realizados (10,8%);
- *Saúde* foi assinalada por 50 entrevistados, correspondendo ao segundo maior número de registros (7,6%);
- A área temática *assistência social*, assinalada por 49 entrevistados, representou 7,5% do total de áreas temáticas, correspondendo ao terceiro maior registro;
- Em seguida, *Saneamento*, área fim do PEMAPES foi assinalada por 46 entrevistados, 7% das respostas dadas a este item, correspondendo ao segundo maior número de registros realizados;
- Outras áreas temáticas como *Mobilização Social*, *Educação Ambiental* e *Gestão Urbana*, relevantes ao PEMAPES, foram assinaladas, respectivamente, por 38, 34 e 13 entrevistados e correspondem a 5,8%, 5,2% e 2% das respostas.

O **Gráfico 8.7** é seguido pela listagem de todas as áreas temáticas assinaladas por cada organização mapeada, registrando assim o perfil geral da atuação das organizações mapeadas pela equipe técnica do PEMAPES na RDS 5 – Litoral Sul.

Gráfico 8.7 - Área temática de atuação segundo quantitativo de organizações mapeadas- RDS 5



Quadro 8.10 - Organizações por município e suas respectivas áreas de atuação - RDS 5

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	ÁREA TEMÁTICA
Almadina	Associação dos Sem Tetos de Almadina	Habitação (moradias populares)
	Conselho Municipal de Educação	Educação
	Programa de Saúde da Família	Controle social
		Gênero
		Saúde
	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	Desenvolvimento local
		Desenvolvimento regional
		Educação ambiental
		Gestão urbana
		Meio Ambiente
		Participação social
		Recursos Hídricos
		Saneamento
	Secretaria Municipal de Assistência Social	Assistência social
		Controle social
		Geração de renda
		Inclusão social
		Mobilização social
	Secretaria Municipal de Educação	Educação
	Secretaria Municipal de Esportes	Esportes
	Secretaria Municipal de Saúde	Assistência social
		Controle social
		Saneamento
Arataca	Conselho Municipal de Educação	Controle social
	Conselho Municipal de Saúde	Controle social
	EMBASA - Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A.	Saneamento
	Programa Saúde da Família	Saúde
	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	Agricultura
		Meio Ambiente
	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social	Assistência social
	Secretaria Municipal de Educação, Esportes, Cultura, Lazer e Turismo	Educação
	Secretaria Municipal de Saúde	Saúde

Quadro 8.10 - Organizações por município e suas respectivas áreas de atuação - RDS 5. Continuação

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	ÁREA TEMÁTICA
Aurelino Leal	Centro de Referência de Assistência Social - CRAS	Assistência social
		Controle social
		Gênero
		Mobilização social
		Participação social
	EMBASA - Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A.	Educação
		Educação ambiental
		Meio Ambiente
		Saneamento
	Programa dos Agentes Comunitários de Saúde	Assistência social
		Mobilização social
		Participação social
		Saúde
	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social	Assistência social
		Controle social
		Mobilização social
		Participação social
	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Meio Ambiente
	Secretaria Municipal de Obras	Desenvolvimento regional
		Gestão urbana
	Secretaria Municipal de Saúde	Educação ambiental
		Participação social
		Saneamento
		Saúde
	SINDFAL - BA - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Aurelino Leal	Inclusão social
		Meio Ambiente
		Participação social
	Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde e Combate a Endemias - SINDIACS (Sub-sede municipal)	Assistência social
		Educação
		Meio Ambiente
		Mobilização social
		Participação social
	Vigilância Sanitária	Saúde
		Educação
		Meio Ambiente
		Recursos Hídricos
		Saneamento
		Saúde

Quadro 8.10 - Organizações por município e suas respectivas áreas de atuação - RDS 5. Continuação

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	ÁREA TEMÁTICA
Barro Preto	Associação das Mulheres do Bairro Luiz Borel	Interesses difusos e coletivos
		Participação social
	Associação de Catadores de Lixo de Barro Preto	Coleta seletiva do município
		Saneamento
	Associação de Mulheres do Bairro Cherubim	Desenvolvimento local
		Interesses difusos e coletivos
	COMMAM - Conselho Municipal de Meio Ambiente Barro Preto	Meio Ambiente
	Conselho Municipal de Saúde	Saúde
	SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto	Saneamento
	Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças	Desenvolvimento local
		Gestão urbana
		Saneamento
	Secretaria Municipal de Assistência Social	Assistência social
		Controle social
		Geração de renda
		Inclusão social
		Participação social
	Secretaria Municipal de Educação	Educação
		Educação ambiental
	Secretaria Municipal de Saúde	Meio Ambiente
		Participação social
		Saneamento
		Saúde
	SINDIACS - Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde e Endemias/ Diretoria Regional - Sub-sede municipal	Educação
		Educação ambiental
		Meio Ambiente
Buerarema	Associação Bueraremensense de Agentes Comunitários de Saúde - ABACS	Questões trabalhistas
		Saúde
	Associação de Pequenos Produtores Agrícolas	Desenvolvimento local
		Educação ambiental
		Geração de renda
		Meio Ambiente
	Conselho Municipal de Educação	Educação
	Secretaria Municipal de Assistência Social	Assistência social
		Controle social
		Desenvolvimento local
		Geração de renda
	Secretaria Municipal de Educação	Educação
		Controle social

Quadro 8.10 - Organizações por município e suas respectivas áreas de atuação - RDS 5. Continuação

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	ÁREA TEMÁTICA
Camacan	Associação dos Agentes Comunitários de Saúde de Camacan	Ação social
		Saúde
	COMAM - Conselho Municipal do Meio Ambiente	Meio Ambiente
	COMEA - Consórcio Municipal de Educação Ambiental	Controle social
	Conselho Municipal de Educação	Controle social
	EMBASA - Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A.	Saneamento
	Instituto Uiraçu	Educação ambiental
		Meio Ambiente
		Pesquisa
	Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Econômico	Agricultura
		Desenvolvimento econômico
		Desenvolvimento local
	Secretaria Municipal de Assistência Social	Assistência social
	Secretaria Municipal de Educação	Educação
	Secretaria Municipal de Infra-Estrutura	Esgotamento sanitário
		Habitação
		Iluminação pública
		Urbanização
	Secretaria Municipal de Saúde	Saúde
Canavieiras	Assessoria em Ações do Meio Ambiente - AMA	Educação ambiental
		Meio Ambiente
	Associação de Moradores dos Bairros São Sebastião e Tancredão - AMBAST	Geração de renda
		Interesses difusos e coletivos
	Associação dos Agentes Comunitários de Canavieiras - AASCAN	Educação ambiental
		Saneamento
	Associação dos Agentes Comunitários de Canavieiras - AASCAN	Saúde
	Câmara de Dirigentes Lojistas de Canavieiras	Desenvolvimento local
	Colônia Z-20 dos Pescadores de Canavieiras	Desenvolvimento local
		Geração de renda
	Conselho Municipal de Educação	Controle social
	Conselho Municipal de Meio Ambiente - CONDEMA	Meio Ambiente
	Conselho Municipal de Saúde	Controle social
		Participação social
	EMBASA - Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A.	Recursos Hídricos
		Saneamento
	Instituto de Proteção de Ambientes Litorâneos da Mata Atlântica - ECOTUBA	Meio Ambiente
	Rádio Studio FM 104,9	Comunicação

Quadro 8.10 - Organizações por município e suas respectivas áreas de atuação - RDS 5. Continuação

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	ÁREA TEMÁTICA
Canavieiras	Secretaria do Bem-Estar Social	Assistência social
		Controle social
		Geração de renda
		Inclusão social
		Mobilização social
		Participação social
	Secretaria Municipal de Educação	Educação
		Educação ambiental
	Secretaria Municipal de Saúde	Fiscalização
		Meio Ambiente
		Saneamento
		Saúde
	Secretaria Municipal de Turismo e Esporte	Desenvolvimento local
		Esporte
		Turismo
	Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Canavieiras - SINDSPUC	Direitos Trabalhistas
Coaraci	Associação Coaraciense de Agentes Comunitários de Saúde	Assuntos trabalhistas
		Saúde
	Associação de Apoio aos Ribeirinhos da Bacia do Rio Almada	Educação ambiental
		Geração de renda
		Meio Ambiente
		Mobilização social
		Recursos Hídricos
		Saneamento
	Centro Dona Xepa Fim de Feira Alimento uma Família	Assistência social
		Mobilização social
	CEPLAC - Comissão Executiva do Plano de Lavoura Cacaueira	Desenvolvimento regional
		Geração de renda
		Meio Ambiente
		Mobilização social
		Recursos Hídricos
	Conselho Municipal da Criança e do Adolescente	Assistência social
	Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente	Meio Ambiente
	Conselho Municipal de Saúde	Saúde
	Conselho Tutelar	Assistência social

Quadro 8.10 - Organizações por município e suas respectivas áreas de atuação - RDS 5. Continuação

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	ÁREA TEMÁTICA
Coaraci	Instituto Viver da Mata	Desenvolvimento local
		Desenvolvimento regional
		Educação ambiental
		Meio Ambiente
		Mobilização social
		Pesquisa
	Loja Maçônica Filhos da Acácia	Assistência social
		Meio Ambiente
	Secretaria de Planejamento, Ciências e Tecnologia	Ciência e Tecnologia
		Gestão urbana
	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	Desenvolvimento local
		Educação ambiental
		Gestão urbana
		Meio Ambiente
		Recursos Hídricos
		Saneamento
	Secretaria Municipal de Assistência Social	Assistência social
		Controle social
		Geração de renda
		Inclusão social
		Mobilização social
		Participação social
	Secretaria Municipal de Educação	Educação
	Secretaria Municipal de Saúde	Controle social
		Igualdade racial
		Inclusão social
		Meio Ambiente
		Mobilização social
		Participação social
		Pesquisa
		Saúde
Floresta Azul	APLB - Associação dos Professores Licenciados da Bahia	Educação
		Questões trabalhistas e sociais
	Conselho Municipal de Educação	Desenvolvimento regional
		Educação
		Participação social

Quadro 8.10 - Organizações por município e suas respectivas áreas de atuação - RDS 5. Continuação

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	ÁREA TEMÁTICA
Floresta Azul	Secretaria Municipal de Administração	Desenvolvimento local
		Desenvolvimento regional
		Gestão urbana
	Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Recursos Hídricos	Assistência social
		Desenvolvimento regional
		Educação ambiental
		Meio Ambiente
		Mobilização social
		Recursos Hídricos
	Secretaria Municipal de Assistência Social	Assistência social
		Desenvolvimento regional
		Inclusão social
		Mobilização social
		Participação social
	Secretaria Municipal de Educação	Educação
		Educação ambiental
Ibicaraí	Conselho Municipal de Assistência Social	Assistência social
		Desenvolvimento local
		Participação social
	Conselho Municipal de Educação	Desenvolvimento local
		Educação
	Conselho Municipal de Meio Ambiente	Meio Ambiente
		Recursos Hídricos
		Saneamento
	Conselho Tutelar	Crianças e adolescentes
	Grupo Voluntário de Reciclagem de Lixo	Educação ambiental
		Geração de renda
		Meio Ambiente
	ONG Casa Companhia de Ação Sócio Ambiental	Desenvolvimento local
		Educação ambiental
		Geração de renda
		Meio Ambiente
	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	Desenvolvimento regional
		Educação ambiental
		Geração de renda
		Meio Ambiente
		Recursos Hídricos

Quadro 8.10 - Organizações por município e suas respectivas áreas de atuação - RDS 5. Continuação

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	ÁREA TEMÁTICA
Ibicaraí	Secretaria Municipal de Assistência Social	Assistência social
		Desenvolvimento local
		Geração de renda
		Inclusão social
		Mobilização social
		Participação social
	Secretaria Municipal de Educação	Desenvolvimento local
		Educação
		Educação ambiental
		Meio Ambiente
		Participação social
	Secretaria Municipal de Saúde	Controle social
		Desenvolvimento local
		Mobilização social
		Participação social
		Saneamento
		Saúde
Ilhéus	Associação Ação Ilhéus	Controle social
		Inclusão social
		Mobilização social
		Participação social
	Associação de Moradores do Bairro do Basílio - AMOB	Desenvolvimento local
		Gestão urbana
		Meio Ambiente
		Saneamento
	Câmara de Dirigentes Lojistas - CDL	Desenvolvimento local
	Conselho de Defesa do Meio Ambiente	Meio Ambiente
		Recursos Hídricos
		Saneamento
	Conselho Municipal de Educação	Educação
		Educação ambiental
	Conselho Municipal de Saúde	Saúde
	Diário de Ilhéus Editora Ltda.	Comunicação
		Interesses difusos e coletivos
		Jornalismo

Quadro 8.10 - Organizações por município e suas respectivas áreas de atuação - RDS 5. Continuação

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	ÁREA TEMÁTICA
Ilhéus	EMBASA - Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A.	Desenvolvimento local
		Desenvolvimento regional
		Educação ambiental
		Meio Ambiente
		Recursos Hídricos
		Saneamento
	Federação das Associações de Moradores de Ilhéus - FAMI	Inclusão social
		Mobilização social
		Participação social
	Fundação Pau Brasil - FUNPAB	Desenvolvimento local
		Desenvolvimento regional
		Educação
		Geração de renda
		Meio Ambiente
		Pesquisa
	IESB - Instituto de Estudos Sócio-Ambientais de Sul da Bahia	Educação
		Gênero
		Meio Ambiente
		Pesquisa
	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais - IBAMA	Recursos Hídricos
		Meio Ambiente
	Procuradoria Geral do Município	Meio Ambiente
		Recursos Hídricos
		Saneamento
	Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho	Assistência social
		Inclusão social
		Mobilização social
	Secretaria Municipal de Educação	Assistência social
		Educação
		Educação ambiental
		Inclusão social
		Meio Ambiente
		Recursos Hídricos
		Saneamento
	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Educação ambiental
		Meio Ambiente

Quadro 8.10 - Organizações por município e suas respectivas áreas de atuação - RDS 5. Continuação

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	ÁREA TEMÁTICA
Ilhéus	Secretaria Municipal de Saúde	Educação
		Saúde
	UESC (Universidade Estadual de Santa Cruz) - Mestrado de Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente	Desenvolvimento local
		Desenvolvimento regional
		Meio Ambiente
		Recursos Hídricos
		Saneamento
	UNCME - União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação - Bahia	Educação
	Vigilância em Saúde Ambiental	Meio Ambiente
		Saneamento
		Saúde
Itabuna	Associação Comercial e Empresarial de Itabuna - ACEI	Desenvolvimento local
		Geração de renda
		Interesses difusos e coletivos
	Associação de Moradores do Bairro Novo Jaçanã - AMONJA	Interesses difusos e coletivos
	Associação dos Moradores do Bairro Jardim Primavera	Infraestrutura
		Interesses difusos e coletivos
		Lazer
		Social
	Associação dos Municípios do Sul, Extremo Sul e do Sudoeste da Bahia - AMURC	Gestão urbana
		Preparo dos gestores e equipe
	Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Sustentável - COMDUS	Desenvolvimento local
	Conselho Municipal de Meio Ambiente	Meio Ambiente
	Conselho Municipal de Saúde de Itabuna - CMSI	Meio Ambiente
		Saneamento
		Saúde
	Empresa Municipal de Água e Saneamento Ambiental - EMASA	Saneamento
	FTC - Especialização em Perícia e Auditoria Ambiental	Educação
		Meio Ambiente
		Recursos Hídricos
		Saneamento
	Jornal do São Caetano	Interesses difusos e coletivos
	Rádio Difusora Sul da Bahia Ltda.	Comunicação

Quadro 8.10 - Organizações por município e suas respectivas áreas de atuação - RDS 5. Continuação

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	ÁREA TEMÁTICA
Itabuna	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	Acompanha saneamento
		Educação ambiental
		Meio Ambiente
		Recursos Hídricos
	Secretaria Municipal de Assistência Social	Assistência social
	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano	Gestão urbana
	Secretaria Municipal de Educação	Educação
		Educação ambiental
		Geração de renda
	Secretaria Municipal de Saúde	Educação
		Inclusão social
		Meio Ambiente
		Saúde
	SINDIACS - Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde e Endemias de Itabuna	Defesa dos direitos dos trabalhadores
Itacaré	CEPLAC - Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira	Geração de renda
		Meio Ambiente
	Conselho Municipal de Assistência Social	Assistência social
	Programa Saúde da Família	Mobilização social
		Saúde
	Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Pesca	Agricultura
		Educação ambiental
		Meio Ambiente
	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social	Assistência social
	Secretaria Municipal de Educação	Educação
		Educação ambiental
		Meio Ambiente
	Secretaria Municipal de Saúde	Assistência social
		Controle social
		Meio Ambiente
Itaju do Colônia	Associação Beneficente do Bairro Parque dos Rios	Assistência social
	Associação de Moradores do Parque dos Rios	Assistência social
	Associação dos Agentes Comunitários de Saúde	Saúde
	Conselho Municipal de Saúde	Controle social
	EMBASA - Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A.	Recursos Hídricos
		Saneamento
	Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente	Agricultura
		Meio Ambiente
	Secretaria Municipal de Assistência Social	Assistência social
	Secretaria Municipal de Educação e Cultura	Educação
	Secretaria Municipal de Saúde	Saúde

Quadro 8.10 - Organizações por município e suas respectivas áreas de atuação - RDS 5. Continuação

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	ÁREA TEMÁTICA
Itajuípe	ACEI - Associação Comercial e Empresarial de Itajuípe	Comercial
		Empresarial
	Associação Brasileira de Apoio aos Recursos Ambientais - ABARÁ	Sócio-ambiental
	CMAS - Conselho Municipal de Assistência Social	Assistência social
		Controle social
		Inclusão social
		Mobilização social
		Participação social
	CMS - Conselho Municipal de Saúde	Meio Ambiente
		Saneamento
		Saúde
	COMMAM - Conselho Municipal de Meio Ambiente	Meio Ambiente
	Fundação Lourdes Lucas	Educação
	Loja Maçônica Acácia do Sul	Princípios da Filosofia Maçônica
	Secretaria de Desenvolvimento Social	Assistência social
		Controle social
		Inclusão social
		Mobilização social
		Participação social
	Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente	Saneamento
	Secretaria de Saúde	Controle social
		Saúde
	Secretaria Municipal de Educação	Educação
		Educação ambiental
	Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE	Recursos Hídricos
Itapé	Comitê de Bacias Hidrográficas do Leste	Gestão territorial
		Meio Ambiente
	Conselho Municipal de Assistência Social	Assistência social
	Conselho Tutelar	Criança e adolescente
	Grupo Acreditar (Melhor Idade - Idosos)	Lazer e cultura
	Programa de Agentes Comunitários de Saúde	Mobilização social
		Saúde
	Secretaria Municipal de Administração	Administração Pública

Quadro 8.10 - Organizações por município e suas respectivas áreas de atuação - RDS 5. Continuação

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	ÁREA TEMÁTICA
Itapé	Secretaria Municipal de Assistência Social	Assistência social
		Controle social
		Desenvolvimento local
		Educação
		Gênero
		Geração de renda
		Inclusão social
		Participação social
	Secretaria Municipal de Educação	Educação
		Educação ambiental
	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Educação ambiental
		Meio Ambiente
		Mobilização social
	Secretaria Municipal de Saúde	Saúde
Itapitanga	Associação Comunitária dos Moradores de Itapitanga	Assistência social
		Desenvolvimento local
		Desenvolvimento regional
		Gestão urbana
		Meio Ambiente
		Participação social
	Associação dos Agentes Comunitários de Saúde	Participação social
	Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Vale do Poço da Caça	Desenvolvimento local
		Desenvolvimento regional
		Educação ambiental
		Geração de renda
		Inclusão social
		Interesses difusos e coletivos
		Meio Ambiente
	Conselho Municipal de Assistência Social	Assistência social
		Controle social
	Conselho Municipal de Educação	Educação
	Conselho Municipal de Saúde	Assistência social
		Controle social
		Desenvolvimento regional
		Mobilização social
		Participação social
		Saneamento
		Saúde

Quadro 8.10 - Organizações por município e suas respectivas áreas de atuação - RDS 5. Continuação

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	ÁREA TEMÁTICA
Itapitanga	Secretaria Municipal de Assistência Social	Assistência social
		Controle social
		Geração de renda
		Igualdade racial
		Inclusão social
		Interesses difusos e coletivos
		Participação social
	Secretaria Municipal de Educação	Desenvolvimento local
		Desenvolvimento regional
		Educação
		Meio Ambiente
	Secretaria Municipal de Saúde	Assistência social
		Controle social
		Gênero
		Mobilização social
		Pesquisa
		Saneamento
		Saúde
Jussari	ASPLEJ - Associação dos Pequenos Criadores de Gado Leiteiro	Desenvolvimento local
	Associação Cultural Normário Sales - Rádio Jussari FM	Comunicação
	Associação dos Agentes Comunitários de Saúde	Saúde
	Associação dos Moradores do Bairro Leonel Batista	Assistência social
	Conselho Municipal de Educação	Controle social
	Conselho Municipal de Saúde	Controle social
	Obras Sociais e Amparo Materno-Infantil Sagrada Família	Assistência social
	SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto	Saneamento
	Secretaria Municipal de Agricultura	Agricultura
	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social	Assistência social
		Geração de renda
	Secretaria Municipal de Educação	Educação
	Secretaria Municipal de Saúde	Saúde
	Sindicato dos Funcionários Públicos Municipais de Jussari	Direito Trabalhista

Quadro 8.10 - Organizações por município e suas respectivas áreas de atuação - RDS 5. Continuação

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	ÁREA TEMÁTICA
Maraú	AMBI - Associação dos Moradores do Bairro Independência	Interesses difusos e coletivos
		Mobilização social
		Saneamento
	Associação de Mulheres e Afrodescendentes de Maraú	Gênero
		Mobilização social
	Associação dos Agentes Comunitários de Saúde de Maraú	Mobilização social
		Saúde
	Colônia de Pescadores e Aquicultores Z 62 Maraú - BA	Geração de renda
		Interesses difusos e coletivos
		Mobilização social
	Conselho Municipal do Meio Ambiente	Interesses difusos e coletivos
		Meio Ambiente
	Secretaria Municipal de Infraestrutura	Gestão urbana
		Saneamento
Mascote	Associação de catadores de materiais recicláveis, familiares e colaboradores de Mascote	Agricultura
		Meio Ambiente
	Conselho Municipal de Educação	Saúde
	Conselho Municipal de Saúde	Meio Ambiente
	EMBASA - Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A.	Controle social
	Instituto Pau Brasil	Recursos Hídricos
		Desenvolvimento regional
	Programa Saúde da Família	Meio Ambiente
	Salva	Saúde
	Secretaria Municipal de Agricultura	Meio Ambiente
	Secretaria Municipal de Educação	Agricultura
	Secretaria Municipal de Saúde	Educação
	Secretaria Municipal do Meio Ambiente	Saúde

Quadro 8.10 - Organizações por município e suas respectivas áreas de atuação - RDS 5. Continuação

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	ÁREA TEMÁTICA
Pau Brasil	Associação de Desenvolvimento Comunitário da Região das Pratas	Desenvolvimento local
	Associação de Moradores Unidos do Morro	Interesses difusos e coletivos
	Associação dos Agentes Comunitários de Saúde	Saúde
	Conselho Municipal de Educação	Controle social
	Conselho Municipal de Meio Ambiente	Controle social
	Conselho Municipal de Saúde	Controle social
	EMBASA - Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A.	Saneamento
	Fundação Grupo de Trabalhos Ambientais	Meio Ambiente
	Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo	Agricultura
		Comércio
		Indústria
	Secretaria Municipal de Assistência Social	Assistência social
	Secretaria Municipal de Educação	Educação
	Secretaria Municipal de Saúde	Saúde
Santa Luzia	Associação dos Agentes Comunitários de Saúde	Saúde
	Associação dos Feirantes de Santa Luzia	Interesses difusos e coletivos
	CDL - Câmara de Dirigentes Lojistas	Desenvolvimento local
	Conselho Municipal de Educação	Controle social
	Conselho Municipal de Saúde	Controle social
	EMBASA - Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A.	Saneamento
	Secretaria Municipal de Agricultura	Agricultura
	Secretaria Municipal de Assistência Social	Assistência social
	Secretaria Municipal de Educação	Educação
São José da Vitória	AMICRO - Associação de Micro e Pequenos Empresários	Desenvolvimento local
	Associação Municipal de Máster São José	Esportes
	Associação São Joseense dos Agentes Comunitários de Saúde	Saúde
	Conselho Municipal de Educação	Controle social
	Conselho Municipal de Saúde	Controle social
	EMBASA - Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A.	Saneamento
	Secretaria Municipal da Educação	Educação
	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	Agricultura
	Secretaria Municipal de Saúde	Saúde

Quadro 8.10 - Organizações por município e suas respectivas áreas de atuação - RDS 5. Continuação

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	ÁREA TEMÁTICA
Ubaitaba	7ª DIRES - Diretoria Regional de Saúde	Saúde
	AMAR - Associação de Moradores do Bairro Armandão	Assistência social
		Mobilização social
	Associação dos Agentes Comunitários de Saúde	Assistência social
		Educação
		Meio Ambiente
		Saúde
	Associação dos Pequenos Produtores da Comunidade dos Melos	Desenvolvimento local
	CME - Conselho Municipal de Educação	Educação
		Educação ambiental
	EMBASA - Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A.	Desenvolvimento local
		Desenvolvimento regional
		Saneamento
	Rotary Clube	Assistência social
	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social	Assistência social
		Controle social
		Desenvolvimento local
		Geração de renda
		Mobilização social
		Participação social
	Secretaria Municipal de Educação	Controle social
		Educação
		Educação ambiental
		Gestão urbana
		Igualdade racial
		Inclusão social
		Mobilização social
		Participação social
	Secretaria Municipal de Saúde	Meio Ambiente
		Recursos Hídricos
		Saneamento
		Saúde
	Secretaria Municipal do Meio Ambiente	Meio Ambiente
		Saneamento

Quadro 8.10 - Organizações por município e suas respectivas áreas de atuação - RDS 5. Continuação

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	ÁREA TEMÁTICA
Una	Associação Beneficente de Colônia de Una - ABC (Distrito)	Interesses difusos e coletivos
		Mobilização social
		Participação social
	Associação de Moradores de Comandutuba	Desenvolvimento local
		Geração de renda
	Associação dos Agentes Comunitários de Saúde e Endemias	Saúde
	Associação dos Parceiros Conjunto Guanabara	Inclusão social
		Interesses difusos e coletivos
		Mobilização social
	Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Queimada Grande e Jacão	Agricultura
		Desenvolvimento local
		Geração de renda
		Inclusão social
		Mobilização social
		Participação social
	Associação Juvenil de Ações Turísticas - AJATUR	Desenvolvimento local
		Meio Ambiente
		Turismo
	Câmara de Dirigentes Lojistas - CDL	Desenvolvimento local
		Geração de renda
	Conselho Municipal de Educação	Controle social
	Conselho Municipal de Meio Ambiente	Controle social
	EMBASA - Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A.	Recursos Hídricos
		Saneamento
	Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio	Agricultura
		Comércio
		Geração de renda
		Indústria
	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social	Assistência social
	Secretaria Municipal de Educação	Educação
	Secretaria Municipal de Saúde	Saúde
	Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente	Educação ambiental
		Meio Ambiente
		Turismo

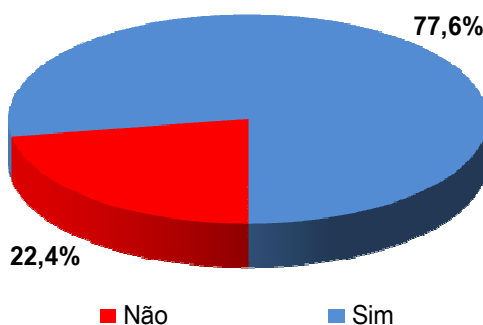
Quadro 8.10 - Organizações por município e suas respectivas áreas de atuação - RDS 5. Continuação

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	ÁREA TEMÁTICA
Uruçuca	Associação Comunitária do Município de Uruçuca	Assistência social
		Desenvolvimento local
		Participação social
		Saneamento
	CDL - Câmara de Dirigentes Lojistas	Comércio, Prestação de serviços para o comércio
	Conselho Municipal de Saúde	Saúde
	EMBASA - Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A.	Recursos Hídricos
		Saneamento
	Secretaria Municipal de Assistência Social	Interesses difusos e coletivos
		Mobilização social
		Participação social
	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	Agricultura, Meio Ambiente, Turismo, Indústria e Comércio
		Desenvolvimento local
		Gestão urbana
	Secretaria Municipal de Educação	Desenvolvimento local
		Educação
		Inclusão social
		Meio Ambiente
	Secretaria Municipal de Infraestrutura	Desenvolvimento local
		Obras, infra-estrutura
	Secretaria Municipal de Saúde	Saneamento
		Saúde
	Sub-sede do SINDIACS de Uruçuca	Direito do Trabalhador, Proteção ao trabalhador

▪ **Participação em conselhos, fóruns, comitês, redes e/ou afins**

No conjunto das 286 organizações mapeadas pela equipe técnica PEMAPES na RDS 5 – Litoral Sul, 222 organizações, ou 77,6%, informaram que participam de um ou mais conselhos e representações colegiadas afins.

Gráfico 8.8 - Participação em conselhos, fóruns, comitês, redes e/ou afins – RDS 5



A participação de 77,6% das organizações mapeadas em um ou mais conselhos, comitês, fóruns ou afins, registrada no **Gráfico 8.8**, indica que a participação destas organizações no processo de elaboração do PEMAPES permitirá a multiplicação das informações relativas ao Plano junto a centenas de outras organizações municipais ou regionais da RDS 5 que também integram estes colegiados.

8.3 PROJETOS E AÇÕES

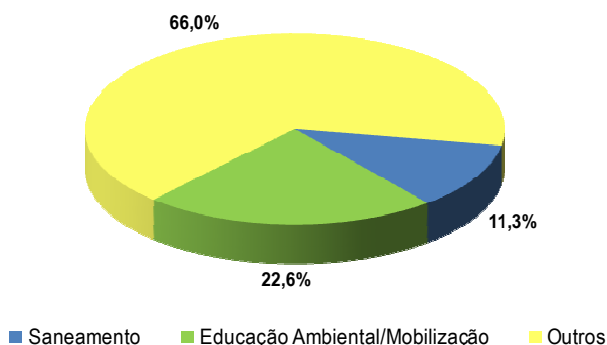
Segundo as informações disponibilizadas à equipe técnica PEMAPES pelos representantes entrevistados, as 286 organizações mapeadas na RDS 5 desenvolvem o total de 530 projetos e ações relacionados ao saneamento e/ou em áreas afins.

Os projetos e ações em desenvolvimento nos 26 municípios da região abrangem:

- 60 projetos/ações em abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de águas pluviais e resíduos sólidos;
- 120 projetos/ações de educação ambiental e/ou mobilização social em saneamento, saúde, recursos hídricos e outros temas;
- 350 outros projetos/ações em infraestrutura urbana, saúde, meio ambiente, educação, geração de renda, inclusão social, assistência social e demais áreas afins.

O **Gráfico 8.9** apresenta os percentuais relativos a essas três tipologias, no conjunto dos 530 projetos e ações levantados junto às organizações da RDS 5.

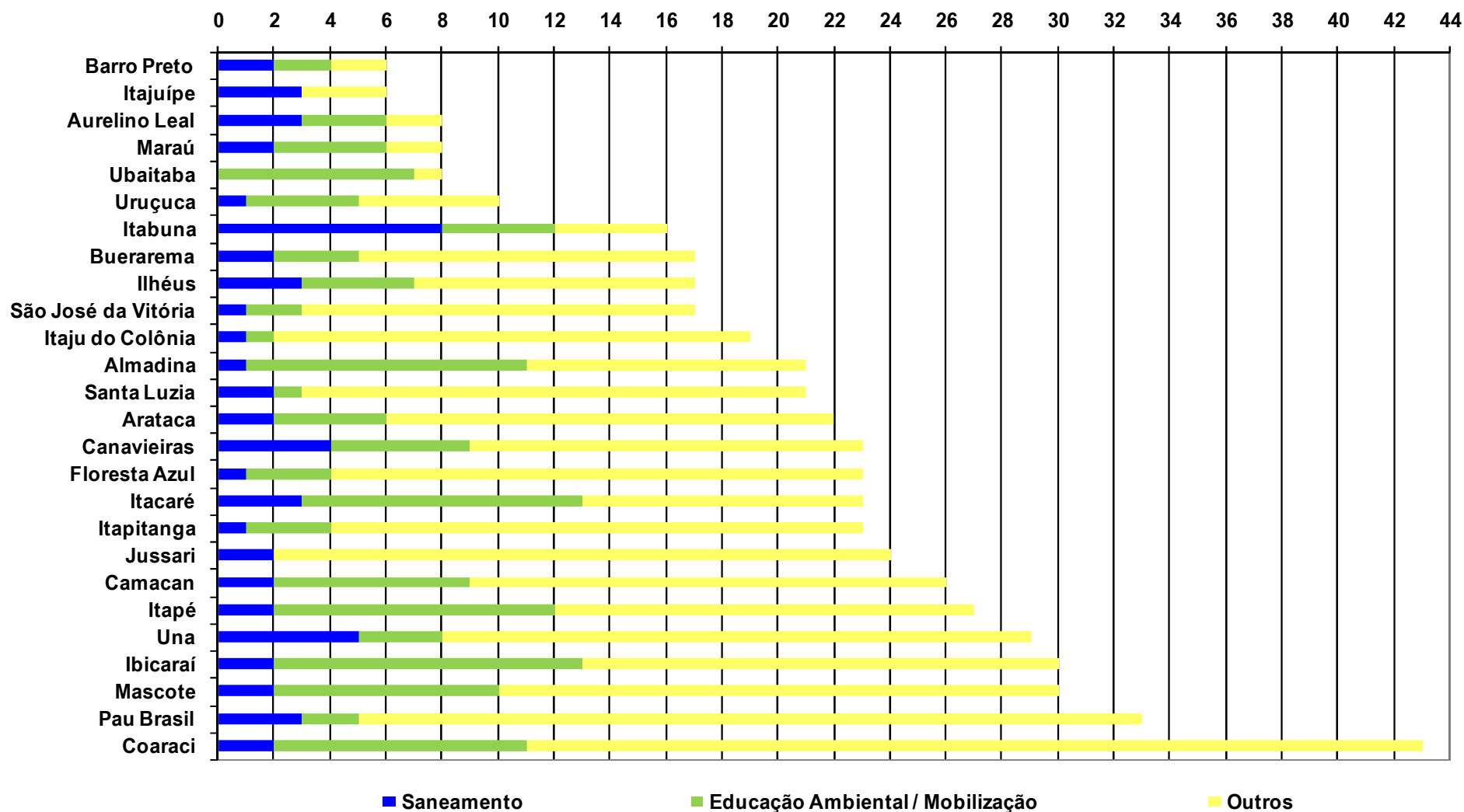
Gráfico 8.9 - Projetos e ações segundo percentual por tipo – RDS 5



O **Gráfico 8.10** apresenta os quantitativos de projetos/ações, por município e tipo, informados à equipe técnica PEMAPES pelos representantes das organizações da RDS 5, entrevistados no mapeamento da rede social da região.

Coaraci, Pau Brasil, Mascote e Ibicaraí concentram mais de 25% do total de 530 projetos/ações registrados na região. Por tipo, Itabuna se destaca pelo número de projetos/ações em *Saneamento*, com oito ou 13,3% deste tipo de projeto/ação, seguido por Una com cinco ou 8,3% das ações informadas. Quanto aos projetos/ações de *Educação Ambiental/Mobilização* Ibicaraí se destaca com 11 ações informadas, representando 26% do total por este tipo. Os municípios Almadina, Itacaré e Itapé também se destacam com 10 ou 8,3%, cada município, dos projetos/ações em *Educação Ambiental/Mobilização Social*.

Gráfico 8.10 – Projetos e ações por tipo e município – RDS 5



Fonte: Geohidro, 2010

8.3.1 Projetos e ações em saneamento

O mapeamento da rede social da RDS 5 registrou 60 projetos/ações em saneamento, abrangendo os componentes ou temas como abastecimento de água, resíduos sólidos, esgotamento sanitário e manejo de águas pluviais.

Dentre os projetos/ações registrados de saneamento 26 ou 41,3% dos projetos/ações registrados em saneamento têm relação com o serviço de abastecimento de água. 16 destas ações ou 61,5% se dedicam ao monitoramento da qualidade da água fornecida às residências e órgãos públicos como o Programa Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental Relacionada à Qualidade da Água para Consumo Humano (VIGIÁGUA), do Governo Federal, realizando a coleta e a análise da qualidade da água distribuída pelos serviços à população ou obtida em fontes alternativas. Estas são desenvolvidas pelas Secretarias Municipais de Saúde de Almadina, Arataca, Aurelino Leal, Buerarema, Canavieiras, Coaraci, Ibicaraí, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Itajuípe, Itapé, Itapitanga, Pau Brasil e Una, além da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Itapé. Nove ou 34,6% dos projetos referem-se à construção, ampliação e manutenção da rede de abastecimento de água e foram informadas pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) de Jussari, pela EMBASA nos municípios de Arataca, Camacan, Itaju do Colônia, Mascote, Pau Brasil, Santa Luzia e São José da Vitória e pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano de Itabuna. A Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Queimada Grande e Jacão em Una informou ainda uma ação de construção de poços artesianos para a comunidade de Queimada Grande.

Dezessete projetos/ações de saneamento têm relação com o serviço de esgotamento sanitário correspondendo a 27% do total. Doze destes projetos (70,6%) referem-se à construção de banheiros e fossas ou melhorias sanitárias em residências carentes e foram informadas pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Aurelino Leal, Conselho Municipal de Saúde de Barro Preto, Secretaria do Bem Estar Social de Canavieiras, Secretaria Municipal de Assistência Social de Floresta Azul, Secretarias de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente e de Saúde de Itajuípe, Associação dos Moradores do Bairro Leonel Batista em Jussari, Associação dos Moradores do bairro Independência em Maraú, Associação de Moradores Unidos do Morro em Pau Brasil, Associação dos Feirantes de Santa Luzia, Associação Beneficente de Colônia de Una e Associação Comunitária do Município de Uruçuca. Três ações de construção, ampliação e manutenção da rede de esgoto foram informadas pela Embasa de Camacan, Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Coaraci e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano de Itabuna. A Empresa Municipal de Água e Saneamento Ambiental de Itabuna e a Secretaria Municipal de Saúde de Una informaram ações de inspeção e diagnóstico do esgotamento sanitário nos respectivos municípios.

Onze ou 17,5% dos projetos/ações registrados em saneamento têm relação direta com o manejo de resíduos sólidos. Seis destes ou 54,5% referem-se à coleta de material reciclável informados pela Associação de Catadores de Lixo de Barro Preto, Assessoria em Ações do Meio Ambiente de Canavieiras, Grupo Voluntário de Reciclagem de Lixo de Ibicaraí, Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Pesca de Maraú, Salva em Mascote e a Associação de Moradores de Comandatuba em Una. Quatro ações de coordenação e/ou execução dos serviços de coleta e destinação do lixo e foram informadas pela Secretaria Municipal de Saúde de Buerarema, Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Econômico de Camacan, Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho de Ilhéus e Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Pesca de Itacaré. A Secretaria Municipal de

Meio Ambiente de Aurelino Leal informou ainda a vigília da queimação do lixo com o intuito de reduzir os impactos ambientais no município.

Quatro ações de manejo de águas pluviais foram identificadas nesta RDS e representam 6,3% das ações/projetos de saneamento identificadas na região. Referem-se a projetos, construção, ampliação e manutenção de canais de macro e micro drenagem e foram informados pelo Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Coaraci, Empresa Municipal de Água e Saneamento Ambiental e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano ambos em Itabuna.

Foi informado ainda, pelas Secretarias Municipal de Saúde de Itabuna e Ilhéus o Vigisolo - Cadastro e monitoramento de áreas de risco de contaminação, Programas de saneamento pela Secretaria Municipal de Turismo e Esporte em Canavieiras e Empresa Municipal de Água e Saneamento Ambiental em Itabuna, além do Programa de Combate à Dengue informado pela Secretaria Municipal de Saúde em Itacaré.

8.3.2 Projetos e ações em educação ambiental / mobilização social

O mapeamento da rede social da RDS 5 – Litoral Sul registrou 120 projetos/ações de educação ambiental e/ou mobilização social, que se distribuem nos seguintes grupos temáticos:

Quadro 8.11 – Projetos/ações de educação ambiental e/ou mobilização social, segundo grupo temático - RDS 5

GRUPOS TEMÁTICOS EA / MOB	PROJETOS E AÇÕES	
	Nº	%
EA / MOB em saneamento	28	23,1
Educação sanitária	29	24,0
EA / MOB em recursos hídricos	19	15,7
MA ou temas diversos	45	37,2

▪ Educação ambiental / mobilização social em saneamento

Este grupo é constituído por 28 projetos e ações de educação ambiental e/ou mobilização social desenvolvidos por organizações da RDS 5, com temática relativa aos serviços de saneamento ou a um componente do saneamento.

48,4% dos projetos/ações enfocam o tema resíduos sólidos e têm como finalidade: reciclagem/coleta seletiva, limpeza urbana e formação de cooperativa de catadores. 32,3% dos projetos/ações enfocam: a redução do desperdício da água distribuída à população, a conscientização sobre a importância e o funcionamento dos serviços de saneamento, mobilização para abastecimento de água ou esgotamento sanitário e orientação às comunidades sobre a tarifa social da EMBASA. 12,9% tratam de esgotamento sanitário através de mobilização para exigir melhorias e palestras de orientação aos moradores corrigir destino do esgoto doméstico.

▪ Educação sanitária

Este grupo abrange 29 programas, projetos e ações educativas (oficinas, palestras, visitas domiciliares, campanhas, mutirão contra dengue e feira de saúde) desenvolvidos na RDS 5, visando orientar comunidades (urbanas, rurais e/ou escolares) à prevenção de doenças, através do cuidado adequado com a água consumida, a destinação de esgoto e/ou lixo e demais condições de salubridade ambiental. Quase 100% dos projetos e ações de educação sanitária são realizados por órgãos municipais de saúde

da região, tendo como público comunidades urbanas e/ou rurais. A exceção refere-se à Associação de Mulheres e Afrodescendentes de Maraú que promove reuniões temáticas sobre saneamento, prevenção de doenças, gravidez, DST direcionada às mulheres do município e a Secretaria Municipal de Educação de Almadina que elabora projetos pedagógicos temáticos com abordagem ambiental e saúde.

Os demais projetos/ações são desenvolvidos pelas seguintes organizações: Programa de Saúde da Família em Almadina, Arataca, Itacaré e Mascote, Programa de Agentes Comunitários de Saúde em Itapé e Secretarias Municipais de Saúde em Almadina, Arataca, Buerarema, Coaraci, Ibicaraí, Ilhéus, Itacaré, Itaju do Colônia, Itapé, Maraú, São José da Vitória, Ubaitaba e Uruçuca.

- **Educação ambiental / mobilização social em recursos hídricos**

A equipe técnica do PEMAPES mapeou na RDS 5 – Litoral Sul 19 ações relativas à proteção, fiscalização e/ou revitalização de recursos hídricos, através de mutirões e palestras que representam 15,7% dos projetos/ações de *EA/MOB*. Dez delas são desenvolvidos por Secretarias Municipais de Meio Ambiente e de Educação, as outras organizações são: Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Aurelino Leal, Conselho Municipal de Meio Ambiente Barro Preto, Associação de Pequenos Produtores Agrícolas em Buerarema, Instituto Viver da Mata em Coaraci, Comitê de Bacias Hidrográficas do Leste e Salva em Mascote.

- **Educação ambiental / mobilização social em outros temas**

45 projetos e ações educativas em meio ambiente ou em temas ambientais diversos são também realizados na RDS 5 e representam 37,2% dos projetos/ações de *EA/MOB*.

Palestras em educação ambiental, curso em gestão ambiental, campanhas socioeducativas, mobilizações e discussões sobre a importância da preservação do ambiente, denúncias de desmatamento, realizadas por instituições do setor governamental (29), organizações sociais (10) e intersetoriais (6) constituem esse grupo de projetos/ações.

8.3.3 Outros projetos e ações

Além dos projetos e ações em saneamento e em educação ambiental/mobilização social, outros 350 projetos e ações em assistência social, inclusão social, infraestrutura, saúde, meio ambiente e demais temas afins estão sendo desenvolvidos por organizações da RDS 5.

Os projetos e ações mapeados na RDS 5 - Litoral Sul são apresentados a seguir, por tipo e município, nos **Quadros 8.12, 8.13 e 8.14**.

Quadro 8.12 - Projetos e ações em saneamento – RDS 5

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Almadina	Secretaria Municipal de Saúde	Coleta e análise da qualidade da água	Garantir a qualidade da água para consumo humano	Urbano e rural	Município
Arataca	EMBASA - Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A.	Fornecimento de água	Atender a população da zona urbana	Urbano	Município
Arataca	Secretaria Municipal de Saúde	Vigiagua	Controlar a qualidade da água para consumo humano	Urbano e rural	Município
Aurelino Leal	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social	Cadastramento dos banheiros	Construção dos banheiros para famílias carentes	População carente	Zona urbana
Aurelino Leal	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Vigília da queimação do lixo	Reduzir os impactos ambientais	-	
Aurelino Leal	Secretaria Municipal de Saúde	Projeto água pura para todos	Visa à água tratada para exercer ações de saúde	Todos os moradores	Distrito de Laje do Banco
Barro Preto	Associação de Catadores de Lixo de Barro Preto	Coleta seletiva (papelão, pet, vidro, lata)	Separar o lixo que pode ser reciclado antes de ir para o lixão	Catadores	Município
Barro Preto	Conselho Municipal de Saúde	Instalação de fossas	Abertura de postos de saúde, vetados por conta do esgoto nos rios	Bairro Luiz Borel e José Bonfim	Sede
Buerarema	Secretaria Municipal de Saúde	Coordenação do lixo hospitalar	Garantir um destino adequado para o lixo hospitalar	Urbano e rural	Município
Buerarema	Secretaria Municipal de Saúde	Coleta de amostra de água distribuída pela EMBASA	Garantir a qualidade da água para consumo humano	Urbano	Município
Camacan	EMBASA - Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A.	Abastecimento de água e esgotamento sanitário		-	
Camacan	Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Econômico	Programa Campo Limpo	Recolhimento de embalagens vazias de defensivos agrícolas do meio rural	Rural	Município
Canavieiras	Assessoria em Ações do Meio Ambiente - AMA	Implantação da coleta seletiva	Implantar a coleta seletiva comunitária	Comunidades da sede	Sede
Canavieiras	Secretaria do Bem-Estar Social	Construção de unidades sanitárias	Prover a população de melhor qualidade de vida	Famílias carentes	Município
Canavieiras	Secretaria Municipal de Saúde	Vigiágua (SISAGUA- Sistema de Informação em Saúde da Água)	Verificar a qualidade da água para o consumo humano	Amostras da sede	Sede

Quadro 8.12 - Projetos e ações em saneamento – RDS 5. Continuação

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Canavieiras	Secretaria Municipal de Turismo e Esporte	Programa Paraíso das Ilhas	Criar condições de infraestrutura para a Ilha de Atalaia, com a finalidade de otimizar o turismo daquela área, urbanizando, recuperando estrada para a barra sul e saneamento básico. Promovendo conforto e qualidade de vida a população.	População em geral	Ilha Atalaia
Coaraci	Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente	Elaboração de Projetos	Manutenção e preservação das redes de esgoto e drenagem	População urbana e rural	Município
Coaraci	Secretaria Municipal de Saúde	Coleta e análise da água do município	Controle da qualidade da água para consumo humano	Urbano	Município
Floresta Azul	Secretaria Municipal de Assistência Social	Projeto Reconstruir	Proposta de melhorias nas casas de famílias de baixa renda para construção de banheiros e reformas	Urbano e rural	Município
Ibicaí	Grupo Voluntário de Reciclagem de Lixo	Coleta de materiais recicláveis em pontos específicos no Município	Geração de renda e preservação do meio ambiente	Urbano	Município
Ibicaí	Secretaria Municipal de Saúde	Coleta de amostras da água para análise	Garantir a qualidade da água para consumo humano	Urbano	Município
Ilhéus	Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho	Projeto de requalificação do Aterro Sanitário - Itariri	Requalificar/ Gestão/ Coleta seletiva/ Inserção Social	Catadores/ municípios	Ilhéus
Ilhéus	Vigilância em Saúde Ambiental	Vigisolo	Cadastro e monitoramento de áreas de risco de contaminação	População em geral	Município
Ilhéus	Vigilância em Saúde Ambiental	Vigiágua - Vigilância da qualidade da água para consumo humano	Cadastramento e monitoramento da qualidade da água no município	Embasa, População	Município
Itabuna	Empresa Municipal de Água e Saneamento Ambiental - EMASA	Diagnóstico de macro e microdrenagem		-	
Itabuna	Empresa Municipal de Água e Saneamento Ambiental - EMASA	Diagnóstico de Esgotamento Sanitário		-	
Itabuna	Empresa Municipal de Água e Saneamento Ambiental - EMASA	Plano Municipal de Saneamento		-	

Quadro 8.12 - Projetos e ações em saneamento – RDS 5. Continuação

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Itabuna	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano	PAC água	Ampliação do sistema de abastecimento de água com a construção de uma barragem.	-	Rio colônia - sede
Itabuna	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano	Canalização do canal lava pés	Canalizar (encapsulamento do canal)	-	Centro
Itabuna	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano	PAC habitação	Levar esgoto, drenagem e habitação	-	Bairros Maria Pinheiro, Daniel Gomes, Fernando Gomes.
Itabuna	Secretaria Municipal de Saúde	Vigisolo	Cadastramento da população de risco	Comunidade em geral	Município
Itabuna	Secretaria Municipal de Saúde	Vigiágua	Cadastramento das fontes de água	Comunidade em geral	Município
Itacaré	Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Pesca	PBLU - Plano Básico de Limpeza Urbana	Melhorar a serviço de varrição, coleta e destino do lixo do Município	Urbano e rural	Município
Itacaré	Secretaria Municipal de Saúde	Programa de Combate à Dengue	Combate ao inseto transmissor da dengue	Urbano e rural	Município
Itacaré	Secretaria Municipal de Saúde	Coleta e encaminhamento de análise da água	Garantir a qualidade da água para consumo humano	Urbano e rural	Município
Itaju do Colônia	EMBASA - Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A.	Abastecimento de água		População	Sede
Itajuípe	Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente	Projeto Sanitários Públicos (junto à FUNASA)	Trazer saúde para as comunidades que não possuem esgotamento	Comunidades rurais	Distritos
Itajuípe	Secretaria de Saúde	Vigiágua (Vigilância Sanitária - Saúde Ambiental)	Coletar amostras de água em redes, cisternas e poços e analisar a qualidade da água. Colhe em 60 pontos.	Comunidade em geral	Município
Itajuípe	Secretaria de Saúde	Projeto de Melhoria Sanitária (FUNASA)	Construir banheiros para melhorar a qualidade de vida	Comunidades rurais	Distritos
Itapé	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Monitoramento da qualidade da água distribuída no município	Garantir um abastecimento de qualidade para a população	Urbano e rural	Município

Quadro 8.12 - Projetos e ações em saneamento – RDS 5. Continuação

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Itapé	Secretaria Municipal de Saúde	Coleta de amostra de água tratada no município	Garantir a qualidade da água para consumo humano	Urbano e rural	Município
Itapitanga	Secretaria Municipal de Saúde	Coleta amostra de água para análise de qualidade	Garantir a qualidade da água para consumo humano	População urbana e rural	Município
Jussari	Associação dos Moradores do Bairro Leonel Batista	Construção de banheiros através da CAR	Beneficiar famílias carentes	Famílias	Bairro Leonel Batista
Jussari	SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto	Abastecimento de água		População	Município
Maraú	AMBI - Associação dos Moradores do bairro Independência	Arrecadação de recurso para construção de banheiros e fossas		Famílias carentes	Bairro Novo
Maraú	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Pesca	Coleta seletiva	Reduzir impacto do lixo separando e doando material reciclável no Distrito de Barra Grande	Moradores	Barra Grande
Mascote	EMBASA - Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A.	Abastecimento de água		População urbana	Sede
Mascote	Salva	Projeto Construir Cidade	Trabalhar a reciclagem de material orgânico	Alunos	Escolas do campo
Pau Brasil	Associação de Moradores Unidos do Morro	Construção de banheiros		Famílias da comunidade	Bairro do Morro e Genário de Andrade
Pau Brasil	EMBASA - Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A.	Abastecimento de água	Fornecer água tratada para consumo humano	População	Município
Pau Brasil	Secretaria Municipal de Saúde	Coleta para análise da água		-	

Quadro 8.12 - Projetos e ações em saneamento – RDS 5. Continuação

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Santa Luzia	Associação dos Feirantes de Santa Luzia	Construção de banheiros e casas	Beneficiar famílias carentes do município	Urbano	Município
Santa Luzia	EMBASA - Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A.	Abastecimento de Água		Urbano	Município
São José da Vitória	EMBASA - Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A.	Abastecimento de água		Urbano	Município
Una	Associação Beneficente de Colônia de Una - ABC (Distrito)	Realizou a implantação de 75 sanitários com a CAR	Instalar banheiros para a população	Famílias da comunidade	Colônia
Una	Associação de Moradores de Comandatuba	Coleta de material reciclável		Comunidade	Comandatuba
Una	Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Queimada Grande e Jacão	Elaboração de projeto para construção de poços artesianos	Fazer poços para a comunidade	Famílias e comunidade	Queimada Grande
Una	Secretaria Municipal de Saúde	Programa Vigiágua	Visa analisar a qualidade da água	Comunidade em geral	Município
Una	Secretaria Municipal de Saúde	Projeto de inspeção para melhoria da rede de esgoto	Evitar doenças de veiculação hídrica	Comunidade em geral	Município
Uruçuca	Associação Comunitária do Município de Uruçuca	Construção de fossas na parte alta do Bairro Waldeck Ornellas	Auxilia, orienta, constrói fossas (mutirão)	20 casas	Bairro Waldeck Ornellas

Quadro 8.13 - Projetos e ações em educação ambiental e/ou mobilização social – RDS 5

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Almadina	Programa de Saúde da Família	Palestras informativas de saúde	Orientações sobre hipertensão, diabetes e gestação e cuidados infantil	Urbano e rural	Município
Almadina	Programa de Saúde da Família	Mobilização da População para participação em campanhas de Saúde, promovidas pela secretaria municipal de saúde	Garantir a saúde da população	Urbano e rural	Município
Almadina	Programa de Saúde da Família	Visitas domiciliares	Orientação familiar para prevenção de saúde	Urbano e rural	Município
Almadina	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	Parceria com a APA (Área de Proteção Ambiental) - promovendo cursos e palestras	Revitalização do Rio Almadina, combate a práticas de poluição do rio	Urbano e rural	Município
Almadina	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	Denúncias junto ao IBAMA	Combate ao desmatamento, queimadas e poluição dos rios	Urbano e rural	Município
Almadina	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	Elaboração de projetos ambientais junto com a Secretaria Municipal de Educação	Conscientização	Urbano e rural	Município
Almadina	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	Curso de gestão ambiental	Preservação do meio ambiente	Urbano e rural	Município
Almadina	Secretaria Municipal de Educação	Elaborar projetos pedagógicos temáticos com abordagem ambiental e saúde	Orientar alunos e professores sobre práticas de vida saudável	Urbano e rural	Município
Almadina	Secretaria Municipal de Educação	Apoio em campanhas e atividades públicas do Município	Combater as endemias, desmatamentos, queimadas, poluição de rios e nascentes	Urbano e rural	Município
Almadina	Secretaria Municipal de Saúde	Visitas domiciliares (Programa da saúde da família)	Atendimento domiciliar de saúde realizado por médicos, enfermeiros e agentes de saúde	Urbano e rural	Município
Arataca	Programa Saúde da Família	Hiperdia	Acompanhar os hipertensos e diabéticos	Urbano	Município
Arataca	Programa Saúde da Família	CD - Crescimento e desenvolvimento	Acompanhamento da saúde da criança	Urbano	Município

Quadro 8.13 - Projetos e ações em educação ambiental e/ou mobilização social – RDS 5 – Continuação

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Arataca	Programa Saúde da Família	Siscolo	Prevenção de câncer de cólon e útero	Urbano	Município
Arataca	Secretaria Municipal de Saúde	Programa saúde nas escolas	Cuidar da parte social e prevenir doenças	Urbano e rural	Município
Aurelino Leal	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Limpeza das margens do rio de contas	Limpeza das margens, macrófitas, branquiais, capim	-	Rio de contas
Aurelino Leal	SINDFAL - BA - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Aurelino Leal	Horta comunitária às margens do rio de contas	Eliminar o lixo e a poluição às margens do rio	Filiados e famílias dos mesmos	Município
Aurelino Leal	Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde e Combate a Endemias - SINDIACS (Sub-sede municipal)	Promove ações educativas	Não desperdiçar água, não jogar lixo no rio, tratar a água para beber	População	Município
Barro Preto	COMMAM - Conselho Municipal de Meio Ambiente Barro Preto	Recomposição da mata ciliar	Recuperar a mata ciliar	-	Rio Boqueirão
Barro Preto	Secretaria Municipal de Educação	Programa Despertar (SENAR)	Educação ambiental, preservação do meio ambiente	Alunos da rede municipal	Município
Buerarema	Associação de Pequenos Produtores Agrícolas	Averiguação e encaminhamento de soluções de casos de caça irregular, desmatamento, poluição de nascentes que formam o rio Macuco.		-	Município
Buerarema	Associação de Pequenos Produtores Agrícolas	Coordena junto com o Pólo Sindical de Itabuna cursos ambientais	Repasar informações aos associados e comunidade sobre a necessidade de preservação do meio ambiente	Urbano e rural	Município
Buerarema	Secretaria Municipal de Saúde	Coordenação de cinco unidades do PSF	Garantir a saúde da população	Urbano e rural	Município
Camacan	COMAM - Conselho Municipal do Meio Ambiente	Discussões com o Poder Executivo	Auxilia o Poder Executivo nas questões referentes ao meio ambiente	Urbano e rural	Município
Camacan	COMAM - Conselho Municipal do Meio Ambiente	Discussões sobre a temática ambiental	Preservação do meio ambiente	Urbano e rural	Município

Quadro 8.13 - Projetos e ações em educação ambiental e/ou mobilização social – RDS 5 – Continuação

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Camacan	COMAM - Conselho Municipal do Meio Ambiente	Articulação com órgãos ligados ao meio ambiente	Visando melhorias ambientais	Urbano e rural	Município
Camacan	Instituto Uiraçu	Realização de campanhas e eventos	Visa a conservação do meio ambiente através de promoção da Semana da Mata Atlântica, o Dia da Água e a Semana da Ciência e Tecnologia; promoção de cursos e oficinas; visitas monitoradas de crianças, adolescentes e jovens a trilha ecológica da RPPN Serra Bonita I	Urbano e rural	Município
Camacan	Instituto Uiraçu	Conservação ambiental	Conscientizar da importância da preservação ambiental	Urbano e rural	Município
Camacan	Instituto Uiraçu	Educação ambiental	Objetiva estimular a participação ativa dos membros da comunidade para promover melhorias em seu próprio ambiente	Urbano e rural	Município
Camacan	Secretaria Municipal de Educação	Projeto Despertar	Educação ambiental nas escolas do campo	Rural	Município
Canavieiras	Associação de Moradores dos Bairros São Sebastião e Tancredão - AMBAST	Cursos de capacitação de artesanato, culinária, bordados e reciclagem		Comunidade em geral	Sede
Canavieiras	Associação dos Agentes Comunitários de Canavieiras - AASCAN	Orientação à população quanto ao destino do esgotamento sanitário	Prevenção de saúde	População	Município
Canavieiras	Associação dos Agentes Comunitários de Canavieiras - AASCAN	Orientação quanto ao destino do lixo	Prevenção de saúde	População	Município
Canavieiras	Associação dos Agentes Comunitários de Canavieiras - AASCAN	Orientação à população quanto ao uso da água	Prevenção de saúde	Toda a população	Município
Canavieiras	Secretaria Municipal de Educação	Projeto Despertar (Convênio com o SENAR)	Projetos pedagógicos com vetor de educação ambiental	Comunidades Rurais	Distritos
Coaraci	Associação de Apoio aos Ribeirinhos da Bacia do Rio Almada	Articulação junto aos órgãos públicos	Garantir a instalação de rede de abastecimento de água para 17 famílias agricultoras	Rural e distrital	Município

Quadro 8.13 - Projetos e ações em educação ambiental e/ou mobilização social – RDS 5 – Continuação

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Coaraci	CEPLAC - Comissão Executiva do Plano de Lavoura Cacaueira	Palestras educativas aos agricultores	Conscientização sobre o risco do uso inadequado das embalagens de produtos tóxicos	Urbano e rural	Município
Coaraci	Instituto Viver da Mata	Reflorestamento das nascentes do rio Almada	Preservação e recuperação de nascentes	População rural e entorno	Município
Coaraci	Instituto Viver da Mata	Oficinas ambientais em escolas e associações	Apresentar o resultado do levantamento sobre a vegetação e nascentes locais	Alunos da rede municipal e particular	Município
Coaraci	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	Elaboração de projeto da SAFI	Recompor as matas ciliares dos afluentes do rio Almada	Urbano e rural	Município
Coaraci	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	Elaboração do Projeto do Dia do Meio Ambiente	Conscientizar a população sobre a necessidade de preservação do meio ambiente	Urbano e rural	Município
Coaraci	Secretaria Municipal de Educação	Projeto cidade limpa	Conscientizar os alunos sobre a necessidade de preservação do meio ambiente	Alunos da rede municipal	Município
Coaraci	Secretaria Municipal de Educação	Oficinas de reciclagem em escolas	Conscientizar os alunos sobre a necessidade de preservação do meio ambiente	Alunos da rede municipal	Município
Coaraci	Secretaria Municipal de Saúde	Programas PACS e PSF	Atender a população - saúde	Urbano e distrital	Município
Floresta Azul	Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Recursos Hídricos	Palestras Educativas comas temáticas ambientais	Conscientização da população para a preservação do meio ambiente	Urbano e rural	Município
Floresta Azul	Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Recursos Hídricos	Elaboração de projetos de reflorestamento	Preservação das matas ciliares e mata atlântica	Urbano e rural	Município
Floresta Azul	Secretaria Municipal de Educação	Atividades ambientais em sala de aula	Conscientização sobre a necessidade de preservação do meio ambiente	Alunos da rede municipal de educação de 5ª à 8ª série	Município

Quadro 8.13 - Projetos e ações em educação ambiental e/ou mobilização social – RDS 5 – Continuação

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Ibicaí	Conselho Municipal de Meio Ambiente	Elabora projetos de proteção ambiental	Estabelecer regras de penalização às agressões do meio ambiente	Urbano e rural	Município
Ibicaí	Conselho Municipal de Meio Ambiente	Averiguar denúncias de crimes ambientais	Garantir a preservação de rios, matas e animais	Urbano e rural	Município
Ibicaí	Grupo Voluntário de Reciclagem de Lixo	Palestras Ambientais em escolas	Conscientização da população sobre a necessidade de preservar o meio ambiente	Urbano e rural	Município
Ibicaí	ONG Casa Companhia de Ação Sócio Ambiental	Palestras ambientais em escolas	Sensibilização e conscientização sobre a necessidade de preservação do meio ambiente	Urbano e rural	Município
Ibicaí	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	Palestras Ambientais em escolas	Orientação sobre a conservação de rios e matas	Urbano e rural	Município
Ibicaí	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	Elaborar projetos ambientais	Atender as necessidades de triagem e beneficiamento de lixo, através de apoio a constituição de cooperativas de catadores de lixo	Urbano e rural	Município
Ibicaí	Secretaria Municipal de Educação	Palestras com temáticas ambientais nas escolas	Conscientização de professores e alunos sobre a necessidade de preservação ambiental	Urbano e rural	Município
Ibicaí	Secretaria Municipal de Educação	Visitas educativas em pontos do Município (loais de serviços como SAAE e Lixão)	Conscientização sobre a necessidade de preservação do meio ambiente	Urbano e rural	Município
Ibicaí	Secretaria Municipal de Saúde	Programa de saúde da família	Promoção, proteção e prevenção de saúde da população	Urbano e rural	Município

Quadro 8.13 - Projetos e ações em educação ambiental e/ou mobilização social – RDS 5 – Continuação

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Ibicaraí	Secretaria Municipal de Saúde	Programa saúde na escola com atividades temáticas de saúde	Capacitação de professores para atendimento de primeiros socorros, palestras sobre saúde e meio ambiente, exames oftalmológicos	Urbano e rural	Município
Ibicaraí	Secretaria Municipal de Saúde	Programa de agentes comunitários de saúde	Atender e orientar a população nas questões de saúde através de visitas domiciliares	Urbano e rural	Município
Ilhéus	EMBASA - Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A.	Projeto Com mais água	Controle de perdas de água	Comunidade em Geral	Município
Ilhéus	Secretaria Municipal de Educação	Projeto Ekokids	Conscientizar o uso do meio ambiente, qualidade da água, da carne, do leite e do lixo. Na Zona Rural o foco é também nas encostas, na água, desabamentos, queimadas, corte das árvores. O grande enfoque é o Meio Ambiente, todas as escolas têm projeto no meio ambiente.	Rede Municipal	Município como um todo
Ilhéus	Secretaria Municipal de Saúde	PROEF - Programa de Expansão e Consolidação do PSF (Programa Saúde da Família)	Expansão e consolidação do PSF	Comunidade	Município
Ilhéus	UESC (Universidade Estadual de Santa Cruz) - Mestrado de Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente	Gestão de Bacias Hidrográficas		-	
Itabuna	Associação dos Municípios do Sul, Extremo Sul e do Sudoeste da Bahia - AMURC	Discussão do consórcio guarda - chuva	Discutir questões amplas e entre elas resíduos sólidos	-	Municípios da região
Itabuna	Secretaria Municipal de Educação	Capacitação para os professores	Orientar o trabalho com a temática ambiental nas escolas	Professores da rede municipal	Município
Itabuna	Secretaria Municipal de Educação	Oficinas para os pais (artesanato, recicláveis)	Visa geração de renda com materiais naturais e recicláveis.	Pais de alunos	Município

Quadro 8.13 - Projetos e ações em educação ambiental e/ou mobilização social – RDS 5 – Continuação

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Itabuna	Secretaria Municipal de Educação	Usina de reciclagem	Formar associação de pais ou alunos para geração de renda através de parcerias com a iniciativa privada.	Pais e alunos maiores de 18 anos	Município
Itacaré	Programa Saúde da Família	Visitas domiciliares	Promoção e prevenção da saúde e saúde bucal da população	Urbano e rural	Município
Itacaré	Programa Saúde da Família	Mobilização da população	Garantir a participação da população em campanhas e atividades relacionadas à saúde	Urbano e rural	Município
Itacaré	Programa Saúde da Família	Palestras com temáticas de saúde	Orientação à população sobre higiene, hipertensão, diabetes, desnutrição, amamentação, tuberculose, hanseníase, diarreia, etc.	Urbano e rural	Município
Itacaré	Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Pesca	Averiguar denúncias de crimes ambientais	Garantir a preservação de matas, rios, córregos e nascentes	Urbano e rural	Município
Itacaré	Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Pesca	Elaboração de projetos de educação ambiental em parceria com a Secretaria Municipal de Educação	Mobilização e conscientização de alunos e professores sobre a necessidade de preservação do meio ambiente	Urbano e rural	Município
Itacaré	Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Pesca	Reuniões e palestras sobre a ampliação da rede de esgoto do Município	Mobilização e conscientização da população	Urbano e rural	Município
Itacaré	Secretaria Municipal de Educação	Análise e aprovação de projetos ambientais educativos	Conscientização de alunos e professores sobre a necessidade de preservação do meio ambiente.	Urbano e rural	Município
Itacaré	Secretaria Municipal de Educação	Promove e fiscaliza as atividades ambientais nas escolas	Interagir com o núcleo escolar e com a população	Urbano e rural	Município
Itacaré	Secretaria Municipal de Educação	Parcerias pontuais com ONGs e movimentos sociais para elaboração de projetos ambientais	Executar práticas de educação ambiental destinada à população	Urbano e rural	Município

Quadro 8.13 - Projetos e ações em educação ambiental e/ou mobilização social – RDS 5 – Continuação

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Itacaré	Secretaria Municipal de Saúde	Programa Saúde da Família	Promoção e prevenção da saúde da população	Urbano e rural	Município
Itaju do Colônia	Secretaria Municipal de Saúde	PSE - Programa de Saúde na Escola	Fortalecer a articulação intersetorial no campo da saúde, da educação e da assistência social, como resultado de uma gestão governamental integrada e da participação ativa da comunidade escolar na sua construção.	Comunidade escolar	Sede
Itapé	Comitê de Bacias Hidrográficas do Leste	Articulação para implantação de um aterro sanitário e de um frigorífico na região	Mobilização entre os municípios da região para implantação do consórcio para aterro sanitário e frigorífico.	-	
Itapé	Comitê de Bacias Hidrográficas do Leste	Recuperação de Matas Ciliares	Recuperar as Matas Ciliares nos rios que compõe a Bacia do Leste	-	Bacia Hidrográfica do Leste
Itapé	Comitê de Bacias Hidrográficas do Leste	Despoluição do Rio Colônia, Rio Salgado ou Cachoeira, Rio Almada, Rio Una e Rio Doce.	Despoluir os rios	-	Rio Colônia, Rio Salgado ou Cachoeira, Rio Almada, Rio Una e Rio Doce.
Itapé	Programa de Agentes Comunitários de Saúde	Visita domiciliar mensal às famílias	Acompanhar a saúde da população	Urbano e rural	Município
Itapé	Secretaria Municipal de Administração	Promove a veiculação de notícias sobre os serviços de saneamento (carro de som e alto falante)	Conscientizar a população sobre os serviços prestados pela prefeitura	Urbano e rural	Município
Itapé	Secretaria Municipal de Educação	Analisa e aprova projetos ambientais das escolas da rede municipal	Garantir a execução de propostas educativas voltadas à preservação das matas, rios e reciclagem do lixo	Urbano e rural	Município
Itapé	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Recuperação de matas ciliares (manutenção e plantio)	Preservar os rios do local	Urbano e rural	Município

Quadro 8.13 - Projetos e ações em educação ambiental e/ou mobilização social – RDS 5 – Continuação

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Itapé	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Articulação com as três esferas de poder para melhoria da rede de esgoto do município	Garantir a execução de melhorias do serviço do município	Urbano	Município
Itapé	Secretaria Municipal de Saúde	Programa de agentes comunitários de saúde	Atendimento domiciliar a saúde da população	Urbano e rural	Município
Itapé	Secretaria Municipal de Saúde	Programa de saúde da família - PSF	Atender a demanda de saúde de crianças, mulheres, idosos, adolescentes, saúde bucal e imunização	Urbano e rural	Município
Itapitanga	Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Vale do Poço da Caça	Palestras e cursos com temáticas ambientais	Aprimorar o conhecimento e conscientizar os participantes sobre a necessidade de eliminação das queimadas e preservação do meio ambiente	Rural	Município
Itapitanga	Secretaria Municipal de Educação	Coordenação do projeto bioestgeo (ciências, história e geografia)	Conscientização para a preservação do meio ambiente	Alunos da educação infantil a 8ª série	Rede municipal
Itapitanga	Secretaria Municipal de Educação	Mobilização de professores para elaboração de projetos de educação ambiental	Elaborar projetos de preservação ambiental	Professores e alunos da rede municipal	Município
Maraú	AMBI - Associação dos Moradores do bairro Independência	Palestras e reuniões para orientar o descarte do lixo	Evitar acúmulo de lixo nas ruas	Moradores	Bairro Novo
Maraú	Associação de Mulheres e Afrodescendentes de Maraú	Projeto saúde Básica da Mulher	Reuniões temáticas sobre saneamento, prevenção de doenças, gravidez, DST	Mulheres	Sede e povoados
Maraú	Secretaria Municipal de Saúde	Palestras em escolas e associações	Campanha voltada para tratamento da água para controle da dengue e parasitoses.	Moradores	Sede e povoados
Maraú	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Maraú	Mobilização para construção de rede de água e esgoto para Rua José Libório		Moradores	Bairro da Mangueira
Mascote	Programa Saúde da Família	Palestras educativas sobre saúde		População em geral	Município

Quadro 8.13 - Projetos e ações em educação ambiental e/ou mobilização social – RDS 5 – Continuação

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Mascote	Salva	Palestras nas Escolas	Sensibilizar os alunos sobre a preservação do meio ambiente	Alunos do fundamental I	Município
Mascote	Salva	Reflorestamento nas Margens do Rio São João e de Algumas Nascentes		-	Distrito de Paraíso
Mascote	Secretaria Municipal de Educação	Educação para a vida	Educar a comunidade nas questões de ética, cidadania e meio ambiente	Comunidade em geral	Município
Mascote	Secretaria Municipal de Educação	Projeto Despertar	Sensibilizar sobre a importância da conservação do meio ambiente	Alunos a partir de cinco anos e representantes da comunidade	Município
Mascote	Secretaria Municipal do Meio Ambiente	Seminários sobre resíduos sólidos	Capacitar os professores	Professores da zona rural	Município
Mascote	Secretaria Municipal do Meio Ambiente	Educação ambiental nas escolas		Alunos	Município
Mascote	Secretaria Municipal do Meio Ambiente	Projeto de construção de um aterro sanitário (não foi aprovado)		-	Município
Pau Brasil	Fundação Grupo de Trabalhos Ambientais	Fiscalização nas questões ambientais		-	Município
Pau Brasil	Fundação Grupo de Trabalhos Ambientais	Palestras educacionais sobre a importância do meio ambiente		Comunidade	Município
Santa Luzia	Secretaria Municipal de Educação	Projeto Despertar	Preservação do meio ambiente abrangendo a comunidade em geral	Urbano e rural	Município
São José da Vitória	Associação São Joseense dos Agentes Comunitários de Saúde	Projeto Cidade Limpa	Sensibilizar a comunidade para manter a cidade limpa	Urbano	Município
São José da Vitória	Secretaria Municipal de Saúde	PSE - Programa Saúde na Escola	Cuidar da parte social e prevenção de doenças na comunidade escolar	Urbano e rural	Município
Ubaitaba	EMBASA - Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A.	Com Mais água	Conscientizar a população para a necessidade da água no presente e no futuro.	Comunidade de Faisqueira	Faisqueira

Quadro 8.13 - Projetos e ações em educação ambiental e/ou mobilização social – RDS 5 – Continuação

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Ubaitaba	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social	Projeto Pró-Jovem	Meio Ambiente, Saúde, Reciclagem	Adolescentes de 15 a 17 anos, usuários do bolsa família	Município (Faisqueira, Ruinha)
Ubaitaba	Secretaria Municipal de Educação	Com Mais água	Uso responsável da Água	Comunidade de Faisqueira	Distrito de Faisqueira
Ubaitaba	Secretaria Municipal de Saúde	Projeto Com Mais Água	Conscientizar a população para a importância do racionamento da água	População como um todo	Município
Ubaitaba	Secretaria Municipal de Saúde	Programa de Saúde da Família		Comunidade	Município
Ubaitaba	Secretaria Municipal do Meio Ambiente	Recuperação da mata ciliar	Recuperar a mata ciliar	População ribeirinha	Beira do Rio
Ubaitaba	Secretaria Municipal do Meio Ambiente	Recuperação de áreas degradadas	Recuperar áreas degradadas e proporcionar melhoria da qualidade de vida da população, preservação da mata ciliar	População	Paço Municipal
Una	Conselho Municipal de Meio Ambiente	Fiscalização das ações ambientais		-	
Una	Secretaria Municipal de Educação	Limpeza nas margens do rio Una	Sensibilizar o aluno para a importância da preservação do rio	Comunidade escolar	Sede
Una	Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente	Revitalização do Rio Aliança	Revitalizar o principal rio que corta a cidade	Comunidade em geral	Sede
Uruçuca	EMBASA - Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A.	Palestras nas escolas sobre o uso da água	Esclarecer a população a fim de reduzir desperdícios de água. Também leva os alunos à Estação de Tratamento para que conheçam o sistema de tratamento de água	Alunos da rede pública	Sede (Centro Educacional)

Quadro 8.13 - Projetos e ações em educação ambiental e/ou mobilização social – RDS 5 – Continuação

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Uruçuca	Secretaria Municipal de Educação	Projeto Vila Aprendiz	Sensibilizar e conscientizar, trazendo a comunidade para a Escola, da necessidade em conservar e preservar o meio ambiente	Comunidade de Serra Grande	Serra Grande
Uruçuca	Secretaria Municipal de Educação	Projeto Despertar (Convênio SENAC)	Conscientização da conservação do Meio Ambiente	Alunos Escolas Rurais	Escolas do Campo
Uruçuca	Secretaria Municipal de Saúde	PSF - Programa de Saúde da Família	Orienta a população do município com relação ao consumo de água e cuidados com o lixo. A orientação é feita a partir dos agentes comunitários de saúde.	Moradores atendidos pelo PSF	Município todo

Quadro 8.14 - Outros projetos e ações – RDS 5

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Almadina	Associação dos Sem Tetos de Almadina	Articulação com órgãos públicos municipais e estaduais	Conquista de benefícios para construção de moradia para famílias de baixa renda	Urbano	Município
Almadina	Conselho Municipal de Educação	Analisar e aprovar as ações de educação apresentadas pela Secretaria Municipal de Educação	Garantir a qualidade de ensino	Urbano e rural	Município
Almadina	Secretaria Municipal de Assistência Social	Atividade socioeducativas através de cursos no CRAS	Promover a inclusão social de crianças, adolescentes, adultos, idosos e gestantes	Urbano e rural	Município
Almadina	Secretaria Municipal de Assistência Social	Programa Bolsa Família	Atender as Famílias no cadastramento único do governo federal para liberação do benefício do programa	Urbano e rural	Município
Almadina	Secretaria Municipal de Assistência Social	Distribuição de Benefícios eventuais (urna funerária, cesta básica, documentos, transportes, alimentação e moradia popular)	Atender pessoas em condição de vulnerabilidade social	Urbano e rural	Município
Almadina	Secretaria Municipal de Educação	Parceria com outras Secretarias	Atendimento as necessidades sociais, saúde e educação da população	Urbano e rural	Município
Almadina	Secretaria Municipal de Esportes	Articulação e parceria com outras secretarias	Promover a inclusão social e atenção a saúde aos usuários de atividades promovidas na secretaria de esporte	Urbano e rural	Município
Almadina	Secretaria Municipal de Esportes	Elaboração de Projetos de ensino de futebol	Promover a inclusão social e combate a marginalidade de crianças e adolescentes	Urbano e rural	Município
Almadina	Secretaria Municipal de Saúde	Programa de saúde e imunização	Garantir a saúde da população através de aplicações de vacinas de rotinas e campanhas municipais	Urbano e rural	Município
Almadina	Secretaria Municipal de Saúde	Palestras informativas de saúde	Desenvolvimento de atividades de prevenção a saúde da população	Urbano e rural	Município
Arataca	Conselho Municipal de Educação	Planejamento, fiscalização das ações educacionais e aprovação de projetos		-	Município

Quadro 8.14 - Outros projetos e ações – RDS 5 – Continuação

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Arataca	Conselho Municipal de Saúde	Promoção, prevenção e fiscalização da saúde pública		-	Município
Arataca	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	PAA - Programa de Aquisição de Alimentos	Fortalecer a agricultura familiar	Rural	Município
Arataca	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	Distribuição de mudas de seringueiras	Incentivar a produção de seringueiras	Rural	Município
Arataca	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	Distribuição de mudas frutíferas	Incentivar a produção de frutas	Rural	Município
Arataca	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	Distribuição de sementes de girassol	Incentivar o plantio de girassol junto aos pequenos produtores rurais	Rural	Município
Arataca	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social	PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil	Erradicar o trabalho infantil. Atende crianças e adolescentes até 16 anos	Urbano e rural	Município
Arataca	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social	PAA - Programa de Aquisição de Alimentos	Fortalecer a agricultura familiar	Rural	Município
Arataca	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social	Distribuição de cestas básicas	Beneficiar famílias carentes	Urbano e rural	Município
Arataca	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social	PROJOVEM - Programa Nacional de Inclusão de Jovens	Promover a inclusão social de adolescentes de 15 a 17 anos	Urbano	Município
Arataca	Secretaria Municipal de Educação, Esportes, Cultura, Lazer e Turismo	PAR - Plano de Ações Articuladas	Organizar as ações educacionais para professores e gestores	Urbano e rural	Município
Arataca	Secretaria Municipal de Educação, Esportes, Cultura, Lazer e Turismo	Projeto de leitura	Incentivar o hábito da leitura na comunidade escolar	Urbano e rural	Município
Arataca	Secretaria Municipal de Educação, Esportes, Cultura, Lazer e Turismo	PDE ESCOLA - Plano de Desenvolvimento Escolar	Para professores - organizar o desempenho dos alunos nas escolas	Urbano e rural	Município
Arataca	Secretaria Municipal de Saúde	Programa de saúde do idoso	Proporcionar uma melhor qualidade de vida	Urbano e rural	Município

Quadro 8.14 - Outros projetos e ações – RDS 5 – Continuação

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Arataca	Secretaria Municipal de Saúde	Núcleo de preservação à violência	Acolher as pessoas vítima de violência física e social	Urbano e rural	Município
Arataca	Secretaria Municipal de Saúde	Projeto saúde da mulher	Prevenir a saúde da mulher a partir de 14 anos	Urbano e rural	Município
Aurelino Leal	Centro de Referência de Assistência Social - CRAS	PAIF - Programa de Atenção Integral à Família	Resgatar auto-estima da família, colocar no mercado de trabalho. Questões sociais. Não consegue dar muita atenção aos distritos, por conta da dificuldade de só ter um psicólogo e um assistente social	Famílias	Município como um todo
Aurelino Leal	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Vigília das queimadas	Proteção das matas	-	Áreas rurais
Barro Preto	Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças	Projeto no SICONV para calçamento e esgotamento sanitário do Bairro Invasão, ainda não contemplado		População	Município
Barro Preto	Secretaria Municipal de Educação	Educar para um outro mundo possível	Plano de ação da Secretaria e escolas/preservação	Alunos da rede municipal	Município
Buerarema	Associação Bueraremense de Agentes Comunitários de Saúde - ABACS	Articulação junto a Secretaria Municipal de Saúde	Garantir estrutura de trabalho para os agentes e melhoria no atendimento a saúde da população	Urbano e rural	Município
Buerarema	Associação Bueraremense de Agentes Comunitários de Saúde - ABACS	Realização de cursos de formação técnica de agentes comunitários de saúde	Oferecer maior conhecimento para os profissionais	Urbano e rural	Município
Buerarema	Associação Bueraremense de Agentes Comunitários de Saúde - ABACS	Participação em eventos de saúde	Buscar melhorias para os agentes relacionado a área de trabalho	Urbano e rural	Município
Buerarema	Associação de Pequenos Produtores Agrícolas	Plantio de hortaliças e produção de ovos	Vender à CONAB que distribui gratuitamente a nove entidades que redistribui a famílias em situação de vulnerabilidade social	Famílias carentes	Município
Buerarema	Conselho Municipal de Educação	Cria normas de funcionamento da educação básica	Garantir a qualidade do ensino no Município	Urbano e rural	Município

Quadro 8.14 - Outros projetos e ações – RDS 5 – Continuação

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Buerarema	Conselho Municipal de Educação	Análise, aprova e fiscaliza os projetos da Secretaria Municipal de Educação	Garantir a qualidade do ensino no Município	Urbano e rural	Município
Buerarema	Secretaria Municipal de Assistência Social	Atendimento a população através das ações do CRAS e CREAS.		Crianças, jovens, indivíduos e famílias de baixa renda	Município
Buerarema	Secretaria Municipal de Assistência Social	Distribuição de benefícios eventuais	Atender indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social (cestas básicas, urnas funerárias, medicamentos, passagens, documentos, serviços de advogado)	Urbano e rural	Município
Buerarema	Secretaria Municipal de Assistência Social	Programa Bolsa Família	Cadastrar e coordenar o processo de inserção e permanência de famílias de baixa renda no programa	Urbano e rural	Município
Buerarema	Secretaria Municipal de Assistência Social	Visitas domiciliares	Acompanhamento sócio econômico da população	Urbano e rural	Município
Buerarema	Secretaria Municipal de Saúde	Mutirão da Dengue	Combate ao mosquito transmissor	Urbano e rural	Município
Buerarema	Secretaria Municipal de Saúde	Coordena a ação de vacinação de cães e gatos, além da vacinação de rotina e de campanhas do calendário anual do Ministério da Saúde.	Imunizar pessoas e animais	População em geral	Município
Camacan	Associação dos Agentes Comunitários de Saúde de Camacan	Campanhas de ação social e eventos esportivos		Urbano e rural	Município
Camacan	Associação dos Agentes Comunitários de Saúde de Camacan	Palestras sobre saúde	Promover educação	Urbano e rural	Município
Camacan	Associação dos Agentes Comunitários de Saúde de Camacan	Discussões sobre condições de trabalho	Buscar melhorias nas condições de trabalho	Urbano e rural	Município
Camacan	Conselho Municipal de Educação	Análise e acompanhamento da política do sistema de ensino	Garantir a qualidade do ensino	Urbano e rural	Município

Quadro 8.14 - Outros projetos e ações – RDS 5 – Continuação

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Camacan	Instituto Uiraçu	Pesquisas científicas	Parcerias com Universidades	Urbano e rural	Município
Camacan	Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Econômico	Incentivo a diversificação agropecuária	Diversificar a fonte de renda dos pequenos produtores e apoio a cultura do cacau em parceria com a CEPLAC (Comissão Executiva de Planejamento da Lavoura Cacaueira)	Rural	Município
Camacan	Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Econômico	Cursos de capacitação profissionalizante	Capacitação de mão de obra qualificada na área de agropecuária	Rural	Município
Camacan	Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Econômico	Realização de seminários	Informações técnicas para os produtores rurais	Rural	Município
Camacan	Secretaria Municipal de Assistência Social	Projovem	Promover a inclusão social - adolescentes de 15 a 17 anos	Urbano	Município
Camacan	Secretaria Municipal de Assistência Social	Nossa Sopa	Combater a desnutrição - 450 famílias atendidas	Urbano	Município
Camacan	Secretaria Municipal de Assistência Social	Infotele	Proporcionar o consumo do leite pelas crianças das creches	Urbano	Município
Camacan	Secretaria Municipal de Educação	Programa Progestão	Formação de gestores escolares e coordenadores	Urbano e rural	Município
Camacan	Secretaria Municipal de Educação	Programa de Alfabetização e Linguagem	Capacitar os professores de 1º e 2º ano do ensino médio	Urbano e rural	Município
Camacan	Secretaria Municipal de Educação	Programa Pro infantil	Capacitação de monitores que atuam nas creches	Urbano e rural	Município
Camacan	Secretaria Municipal de Saúde	Suplementação alimentar	Melhorar o estado nutricional das crianças e adolescentes	Urbano e rural	Município
Camacan	Secretaria Municipal de Saúde	Reestruturação das unidades de saúde	Promover melhoria no atendimento à população	Urbano e rural	Município
Camacan	Secretaria Municipal de Saúde	Palestras e oficinas	Prevenção e promoção da saúde	Urbano e rural	Município

Quadro 8.14 - Outros projetos e ações – RDS 5 – Continuação

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Canavieiras	Associação de Moradores dos Bairros São Sebastião e Tancredão - AMBAST	Distribuição de sopas		Comunidade	Sede
Canavieiras	Câmara de Dirigentes Lojistas de Canavieiras	Campanhas publicitárias	Ampliação de vendas	Associados	Município
Canavieiras	Câmara de Dirigentes Lojistas de Canavieiras	Cursos profissionalizantes	Capacitação de lojistas e empregados	Associados e comunidade em geral	Município
Canavieiras	Colônia Z-20 dos Pescadores de Canavieiras	Apoio e suporte aos associados; encaminhamentos para Previdência Social, Ministério do Trabalho, Capitania da Marinha de Ilhéus e Superintendência da Pesca.		-	
Canavieiras	Conselho Municipal de Educação	Reunião mensal	Elaboração, discussão e organização das políticas educacionais	-	Município
Canavieiras	Conselho Municipal de Saúde	Apoio, participação e fiscalização nos setores da saúde		-	Município
Canavieiras	Conselho Municipal de Saúde	Planejamento das ações de saúde		-	Município
Canavieiras	Instituto de Proteção de Ambientes Litorâneos da Mata Atlântica - ECOTUBA	Coleta de dados de densidade populacional e estoque de caranguejo no mangue		-	Canavieiras, Una e Caravelas
Canavieiras	Instituto de Proteção de Ambientes Litorâneos da Mata Atlântica - ECOTUBA	Monitoramento de praias em desova de tartaruga (no período de dezembro a março)		-	Canavieiras, Una e Ilhéus
Canavieiras	Secretaria do Bem-Estar Social	Construção de unidades habitacionais	Melhoria de moradia para população em área de risco	Famílias carentes	Sede
Canavieiras	Secretaria do Bem-Estar Social	Capacitação, cursos, oficinas e palestras a fim de melhorar a condição de trabalho	Geração de emprego e renda	Famílias carentes	Município
Canavieiras	Secretaria Municipal de Turismo e Esporte	Inventário turístico	Coletar dados da estrutura turística do município e suas potencialidades	População	Município

Quadro 8.14 - Outros projetos e ações – RDS 5 – Continuação

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Canavieiras	Secretaria Municipal de Turismo e Esporte	Segurança nas praias	Apoio, incentivo aos salva-vidas e segurança nas praias	Salva vida e população	Sede
Canavieiras	Secretaria Municipal de Turismo e Esporte	Eu amo o esporte	Apoio, incentivo e realização de torneios e campeonatos esportivos de todos os gêneros	Comunidade	Sede
Coaraci	Associação Coaraciense de Agentes Comunitários de Saúde	Reuniões de Intercâmbio de Informações	Melhorar o campo de trabalho da categoria	Urbano e rural	Município
Coaraci	Associação de Apoio aos Ribeirinhos da Bacia do Rio Alma da	Elaboração de Projetos para SEDI	Aquisição de tanque para resfriamento de leite	Rural	Município
Coaraci	Centro Dona Xepa Fim de Feira Alimento uma Família	Arrecadação financeira para custeio de despesas da ONG	Estruturar o trabalho da ONG na distribuição de alimentos	Urbano e rural	Município
Coaraci	Centro Dona Xepa Fim de Feira Alimento uma Família	Organização do trabalho do grupo de voluntários	Executar a distribuição de alimentos	Urbano e rural	Município
Coaraci	Centro Dona Xepa Fim de Feira Alimento uma Família	Captação de alimentos junto a feirantes e proprietários de mercados	Atender famílias de baixa renda nas questões de alimentação	Urbano e rural	Município
Coaraci	CEPLAC - Comissão Executiva do Plano de Lavoura Cacaueira	Orientação técnica na elaboração de projetos para agricultores familiares	Melhoria da qualidade de vida da população e melhoria da qualidade da produção agrícola	Urbano e rural	Município
Coaraci	CEPLAC - Comissão Executiva do Plano de Lavoura Cacaueira	Visitas domiciliares com reuniões e palestras	Difusão de tecnologias no cultivo do cacau e controle da vassoura de bruxa	Urbano e rural	Município
Coaraci	Conselho Municipal da Criança e do Adolescente	Promover campanhas educativas	Combater a prostituição infantil, uso de drogas e marginalização	Urbano e rural	Município
Coaraci	Conselho Municipal da Criança e do Adolescente	Reuniões de Planejamento	Discutir e definir políticas de amparo a criança e adolescente	Urbano e rural	Município
Coaraci	Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente	Elaboração de Projetos	Manutenção e preservação das matas	População urbana e rural	Município
Coaraci	Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente	Acompanhar e fiscalizar as ações da secretaria de agricultura e meio ambiente	Garantir a execução do planejamento anual da secretaria	População urbana e rural	Município

Quadro 8.14 - Outros projetos e ações – RDS 5 – Continuação

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Coaraci	Conselho Municipal de Saúde	Análise e aprovação dos projetos da secretaria de saúde	Garantir a execução do atendimento ao usuário	Urbano e rural	Município
Coaraci	Conselho Municipal de Saúde	Articulação junto aos órgãos municipais, estaduais e federal	Garantir a execução do serviço de saúde do município	Urbano e rural	Município
Coaraci	Conselho Municipal de Saúde	Visitas as unidades de saúde	Fiscalizar a prestação de serviço da secretaria	Urbano e rural	Município
Coaraci	Conselho Tutelar	Estudo sócio econômico de famílias	Apoiar as famílias de baixa renda	População urbana e rural	Município
Coaraci	Conselho Tutelar	Palestras de combate a violência	Conscientizar a população para eliminação de maus tratos e abuso sexual	População urbana e rural	Município
Coaraci	Conselho Tutelar	Visitas domiciliares	Apoiar e acompanhar famílias de baixa renda nas questões sociais	População urbana e rural	Município
Coaraci	Instituto Viver da Mata	Oficinas para produtores do entorno do município	Capacitação para manejo de remanescentes florestais	População rural	Município
Coaraci	Instituto Viver da Mata	Levantamento da biodiversidade	Identificação da fauna e flora local	População geral	Município
Coaraci	Instituto Viver da Mata	Elaboração do relatório técnico ambiental	Apresentação da condição de saneamento de Coaraci em Conferências Estaduais	População em geral	Município
Coaraci	Loja Maçônica Filhos da Acácia	Captação e distribuição de doativos (alimentos, roupas, brinquedos)	Apoio as famílias de baixa renda	População urbana	Município
Coaraci	Secretaria de Planejamento, Ciências e Tecnologia	Parceria nas discussões de ações de outras secretarias	Melhoria da infraestrutura dos municípios	Urbano e rural	Município
Coaraci	Secretaria de Planejamento, Ciências e Tecnologia	Criação de centros de inclusão digital	Promover o acesso e difusão do conhecimento de novas tecnologias	Urbano e rural	Município
Coaraci	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	Instalação do Fundo Municipal de Meio Ambiente	Criar um órgão fiscalizador das ações ambientais	Urbano e rural	Município
Coaraci	Secretaria Municipal de Assistência Social	Programa Nossa Sopa	Atender a população de baixa renda	Urbano	Município

Quadro 8.14 - Outros projetos e ações – RDS 5 – Continuação

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Coaraci	Secretaria Municipal de Assistência Social	Distribuição de benefícios eventuais	Atender as necessidades da população de baixa renda no que se refere a urnas funerárias, cestas básicas, enxoval infantil, transporte e documentos.	Urbano e rural	Município
Coaraci	Secretaria Municipal de Assistência Social	Projovem	Desenvolver atividades socioeducativas para adolescentes	Urbano e rural	Município
Coaraci	Secretaria Municipal de Assistência Social	Visitas domiciliares	Realizar o acompanhamento sócio econômico da população	Urbano e rural	Município
Coaraci	Secretaria Municipal de Assistência Social	Atendimento social a idosos, deficientes, gestantes, crianças, domésticas e famílias de baixa renda	Promover a cidadania e inclusão da população com realização de atividades de desenvolvimento de habilidades (Oficina de ballet, culinária, artesanato, garçom, customização)	Urbano e rural	Município
Coaraci	Secretaria Municipal de Assistência Social	Parceria com o Governo Federal no Programa Leite Fome Zero	Atender a população de baixa renda	Urbano e rural	Município
Coaraci	Secretaria Municipal de Saúde	Campanhas de vacinação, câncer de colo, câncer de mama, hipertensão, tabagismo e dengue	Educação e prevenção a saúde	Urbano e distrital	Município
Coaraci	Secretaria Municipal de Saúde	Visitas domiciliares	Atenção básica a saúde da população	Urbano e distrital	Município
Floresta Azul	APLB - Associação dos Professores Licenciados da Bahia	Reuniões para discussão de plano de carreira	Melhoria da estrutura e condição de trabalho para a categoria	Urbano e rural	Município
Floresta Azul	APLB - Associação dos Professores Licenciados da Bahia	Participação e apoio em atividades temáticas junto a Secretaria Municipal de Educação	Garantir a execução de serviços da Secretaria	Urbano e rural	Município
Floresta Azul	APLB - Associação dos Professores Licenciados da Bahia	Elabora projetos de educação	Melhoria da qualidade da educação e fortalecimento da categoria	Urbano e rural	Município

Quadro 8.14 - Outros projetos e ações – RDS 5 – Continuação

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Floresta Azul	Conselho Municipal de Educação	Fiscalizar os recursos financeiros do FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação)	Garantir a execução e qualidade de ensino	Urbano e rural	Município
Floresta Azul	Conselho Municipal de Educação	Legalização das escolas da rede municipal	Regularizar o sistema de educação	Urbano e rural	Município
Floresta Azul	Secretaria Municipal de Administração	Cobrança de impostos	Acompanhar a arrecadação tributária municipal	Urbano e rural	Município
Floresta Azul	Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Recursos Hídricos	Parceria com o Governo Estadual e federal no PAA (Programa de Aquisição de Alimentos)	Incentivo ao pequeno produtor e distribuição de alimentos para escolas, igrejas e creches	Urbano e rural	Município
Floresta Azul	Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Recursos Hídricos	Elaboração do projeto de viveiros de mudas	Distribuição e plantio de árvores nativas e frutíferas	Urbano e rural	Município
Floresta Azul	Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Recursos Hídricos	Curso de capacitação de horticultura, piscicultura, apicultura e gestão associativa	Capacitar agricultores e associações de moradores	Urbano e rural	Município
Floresta Azul	Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Recursos Hídricos	Curso para formação de agentes vacinadores de Brucelose (bovinos)	Evitar erradicação da doença no Município	15 participantes zona rural	Zona rural
Floresta Azul	Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Recursos Hídricos	Proposta de curso para 2010 = Inseminação de animais (bovinos)	Aproveitamento de produtos vegetais, bovino de leite, cultivo de graviola e maracujá, enxertia de cacau, vacinação animal, criação de galinha caipira e codornas, gestão ambiental, apicultura, piscicultura, poda	Zona rural	Zona rural
Floresta Azul	Secretaria Municipal de Assistência Social	Projeto Minha casa Minha Vida	Coordenação e encaminhamento de famílias	Urbano	Sede

Quadro 8.14 - Outros projetos e ações – RDS 5 – Continuação

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Floresta Azul	Secretaria Municipal de Assistência Social	Projeto Benefícios Eventuais	Atendimento de famílias de baixa renda. Distribuição de cestas básicas, medicamentos, documentos, passagens, urnas funerárias)	Urbano e rural	Município
Floresta Azul	Secretaria Municipal de Assistência Social	Programa Bolsa Família	Atender famílias de baixa renda	Urbano e rural	Município
Floresta Azul	Secretaria Municipal de Assistência Social	BPC - Benefício de Prestação Continuada	Aposentadoria de idosos e deficientes físicos	Urbano e rural	Município
Floresta Azul	Secretaria Municipal de Assistência Social	Projeto Cegonha	Atender gestantes na elaboração e distribuição de enxovais infantis	Urbano e rural	Município
Floresta Azul	Secretaria Municipal de Assistência Social	AMI - Atenção a Melhor Idade	Atendimento aos idosos	Urbano e rural	Município
Floresta Azul	Secretaria Municipal de Assistência Social	Projeto de Mãos Dadas	Complementação alimentar, palestras no CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), higienização para famílias beneficiadas pelo Bolsa Família	Urbano e rural	Município
Floresta Azul	Secretaria Municipal de Educação	Projeto ecológico em parceria com a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente - CEPLAC	Conscientização da importância do reflorestamento e plantio de mudas	Urbano e rural	Município
Ibicaraí	Conselho Municipal de Assistência Social	Analisa, aprova e fiscaliza os projetos da Secretaria Municipal de Assistência Social	Garantir a execução e a qualidade do atendimento social da população	Urbano e rural	Município
Ibicaraí	Conselho Municipal de Educação	Averiguar denúncias de irregularidades pessoais e estruturais nas escolas	Garantir a qualidade de ensino no Município	Urbano e rural	Município
Ibicaraí	Conselho Municipal de Educação	Analisa, aprova e fiscaliza os projetos da Secretaria Municipal de Educação	Garantir a qualidade de ensino no Município	Urbano e rural	Município
Ibicaraí	Conselho Municipal de Meio Ambiente	Analisa, aprova e fiscaliza os projetos da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	Garantir a preservação do meio ambiente	Urbano e rural	Município

Quadro 8.14 - Outros projetos e ações – RDS 5 – Continuação

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Ibicaí	Conselho Tutelar	Articulação com os órgãos municipais	Garantir a execução do estatuto da criança e adolescente	Urbano e rural	Município
Ibicaí	Conselho Tutelar	Averiguar denúncias de maus tratos	Combater a violência contra crianças e adolescentes	Urbano e rural	Município
Ibicaí	Conselho Tutelar	Visitas domiciliares	Acompanhamento sócio econômico para encaminhamento nas questões de educação, saúde e social da população infante juvenil	Urbano e rural	Município
Ibicaí	ONG Casa Companhia de Ação Sócio Ambiental	Projeto de biodigestores para agricultura familiar	Economia de energia elétrica, produção de adubo orgânico e geração de renda	Rural e comunidades tradicionais, índios e assentamentos	Município
Ibicaí	ONG Casa Companhia de Ação Sócio Ambiental	Coordenação do núcleo de cultura	Realização de oficinas, teatro, artesanato, trabalhos manuais	Urbano	Município
Ibicaí	Secretaria Municipal de Assistência Social	Projeto Amor e Vida	Atendimento a gestantes. Distribuição de enxovais	Urbano e rural	Município
Ibicaí	Secretaria Municipal de Assistência Social	Oficinas profissionalizantes - Programa PROJOVEM para jovens de 14 até 17 anos	Capacitar jovens e adultos cadastrados pelo programa Bolsa Família	Urbano e rural	Município
Ibicaí	Secretaria Municipal de Assistência Social	Distribuição de benefícios eventuais	Atender indivíduos e famílias de baixa renda em situação de vulnerabilidade social como cestas básicas, urnas funerárias, documentos, passagens, medicamentos.	Urbano e rural	Município
Ibicaí	Secretaria Municipal de Assistência Social	Programa de atenção aos idosos (adultos a partir de 60 anos)	Desenvolver atividades socioeducativas através de oficinas de arte, música, dança e ginástica	Urbano e rural	Município
Ibicaí	Secretaria Municipal de Assistência Social	Programa Peti	Combater a erradicação do trabalho infantil, atendimento de crianças de 06 até 15 anos	Urbano e rural	Município

Quadro 8.14 - Outros projetos e ações – RDS 5 – Continuação

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Ibicaraí	Secretaria Municipal de Educação	Atividades Mensais culturais, educativas e ambientais	Promover o vínculo da população com a rede pública de ensino	Urbano e rural	Município
Ibicaraí	Secretaria Municipal de Saúde	Atendimento específico de saúde da população	Atender e conscientizar a população quanto à hipertensão, diabeete, pré natal, planejamento familiar, crescimento e desenvolvimento infantil, tuberculose, hanseníase e outros	Urbano e rural	Município
Ibicaraí	Secretaria Municipal de Saúde	Realização de campanhas de vacina de rotina e do calendário do Governo Federal	Imunizar a população	Urbano e rural	Município
Ilhéus	Associação Ação Ilhéus	Projeto Vilas Sustentáveis. Parceria UESC (Universidade Estadual de Santa Cruz), FAPESB (Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado da Bahia)	Diagnóstico participativo, participação social, formação de líderes	Comunidade Vila Juerana	Vila Juerana
Ilhéus	Conselho de Defesa do Meio Ambiente	Sistema Municipal do Meio Ambiente (criação) - SISMUNA	Fiscalização, adequação para licenciamento de competência do município	Município	Município
Ilhéus	Federação das Associações de Moradores de Ilhéus - FAMI	Orientação e Organização das Associações de Moradores do Município. Inclusão das Associações nos conselhos municipais	Orientar e organizar a ativação das associações	Associação de moradores	Município
Ilhéus	IESB - Instituto de Estudos Sócio-Ambientais de Sul da Bahia	Programas de Fortalecimento Institucional de ONGs	Fortalecimento do 3º setor na área sócio-ambiental	ONGs, técnicos, associados	Todo Sul da Bahia e Estado do Espírito Santo
Ilhéus	IESB - Instituto de Estudos Sócio-Ambientais de Sul da Bahia	Economia Solidária	Fortalecimento de Associação e Comunidades Tradicionais	Comunidades Tradicionais	Ilhéus, Arataca, Una, Camacan e Canavieiras
Ilhéus	IESB - Instituto de Estudos Sócio-Ambientais de Sul da Bahia	Corredor Una - Lontras	Conservação de remanescentes florestais e desenvolvimento sustentável	Comunidades Rurais	Municípios de Una, Arataca, Camacan, Ilhéus e Santa Luzia

Quadro 8.14 - Outros projetos e ações – RDS 5 – Continuação

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Ilhéus	Secretaria Municipal de Saúde	Ações de saúde e educação	Promoção da saúde e prevenção de agravos. Diagnóstico, tratamento, visita domiciliar.	Comunidade em geral	Município
Ilhéus	UESC (Universidade Estadual de Santa Cruz) - Mestrado de Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente	Comunidades Sustentáveis		-	
Ilhéus	UESC (Universidade Estadual de Santa Cruz) - Mestrado de Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente	Uso de Recursos Naturais (As quatro linhas de Pesquisa do Programa) Temas interdisciplinares. Convênio: Universidade de Havana, Universidade de Cabo Verde, IFBA (Instituto Federal da Bahia) (CEFET - Centro Federal de Educação Tecnológica), MINTER (Mestrado Interinstitucional)		-	
Ilhéus	UESC (Universidade Estadual de Santa Cruz) - Mestrado de Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente	Qualidade Ambiental e Saúde		-	
Itabuna	Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Sustentável - COMDUS	Fiscalização do Plano Diretor Municipal Participativo	Fiscalizar o cumprimento do Plano	-	Sede
Itabuna	Conselho Municipal de Saúde de Itabuna - CMSI	Conferência Municipal de Saúde	Discutir a temática saúde no município e criar subsídios para construção do plano plurianual a partir das demandas dos participantes (da população). Real necessidade da população.	Usuários, trabalhadores em saúde e população em geral	Município
Itabuna	FTC - Especialização em Perícia e Auditoria Ambiental	Produção textual, pareceres e laudos	Analisar aspectos qualitativos do meio ambiente	Alunos	Município
Itabuna	Secretaria Municipal de Educação	Horta orgânica	Formação de hortas nas escolas (campo e área urbana)	Alunos do fundamental I e II	Município
Itacaré	CEPLAC - Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira	Consultoria técnica para elaboração de projetos agrícolas	Apoiar as associações de pescadores e de agricultores	Urbano e rural	Município

Quadro 8.14 - Outros projetos e ações – RDS 5 – Continuação

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Itacaré	CEPLAC - Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira	Elaboração e suporte técnico em projetos de agricultura familiar	Promover sustentabilidade nos projetos de produção e geração de renda para a população rural com o cultivo de banana, mandioca e cacau	Rural	Município
Itacaré	CEPLAC - Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira	Cursos, treinamentos e palestras	Promover a capacitação de agricultores visando a melhoria da qualidade de vida	Urbano e rural	Município
Itacaré	Conselho Municipal de Assistência Social	Visitas domiciliares	Acompanhamento sócio econômico de famílias em situação de risco e vulnerabilidade social	Urbano e rural	Município
Itacaré	Conselho Municipal de Assistência Social	Análise e aprovação de projetos	Garantir o atendimento social da população	Urbano e rural	Município
Itacaré	Conselho Municipal de Assistência Social	Fiscaliza as ações da Secretaria de Desenvolvimento Social	Garantir a execução dos projetos destinados ao atendimento social à população	Urbano e rural	Município
Itacaré	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social	Programa Bolsa Família	Cadastrar e coordenar o processo de inserção e permanência de famílias de baixa renda no programa	Urbano, rural e quilombola	Município
Itacaré	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social	Elabora projetos socioeconômicos	Atender casos de desnutrição, reabilitação, gestantes, jovens, idosos, indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social	Urbano, rural e quilombola	Município
Itacaré	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social	Distribuição de benefícios eventuais	Atender indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social (cestas básicas, urnas funerárias, medicamentos, passagens, documentos, serviços de advogado)	Urbano, rural e quilombola	Município

Quadro 8.14 - Outros projetos e ações – RDS 5 – Continuação

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Itacaré	Secretaria Municipal de Saúde	Realiza vacinação de rotina e de campanhas	Promover a imunização da população	Urbano e rural	Município
Itaju do Colônia	Associação Beneficente do Bairro Parque dos Rios	PAA - Programa de Aquisição de Alimentos	Assistência às famílias carentes	Famílias carentes	Bairro Parque dos Rios
Itaju do Colônia	Associação de Moradores do Parque dos Rios	PAA - Programa de Aquisição de Alimentos	Assistência às famílias carentes	Famílias carentes	Sede
Itaju do Colônia	Associação de Moradores do Parque dos Rios	Distribuição de sopa	Propiciar o consumo de sopa	Comunidade carente	Sede
Itaju do Colônia	Associação dos Agentes Comunitários de Saúde	Palestras	Orientação sobre questões relacionadas com a saúde	Comunidade	Sede
Itaju do Colônia	Associação dos Agentes Comunitários de Saúde	Busca por melhores condições de trabalho		Profissionais	Município
Itaju do Colônia	Associação dos Agentes Comunitários de Saúde	Campanha de Mobilização	Informar a comunidade sobre o serviço de saúde que é oferecido no município	Comunidade	Sede
Itaju do Colônia	Conselho Municipal de Saúde	Fiscalização dos recursos financeiros		-	Município
Itaju do Colônia	Conselho Municipal de Saúde	Acompanhamento dos serviços de saúde prestados		-	Município
Itaju do Colônia	Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente	Programa Nacional da Agricultura Familiar - PRONAF	Apoio e fortalecimento a agricultura familiar	Produtor rural	Município
Itaju do Colônia	Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente	Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	Fortalecer a agricultura familiar	Produtor rural	Município
Itaju do Colônia	Secretaria Municipal de Assistência Social	PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil	Erradicar o trabalho infantil	Crianças de 7 a 14 anos	Sede
Itaju do Colônia	Secretaria Municipal de Assistência Social	PAA - Programa de Aquisição de Alimentos	Assistência às famílias carentes	Famílias carentes	Município
Itaju do Colônia	Secretaria Municipal de Assistência Social	PROJOVEM	Promover a inclusão social	Adolescentes de 15 a 17 anos	Sede

Quadro 8.14 - Outros projetos e ações – RDS 5 – Continuação

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Itaju do Colônia	Secretaria Municipal de Educação e Cultura	PSE - Programa Saúde na Escola	Desenvolver ações de saúde preventiva dentro das escolas	Comunidade escolar	Sede
Itaju do Colônia	Secretaria Municipal de Educação e Cultura	Inclusão digital	Capacitação tecnológica	Comunidade escolar	Sede
Itaju do Colônia	Secretaria Municipal de Educação e Cultura	PAR - Plano de Ações Articuladas	Melhorar a qualidade de ensino através de metodologias e recursos financeiros	Professores e gestores	Município
Itaju do Colônia	Secretaria Municipal de Saúde	HIPERDIA	Controle da hipertensão e diabetes	Comunidade	Município
Itajuípe	Associação Brasileira de Apoio aos Recursos Ambientais - ABARÁ	Co-gestão da APA da Lagoa Encantada e Rio Almada	Gestão sócio-ambiental multidisciplinar e multi-institucional	Moradores dos municípios que fazem parte da APA	Bacia do Rio Almada
Itajuípe	Associação Brasileira de Apoio aos Recursos Ambientais - ABARÁ	Programa Pró-Jovem Urbano (Aceleração)	Educação para jovens e adolescentes que estariam fora da escola	Jovens entre 18 e 27 anos	Município de Itabuna
Itajuípe	Associação Brasileira de Apoio aos Recursos Ambientais - ABARÁ	Co-gestão da APA do Itapiracó	Gestão sócio-ambiental multidisciplinar e multi-institucional	Moradores do Município APA	São Luís - MA
Itapé	Conselho Municipal de Assistência Social	Analisa e aprova os projetos da Secretaria Municipal de Assistência Social	Atender as necessidades sociais da população	Urbano e rural	Município
Itapé	Conselho Municipal de Assistência Social	Fiscaliza a execução dos serviços da Secretaria Municipal de Assistência Social	Garantir a qualidade dos serviços prestados pela secretaria	Urbano e rural	Município
Itapé	Conselho Municipal de Assistência Social	Averigua denúncias de maus tratos	Atender as necessidades sociais da população	Urbano e rural	Município
Itapé	Conselho Tutelar	Analisa, aprova e fiscalizar ações da secretaria de ação social, educação e saúde	Garantir o atendimento prioritário e de qualidade a crianças e adolescentes	Urbano e rural	Município
Itapé	Conselho Tutelar	Averiguação de denúncias	Combater os maus tratos e abusos e garantir os direitos e deveres da criança e adolescentes	Urbano e rural	Município

Quadro 8.14 - Outros projetos e ações – RDS 5 – Continuação

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Itapé	Conselho Tutelar	Palestras socioeducativas	Atender e orientar a população sobre as questões dos direitos e deveres da criança e do adolescente	Urbano e rural	Município
Itapé	Grupo Acreditar (Melhor Idade - Idosos)	Captação de recursos financeiros e donativos	Realizar atividades de lazer e cultura destinadas a idosos	Urbano e rural	Município
Itapé	Grupo Acreditar (Melhor Idade - Idosos)	Planejar e executar atividade de lazer e cultura	Garantir o atendimento ocupacional dos idosos	Urbano e rural	Município
Itapé	Secretaria Municipal de Administração	Administra os recursos financeiros municipais destinados a execução de serviços de saneamento	Garantir a execução dos serviços de esgoto, drenagem e lixo	Urbano e rural	Município
Itapé	Secretaria Municipal de Assistência Social	Distribuição de benefícios eventuais: cesta básica, exames médicos, medicamentos, passagens, transporte, urnas funerárias, pagamento de contas de água e luz de famílias em condições de vulnerabilidade social	Ajudar famílias em vulnerabilidade social	Urbano e rural	Município
Itapé	Secretaria Municipal de Assistência Social	Oficinas socioeducativas no CRAS	Atender grupos específicos (jovens, idosos, gestantes, adultos e crianças)	Urbano e rural	Município
Itapé	Secretaria Municipal de Assistência Social	Desenvolvimento do Projeto Projovem	Atividade socioeducativa para jovens de 14 a 17 anos	Urbano e rural	Municipal
Itapé	Secretaria Municipal de Assistência Social	Curso de capacitação profissional	Capacitar usuários do Programa Bolsa Família com o objetivo de geração de renda	Urbano e rural	Município
Itapé	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Organizar a formação do Conselho do Meio Ambiente	Constituir um órgão fiscalizador	Urbano e rural	Município
Itapé	Secretaria Municipal de Saúde	Atendimento ambulatorial (rotina e urgência)	Prevenção, promoção e reabilitação da saúde da população.	Urbano e rural	Município
Itapitanga	Associação Comunitária dos Moradores de Itapitanga	Atividades educativas nas questões sociais	Redução da marginalidade (droga e alcoolismo)	População urbana	Município

Quadro 8.14 - Outros projetos e ações – RDS 5 – Continuação

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Itapitanga	Associação Comunitária dos Moradores de Itapitanga	Captação e doativos (alimentos e vestuário)	Apoiar famílias carentes	População urbana e rural	Município
Itapitanga	Associação Comunitária dos Moradores de Itapitanga	Articulação com os órgãos municipais e estaduais	Melhoria da estrutura da cidade	População urbana	Município
Itapitanga	Associação dos Agentes Comunitários de Saúde	Visitas domiciliares	Apoio as famílias na área de saúde e social	População urbana e rural	Município
Itapitanga	Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Vale do Poço da Caça	Parceria e articulação com órgãos municipais e estaduais	Garantir a melhoria da estrutura das áreas rurais	Rural	Município
Itapitanga	Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Vale do Poço da Caça	Elaboração de projetos de reflorestamento	Preservação da mata atlântica local	Urbano e rural	Município
Itapitanga	Conselho Municipal de Assistência Social	Analisar e fiscalizar os projetos e utilização do orçamento da Secretaria de Assistência Social	Garantir a prestação de serviços da Secretaria	Urbano e rural	Município
Itapitanga	Conselho Municipal de Educação	Analisa e aprova os projetos da Secretaria Municipal de Educação	Garantir a prestação de serviços da Secretaria	Urbano e rural	Município
Itapitanga	Conselho Municipal de Saúde	Fiscalização dos serviços de saúde	Apurar denúncias e acompanhar o trabalho de atenção básica de saúde de órgãos públicos	Urbano e rural	Município
Itapitanga	Conselho Municipal de Saúde	Parceria com a Secretaria Municipal de Saúde	Fortalecer as ações de saúde, campanhas, passeatas e prevenção de saúde	Urbano e rural	Município
Itapitanga	Secretaria Municipal de Assistência Social	Atenção a terceira idade	Valorização do trabalho sócio-assistencial, educativo e cultural	100 idosos	Município
Itapitanga	Secretaria Municipal de Assistência Social	Projovem adolescente	Desenvolver propostas de trabalho sócio-assistencial e sócio-educativo	100 jovens de 15 a 17 anos	Município
Itapitanga	Secretaria Municipal de Assistência Social	Distribuição de benefícios eventuais	Atendimento de calamidade pública, funeral e auxílio maternidade	Pessoas em vulnerabilidade social	Município

Quadro 8.14 - Outros projetos e ações – RDS 5 – Continuação

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Itapitanga	Secretaria Municipal de Assistência Social	Escolinha Sonho de Craque	Desenvolver trabalhos sócio-educativo, educativo e esportivo	Crianças e adolescentes até 17 anos	Município
Itapitanga	Secretaria Municipal de Assistência Social	Reunião ampliada e apoio a Embasa	Discutir a tarifa social de água	Beneficiados do bolsa família	Município
Itapitanga	Secretaria Municipal de Educação	Parceria com outras secretarias em eventos municipais.	Garantir a prestação de atendimento à população em campanhas de saúde e atividades sociais	População urbana e rural	Município
Itapitanga	Secretaria Municipal de Saúde	Campanhas educativas de saúde	Controle de doenças (tabagismo e epidemias)	População urbana e rural	Município
Itapitanga	Secretaria Municipal de Saúde	Programa de saúde preventiva	Garantir a saúde da população	População urbana e rural	Município
Itapitanga	Secretaria Municipal de Saúde	Visitas domiciliares (médicos, enfermeiras e agentes de saúde)	Acompanhar a saúde da população	População urbana e rural	Município
Jussari	ASPLEJ - Associação dos Pequenos Criadores de Gado Leiteiro	Criação de gados	Coletar o leite para revenda	Pequenos criadores de gado	Zona rural
Jussari	Associação Cultural Normário Sales - Rádio Jussari FM	Divulgação de campanhas		População em geral	Município
Jussari	Associação Cultural Normário Sales - Rádio Jussari FM	Espaço para debates		População em geral	Município
Jussari	Associação dos Agentes Comunitários de Saúde	Palestras	Informar a comunidade sobre os serviços oferecidos no município e esclarecimento sobre algumas doenças	Comunidade	Sede
Jussari	Associação dos Moradores do Bairro Leonel Batista	Cursos profissionalizantes	Incluir a comunidade no mercado de trabalho	Comunidade	Bairro Leonel Batista
Jussari	Conselho Municipal de Educação	Análise e acompanhamento da política do sistema de ensino		-	Município

Quadro 8.14 - Outros projetos e ações – RDS 5 – Continuação

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Jussari	Conselho Municipal de Educação	Credencia e autoriza o funcionamento das escolas		Comunidade escolar	Município
Jussari	Conselho Municipal de Saúde	Fiscalização e acompanhamento das ações de saúde		-	Município
Jussari	Obras Sociais e Amparo Materno-Infantil Sagrada Família	Atendimento psicológico	Atendimento e acompanhamento	Comunidade	Sede
Jussari	Obras Sociais e Amparo Materno-Infantil Sagrada Família	Inclusão digital	Capacitação tecnológica	Comunidade	Sede
Jussari	Obras Sociais e Amparo Materno-Infantil Sagrada Família	Escola	Ampliar e fortalecer o conhecimento escolar	170 alunos de 6 a 14 anos (até a 3ª série)	Sede
Jussari	Secretaria Municipal de Agricultura	Distribuição de mudas de cacau e frutas	Incentivar o plantio	Pequenos produtores	Zona rural
Jussari	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social	Programa Nossa Sopa	Propiciar o consumo de sopa às famílias	Famílias carentes	Sede
Jussari	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social	PROJOVEM	Promover a inclusão social	Adolescente de 15 a 17 anos	Sede
Jussari	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social	Cursos profissionalizantes	Inserir as famílias no mercado de trabalho	Famílias carentes	Sede
Jussari	Secretaria Municipal de Educação	Aulas de xadrez	Estimular o raciocínio lógico	Comunidade escolar	Município
Jussari	Secretaria Municipal de Educação	EJA - Educação de jovens e adultos	Alfabetizar jovens e adultos que estão em idade/séria em distorção	Jovens e adultos	Município
Jussari	Secretaria Municipal de Educação	TOPA - Todos pela Alfabetização	Alfabetizar jovens e adultos	Jovens e adultos a partir de 15 anos	Município
Jussari	Secretaria Municipal de Saúde	Imunização	Prevenção de doenças	Comunidade	Município
Jussari	Secretaria Municipal de Saúde	CD - Crescimento e desenvolvimento	Acompanhamento da saúde das crianças	Crianças	Município
Jussari	Secretaria Municipal de Saúde	HIPERDIA	Controle de hipertensão e diabetes	Comunidade	Município

Quadro 8.14 - Outros projetos e ações – RDS 5 – Continuação

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Jussari	Sindicato dos Funcionários Públicos Municipais de Jussari	Reivindicação	Melhoria nas questões trabalhistas	Servidores públicos municipais	Município
Maraú	Colônia de Pescadores e Aquicultores Z 62 Maraú - BA	Reuniões para orientação sobre o período de defeso	Instruir pescadores sobre os períodos de preservação de espécies de peixes	Pescadores	Sede e povoados
Maraú	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Pesca	Arborização da sede	Plantio de mudas nativas (pau ferro, jacarandá, ipê, etc.) em áreas urbanas	Moradores	Sede
Mascote	Conselho Municipal de Saúde	Fiscaliza e propõe soluções na área de saúde		População em geral	Município
Mascote	Instituto Pau Brasil	Recuperação da Mata Atlântica		População em geral	Município
Mascote	Instituto Pau Brasil	Curso de capacitação para agricultores	Aperfeiçoamento e mecanização	Agricultores da região	Município
Mascote	Instituto Pau Brasil	Apoio e implantação de infraestrutura aquícola e pesqueira	Gerar rede estratégica e regionalizada de infraestrutura para o desenvolvimento e o bom funcionamento das cadeias produtivas aquícola e pesquisa integradas, promovendo a pesquisa, o ensino, o consumo, a comercialização, o beneficiamento e a produção com qualidade, segurança, rentabilidade e sustentabilidade.	População	Região por onde passa o rio Pardo
Mascote	Programa Saúde da Família	Planejamento familiar	Controle da natalidade	Famílias	Município
Mascote	Programa Saúde da Família	Hiperdia	Controle dos hipertensos e diabéticos	População em geral	Município
Mascote	Programa Saúde da Família	CD - Crescimento e desenvolvimento	Acompanhamento do crescimento e desenvolvimento de crianças	Crianças de 1 a 5 anos	Município
Mascote	Programa Saúde da Família	Pré natal	Acompanhar a mulher da gravidez até o parto	Mulheres	Município
Mascote	Salva	Plantio de Mudas na Mata Atlântica		População em geral	Município

Quadro 8.14 - Outros projetos e ações – RDS 5 – Continuação

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Mascote	Secretaria Municipal de Agricultura	Programa de Aquisição de Alimentos - PAA	Compra de alimentos nas mãos dos pequenos produtores	População urbana e rural	Município
Mascote	Secretaria Municipal de Agricultura	Curso de capacitação para agricultores familiares	Capacitar o pequeno agricultor	Pequeno agricultor	Zona rural
Mascote	Secretaria Municipal de Agricultura	Apoio técnico para pequenos agricultores		Pequeno agricultor	Zona rural
Mascote	Secretaria Municipal de Educação	Projeto Escola Ativa	Busca valorizar o ambiente rural	Comunidade escolar	Distrito de Paraíso
Mascote	Secretaria Municipal de Educação	Programa Progestão	Formação continuada de gestores escolares, secretárias e coordenadores	Gestores, secretárias e coordenadores	Município
Mascote	Secretaria Municipal de Educação	Todos Pela Alfabetização - TOPA	Alfabetizar jovens e adultos	Jovens e adultos a partir de 15 anos	Município
Mascote	Secretaria Municipal de Saúde	Programa de Saúde da Criança	Combater as doenças de prevalência na infância	Crianças	Município
Mascote	Secretaria Municipal de Saúde	Ação de Combate às Carências Nutricionais		População urbana e rural	Município
Mascote	Secretaria Municipal de Saúde	Controle de Hipertensão e Diabetes		População urbana e rural	Município
Mascote	Secretaria Municipal de Saúde	Programa Saúde do Adolescente	Prevenção e acompanhamento	Adolescentes	Município
Mascote	Secretaria Municipal de Saúde	Programa Saúde da Mulher	Prevenção e acompanhamento	Mulheres	Município
Pau Brasil	Associação de Desenvolvimento Comunitário da Região das Pratas	Construção da ponte no Rio das Pratas em parceria com associação, governo estadual e municipal.		-	
Pau Brasil	Associação de Desenvolvimento Comunitário da Região das Pratas	Apoio e incentivo dos produtores rurais		-	
Pau Brasil	Associação de Desenvolvimento Comunitário da Região das Pratas	Escoamento da produção de frutas e verduras		-	

Quadro 8.14 - Outros projetos e ações – RDS 5 – Continuação

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Pau Brasil	Associação de Moradores Unidos do Morro	Reformas de residências		Famílias da comunidade	Bairro do Morro e Genário de Andrade
Pau Brasil	Associação de Moradores Unidos do Morro	Assentamento de 16 famílias		16 famílias	Zona rural
Pau Brasil	Associação dos Agentes Comunitários de Saúde	Busca por melhores condições de trabalho		Profissionais	Município
Pau Brasil	Associação dos Agentes Comunitários de Saúde	Realização de feira de saúde		População	Comunidade
Pau Brasil	Conselho Municipal de Educação	Incentivar as escolas sobre a importância de estarem regularizadas		-	
Pau Brasil	Conselho Municipal de Educação	Incentivo a participação social		-	
Pau Brasil	Conselho Municipal de Educação	Palestras pedagógicas		-	
Pau Brasil	Conselho Municipal de Saúde	Aprova ou reprova projetos ligados a saúde		-	Município
Pau Brasil	Conselho Municipal de Saúde	Reunião mensal	Aprovação de relatórios de gestão e relatórios de gastos de saúde	-	Município
Pau Brasil	Fundação Grupo de Trabalhos Ambientais	Apoio ao turismo do município		População como um todo	Município
Pau Brasil	Fundação Grupo de Trabalhos Ambientais	Apoio a associação da rádio comunitária		Associados	Município
Pau Brasil	Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo	Curso de capacitação para agricultores		Agricultores	Município
Pau Brasil	Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo	Distribuição de sementes e mudas		Pequenos agricultores	Município
Pau Brasil	Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo	Incentivo ao agro amigo		-	Município
Pau Brasil	Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo	Incentivo ao empreendimento comercial		-	Município

Quadro 8.14 - Outros projetos e ações – RDS 5 – Continuação

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Pau Brasil	Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo	Incentivo a piscicultura		-	Município
Pau Brasil	Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo	Incentivo ao crediário		-	Município
Pau Brasil	Secretaria Municipal de Assistência Social	Projovem	Promover a inclusão social	Adolescente de 15 a 17 anos	Sede
Pau Brasil	Secretaria Municipal de Assistência Social	Curso de artesanato em argila	Capacitação profissional	Indígenas	Reserva indígena Caramuru Catarina Paraguaçu e Aldeia dos índios Mongoi Mundo Novo
Pau Brasil	Secretaria Municipal de Educação	EJA - Educação de Jovens e Adultos	Alfabetizar jovens e adultos que estão em idade/série em distorção	Jovens e adultos	Município
Pau Brasil	Secretaria Municipal de Educação	Projeto PROFAL	Capacitar professores da educação infantil	Professores da educação infantil	Município
Pau Brasil	Secretaria Municipal de Educação	Programa Progestão	Formação de gestores	Gestores escolares e coordenadores	Município
Pau Brasil	Secretaria Municipal de Educação	TOPA - Todos pela Alfabetização	Alfabetizar os alunos	Jovens e adultos a partir de 15 anos	Município
Pau Brasil	Secretaria Municipal de Saúde	Campanha de vacinação		-	
Pau Brasil	Secretaria Municipal de Saúde	Ações de promoção e prevenção a saúde		-	
Santa Luzia	Associação dos Agentes Comunitários de Saúde	Palestras educativas	Informar a comunidade sobre a importância da prevenção de doenças	Urbano e rural	Município
Santa Luzia	Associação dos Agentes Comunitários de Saúde	Participação de reuniões	Buscar melhorias de condições de trabalho	Urbano e rural	Município

Quadro 8.14 - Outros projetos e ações – RDS 5 – Continuação

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Santa Luzia	Associação dos Feirantes de Santa Luzia	Palestras	Orientação de como manter a organização da Feira	Urbano	Município
Santa Luzia	Associação dos Feirantes de Santa Luzia	Distribuição de sopão, cobertores, filtros, colchões, enxoval de bebê	Proporcionar melhor qualidade de vida	Urbano e rural	Município
Santa Luzia	CDL - Câmara de Dirigentes Lojistas	Capacitação Profissional		Urbano	Município
Santa Luzia	CDL - Câmara de Dirigentes Lojistas	Campanhas publicitárias		Urbano	Município
Santa Luzia	Conselho Municipal de Educação	Implantação de políticas educacionais		-	Município
Santa Luzia	Conselho Municipal de Educação	Participação efetiva no calendário escolar		-	
Santa Luzia	Conselho Municipal de Educação	Acompanhamento das ações e da qualidade do ensino		-	Município
Santa Luzia	Conselho Municipal de Saúde	Planejamento de recursos financeiros		-	Município
Santa Luzia	Secretaria Municipal de Agricultura	Aperfeiçoamento Rural	Capacitar o trabalhador rural	Rural	Município
Santa Luzia	Secretaria Municipal de Agricultura	Palestras e reuniões	Orientações técnicas sobre a agricultura e pecuária	Rural	Município
Santa Luzia	Secretaria Municipal de Assistência Social	BPC - Benefício de Prestação Continuada	Amparo social aos idosos e deficientes físicos sem renda	Urbano e rural	Município
Santa Luzia	Secretaria Municipal de Assistência Social	CRAS - Centro de Referência de Assistência Social	Promoção das famílias em situação de vulnerabilidade social beneficiadas pelo Programa Bolsa Família e pelo Benefício de Prestação Continuada	Urbano e rural	Município
Santa Luzia	Secretaria Municipal de Assistência Social	PBF - Programa Bolsa Família	Transferência direta de renda para famílias de extrema pobreza	Urbano e rural	Município
Santa Luzia	Secretaria Municipal de Educação	Inclusão digital	Dar capacitação tecnológica à comunidade escolar	Urbano e rural	Município
Santa Luzia	Secretaria Municipal de Educação	Projetos Culturais - Bibliotecas Públicas	Incentivar a leitura	Urbano e rural	Município

Quadro 8.14 - Outros projetos e ações – RDS 5 – Continuação

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Santa Luzia	Secretaria Municipal de Educação	Incentivo à prática de esporte nas escolas	Incentivar o aluno a praticar esportes	Urbano e rural	Município
São José da Vitória	AMICRO - Associação de Micro e Pequenos Empresários	Cursos de Capacitação	Capacitar os empresários e funcionários	Urbano	Município
São José da Vitória	Associação Municipal de Máster São José	Prática esportiva de futebol	Lazer para a comunidade e para pessoas com mais de 35 anos	Urbano e rural	Município
São José da Vitória	Associação São Joseense dos Agentes Comunitários de Saúde	Palestras sobre saúde	Informar sobre a importância da prevenção	Urbano e rural	Município
São José da Vitória	Associação São Joseense dos Agentes Comunitários de Saúde	Projeto Quintal Saúde	Incentivar o plantio de plantas e hortaliças orgânicas	Urbano e rural	Município
São José da Vitória	Conselho Municipal de Educação	Propor melhorias na educação	Acompanhar aos projetos educacionais	Urbano e rural	Município
São José da Vitória	Conselho Municipal de Educação	Participa da elaboração do Plano Municipal de Educação	Propor melhorias na educação	Urbano e rural	Município
São José da Vitória	Secretaria Municipal da Educação	Brasil Alfabetizado e Topa	Alfabetização de jovens e adultos	Urbano e rural	Município
São José da Vitória	Secretaria Municipal da Educação	Plano Municipal da Educação	Diagnóstico da situação da educação municipal (alunos, professores, pais, comunidade)	Urbano e rural	Município
São José da Vitória	Secretaria Municipal da Educação	Aceleração - distorção idade x série	Corrigir distorções entre idade e série dos alunos do ensino fundamental	Urbano e rural	Município
São José da Vitória	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	Cursos para produtores rurais	Capacitar os pequenos produtores rurais	Rural	Município
São José da Vitória	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	Cursos de capacitação para merendeiras	Melhorar a qualidade nutricional da merenda escolar	Urbano e rural	Município
São José da Vitória	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	PAA - Programa de Aquisição de Alimentos	Fortalecer a agricultura familiar	Rural	Município
São José da Vitória	Secretaria Municipal de Saúde	Hiperdia	Controle da hipertensão e diabetes	Urbano e rural	Município

Quadro 8.14 - Outros projetos e ações – RDS 5 – Continuação

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
São José da Vitória	Secretaria Municipal de Saúde	Imunização de doenças	Prevenir doenças	Urbano e rural	Município
Ubaitaba	Secretaria Municipal de Saúde	Projeto Saúde com Qualidade de Vida	Atender e incentivar atividade física	Comunidade	Município
Una	Associação de Moradores de Comandatuba	Curso de línguas	Aprender um novo idioma	Crianças	Comandatuba
Una	Associação de Moradores de Comandatuba	Reivindicações da comunidade junto ao poder público	Melhorias para a comunidade	Comunidade	Comandatuba
Una	Associação de Moradores de Comandatuba	Cursos de artesanatos	Capacitar a comunidade para aumentar a renda	Comunidade	Comandatuba
Una	Conselho Municipal de Educação	Capacitação educacional	Aprofundar sobre aspectos da política educacional	Comunidade escolar	Município
Una	Conselho Municipal de Educação	Análise e acompanhamento da política do sistema de ensino da rede pública e da rede privada		Rede educacional	Município
Una	Conselho Municipal de Educação	Encaminhamentos de propostas pedagógicas	Melhoria na qualidade de ensino	Rede educacional	Município
Una	Conselho Municipal de Meio Ambiente	Elaboração de resoluções		-	
Una	Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio	Melhoria nas estradas	Facilitar o escoamento dos produtos agrícolas	Agricultores	Município
Una	Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio	Projeto derivado do coco	Geração de emprego e renda	Pequenos produtores rurais	Município
Una	Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio	Distribuição de mudas de seringueiras	Incentivo e aumento da produção	Pequeno produtor	Município
Una	Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio	Orientação técnica aos agricultores	Orientar de maneira adequada o uso correto da terra	Pequeno produtor	Município
Una	Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio	Projeto derivado do cacau	Geração de emprego e renda	Pequenos produtores rurais	Município

Quadro 8.14 - Outros projetos e ações – RDS 5 – Continuação

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Una	Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio	Incentivo a policultura	Diversificar a agricultura local	Pequeno produtor	Município
Una	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social	Programa do leite	Propiciar o consumo do leite	Crianças de 2 a 6 anos	Município
Una	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social	PROJOVEM	Promover a inclusão social	Adolescente de 15 a 17 anos	Sede
Una	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social	PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil	Erradicar o trabalho infantil	Crianças de 7 a 14 anos	Sede
Una	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social	BPC na escola	Promover a elevação da qualidade de vida e dignidade das pessoas com deficiência	Alunos portadores de necessidades especiais	Município
Una	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social	Programa Nossa Sopa	Melhoria na qualidade nutricional da alimentação das famílias	Famílias	Sede, Distrito de Vila Brasil e Colônia
Una	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social	PAIF - Programa de Atenção Integral à Família	Oferecer proteção integral às famílias e seus membros	Beneficiários do Bolsa Família	Sede
Una	Secretaria Municipal de Educação	TOPA - Todos pela alfabetização	Alfabetizar jovens e adultos	Jovens e adultos a partir de 15 anos	Município
Una	Secretaria Municipal de Educação	Inclusão digital	Capacitação tecnológica	Comunidade escolar	Sede
Uruçuca	Associação Comunitária do Município de Uruçuca	Auxilia a construção/manutenção de casas		100 casas	Bairro Waldeck Ornellas
Uruçuca	Conselho Municipal de Saúde	Fiscaliza as ações e acompanha as atividades do PSF		-	Município

Quadro 8.14 - Outros projetos e ações – RDS 5 – Continuação

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Uruçuca	Conselho Municipal de Saúde	Ajuda a Vigilância Sanitária (fiscalização). Deliberativo para a licença de estabelecimentos.	Cooperar com a Vigilância Sanitária	-	Município
Uruçuca	Secretaria Municipal de Assistência Social	A Secretaria está estimulando a organização de Associações Comunitárias de Bairros	Estimular a organização nos bairros	Moradores	Bairros do Município
Uruçuca	Secretaria Municipal de Educação	Programas do FNDE (Fundo Nacional de Educação)	Financiamento de desenvolvimento da Educação	Comunidade do Município	Município

8.4 PERCEPÇÃO SOBRE A QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO

8.4.1 Comparativo da percepção da qualidade dos serviços

Os representantes das 286 organizações mapeadas na RDS 5 – Litoral Sul informaram nas entrevistas à equipe técnica PEMAPES como percebem ou avaliam a qualidade dos serviços de saneamento de seus respectivos municípios. O **Quadro 8.15** apresenta os resultados absolutos e percentuais registrados na região, por serviço e por opção de resposta.

Quadro 8.15 - Percepção da qualidade dos serviços - RDS 5

PERCEPÇÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS	ABASTECIMENTO DE ÁGUA		ESGOTAMENTO SANITÁRIO		MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS		COLETA DE LIXO		DESTINO DO LIXO	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Excelente	23	8,0	2	0,7	3	1,0	26	9,1	2	0,7
Boa	123	43,0	25	8,7	48	16,8	155	54,2	19	6,6
Subtotal Positiva	146	51,0	27	9,4	51	17,8	181	63,3	21	7,3
Média	95	33,2	87	30,4	80	28,0	64	22,4	39	13,6
Subtotal Positiva + Média	241	84,3	114	39,9	131	45,8	245	85,7	60	21,0
Ruim	29	10,1	87	30,4	110	38,5	29	10,1	116	40,6
Muito ruim	13	4,5	81	28,3	42	14,7	8	2,8	103	36,0
Subtotal Negativa	42	14,7	168	58,7	152	53,1	37	12,9	219	76,6
Não soube avaliar	3	1,0	4	1,4	3	1,0	4	1,4	7	2,4

No conjunto dos 26 municípios da RDS 5, os serviços de *coleta de lixo* e *abastecimento de água* receberam os maiores percentuais de avaliação positiva, com, respectivamente 63,3% e 51% de avaliação *excelente ou boa*. O serviço de *coleta de lixo* recebeu 9,1% das respostas na opção *excelente*, o percentual mais alto dos serviços. O serviço de *abastecimento de água* recebeu 8% de avaliação *excelente* o segundo melhor percentual. A terceira melhor avaliação foi para o serviço de *manejo de águas pluviais* que recebeu 17,8% de avaliação *excelente ou boa*.

Considerados os percentuais de respostas nas opções excelente, boa e média qualidade, o serviço *coleta de lixo* permanece como o serviço de melhor qualidade na região, alcançando o percentual de 85,7%. Em seguida o serviço de *abastecimento de água* obteve 81,9% de avaliações *excelente, boa e média*. O serviço *manejo de águas pluviais*, área fim do PEMAPES, recebeu avaliação positiva média de 45,8%. O serviço de *esgotamento sanitário*, também área fim do PEMAPES, obteve 39,9% de respostas nas opções *excelente, boa e média*. O serviço *destino do lixo* obteve o pior resultado da RDS 5, com 21% considerados os percentuais de respostas *excelente, bom e médio*.

O serviço que recebeu avaliação mais negativa foi o de *destino do lixo*, 76,6% dos entrevistados o percebem como *ruim ou muito ruim* em seus respectivos municípios, sendo 36% de respostas *muito ruim*, seguido pelo serviço *esgotamento sanitário*, área fim do PEMAPES, com 58,7% de avaliação *ruim ou muito ruim*, sendo que 28,3% dos entrevistados avaliaram como *muito ruim*. Dentre os serviços, aquele que recebeu a menor avaliação negativa foi o de *coleta de lixo*, com 12,9%.

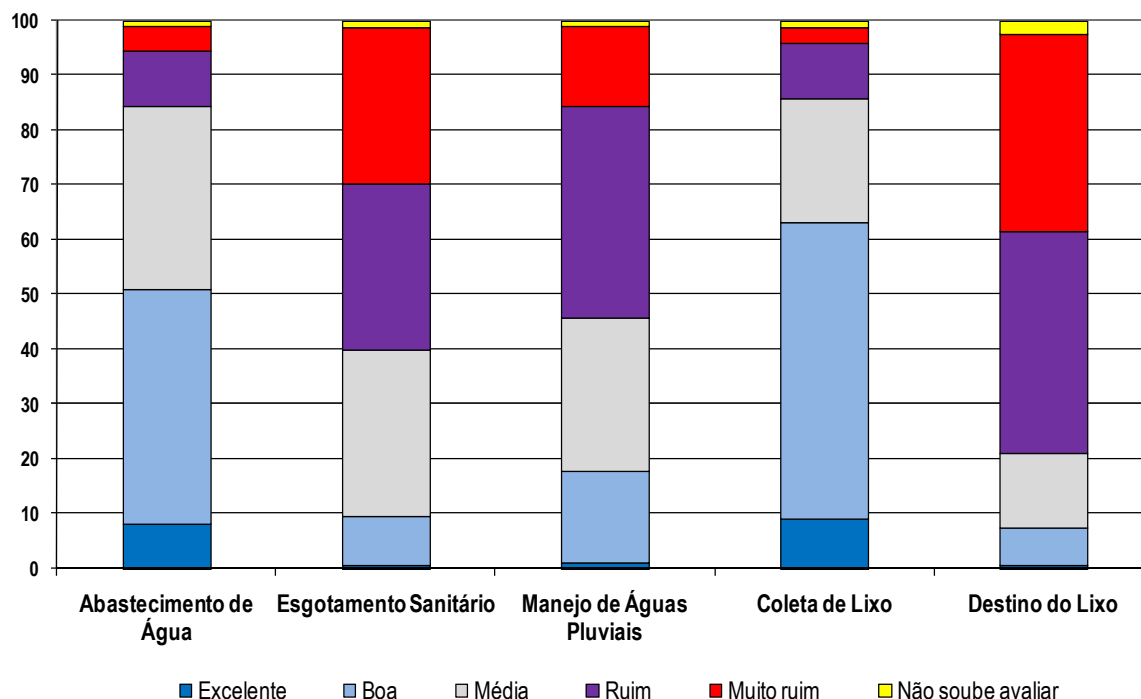
De acordo com a percepção dos representantes das 286 organizações mapeadas na RDS 5:

- *Coleta de lixo* é o serviço de saneamento prestado com maior qualidade;
- O serviço de *abastecimento de água* foi o segundo melhor avaliado na região;
- O componente PEMAPES *manejo de águas pluviais* ocupa a terceira posição em qualidade e obteve um índice considerável de avaliação negativa (53,1%);
- A qualidade do serviço de *esgotamento sanitário*, componente PEMAPES, é percebida como ruim ou muito ruim por 58,7% dos entrevistados;
- O destino do lixo foi o pior serviço avaliado na região.

A avaliação negativa, informada por mais da metade dos entrevistados para os serviços de *esgotamento sanitário* e *manejo de águas pluviais*, registrado na RDS 5 – Litoral Sul, ratifica a importância da iniciativa do Governo do Estado de, através da Secretaria de Desenvolvimento Urbano – SEDUR, elaborar o Plano Estadual que norteará as intervenções para a melhoria da cobertura e da qualidade destes serviços públicos essenciais à saúde, à segurança e à qualidade de vida da população.

O gráfico seguinte apresenta o balanço comparativo da percepção da qualidade dos serviços de saneamento na RDS 5, sintetizando visualmente os resultados já analisados.

Gráfico 8.11 - Percepção da qualidade dos serviços de saneamento, comparativo dos resultados percentuais - RDS 5

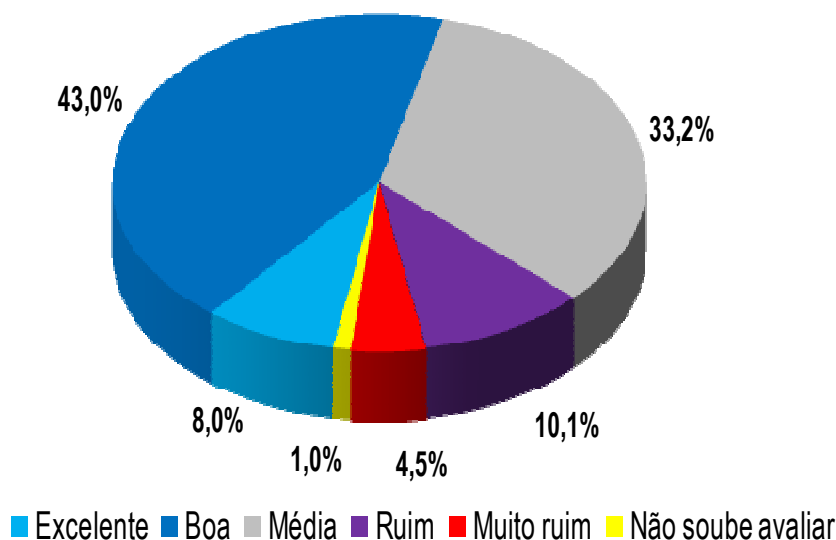


8.4.2 Comparativo da percepção da qualidade dos serviços, por município

▪ Abastecimento de água

Na RDS 5, a percepção da qualidade do serviço de abastecimento de água é excelente, boa ou média para 84,3% dos 286 entrevistados nos 26 municípios da região, sendo 51% como excelente ou boa. Estes resultados situam o serviço como o segundo melhor avaliado na região.

Gráfico 8.12 - Percepção da qualidade do abastecimento de água – RDS 5



A análise comparativa dos resultados por município possibilita classificar 25 municípios da RDS 5 - Litoral Sul em **três faixas** distintas de percepção da qualidade do serviço de abastecimento de água:

Quadro 8.16 - Percepção da qualidade do abastecimento de água, por município - RDS 5

PERCEPÇÃO DA QUALIDADE	MUNICÍPIOS	N.º	% NA RDS
MUITO POSITIVA	Floresta Azul, Itapitanga, Pau Brasil	3	11,54
Excelente/Boa = 80% a 100% dos entrevistados			
POSITIVA	Almadina, Arataca, Barro Preto, Buerarema, Camacan, Ibicarai, Itacaré, Itajuípe, Jussari, Mascote, Santa Luzia, São José da Vitória, Ubaitaba, Uruçuca	14	53,85
Excelente/Boa = 50% a 79% dos entrevistados			
POSITIVA /MÉDIA	Aurelino Leal, Coaraci, Ilhéus, Itabuna, Itaju do Colônia, Itapé, Maraú, Una	8	30,77
Excelente/Boa/Média = 50% ou + dos entrevistados			

A distribuição relativa do município de Canavieiras não permite classificá-lo em nenhuma das cinco faixas de percepção de qualidade.

Nos **Gráficos 8.13 e 8.14** é apresentada a distribuição de avaliações por município em valores absolutos e percentuais. A distribuição reflete o observado nos quadros.

Gráfico 8.13 - Percepção da qualidade do abastecimento de água, por município e nº de entrevistados – RDS 5

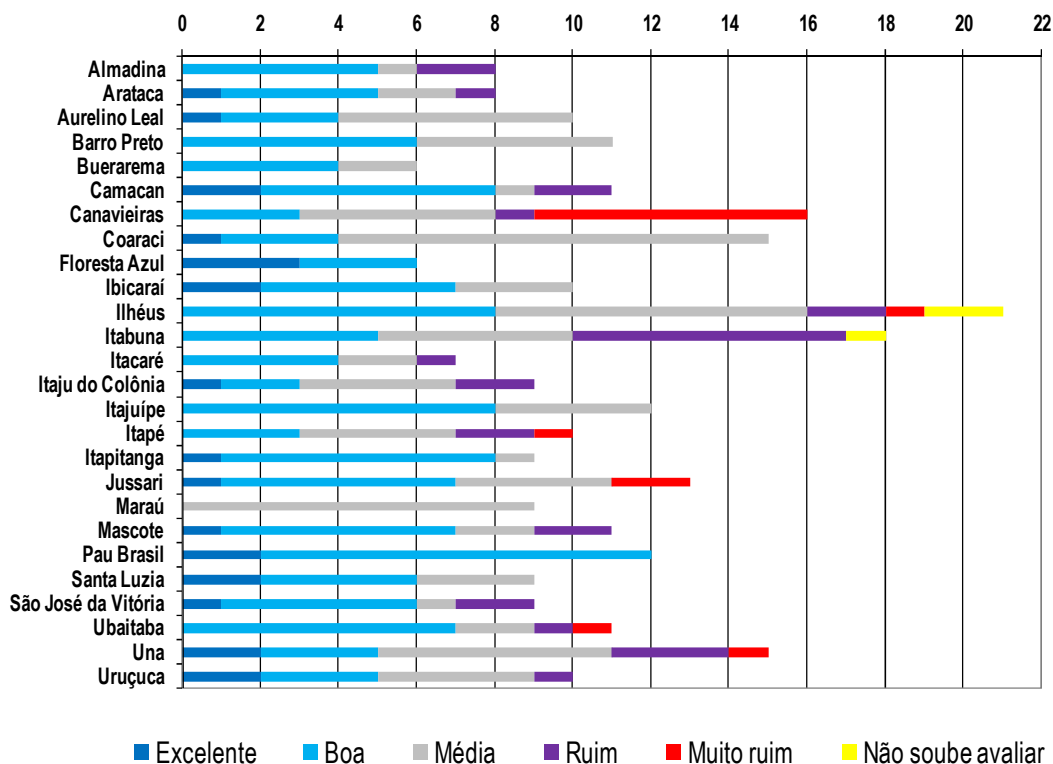
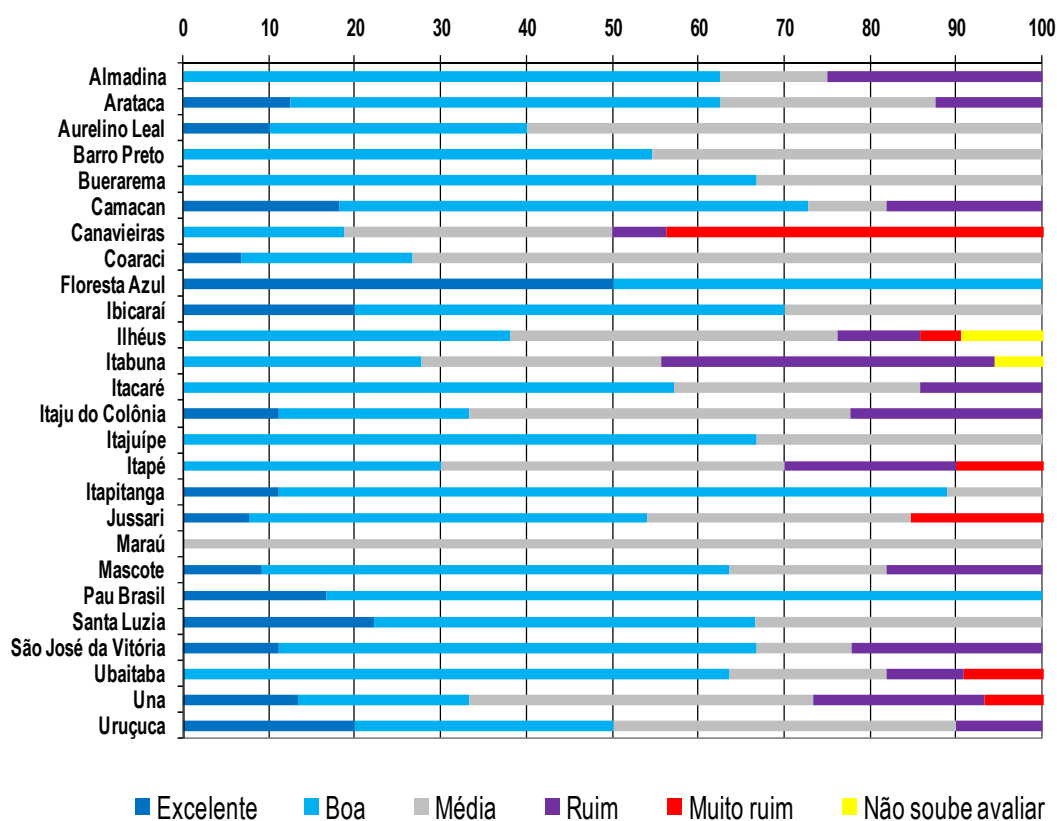


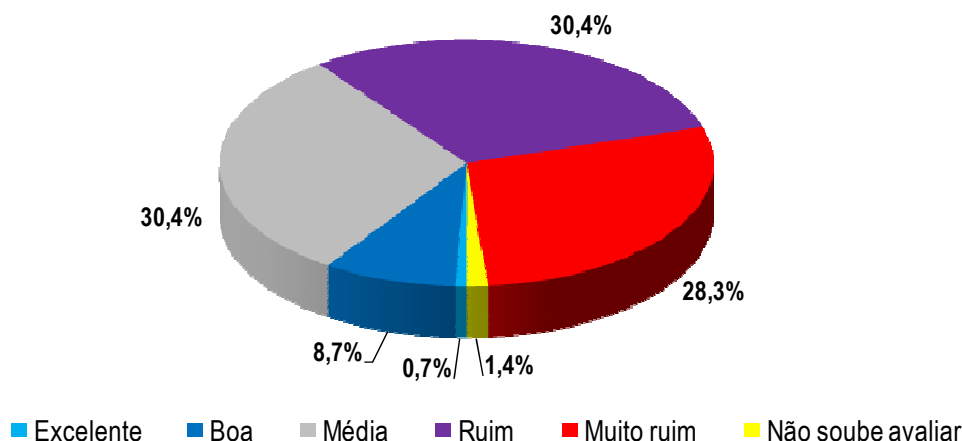
Gráfico 8.14 - Percepção da qualidade do abastecimento de água, por município e % de entrevistados - RDS 5



▪ Esgotamento sanitário

Apenas 9,4% dos 286 entrevistados nos 26 municípios da RDS 5 percebem a qualidade do serviço de esgotamento sanitário (componente PEMAPES) como excelente ou boa e 39,9% considerando-se as respostas excelente, boa e média. Este serviço foi o segundo pior avaliado na região, com 58,7% dos entrevistados assinalando ruim ou muito ruim nas opções de resposta, sendo que 28,3% avaliaram como muito ruim, o segundo índice mais elevado dentre os serviços.

Gráfico 8.15 - Percepção da qualidade do esgotamento sanitário - RDS 5



A análise comparativa dos resultados por município possibilita classificar os 26 municípios da RDS 5 - Litoral Sul em **quatro faixas** distintas de percepção da qualidade do serviço de esgotamento sanitário:

Quadro 8.17 - Percepção da qualidade dos serviços de esgotamento sanitário - RDS 5

PERCEPÇÃO DA QUALIDADE	MUNICÍPIOS	N.º	% NA RDS
POSITIVA			
Excelente/Boa = 50% a 79% dos entrevistados	Floresta Azul	1	3,85
POSITIVA /MÉDIA			
Excelente/Boa/Média = 50% ou + dos entrevistados	Almadina, Camacan, Canavieiras, Ibicarai, Itacaré, Itaju do Colônia, São José da Vitória	7	26,92
NEGATIVA			
Ruim/Muito ruim = 50% a 79% dos entrevistados	Arataca, Aurelino Leal, Barro Preto, Buerarema, Ilhéus, Itabuna, Itajuípe, Itapé, Itapitanga, Jussari, Mascote, Pau Brasil, Santa Luzia, Ubaitaba	14	53,85
MUITO NEGATIVA			
Ruim/Muito ruim = 80% a 100% dos entrevistados	Coaraci, Maraú, Una, Uruçuca	4	15,38

Nos **Gráficos 8.16 e 8.17** é apresentada a distribuição de avaliações por município em valores absolutos e percentuais. A distribuição reflete o observado nos quadros.

Gráfico 8.16 - Percepção da qualidade do esgotamento sanitário, por município e nº de entrevistados - RDS 5

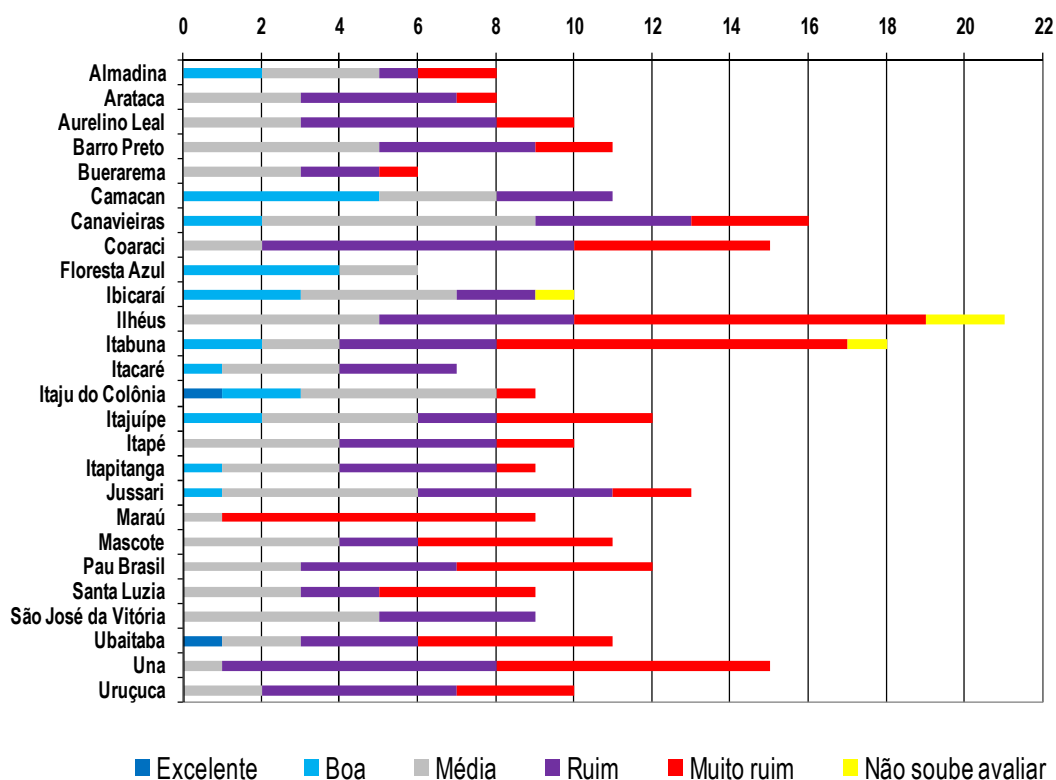
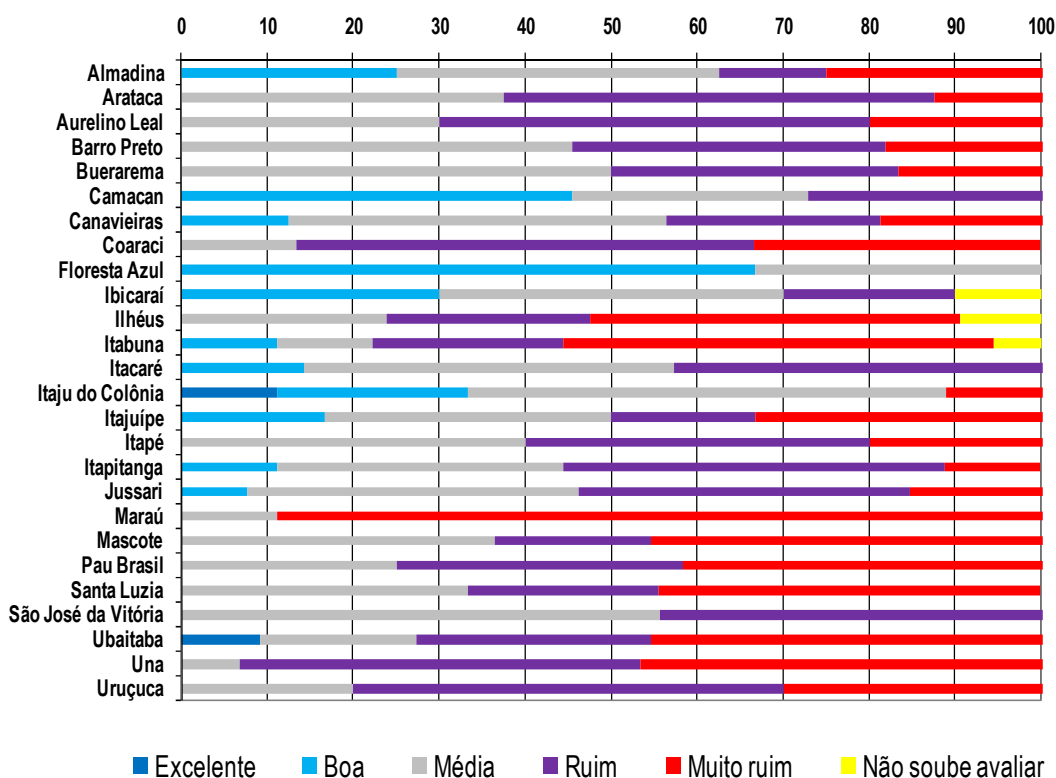


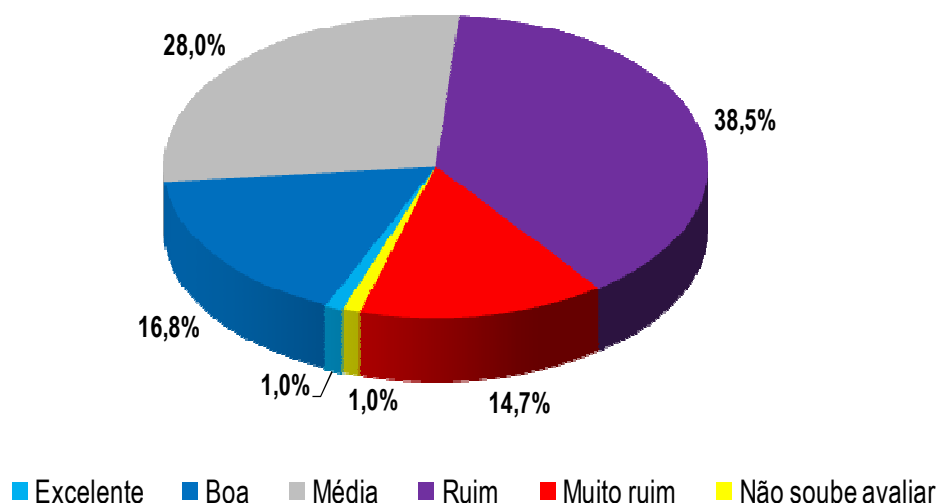
Gráfico 8.17 - Percepção da qualidade do esgotamento sanitário, por município e % de entrevistados - RDS 5



▪ Manejo de águas pluviais

A qualidade do serviço de manejo de águas pluviais (componente PEMAPES) é percebida como excelente boa ou média por 45,8% e como ruim ou muito ruim por 53,1% dos 286 entrevistados nos municípios da RDS 5. Estes resultados colocam o serviço em uma posição intermediária comparado aos outros serviços avaliados pela equipe técnica do PEMAPES.

Gráfico 8.18 - Percepção da qualidade do manejo de águas pluviais - RDS 5



A análise comparativa dos resultados por município possibilita classificar os 26 municípios da RDS do Agreste de Alagoínhas e Litoral Norte em **três faixas** distintas de percepção da qualidade do serviço de manejo de águas pluviais:

Quadro 8.18 - Percepção da qualidade dos serviços de manejo de águas pluviais - RDS 5

PERCEPÇÃO DA QUALIDADE	MUNICÍPIOS	N.º	% NA RDS
POSITIVA			
Excelente/Boa = 50% a 79% dos entrevistados	Floresta Azul, Una	2	7,69
POSITIVA /MÉDIA			
Excelente/Boa/Média = 50% ou + dos entrevistados	Arataca, Aurelino Leal, Buerarema, Camacan, Ibicarai, Itajuípe, Itapitanga, Maraú, Mascote, São José da Vitória	10	38,46
NEGATIVA			
Ruim/Muito ruim = 50% a 79% dos entrevistados	Canavieiras, Coaraci, Itabuna, Itaju do Colônia, Itapé, Jussari, Pau Brasil, Santa Luzia, Uruçuca	9	34,62
MUITO NEGATIVA			
Ruim/Muito ruim = 80% a 100% dos entrevistados	Almadina, Barro Preto, Ilhéus, Itacaré, Ubaitaba	5	19,23

Nos **Gráficos 8.19 e 8.20** é apresentada a distribuição de avaliações por município em valores absolutos e percentuais. A distribuição reflete o observado nos quadros.

Gráfico 8.19 - Percepção da qualidade do manejo de águas pluviais, por município e nº de entrevistados - RDS 5

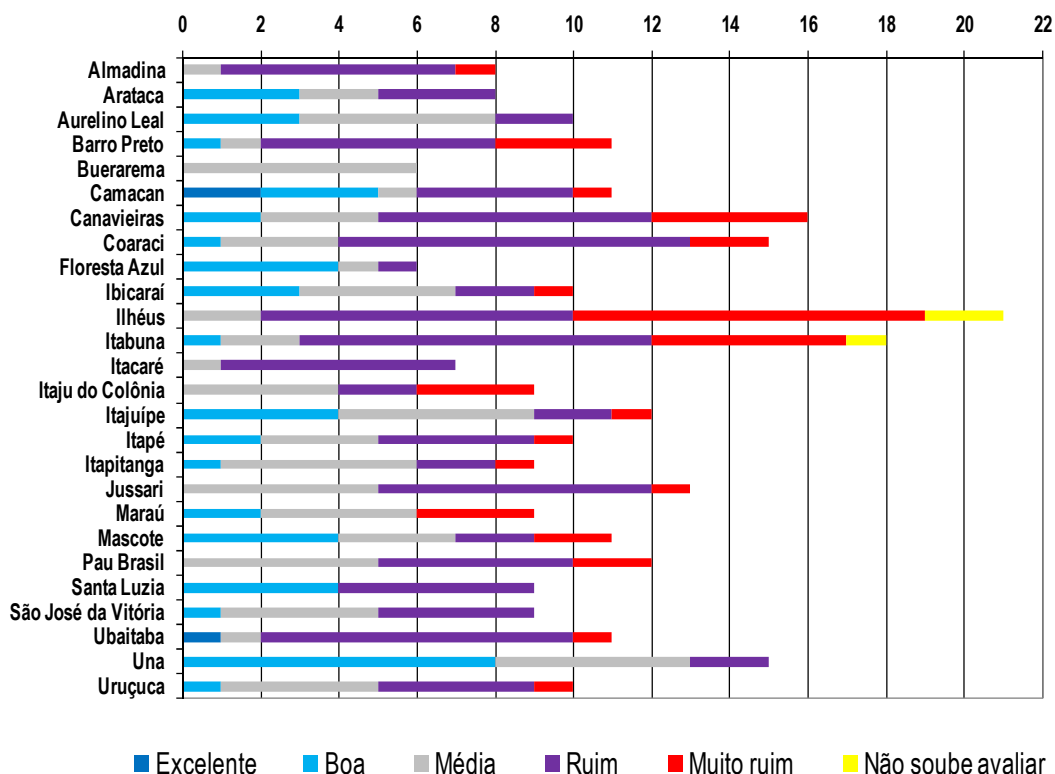
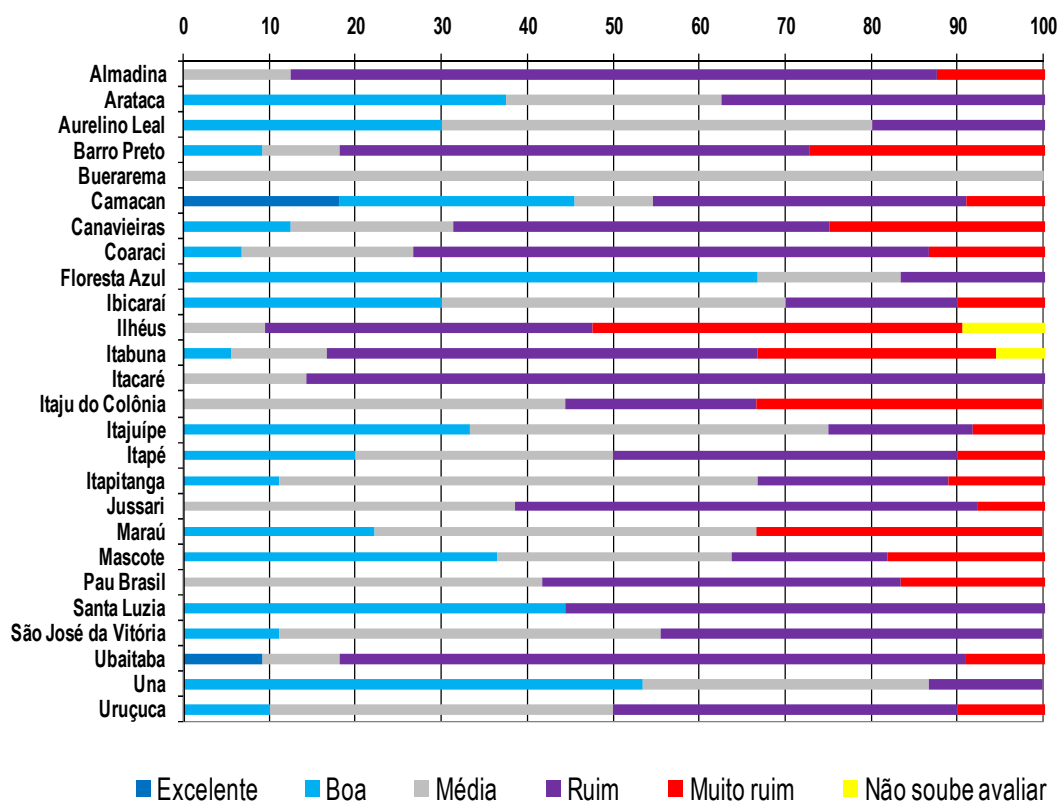


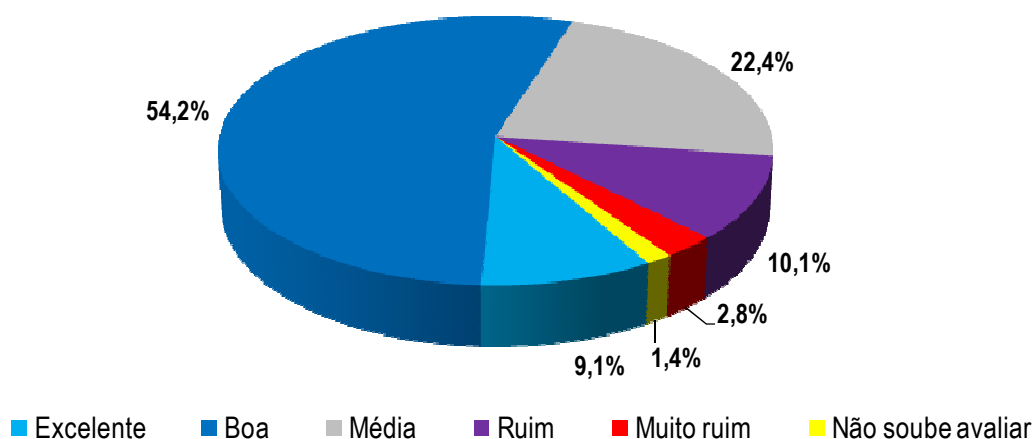
Gráfico 8.20 - Percepção da qualidade do manejo de águas pluviais, por município e % de entrevistados - RDS 5



▪ Coleta de lixo

A qualidade do serviço de *coleta de lixo* é percebida como excelente, boa ou média por 85,7% dos 286 entrevistados nos 26 municípios da RDS 5, sendo que 9,1% dos entrevistados qualificaram o serviço como excelente. O serviço *coleta de lixo* é qualificado como o melhor, da RDS 5 - Litoral Sul, dentre os cinco componentes do saneamento.

Gráfico 8.21 - Percepção da qualidade da coleta de lixo – RDS 5



A análise comparativa dos resultados por município possibilita classificar os 26 municípios da RDS 5 - Litoral Sul em **três faixas** distintas de percepção da qualidade do serviço de coleta de lixo:

Quadro 8.19 - Percepção da qualidade dos serviços de coleta de lixo – RDS 5

PERCEPÇÃO DA QUALIDADE	MUNICÍPIOS	N.º	% NA RDS
MUITO POSITIVA	Almadina, Aurelino Leal, Buerarema, Floresta Azul, Itacaré, Itajuípe, Itapé, Itapitanga, Una, Uruçuca	10	38,46
Excelente/Boa = 80% a 100% dos entrevistados			
POSITIVA	Arataca, Barro Preto, Camacan, Canavieiras, Ibicaraí, Itabuna, Itaju do Colônia, Mascote, Santa Luzia, Ubaitaba	10	38,46
Excelente/Boa = 50% a 79% dos entrevistados			
POSITIVA /MÉDIA	Coaraci, Ilhéus, Jussari, Maraú, Pau Brasil, São José da Vitória	6	23,08
Excelente/Boa/Média = 50% ou + dos entrevistados			

Nos **Gráficos 8.22 e 8.23** é apresentada a distribuição de avaliações por município em valores absolutos e percentuais. A distribuição reflete o observado nos quadros.

Gráfico 8.22 - Percepção da qualidade da coleta de lixo, por município e nº de entrevistados - RDS 5

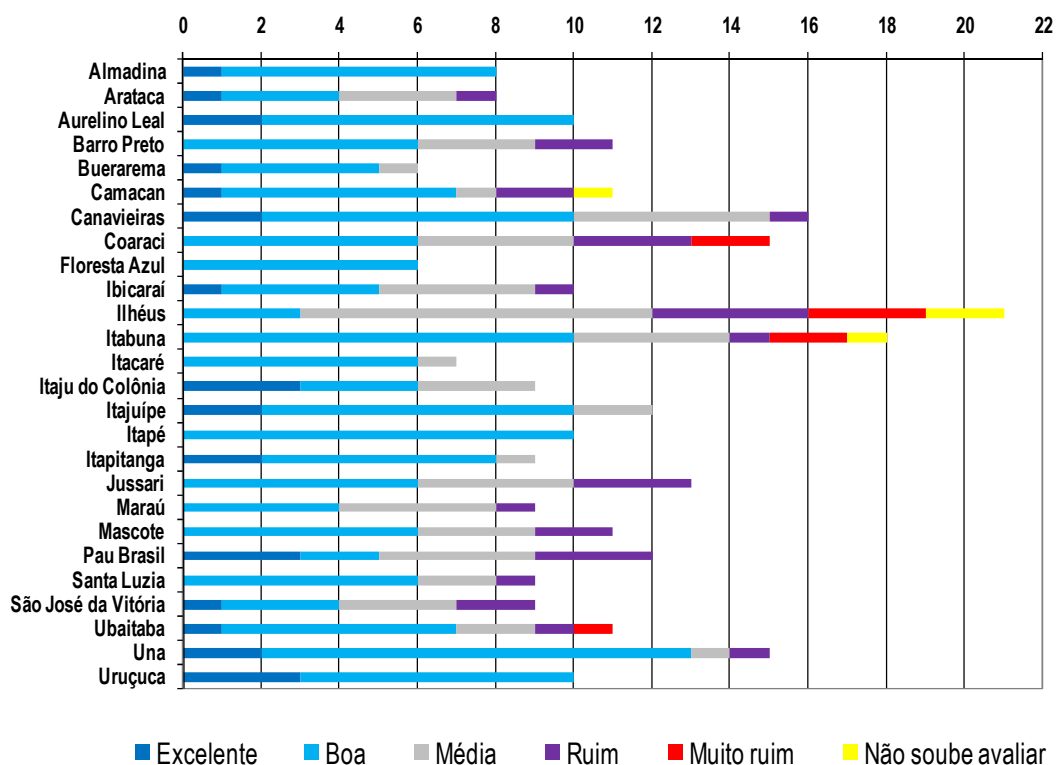
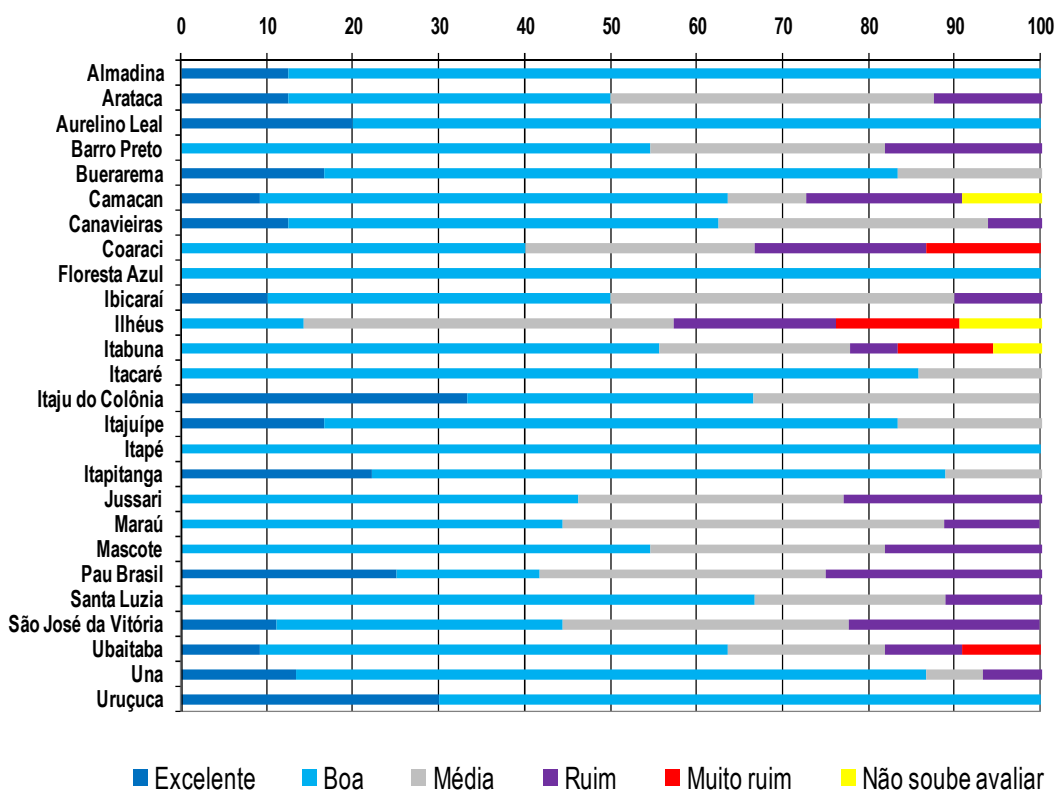


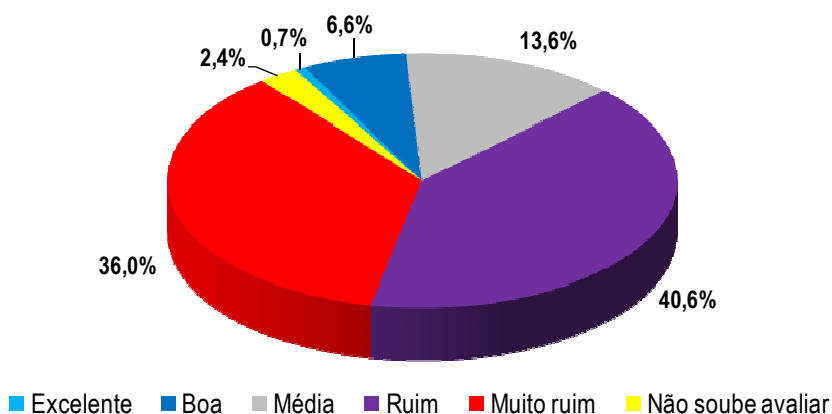
Gráfico 8.23 - Percepção da qualidade da coleta de lixo, por município e % de entrevistados – RDS 5



▪ Destino do lixo

A percepção da qualidade do serviço de *destino do lixo* é excelente ou boa apenas para 7,3% dos 286 entrevistados nos 26 municípios da RDS 5, passando para 21% quando consideramos as respostas excelente, boa e média. Este serviço foi o pior avaliado na região, com 76,6% dos entrevistados assinalando ruim ou muito ruim nas opções de resposta, sendo que 36% avaliaram como muito ruim, o índice mais elevado dentre os serviços. Fato relevante também é que 2,4% dos entrevistados não souberam avaliar o serviço, índice mais elevado dentre os cinco serviços avaliados na RDS 5 – Litoral Sul.

Gráfico 8.24 - Percepção da qualidade do destino do lixo - RDS 5



A análise comparativa dos resultados por município possibilita classificar os 26 municípios da RDS 5 - Litoral Sul em **quatro faixas** distintas de percepção da qualidade do serviço de destinação final do lixo:

Quadro 8.20 - Percepção da qualidade do serviço de destino do lixo - RDS 5

PERCEPÇÃO DA QUALIDADE	MUNICÍPIOS	N.º	% NA RDS
POSITIVA			
Excelente/Boa = 50% a 79% dos entrevistados	Itapé	1	3,85
POSITIVA /MÉDIA			
Excelente/Boa/Média = 50% ou + dos entrevistados	Itapitanga, Uruçuca	2	7,69
NEGATIVA			
Ruim/Muito ruim = 50% a 79% dos entrevistados	Buerarema, Canavieiras, Floresta Azul, Ilhéus, Itaju do Colônia, Itajuípe, Maraú, Santa Luzia, São José da Vitória, Una	10	38,46
MUITO NEGATIVA			
Ruim/Muito ruim = 80% a 100% dos entrevistados	Almadina, Arataca, Aurelino Leal, Barro Preto, Camacan, Coaraci, Ibicaraí, Itabuna, Itacaré, Jussari, Mascote, Pau Brasil, Ubaitaba	13	50,00

Nos **Gráficos 8.25 e 8.26** é apresentada a distribuição de avaliações por município em valores absolutos e percentuais. A distribuição reflete o observado nos quadros.

Gráfico 8.25 - Percepção da qualidade do destino do lixo, por município e n° de entrevistados – RDS 5

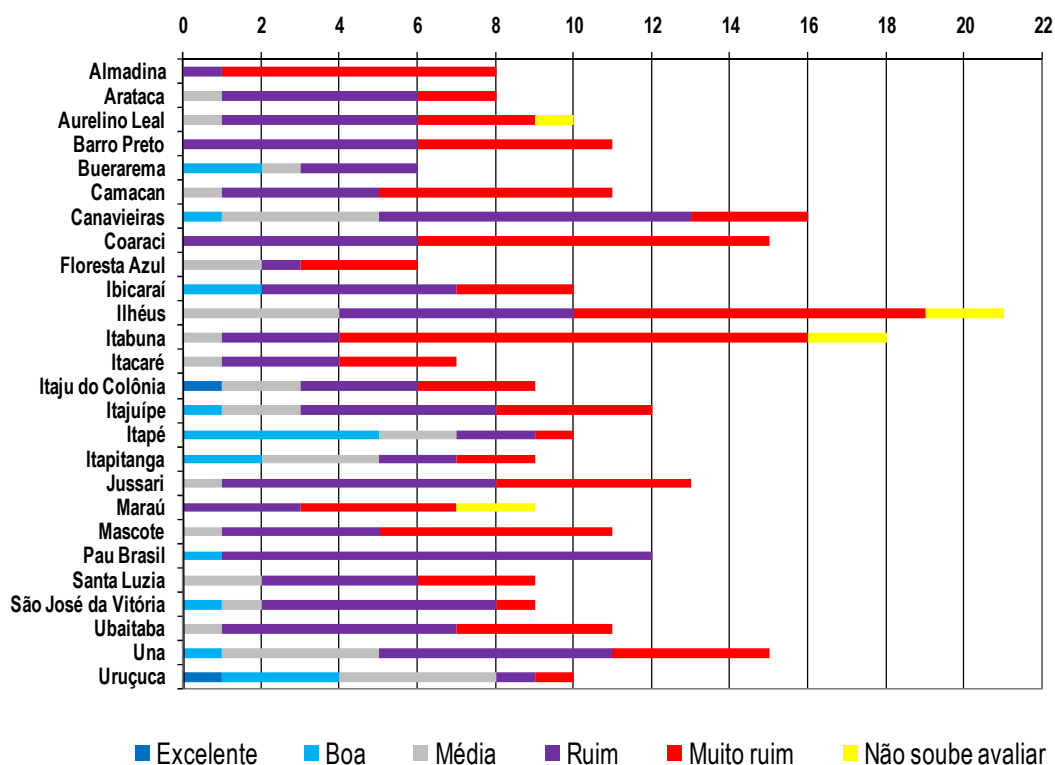
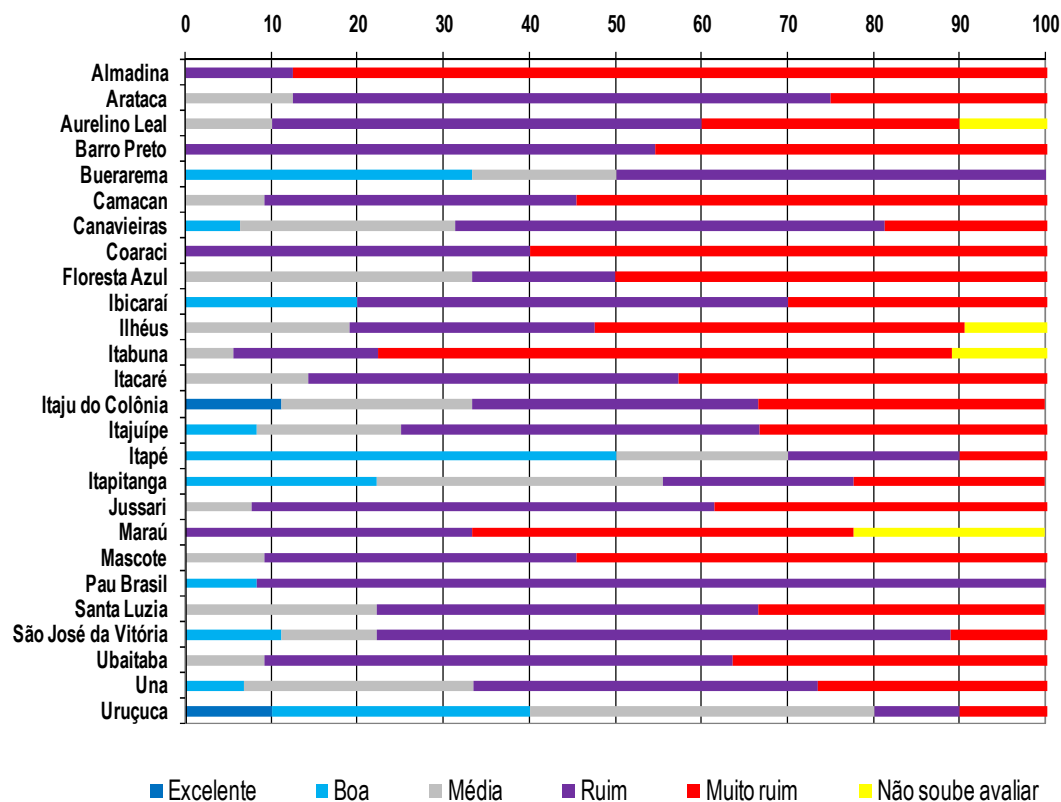


Gráfico 8.26 - Percepção da qualidade do destino do lixo, por município e % de entrevistados – RDS 5



8.5 NÍVEL DE CONHECIMENTO PRÉVIO SOBRE SEDUR E CONSÓRCIOS

Entre os 286 representantes das organizações mapeadas na RDS 5 – Litoral Sul, o nível de conhecimento prévio sobre a Secretaria de Desenvolvimento Urbano – SEDUR é médio/alto.

Em relação aos consórcios públicos regionais para gestão associada de serviços, já constituídos ou em fase de implantação pelo Governo do Estado nas Regiões de Desenvolvimento Sustentável, através da SEDUR e em parceria com as prefeituras municipais e associações de municípios, o nível de conhecimento é médio/baixo.

Quadro 8.21 - Conhecimento prévio - SEDUR e consórcio - RDS 5

PERGUNTA	SIM		NÃO	
	Nº	%	Nº	%
Já ouviu falar na SEDUR?	207	72,4%	79	27,6%
Já ouviu falar em consórcio regional para gestão associada de serviços?	118	41,3%	168	58,7%

8.6 NÍVEL DE INTERESSE PELO PEMAPES

Entre os 286 representantes de organizações dos 26 municípios da RDS 5 - Litoral Sul 97,9% tem interesse em participar do processo de discussão e elaboração do Plano Estadual de Manejo de águas Pluviais e Esgotamento Sanitário - PEMAPES.

9. POSSIBILIDADE DE PRÁTICAS DO REÚSO DOS ESGOTOS

O reúso ou reaproveitamento da água é o processo pelo qual os efluentes sanitários ou industriais, tratados ou não, são reutilizados para integrar o mesmo processo ou para outra finalidade. Essa reutilização pode ser direta ou indireta e decorrem de ações que podem ou não refletir adequado planejamento.

O reúso planejado das águas assume fundamental importância principalmente nas cidades inseridas em regiões caracterizadas pela escassez dos recursos hídricos. O reúso pode evitar a contaminação dos aquíferos subterrâneos, permite a conservação do solo por meio de acumulação de “húmus” e do aumento da resistência à erosão e contribui para o aumento da produção de alimentos, dentro outros efeitos positivos.

Os eventuais efeitos negativos compreendem a contaminação de aquíferos por nitratos, o aumento da salinidade dos solos e o acúmulo de microrganismos patogênicos e compostos tóxicos orgânicos no solo, situações passíveis de ocorrer na insuficiência ou inadequação do tratamento previamente adotado.

O lançamento final dos esgotos, ou mesmo o descarte dos efluentes sanitários tratados em níveis incompatíveis, nos corpos receptores e mananciais, principalmente no semi-árido, onde o regime hidrológico, via de regra, é intermitente, constituem problemas enfrentados pelas concessionárias de saneamento e autarquias municipais.

Estudar os diversas arranjos e alternativas que possam, em maior ou menor grau, viabilizar o reúso dos efluentes sanitários para fins agrícolas através da ferti-irrigação de forrageiras, do cultivo de frutíferas, ou de demais culturas que exijam menor controle sanitário, no cultivo de flores, entre outros, ou até mesmo para a piscicultura, representa um avanço no aproveitamento econômico das águas.

A disposição subsuperficial de efluentes sanitários no solo, como forma complementar ao tratamento dos esgotos gerados nos núcleos urbanos, é uma alternativa que vem sendo cada vez mais empregada. Em diversos países do mundo, há muito tempo, o reúso controlado dos efluentes advindos de unidades de tratamento é técnica conhecida e praticada.

No Brasil, embora essa modalidade de tratamento ainda não seja amplamente considerada, denota-se ser crescente a prática do reúso e o desenvolvimento de pesquisas e aplicações experimentais bem sucedidas no tema. Não obstante a ausência de orientações técnicas formais e de regulamentação específica, fatores que limitam sobremaneira o desenvolvimento do método, o recurso vem sendo informalmente adotado, principalmente nas regiões onde a pluviosidade é mais baixa.

No Estado da Bahia, os levantamentos de campo revelam que as práticas de o reúso de efluente de esgotos, são pontuais e ocorrem, na maioria das situações, como iniciativas da população em determinadas regiões motivadas pela carência de água para uso agrícola e também pela percepção de que os efluentes sanitários constituem uma fonte de incorporação de nutrientes no solo. Geralmente são utilizados os esgotos descartados por sistemas informais, ou são feitas captações diretas em corpos d'água receptores dos lançamentos.

É nesse contexto, considerando a situação atual, as tendências de uso racional dos recursos hídricos e o potencial de aplicação, que o reúso de efluentes tratados vem sendo considerado no âmbito da SEDUR e constitui objeto dos presentes trabalhos do PEMAPES. A recente aprovação da Resolução CONERH nº 75, de 29 de julho de 2010, estabelece procedimentos para disciplinar a prática de reúso direto não

potável de água na modalidade agrícola e/ou florestal, abrindo novas perspectivas que possibilitem o incentivo e controle da ferti-irrigação no Estado a partir do emprego de efluentes tratados.

Na RDS 5, apenas no município de Itaju do Colônia uma experiência particular e não documentada de reúso foi mencionada. Entretanto, a inexistência de informações complementares impossibilitam narrar os detalhes desta iniciativa. Sabe-se, porém, que não se trata de uma intervenção de monta e que a idéia não evoluiu a resultados práticos.

A ausência de informações sobre reúso reflete o fato de que, de uma forma geral, o assunto ainda desperta pouca atenção no setor público municipal. Neste sentido, num primeiro momento, são apresentadas para a RDS 5, como estimativa do potencial de reúso, as extensões superficiais passíveis de serem irrigadas pelos efluentes sanitários, considerando apenas a estimativa das vazões atualmente tratados pelas respectivas unidades operadas pela Embasa.

Os parâmetros para a obtenção dos valores constantes no **Quadro 9.1**, consideram uma taxa de aplicação de 0,70 L/s.ha, adotando-se por referência métodos de irrigação que minimizem os riscos sanitários.

Quadro 9.1 – Área potencialmente irrigável a partir de vazão efluente de ETEs implantadas – RDS 5

SISTEMA	TIPO	MUNICÍPIO	LOCALIDADE	POPULAÇÃO ATENDIDA (1)	VAZÃO TRATADA ESTIMADA (m³/dia)	ÁREA PASSÍVEL DE SER IRRIGADA POR REÚSO (ha)
Conjunto Habitacional Parque Casa Nova	SLE	Camacan	Camacan	375	660	0,66
Camacan	SES			6.148		10,78
Canavieiras	SES	Canavieiras	Canavieiras	13.701	2851,2	23,57
Ceplus	SLE	Ilhéus	Ilhéus	1.890	-	3,60
Salobrinho	SLE			2.795	-	5,32
Condomínio São Jorge	SLE			941	-	1,79
Centro	SES			82.040	17.606	156,16
Mambape	SES			23.733	-	45,18
Ilhéus II	SES			2.318	-	4,41
Itaju do Colônia	SES	Itaju do Colônia	Itaju do Colônia	3.132	-	5,84
Urbis	SLE	Una	Una	956	102	1,92
Comandatuba	SES		Comandatuba	356	48	0,71

Nota: Dados da vazão tratada pelos sistemas fornecidos pela Embasa - fev /2010

Com a implantação dos novos sistemas de esgotamento sanitário, haverá ampliação do potencial de destinação dos efluentes tratados para o reúso agrícola. No sentido de se obter uma avaliação mais completa da viabilidade para o reúso de efluentes tratados na ferti-irrigação, uma série de estudos e considerações complementares deve ser procedida. No contexto, dentre outros aspectos deverá ser determinada a aptidão dos solos às modalidades de irrigação, a topografia dos terrenos, as características qualitativas e quantitativas dos efluentes tratados, a disponibilidade de áreas adequadas para implantação, a identificação de culturas possíveis e de interesse das comunidades e o modelo ajustado de gestão para os empreendimentos. Os estudos de viabilidade deverão considerar as

possibilidades atuais e a projeção para situação futura em face da ampliação das vazões decorrentes do crescimento vegetativo, bem como das ampliações dos sistemas.

De acordo com publicações técnicas, duas dimensões são fundamentais nas considerações sobre o desenvolvimento da prática do reúso: a avaliação da tendência à formação ou ao fortalecimento do interesse da população acerca do assunto e a análise da postura que o setor público deve exercer frente à questão.

Ressalta-se que, apesar da incipiência hoje observada, percebe-se no país uma tendência a expansão das práticas de reúso de efluentes sanitários para fins diversos inclusive para a ferti-irrigação. Compete ao setor público, com respaldo em experiências nacionais e internacionais, regulamentar e fiscalizar o manejo, por meio de uma gestão participativa, tornando assim a prática da reutilização dos efluentes sanitários um eficiente instrumento de gestão dos recursos hídricos na Bahia.